UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

# ARAPUCA ARMADA

AÇÃO COLETIVA E PRÁTICAS EDUCATIVAS NA MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA DO SUDOESTE GOIANO

CÁTIA REGINA ASSIS ALMEIDA LEAL

Goiânia
2006

# Livros Grátis

http://www.livrosgratis.com.br

Milhares de livros grátis para download.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

# ARAPUCA ARMADA

## AÇÃO COLETIVA E PRÁTICAS EDUCATIVAS NA MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA DO SUDOESTE GOIANO

CÁTIA REGINA ASSIS ALMEIDA LEAL

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Goiás, para obtenção do título de doutora em Educação.
**Linha de Pesquisa:** Educação, Trabalho e Movimentos Sociais.
**Orientador:** Professor Dr. Jadir de Morais Pessoa.

Goiânia
2006

L435a
Leal, Cátia Regina Assis Almeida

Arapuca Armada: ação coletiva e práticas educativas na modernização agrícola do sudoeste goiano / Cátia Regina Assis Almeida Leal. --- Goiânia: UFG/FE, 2006.

259p. : il.

Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação.
Orientador: Jadir de Morais Pessoa

Inclui bibliografia

1. Educação 2. Trabalho social - Educação 3. Movimentos sociais-Educação I. Título

CDU 37 (047)

Bibliotecária Responsável: Elisângela de Brito Carvalho CRB1/1863

CÁTIA REGINA ASSIS ALMEIDA LEAL

ARAPUCA ARMADA: AÇÃO COLETIVA E PRÁTICAS EDUCATIVAS NA MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA DO SUDOESTE GOIANO.

Tese defendida no Curso de Doutorado em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás, para obtenção do grau de Doutora, aprovada em 09 de junho de 2006, pela Banca Examinadora constituída pelos seguintes professores:

Prof. Dr. Jadir de Morais Pessoa - UFG
Presidente da Banca

Prof. Dr. Carlos Rodrigues Brandão – UFU/MG

Profª Drª Maria Teresa Lousa da Fonseca – CEE/GO

Prof. Dr. Barsanufo Gomides Borges – UFG

Prof. Dr. José Adelson da Cruz – UFG

*À Sílvia*
*Mãe incentivadora e paciente avó.*

*Ao Odonil*
*Companheiro e amigo incondicional de todos os momentos.*

*A Vítor, Flávia e Airton*
*A vocês e por vocês esse trabalho e a minha existência.*

*A vocês os méritos deste trabalho.*

# AGRADECIMENTOS

Não poderia deixar de agradecer, ainda que de forma sucinta e correndo riscos de ser injusta, àqueles que direta ou indiretamente contribuíram para que esse trabalho fosse concretizado. Agradeço de forma especial:

Ao Professor Dr. Jadir. Além de Morais, você é Pessoa: ator social participante e crítico, raizeiro cultural, pensador criterioso de sua cultura, segundo Brandão. Mas é também Pessoa, que educando foi amigo; sendo amigo ensinou; ensinando foi aprendiz; aprendendo conviveu; convivendo orientou; e orientando me fez perceber que, mais que um orientador de tese, você é um *ensinante* de vida.

Aos Professores Drs. José Adelson da Cruz e Barsanufo Gomides Borges pelas contribuições no Exame de Qualificação. Aos professores Dr. Carlos Rodrigues Brandão e Dra. Maria Teresa Lousa da Fonseca pelas contribuições na banca de defesa.

Aos professores da turma, com os quais trocamos várias experiências, agradeço na pessoa do Professor Dr. Carlos Rodrigues Brandão.

Aos colegas da II turma do Doutorado em Educação da FE/UFG, especialmente Rose, Geovana e Tekinha. A distância e o isolamento no período de redação não apagaram os momentos de convívio e aprendizagem.

Aos representantes das instituições pesquisadas – Diocese de Jataí, Cooperativa Agroindustrial dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano; Sindicatos Rurais Patronais, Sindicatos dos Trabalhadores Rurais dos municípios de Jataí, Rio Verde e Santa Helena de Goiás; Associação Comercial e Industrial de Rio Verde; Conselho Comunitário de Jataí e Sociedade Ecológica de Jataí – agradeço a prestatividade e disponibilidade das informações necessárias à pesquisa.

Ao quadro docente do Curso de Educação Física do Campus Jataí/UFG na pessoa do professor Edney Rocha Freitas.

Às primas Arlene e Elisvany, que me acolheram em suas casas quando ficava em Goiânia. E à Aline pelo constante companheirismo e prestatividade.

Às amigas: Luciene Lima de Assis Pires, eterna incentivadora e amiga incondicional; Laís Leni de Oliveira Lima, pela amizade construída durante o curso; Minéia Carvalho Rodrigues, pela imensa dedicação pessoal e profissional.

Na pessoa de Zelinda agradeço ao Grupo de Estudo Espírita Luz do Amanhecer. Sei que vocês estiveram comigo, de alguma maneira, durante toda essa caminhada.

Com vocês divido os possíveis méritos deste trabalho.

TÍTULO:

"[...] novo governo novas idéias novo banco – não passa de nova tentação
nova *arapuca armada* aos ingênuos
no começo é assim vamo praqui vamo prali depois roça deu não deu querem os cobres ou a terra".

(ARANTES, 1975, p. 28; grifo meu).

# RESUMO

O trabalho resulta de uma investigação das práticas educativas presentes na ação de vários grupos organizados, no processo de modernização agrícola do Sudoeste goiano. A investigação compreende as diversas possibilidades de reações dos diferentes agentes coletivos em relação a esse processo social, econômico, político, ambiental e cultural. Propõem-se como objetivos: investigar como o processo de modernização agrícola se deu na região do Sudoeste goiano; compor um quadro explicativo dos agentes coletivos organizados que tomam parte significativa nesse processo; analisar, particularizando na ação desses agentes, as estratégias que asseguram a sua reprodução; e verificar se essas estratégias de ação podem ser lidas como práticas educativas. A pesquisa se reporta à década de 1970 e décadas subseqüentes, período de surgimento e consolidação da modernização agrícola na região pesquisada, particularizando os seguintes municípios: Jataí, Rio Verde e Santa Helena de Goiás. Os agentes coletivos analisados são: Diocese de Jataí, Cooperativa Agroindustrial dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano (COMIGO), Sindicato Rural Patronal (SR), Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR), Associação Comercial e Industrial de Rio Verde (ACIRV), Conselho Comunitário de Jataí (CCJ) e Sociedade Ecológica de Jataí (SEJA). Como técnicas de pesquisa foram utilizadas basicamente a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental – fontes primárias e fontes secundárias. O referencial de análise é a Teoria da Prática de Pierre Bourdieu, especialmente as categorias *habitus* e *campo*. A pesquisa indicou a existência de um novo *habitus* – agromodernizado e agromodernizador – capaz de fazer com que os agentes reproduzam os diversos interesses presentes no ‘campo da modernização agrícola’.

ABSTRACT

This paper results from an investigation of the educative practices that are present in the action of a lot of organized groups, in the process of agricultural modernization of the South-west of Goiás. The investigation understands the several possibilities of reaction from the different collective agents with reference to this process social, economical, political, environmental and cultural. It is suggested as objectives: investigate how the process of agricultural modernization happened in the South-west of Goiás; build an explanation board of the organized collective agents that take a significant part in this process; analyze, specifying in the action of these agents, the strategies that ensure their reproduction; and verify if these action's strategies can be read as educative practices. The research reports to the decade of 1970 and extends to the next decades, period of appearance and consolidation of the agricultural modernization in the researched area, specifying the following towns: Jataí, Rio Verde and Santa Helena de Goiás. The collective agents that were analyzed are: Diocese de Jataí, Cooperativa Agroindustrial dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano (COMIGO), Sindicato Rural Patronal (SR), Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR), Associação Comercial e Industrial de Rio Verde (ACIRV), Conselho Comunitário de Jataí (CCJ) e Sociedade Ecológica de Jataí (SEJA). As research techniques were used basically the biography research and the documented research – primary source and secondary source. The reference of analysis is the Theory of the practice from Pierre Bourdieu, specially the category *habitus* and *champ.* The research pointed the existence of a new habitus – agromodernizado and agromodernizador – capable of doing the agents reproduce the several interests that are present in the *champ* of agricultural modernization.

LISTA DE QUADROS, GRÁFICOS E ILUSTRAÇÕES

QUADROS


| | | |
|---|---|---|
| Quadro 1 | População Urbana/Rural | 54 |
| Quadro 2 | Quantidade produzida (t) – Arroz | 58 |
| Quadro 3 | Quantidade produzida (t) – Milho | 58 |
| Quadro 4 | Quantidade produzida (t) - Soja | 59 |
| Quadro 5 | Quantidade produzida (t) - Algodão e Cana-de-açúcar | 60 |
| Quadro 6 | Número de tratores | 60 |
| Quadro 7 | Efetivo de rebanho bovino | 60 |
| Quadro 8 | Situação da Diocese de Jataí em 1971 | 84 |
| Quadro 9 | Situação da Diocese de Jataí em 1991 | 87 |
| Quadro 10 | Evolução do quadro social da COMIGO (1975 a 2005) | 97 |
| Quadro 11 | Áreas de ação da COMIGO | 99 |
| Quadro 12 | Evolução do quadro de associados dos Sindicatos Rurais | 106 |
| Quadro 13 | Evolução do quadro de associados dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais | 112 |
| Quadro 14 | Obras sociais da Diocese de Jataí | 141 |
| Quadro 15 | Balanço do movimento do Instituto Espírito Santo | 145 |
| Quadro 16 | Assentamentos do município de Santa Helena de Goiás | 217 |
| Quadro 17 | Assentamentos do município de Rio Verde | 218 |
| Quadro 18 | Assentamentos do município de Jataí | 218 |


GRÁFICO


| | | |
|---|---|---|
| Gráfico 1 | Faturamento da COMIGO | 98 |


ILUSTRAÇÕES


| | | |
|---|---|---|
| Ilustração 1 | Mapa da Diocese de Jataí – 2005 | 88 |
| Ilustração 2 | Carreata pelas ruas de Jataí | 166 |
| Ilustração 3 | Benção de máquinas agrícolas | 166 |
| Ilustração 4 | Benção de implementos agrícolas | 167 |
| Ilustração 5 | Benção dos trabalhadores | 167 |
| Ilustração 6 | Padres das quatro paróquias de Jataí realizando a missa campal | 172 |
| Ilustração 7 | População presente na missa campal (estimativa de 3 mil pessoas) | 172 |
| Ilustração 8 | Material didático do programa Cooperjovem | 184 |
| Ilustração 9 | Gibi “A turma da cooperação” | 185 |
| Ilustração 10 | “deste banco eu sou dono” | 194 |
| Ilustração 11 | “melhor é serem dois do que um [...] se um cair, o outro o levanta” | 194 |

# LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|---|---|
| 1ª CCA | Primeira Corte de Conciliação e Arbitragem de Rio Verde |
| 41º Bimtz | Batalhão de Infantaria Motorizada |
| ACIEG | Associação Comercial, Industrial e de Serviços do Estado de Goiás |
| ACIRV | Associação Comercial e Industrial de Rio Verde |
| ACJ | Associação Cultural de Jataí |
| ADCAJ | Associação dos Docentes do Campus Avançado de Jataí |
| AGEHAB | Agência Goiana de Habitação |
| AGETUR | Agência Goiana de Turismo |
| APG | Associação dos Produtores de Grãos |
| CAFIR | Cadastro Fiscal de Imóveis Rurais |
| CAT | Clube Amigos da Terra |
| CCJ | Conselho Comunitário de Jataí |
| CCR | Curso de Capacitação Rural |
| CEAGRO | Câmara Especializada de Agronomia |
| CEBs | Comunidades Eclesiais de Base |
| CEFET | Centro Federal de Educação Tecnológica |
| CESUT | Centro de Ensino Superior de Jataí |
| CNA | Confederação Nacional da Agricultura |
| CNBB | Conferência Nacional dos Bispos do Brasil |
| COETAGRI | Cooperativa de Alunos da Escola Agrotécnica Federal de Rio Verde |
| COMIGO | Cooperativa Agroindustrial dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano |
| CONAB | Companhia Nacional de Abastecimento |
| CONTUR | Conselho Estadual do Turismo de Goiás |
| COOPEN | Cooperativa de Ensino de Rio Verde |
| CPA-JB | Centro de Pesquisa Ambiental e Jardim Botânico Zenaide Gouveia Vilela |
| CPT | Comissão Pastoral da Terra |
| CTC | Centro Tecnológico COMIGO |
| CTG | Centro de Tradições Gaúchas |
| DAT | Departamento de Assistência Técnica |
| DICOR | Diretoria da Corregedoria Geral do Ministério Público |
| DIMPE | Distrito Municipal Industrial de Pequenas Empresas |
| EMATER | Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural |
| EMBRAPA | Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária |
| EMBRATUR | Instituto Brasileiro de Turismo |
| EMGOPA | Empresa Goiana de Pesquisa Agropecuária |
| EXPAJA | Exposição Agropecuária de Jataí |
| EXPO | Exposição Agropecuária de Rio Verde |
| EXPOAGRO | Exposição Agropecuária de Santa Helena de Goiás |
| FACIEG | Federação das Associações Comerciais, Industriais e Empresariais do Estado de Goiás |
| FAEG | Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás |
| FEJ | Fundação Educacional de Jataí |
| FESURV | Fundação de Ensino Superior de Rio Verde |
| FCO | Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste |

| | |
|---|---|
| FGTS | Fundo de Garantia por Tempo de Serviço |
| FUNRURAL | Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural |
| IEL | Instituto Euvaldo Lodi |
| INCRA | Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária |
| INPS | Instituto Nacional de Previdência Social |
| INSS | Instituto Nacional de Seguro Social |
| JUCEG | Junta Comercial do Estado de Goiás |
| OCG | Organização das Cooperativas de Goiás |
| PAEG | Programa de Ação Econômica do Governo |
| PAVLA | Voluntários do Papa para América Latina |
| PGPM | Política de Garantia de Preços Mínimos |
| PPS | Partido Popular Socialista |
| SCPC | Serviço Central de Proteção ao Crédito |
| SEBRAE | Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas |
| SEJA | Sociedade Ecológica de Jataí |
| SENAC | Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial |
| SENAI | Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial |
| SENAR | Serviço Nacional de Aprendizagem Rural |
| SESCON | Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis, Perícia, Informação e Pesquisa |
| SESCOOP | Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo |
| SINTEGO | Sindicato dos Trabalhadores da Educação do Estado de Goiás |
| SR-J | Sindicato Rural de Jataí |
| SR-RV | Sindicato Rural de Rio Verde |
| SR-SH | Sindicato Rural de Santa Helena de Goiás |
| STR-J | Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jataí |
| STR-RV | Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Verde |
| STR-SH | Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Helena de Goiás |
| SUDOEXPO | Feira de Indústria, Comércio e Prestação de Serviços do Sudoeste Goiano |
| UDR | União Democrática Ruralista |
| UNAMBATAÍ | União das Associações de Moradores de Bairros de Jataí |
| UNESCO | Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura |
| UNICEF | Fundo das Nações Unidas para a Infância |

SUMÁRIO


| | | |
|---|---|---|
| | INTRODUÇÃO..... | 14 |
| 1 | EMERGÊNCIA DA MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA NO SUDOESTE GOIANO: “o desaparecimento comum das pastagens de todas as fazendas passou a ser a isca que os investimentos bancários lançam no mar da inocência”..... | 26 |
| 1.1 | AGRICULTURA MODERNA: “duns tempos para cá vem pensando em mudar o caminho que o acaso lhe tem pautado no bico do dia-a-dia”..... | 31 |
| 1.2 | CONDICIONANTES DA MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA: “o dinheiro descia dos céus no bico do pensamento ou vinha na barriga do vento congestionando ao pé de qualquer precisão”..... | 36 |
| 1.3 | MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA NO CERRADO: “intuído pela engenhosidade do novo caminho bebeu esperanças temperadas com sonhos – sonhos flutuantes nos planos endinheirados”..... | 44 |
| 1.4 | MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA NA REGIÃO DO SUDOESTE GOIANO: “entre gritos e gemidos nasceu a grande lavoura no escândalo da região”..... | 52 |
| 2 | MUDANÇAS CONDICIONADAS PELA MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA: “a cidade transformou-se de repente”..... | 64 |
| 2.1 | AGENTES COLETIVOS QUE COMPÕEM O CAMPO DA MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA: “quem não trabalha para o zeca ocupa-se em falar no ou que seja do zeca – o importante é pronunciar o seu santo nome”..... | 77 |
| 2.1.1 | O campo religioso – Diocese de Jataí..... | 77 |
| 2.1.2 | O campo cooperativista – Cooperativa Agroindustrial dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano (COMIGO)..... | 89 |
| 2.1.3 | O campo das representações patronais – Sindicato Rural Patronal..... | 103 |
| 2.1.4 | O campo das representações dos trabalhadores – Sindicato dos Trabalhadores Rurais..... | 109 |
| 2.1.5 | O campo das representações comerciais e industriais – Associação Comercial e Industrial de Rio Verde (ACIRV)..... | 117 |
| 2.1.6 | O campo comunitário – Conselho Comunitário de Jataí (CCJ)..... | 122 |
| 2.1.7 | O campo ecológico – Sociedade Ecológica de Jataí (SEJA)..... | 128 |
| 2.2 | AS DISPUTAS NO CAMPO DA MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA: “o nome do homem virou pai e pão nosso (...) a força do nome foi indo não coube mais nas redondezas e transbordou-se a outras plagas e vai germinando pelo mundo afora assombrosamente”..... | 132 |
| 3 | PRÁTICAS EDUCATIVAS NO CAMPO DA MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA: “o zeca que metamorfosicamente saiu das estagnadas fossas do atraso penetra nas brumas de tempestades de dinheiro – multiplicou-se inesperadamente em ocupações dinâmicas e crescentes”..... | 137 |
| 3.1 | ESTRATÉGIAS EDUCATIVAS NA AÇÃO COLETIVA: “seja feita a vontade de Deus!”..... | 139 |

3.1.1 O campo religioso – Diocese de Jataí..... 139
3.1.2 O campo cooperativista – Cooperativa Agroindustrial dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano (COMIGO)..... 173
3.1.3 O campo das representações patronais – Sindicato Rural Patronal..... 196
3.1.4 O campo das representações dos trabalhadores – Sindicato dos Trabalhadores Rurais..... 208
3.1.5 O campo das representações comerciais e industriais – Associação Comercial e Industrial de Rio Verde (ACIRV)..... 220
3.1.6 O campo comunitário – Conselho Comunitário de Jataí (CCJ)..... 225
3.1.7 O campo ecológico – Sociedade Ecológica de Jataí (SEJA)..... 232
3.2 PRÁTICAS EDUCATIVAS NAS ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO DOS AGENTES COLETIVOS: “gente da roça panhou na cidade não vale nada”..... 237

CONSIDERAÇÕES FINAIS: “e em outros rincões os inhambus enxugam nos lenços de verdes brisas as lágrimas de seus prantos pranto de exílio e de devastação”..... 245
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... 253

# INTRODUÇÃO

> Fiquei aturdido por haver sequer iniciado um projeto impossível de executar. Era como começar a escrever um livro. Quando enfrento a desoladora possibilidade de escrever quinhentas páginas, uma sensação doentia de fracasso me domina. Tenho certeza de que nunca conseguirei fazê-lo. Isso sempre me acontece. Depois consigo escrever uma página e logo mais outra, e mais outra, e vou em frente. (STEINBECK, s.d.c, p. 27)

Escrever de fato não é fácil. Ao ver que essa é uma dificuldade partilhada por escritores consagrados como esse, sinto uma sensação de consolo, concluindo que a dificuldade não é só minha. De início a sensação de fracasso é quase avassaladora, mas trilhando o caminho de Steinbeck tento escrever esta página na esperança de que consiga ir em frente e de que logo venham outras.

Um bom modo de começar pode estar em escrever o que me levou a fazer este trabalho. Segundo Steinbeck muitos leitores estão mais interessados em saber o que um autor usa do que o que ele realmente pensa quando escreve uma obra, "[...] muitos leitores sentem-se mais interessados no que me levou a escrevê-la, do que nas coisas que eu nela digo" (p. 39). Isso me remete a responder ao que de fato me levou a escrever esta tese.

Poderia aqui apontar vários motivos, mas vou-me ater apenas a dois, que considero os principais. O primeiro deles tem a ver com um projeto de vida. O segundo, com a carreira profissional docente. Não se sabe de que lugar brotam esses desejos, mas sei que desde tenra idade sempre tinha o desejo de buscar os mais altos degraus do saber. Steinbeck, ao escrever *Viajando com Charley*, relatou que quando era muito jovem sentia o impulso intenso de estar em algum outro lugar. As pessoas mais velhas asseguravam que a maturidade havia de curar tal anseio. Quando, com o passar dos anos, ele pôde ser classificado como homem de meia idade, afirmavam que mais alguns anos nas costas e essa febre se abrandaria. Depois acreditou que a senilidade poderia dar um jeito, mas nada funcionou. Aos cinqüenta e oito anos partiu à descoberta de sua terra natal percorrendo quase quarenta estados americanos.

"Quando o vírus da inquietação começa a se apossar de um homem [...] deve, antes de mais nada, buscar dentro de si mesmo uma razão aceitável e suficiente para seguir adiante". (STEINBECK, s.d.c, p. 9) Precocemente, não esperei,em relação ao autor, tanto tempo para executar esse projeto de vida e parti, durante minha trajetória acadêmica, em busca dessa razão aceitável e suficiente para a sua realização. Assim, passei por todas as etapas do processo de escolarização cultivando esse vírus da inquietação e perseguindo o desejo de chegar ao ponto mais alto. Diante da possibilidade de realização desse desejo,

inscrevi-me no processo seletivo para o curso de doutorado do programa de pós-graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás no ano de 2003, obtendo êxito.

Procurei, como idéia inicial, construir um projeto de pesquisa que trouxesse como preocupação central a questão da relação entre sociedade civil e Estado via conselhos comunitários municipais. Após uma pesquisa desenvolvida no mestrado que apontava, entre outras coisas, a falta de mobilização popular dos movimentos sociais existentes no município de Jataí, procurei verificar se essa mobilização existia nos Conselho Comunitário, já que ele é o agente agregador de quase todos os segmentos organizados da cidade.

Alguns elementos como a existência de atores coletivos, a prática de ações coletivas, a luta por interesses comuns, entre outros, caracterizam os movimentos sociais (MASCARENHAS, 2004). E foi pensando nisso que formulei o seguinte tema de pesquisa: Conselhos Comunitários e Movimentos Sociais: um estudo dessa relação no Estado de Goiás. Para os representantes desse Conselho, em Jataí, a sociedade é bem representada e atendida em suas reivindicações, visto constituir-se um Conselho Comunitário bastante atuante por meio das diferentes instituições que o compõem. A comunidade jataiense acredita que se encontra ali amplamente representada e nessa representação está compreendida a noção de participação da população. Um outro motivo que me levou ao interesse por essa pesquisa foi o fato de pouco se conhecer sobre a natureza e a realidade operacional desse tipo de Conselho. Assim, a intenção era analisar e diagnosticar o impacto das ações desse Conselho sobre a sociedade e o Estado. Utilizando como exemplo o modelo do Conselho Comunitário existente em Jataí como ponto de partida, a intenção era verificar como os conselhos comunitários municipais têm repercutido / agido nos demais municípios do Estado.

No entanto, após o ingresso no curso, o andamento das disciplinas, levantamentos prévios e orientações recebidas, percebi que a questão do Conselho Comunitário não abarcaria o processo de ação coletiva e também que a questão da ação coletiva pressupunha a compreensão de um fenômeno mais abrange e significativo da região.

Como diz Bourdieu (1998), a construção do objeto não é uma coisa que se produza de uma assentada,

> [...] é um trabalho de grande fôlego, que se realiza pouco a pouco, por retoques sucessivos, por toda uma série de correcções, de emendas, sugeridos por o que se chama o oficio, quer dizer, esse conjunto de princípios práticos que orientam as opções ao mesmo tempo minúsculas e decisivas. (p. 27)

E foi nesses retoques sucessivos, nessas séries de correções e emendas que houve um (re)direcionamento do objeto de estudo. É evidente que essa mudança não veio aleatoriamente, mas sim após muitas reflexões e, por que não dizer, confusões. Surge o novo objeto, ou o velho repensado, amadurecido, e, é claro, ainda em construção. Assim, em vez de pensar apenas os conselhos comunitários municipais, passei a pensar mais instituições, mas dessa vez com um fenômeno social norteador: o processo de modernização agrícola do Sudoeste goiano.

A modernização agrícola mudou a história do Sudoeste goiano, alterando a lógica de vida na região em toda a sua história, a partir da década de 1970. Além da alteração no modo de vida das pessoas, alterou a cultura, a paisagem, o meio ambiente, a produção, a comercialização, a agroindustrialização entre outros fatores. Por isso, decidi fazer uma leitura de conjunto desse fenômeno social. Assim, tomei esse mote para ver sua relação com a ação de vários grupos, de vários segmentos organizados, ou do que estou chamando aqui de agentes coletivos – grupos de pessoas que praticam ações coletivas. A ação coletiva é vista aqui em contraposição à ação individual, o adjetivo coletivo exprime o contrário do individual, aquilo que é próprio de um grupo.

Interessa-me compreender quais foram as reações dos diferentes agentes coletivos em relação ao processo de modernização da agricultura no Sudoeste goiano, ou seja, quem aderiu, quem tirou proveito, quem se rebelou contra ele, quem protestou, quem não se posicionou, enfim, pensar o Sudoeste goiano como diversas possibilidades de reação em relação a esse processo social, econômico, político, ambiental e cultural. Assim, cheguei à pesquisa "Arapuca Armada: ação coletiva e práticas educativas na modernização agrícola do Sudoeste goiano".

Para o seu desenvolvimento propus as seguintes questões/problemas: Como o processo de modernização da agricultura se deu no Sudoeste goiano? Os agentes coletivos que compõem essa região perceberam esse processo acontecer? E se viram, como reagiram / relacionaram-se com ele? Quais as estratégias que cada agente coletivo organizado utiliza para assegurar a sua reprodução nesse contexto? Essas estratégias de ação dos agentes coletivos podem ser lidas como práticas educativas?

Parto do pressuposto de que é nessas estratégias de ação dos diferentes agentes coletivos organizados que está presente a prática educativa, ou seja, as estratégias elaboradas por cada um deles. Por exemplo, por meio de um boletim informativo, um jornal, um programa de rádio, uma página na Internet ou uma organização de um evento, tentam fazer valer sua representação, seu pensamento, sua idéia sobre o processo. O que estou chamando

de educação são essas estratégias de ação que reproduzem ou contestam a modernização agrícola da região. É por meio delas que é desvelada a docência dos agentes coletivos organizados. No momento em que se elabora uma estratégia de ação está formando-se uma idéia, uma cultura, uma consciência, uma mentalidade das pessoas em relação a algo.

O recorte de tempo da pesquisa reporta-se ao momento do surgimento e consolidação da modernização agrícola na região, que é a década de 1970. Busco os elementos do passado para compreender o desenvolvimento posterior desse fenômeno, por isso o período que interessa à pesquisa é de 1970 em diante.

A região a ser pesquisada é parte significativa do Sudoeste goiano. São os municípios de Jataí, Rio Verde e Santa Helena de Goiás[1]. O município de Montividiu aparecerá no primeiro capítulo quando serão apresentados alguns dados estatísticos porque seu território esteve vinculado ao do município de Rio Verde até o ano de 1987, ano da sua emancipação. O texto mostra que, mesmo depois do desmembramento da área do município de Montividiu, os índices de desenvolvimento do município de Rio Verde não diminuíram como esperado; pelo contrário, continuaram sempre crescentes.

A escolha desses municípios, em princípio, está ligada ao fato de eles serem os mais "modernos" do ponto de vista da tecnificação da agricultura, ou seja, os que mais sofreram a influência das modernas técnicas de cultivo agrícola e, portanto, tiveram sua historicidade mudada em função desse fenômeno. Segundo Soares (1999), deve-se observar como critérios, para estabelecer se em uma determinada região ocorreu a modernização agrícola, cinco efeitos comuns: elevação do preço da terra; alteração nas relações de trabalho; elevação na taxa de urbanização e diminuição da população rural; mudança na pauta de produção e aumento expressivo da infra-estrutura básica; ampliação de uma rede de serviços que funciona como centro dinâmico regional. Essas são características determinantes de alteração da agricultura de subsistência para uma agricultura moderna.

Após a delimitação dos municípios passo à etapa da delimitação dos sujeitos da pesquisa. Bourdieu alerta que, para se obter uma amostra num *campo,* é preciso olhar os personagens marcantes de cada *campo*, mas destaca que "[...] é preciso muitas vezes, para se fazer ciência, evitar as aparências da cientificidade, contradizer as normas em vigor e desafiar os critérios correntes do rigor científico [...] as aparências são sempre pela aparência" (BOURDIEU, 1998, p. 42). Para ele, enquanto se tomar o dado tal como ele se dá, dar-se-vos-á sem problemas. Tudo anda por si, naturalmente. As portas abrem-se e as bocas também. Em

[1] O nome desse município aparecerá durante todo o texto como Santa Helena como é popularmente conhecido na região.

suma, ao permanecer na ordem da aparência socialmente construída, todas as aparências estarão a favor, até mesmo as aparências da cientificidade, por isso há que se tomar cuidado nessa busca para não se correr o risco de ficar na superficialidade dos fatos.

Tendo em conta esses cuidados, fiz a escolha dos sujeitos da pesquisa – agentes coletivos organizados significativos. Os que são de fato significativos só se revelaram quando busquei os fatos concretos que compõem a existência de cada um deles. Nessa busca foi possível selecionar os que são significativos e os que não são. Estou tomando como mais significativos aqueles que, além de fazerem fundamentalmente parte do processo, possuam informações/documentos suficientes para a análise.

Após observar esses aspectos, cheguei a dois grupos de agentes coletivos: no primeiro estão agentes comuns aos três municípios: Diocese de Jataí, Cooperativa Agroindustrial dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano (COMIGO), Sindicato Rural Patronal (SR) e Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR). No segundo grupo não foi possível a opção por agentes comuns, por isso optei por trabalhar com agentes diferentes, mas que participam igualmente de maneira importante do processo: em Rio Verde, Associação Comercial e Industrial de Rio Verde (ACIRV); e em Jataí, Conselho Comunitário de Jataí (CCJ) e Sociedade Ecológica de Jataí (SEJA).

Para Bourdieu (1998), a importância do objeto não garante a importância do estudo. O que conta, na realidade, é a construção do objeto. Para ele, um instrumento utilizável nessa construção é a formação de um quadro dos caracteres pertinentes de um conjunto de agentes ou de instituições. Esse recurso obriga a pensar relacionalmente, pensar em termos de realidades que podem ser vistas claramente em termos de relações. Para o autor, se é verdade que o real é relacional, pode acontecer que nada se saiba de uma instituição acerca da qual se julga saber tudo, porque ela nada é fora das suas relações com o todo, portanto vale mais estudar extensivamente um conjunto dos elementos pertinentes do objeto construído.

Ao recusar a divisão entre teoria e metodologia por considerar que não se pode reencontrar o concreto combinando duas abstrações, Bourdieu critica algumas questões como: a) o fetichismo da evidência; b) a rigidez de procedimentos; c) a retórica da apresentação. Segundo o autor, para tentar converter em preceito positivo todas essas críticas, é preciso mobilizar todas as técnicas que, dada a definição do objeto, possam parecer pertinentes e que, dadas as condições práticas de recolha dos dados, são praticamente utilizáveis.

"É proibido proibir" ou "livrai-vos dos cães de guarda metodológicos" (BOURDIEU, 1998, p. 26). A liberdade externa que ele prega tem como contrapartida uma

extrema vigilância das condições de utilização das técnicas, da sua adequação ao problema posto e às condições do seu emprego.

Pensando nisso, no trabalho em questão utilizo diferentes formas de captar o real. Utilizo como fonte bibliográfica diversos autores, sendo os mais significativos: Octavio Ianni, Francisco Graziano Neto, Ângela Kageyama, José de Souza Martins, Francisco de Oliveira, José Graziano da Silva, Antônio Cândido, Maria Isaura Pereira de Queiroz, Maria da Glória Gohn, Pierre Bourdieu, Carlos Rodrigues Brandão, Jadir de Morais Pessoa, Cândido Grzybowski, Jacques Therrien, Maria Nobre Damasceno e, da literatura, John Steinbeck, Carmo Bernardes, Sebastião Arantes, entre outros.

A possibilidade de diálogo entre literatura e outras áreas do conhecimento permite a compreensão de vários elementos que estão ocultados nas obras acadêmicas. Esse diálogo pode ser rico porque a literatura, como fonte, permite uma reflexão de como as pessoas experienciam o mundo, ensinando a olhar o espaço social como artifício revelador da cultura.

Barthes (1978) chama de literatura essa trapaça salutar, essa esquiva, esse logro magnífico que permite ouvir a língua fora do poder, no esplendor de uma revolução permanente da linguagem. Para ele,

> [...] a literatura assume vários saberes [...] todas as ciências estão presentes no monumento literário. É nesse sentido que se pode dizer que a literatura, quaisquer que sejam as escolas em nome das quais ela se declara, é absolutamente, categoricamente realista: ela é a realidade, isto é, o próprio fulgor do real. (p. 18)

Steinbeck comprova isso quando diz que duas pessoas podem, utilizando seus métodos, ver uma realidade igual de maneira diferente. O que um vê pode não ter a menor relação com o que o outro vê, contudo ambos são sinceros e bons observadores, e, apesar de tudo isso, ainda assim verão duas realidades diferentes, duas verdades opostas. “Tenho a impressão de que existem muitas realidades. O que aqui estou escrevendo é a verdade, até que apareça outra pessoa e rearrume o mundo, ao seu próprio estilo” (s. d.c, p. 71).

Barthes (1978) diz ainda que “[...] a literatura faz girar os saberes, não fixa, nem fetichiza nenhum deles; ela lhes dá um lugar indireto, e esse indireto é precioso [...] ela trabalha nos interstícios da ciência” (p. 18). Para esse autor “A ciência é grosseira, a vida é sutil, e é para corrigir essa distância que a literatura nos importa” (p. 19).

A literatura pode ser reveladora na medida em que ela “[...] não diz que sabe alguma coisa, mas que sabe de alguma coisa; ou melhor: que ela sabe algo das coisas – que

sabe muito sobre os homens" (p. 19). Ela não é criação casual, mas produção cultural que manifesta a realidade na qual o autor se insere.

Segundo Cândido (1967), a criação literária corresponde a necessidades humanas de representação do mundo e por isso ela pode ser considerada um elemento de civilização na medida em que pode ser constituída a partir do entrelaçamento de diversos fatores sociais. Ela é então um sistema simbólico que assume uma função importante na apreensão da realidade pela sociedade.

Araújo (2005) enfatiza que a adoção da literatura como fonte de pesquisa pressupõe que as obras literárias realizem uma interlocução com o contexto social que emerge de significações sociais apreendidas pelo autor em suas relações com a sociedade.

> As produções literárias são expressão histórica da realidade social da qual são originárias, e, portanto, podem fornecer elementos que subsidiem estudos acerca da realidade à qual estão relacionadas. A literatura contribui dessa forma para recriação e para o entendimento de diversos aspectos da realidade social. (ARAÚJO, 2005, p. 18)

Assim, as obras literárias são tomadas aqui como fontes alternativas de pesquisa já que elas expressam vida cotidiana e possuem vínculo com a realidade concreta que permite caracterizar diversos aspectos de determinados agrupamentos sociais. As obras mais utilizadas são as regionalistas[2], especialmente uma, *O pranto dos Inhambus*, do escritor rioverdense Sebastião Arantes[3], pela riqueza de detalhes que me permitiu caracterizar os tipos humanos, as paisagens, os valores e o modo de vida do *caipira*[4] tradicional do Sudoeste goiano. A literatura regional permite compreender aspectos peculiares da realidade local de um povo. Nela é possível captar elementos constitutivos da cultura, da identidade, dos tipos sociais característicos do lugar, como ressalta Pessoa (1996, p. 167), quando diz que "[...] podemos conhecer muito sobre a nossa realidade social goiana através da nossa literatura [...] tudo parece ter uma compreensão significativa nos nossos textos literários".

---

[2] Entendo por regionalismo a relação íntima entre a ação das personagens e os espaços sociais ocupados por elas, ou como respondeu Bariani Ortencio, ao ser perguntado sobre o que é regionalismo, durante uma participação em aula da disciplina "Cultura e educação no contexto das ações rurais coletivas", na Faculdade de Educação – UFG – no dia 28/09/04: "tem uma turma aí que diz que regionalismo é caipirismo e que o regionalismo é coisa do interior, (...) a base, o ponto de fuga é a aldeia. Regional é aquilo que é do lugar".

[3] Esse romance foi escrito em 1975, período de maior expansão do processo de modernização agrícola na região do Sudoeste goiano, e retrata a história de Zeca e Nega, um casal de habitantes do cerrado goiano que introduzem em suas terras modernas técnicas de cultivo de lavoura. Sebastião Arantes escreveu essa obra sem utilizar letras maiúsculas e pontuação, conforme aparece nas citações desta tese. Segue-se aqui a opção do autor, utilizando-se trechos que dão a compreensão de como ocorreu essa história e como ela é expressão do real processo de modernização agrícola no Sudoeste goiano como um todo.

[4] O termo caipira é utilizado aqui para designar aspectos culturais, exprime um modo-de-ser, um tipo de vida que pressupõe a incorporação dos diversos tipos étnicos ao universo da cultura rústica (CÂNDIDO, 1979).

Além dessas fontes utilizo a pesquisa documental. Segundo Lüdke e André (1986), essa pesquisa se constitui numa valiosa técnica de abordagem de dados qualitativos desvelando aspectos de um problema. São considerados documentos quaisquer materiais escritos que possam ser usados como fonte de informação. Para Carvalho (1989), esses documentos podem ser classificados de duas formas: fontes primárias, que são os documentos propriamente ditos; e fontes secundárias, que são dados ou informações elaboradas por institutos especializados e considerados confiáveis. No primeiro grupo podem-se incluir leis e regulamentos, normas, pareceres, cartas, memorandos, manuais, relatórios, ofícios, atas, estatutos, boletins, folhetos, gibis e materiais didáticos. No segundo, incluem-se revistas, jornais, rádio, televisão, entre outros.

A pesquisa documental busca identificar informações que se baseiam em fatos, a partir de questões ou hipóteses de interesse. É possível apresentar uma série de vantagens para o uso de documentos na pesquisa. A primeira delas se refere ao fato de que os documentos constituem uma fonte estável e rica persistindo ao longo do tempo, podendo ser consultados várias vezes e servir de base para diferentes estudos. Eles se constituem também em uma fonte poderosa da qual podem ser retiradas evidências que fundamentam afirmações e declarações do pesquisador. Não são apenas fontes de informação contextualizada, mas surgem num determinado contexto e fornecem informações sobre esse mesmo contexto. Outra vantagem da utilização dos documentos é que eles são fontes que permitem a obtenção de dados quando o acesso ao sujeito é impraticável ou quando a interação com os sujeitos pode alterar seu comportamento ou seus pontos de vista.

A pesquisa documental é "[...] uma fonte tão repleta de informações sobre a natureza do contexto que nunca deve ser ignorada" (LÜDKE E ANDRÉ, 1986, p. 39). O uso da pesquisa documental é apropriado em algumas situações básicas: quando o acesso aos dados é problemático; quando se pretende ratificar ou validar informações obtidas por outras técnicas de coleta; quando o interesse do pesquisador é estudar o problema a partir da própria expressão dos indivíduos, nesta situação incluem-se todas as formas de produção do sujeito de pesquisa.

O modo de utilização da pesquisa documental também é uma questão a ser observada. A primeira observação refere-se à caracterização do tipo de documentos que será usado ou selecionado. Eles podem ser do tipo oficial (decretos, pareceres), do tipo técnico (relatórios, estatutos), ou do tipo pessoal (uma carta, um diário). Pode-se utilizar um tipo único desses materiais ou uma combinação deles, como foi feito na pesquisa que serviu de

base para o presente texto. A escolha não foi aleatória. Houve propósitos, idéias e hipóteses guiando essa seleção.

Selecionados os documentos, fiz a análise propriamente dita dos dados a qual se deu de diferentes formas. Segundo Lüdke e André (1986), a diversidade de pontos de vista contribui para aumentar o conhecimento sobre o objeto em questão. Nesse processo é recomendável utilizar não só o conhecimento formal e lógico do pesquisador, mas também um conhecimento experiencial em que são envolvidas sensações, percepções, impressões e intuições. Nesse sentido, o que procurei analisar nos documentos consultados esteve o tempo todo articulado ao objeto de estudo, ou seja, ao processo de modernização agrícola do Sudoeste goiano.

O referencial de análise adotado no trabalho é o da Teoria da Prática de Pierre Bourdieu. Esse referencial teórico-metodológico remete a pensar nas relações que se processam entre a sociedade e os atores sociais, na mediação entre o *campo* e o *habitus,* ou entre a estrutura e o ator. Para esse autor a apreensão do espaço social se dá de maneira relacional. Para ele,

> É preciso, de fato, aplicar o modo de pensar relacional ao espaço social dos produtores: o microcosmo social, no qual se produzem obras culturais, campo literário, campo cientifico etc., é um espaço de relações objetivas entre posições [...] e não podemos compreender o que ocorre a não ser que situemos cada agente ou cada instituição em suas relações objetivas com todos os outros (BOURDIEU, 1996, p. 60).

Bourdieu trabalha com duas categorias fundantes em seu esquema explicativo: *habitus* e *campo*.

> O *habitus* nada mais é do que essa lei imanente, *lex insita*, depositada em cada agente pela educação primeira, condição não somente da concertação das práticas mas também das práticas de concertação, posto que as correções e os ajustamentos conscientemente operados pelos próprios agentes supõem o domínio de um código comum e que os empreendimentos de mobilização coletiva não podem ter sucesso sem um mínimo de concordância entre os *habitus* dos agentes mobilizadores (profetas, chefes de partido, etc.) e as disposições daqueles cujas aspirações eles se esforçam por exprimir (ORTIZ, 2003, p. 64, grifo do autor).

O *campo* é um espaço social com estrutura própria relativamente autônoma em relação a outros *campos*. Os diversos *campos* sociais mantêm relação entre si, mas são definidos por objetivos específicos que garantem sua lógica particular de funcionamento e estruturação. O *campo* possui hierarquias e disputas internas que são compreendidas por aqueles que dele participam. Para o funcionamento de um *campo* é necessária a existência de

objetos em disputa e pessoas dotadas de *habitus* prontas para disputar. A compreensão das categorias *habitus* e *campo* é fundamental na medida em que constituo aqui um *campo* – o campo da modernização agrícola – na perspectiva de compreender o fenômeno da modernização agrícola no contexto do Sudoeste goiano e a relação de trocas simbólicas existentes entre os agentes coletivos que o compõem.

Para uma melhor compreensão da relação que os diferentes agentes coletivos estabelecem no campo da modernização agrícola, fez-se necessário utilizar o conceito de subcampo. Os agentes coletivos têm interesses comuns dentro desse campo, mas interesses específicos dentro de seus subcampos. Dessa forma, cada um deles constituiu-se subcampo com sua própria dinâmica de organização. Um subcampo existe dentro de um *campo*, mas, quando se olha sua especificidade, ele assume características de *campo* específico, com constituições, atuações e estratégias diferentes, porém com grau de autonomia relativa em relação aos outros *campos*. Partindo desse pressuposto, têm-se dentro do campo da modernização agrícola os seguintes subcampos: o campo religioso – Diocese de Jataí –, o campo do cooperativismo – COMIGO –, o campo das representações patronais – Sindicato Rural Patronal –, o campo das representações dos trabalhadores – Sindicatos dos Trabalhadores Rurais –, o campo das representações comerciais e industriais – ACIRV –, o campo das representações comunitárias – CCJ – e o campo ecológico – SEJA.

Posto isso, passo agora a apresentar a forma como procurei sistematizar a escrita do trabalho. Para dar-lhe organicidade desenvolvi-o em três momentos ou capítulos, que serão dispostos da seguinte forma.

O capítulo um tem como objetivo verificar a influência da modernização no cenário da agricultura brasileira, partindo do pressuposto de que esse fenômeno não pode ser observado isoladamente, mas sim a partir de uma conjuntura mais ampla, ou seja, da constituição da economia nacional. Partindo desse objetivo propus, ainda, verificar como esse processo de modernização agrícola se deu e como ele se explica, para, em um segundo momento, inseri-lo em um contexto regional: o Sudoeste goiano.

Nesse capítulo, inicialmente, discuto as formas de cultivo da terra utilizadas pelos agricultores tradicionais, o *caipira*, como modo de manutenção de sua subsistência. Em seguida, apresento a mudança ocorrida com a substituição dessa agricultura por uma mais moderna e tecnificada e as principais razões e motivos dessa transformação na agricultura: o progresso técnico do capitalismo, a questão da propriedade da terra e os meios de produção fundamentais na agricultura e a constituição dos Complexos Agroindustriais (CAIs). Discuto ainda a estreita relação que todo esse processo tem com a expansão da fronteira agrícola e

aponto alguns aspectos ligados à modernização agrícola: condicionantes internos e externos da agricultura, ideologia modernizadora, desenvolvimento desigual, dependência do setor agrícola ao industrial, condições de vida da população rural e reações da natureza. Finalizo, numa visão regional, apontando as principais políticas de incentivo à ocupação do cerrado goiano e discutindo como a modernização se deu nesse âmbito. Destaco, por meio de alguns indicadores econômicos, a modernização agrícola nos municípios pesquisados.

O capítulo dois tem como objetivo compor um quadro explicativo de agentes coletivos organizados que são significativos e que tomam parte no processo de modernização agrícola no Sudoeste goiano. Partindo-se do fato de que o desenvolvimento econômico apresentado em função da modernização agrícola impulsionou uma série de transformações no cenário da região discute-se, aqui, como essas transformações oriundas da modernização agrícola criaram os sujeitos necessários ao seu funcionamento, e como eles, por sua vez, passaram a (re)produzir a modernização agrícola. Esses sujeitos são os que são tomados aqui como agentes coletivos.

No capítulo em questão, opto inicialmente por apresentar as mudanças condicionadas pela modernização agrícola no Sudoeste goiano. Para isso recorro à Teoria da Prática de Bourdieu, que leva em consideração tanto as necessidades dos agentes quanto a objetividade da sociedade. Trabalho com suas categorias fundantes, *habitus* e *campo*, e proponho a compreensão dos agentes coletivos que compõem o processo de modernização agrícola no Sudoeste goiano a partir da criação de um novo *campo* – o campo da modernização agrícola. O campo da modernização agrícola é um espaço social, como os outros, em que se trata de poder, de capital, de relações de força, de estratégias de manutenção, ou de subversão, e de interesses. Em um segundo momento, apresento a relação que os agentes coletivos estabelecem nesse campo, por meio da constituição de seus subcampos; aponto como eles foram criados pela modernização e como, numa relação dialética, passaram a criá-la dentro do campo; como eles se comportam no desempenho de seus papéis, verificando sua atuação bem como suas possibilidades de ação dentro do campo. Ou seja, aponto como eles se relacionam dentro do campo da modernização agrícola procurando usar seus capitais para se estabelecer. Finalizo o capítulo com a tentativa de posicionar os diferentes agentes coletivos no processo de disputa dentro desse campo, partindo do pressuposto de que cada agente ocupa uma posição em um espaço ou em um campo de forças e de que ele só existe e subsiste sob as limitações estruturadas do campo.

O capítulo três, particularizando a ação desses agentes coletivos, tem como objetivo analisar suas estratégias realizadas com a finalidade de assegurar a manutenção do

seu papel, da sua função, enfim, de sua reprodução. É a partir da ação deles que será possível verificar se agiram numa perspectiva de reprodução, de conformação ou de questionamento, enfim, é nessas estratégias de ação que se articula o apoio, ou não, a esse processo de modernização.

Para isso, nesse capítulo, inicialmente apresento a ação coletiva no campo da modernização agrícola. Essa ação será tomada aqui como educação. Interessa evidenciar a educação elaborada a partir das estratégias de ação utilizadas pelos agentes coletivos nos seus respectivos campos e no campo da modernização agrícola. Parto do pressuposto de que essa educação é carregada de intencionalidade e de significações históricas e sociais. Realço, no entanto, que se faz necessário ampliar a abrangência do campo educacional, considerando que a educação não é uma ação exclusiva do sistema escolar, mas, numa perspectiva mais ampla, um processo de aquisição de conhecimento que se faz na sociedade, uma prática educativa que pode se dar em qualquer ambiente. As estratégias de ação são tomadas aqui como práticas educativas. Feito isso, passo, em seguida, a apresentar as diferentes práticas ou estratégias educativas possíveis nessa ação coletiva. Quais são elas e como elas são utilizadas são fatores determinantes para se perceber o nível de reprodução ou conformação, ou ainda, de formação de uma consciência a favor ou contra a modernização agrícola. Finalizo o capítulo demonstrando que as estratégias de ação desenvolvidas pelos agentes coletivos que compõem o campo da modernização agrícola formam um novo *habitus* – agromodernizado e agromodernizador – capaz de fazer com que as pessoas assimilem o modo como as coisas se dão dentro do campo, passando, ao mesmo tempo, a ditar comportamentos e fazendo com que esse novo *habitus* seja reproduzido.

Para concluir aponto que a modernização agrícola no Sudoeste goiano aconteceu, essencialmente, de maneira exógena, ou seja, o Sudoeste aceita e incorpora projetos de modernização impostos de fora para dentro. Ele não tem seu próprio projeto de modernização agrícola, ficando sua construção a cargo dos agentes coletivos que o constroem de acordo com suas regras de conveniência, apesar de alguns elementos endógenos. A constituição desse projeto pelos agentes coletivos passa por práticas educativas muito contundentes que o naturalizam tornando-se assim um impeditivo para possíveis saídas em relação ao avanço desse processo. As ações que contestam esse projeto ou modelo de modernização agrícola estão ligadas a personificações, ou seja, a sujeitos individuais que, em contrapartida à dimensão das ações coletivas, se tornam praticamente nulas. Portanto, restam poucas alternativas aos inhambus, além de irem derramar o seu pranto em outros rincões.

# 1 EMERGÊNCIA DA MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA NO SUDOESTE GOIANO: “o desaparecimento comum das pastagens de todas as fazendas passou a ser a isca que os investimentos bancários lançam no mar da inocência”

O Pranto dos Inhambus.
[...] bem que a terra tá aí inguiçando com mil promessas
a fertilidade aflora na mocidade vegetativa
o mimo serena de folha em folha
fazer o que sem tostão pra movimentar quando ele conta apenas com a perrengueza personificada em doenças sobre doenças e tratar como e com que recursos inexistentes – vai curtindo a vida lutando contra as enfermidades bebendo chazinhos de pouca reação num corpo vencido aninhado à boca da sepultura – bebe o que mandam e ensinam por último tomou sem saber à maneira de todas as simpatias um escaldado de bosta de cachorro – achando uma ruindade medonha no gosto estranho daquilo mas empurrou com fé sob a alegação carinhosa da esposa
-óia zeca se num tiver fé num vale!
temperando o corpo enquanto a alma quiser empurrando os dias a suicídio de indefinidas noites
do fazendão formado cheio de gado tropa e peonada e labuta dura resta limpo sem capim e massacrada pelo abandono virou tapera – é cerca rebentada arame no chão e os currais vieram para o fogão de pau em pau sendo vítima do mesmo destino o paiol e a chiquerama – porco espavoriu um a um enquanto as roças encapoeiravam a destronar os senhos da produtividade
só o casco do fazendão bruto é o que lhe resta
*duns tempos para cá vem pensando em mudar o caminho que o acaso lhe tem pautado no bico do dia a dia* – chega de sofrer
um dia levantou aluado e decidiu sacudir as ruindades do corpo embolsou seus próprios pensamentos – não participou nada à esposa – encheu a reta a pé mesmo todo encorajado por idéias novas
documentado dos pés à cabeça – título de eleitor certidão de casamento escrituras recibos de impostos papelaiada que enrolados dez vezes em papéis de olhos cinzentos de ver os anos deitarem-se desiludidos
com carinho põe tudo numa capanga de pano de algodão atravessada no peito
adeus preguiça e moleza descrença e distância – *intuído pela engenhosidade do novo caminho bebeu esperanças temperadas com sonhos – sonhos flutuantes nos planos endinherados*
fundou o pé na estrada embutida na cegueira balsâmica do ideal agigantado – indiferente ao tilintar do tempo e da canseira ludibriada – despede-se das perrenguices esconjurando-se
falou com o gerente do banco
dali o passaram ao funcionário do cadastro
perguntaiada boba tanta lorota chateação missa comprida – pra que aquilo se quase nada possui?
o chão a miséria
após uma semana encosta em seu barraco o homem do banco – veio de jeep
é seu zeca a gente veio avaliar suas terras
- uai – não sou eu quem bota preço nas minhas coisas?
- não se preocupe seu zeca são formalidades do banco não é preço à venda
a nega encafuada no terreiro da cozinha nem quer ver a cara do sujeito – está muito bem informada de como é o tal de banco
cem alqueires de mata virgem e uns quatrocentos de cerradão maciço
*o desaparecimento comum das pastagens de todas as fazendas passou a ser a isca que os investimentos bancários lançam no mar da inocência*
- seu zeca o senhor precisa fazer pastagens – limpar este mundo e botar vaca pra render no terreiro – ho – o banco empresta dinheiro para construir casa de morada paiol currais chiquerama com mangueiro e ainda para adquirir os porcos e assim por diante – lembre se bem – de início vai assinar no contrato de destoca de cinqüenta

> alqueires de cerrado e feitio de quarenta de mata – para o cerrado arranje uma máquina de esteira enquanto a do mato se faz a machado mesmo
> com tanta roça não se pode confiar em máquina dos outros – o trator estando aí na porta o senhor ara o chão na hora certa bem arado tudo feito com tempo sem pressa e daí o mais importante é que chegou dia de plantar não vai esperar por ninguém – seu zeca o trator é o mesmo carro-de-boi puxa lenha arrasta pau e agora nas colheitas para ajuntar os mantimentos
> acabou foi que o embirrado do zeca se mandou para a cidade
> altas horas acorda assustada com o pampeiro na porta – estalação confundida a urro de motor e árvores caindo
> bate em pé e olha pelas gretas da parede onde frestas de luz resbalam no interior do rancho
> uma maquinona desengonçada enfia o focinho no pé das árvores da moda de porco e joga no chão empurrando prum e proutro lado – entreteu a cisma internada na estranheza do trabalho que deduziu logo tratar-se como previra da estrada tanto esperada do prefeito com suas promessas
> pouco tempo houve para pensar no ser ou não ser isto ou aquilo e o maluco do zeca exibiu-se no terreiro com um jeep novinho dirigido por cara estranho – apeou deu meia volta em andar faceiro firmando as vistas na estrada nova e fresco o rasto do carrinho imponente por ela a fora
> logo em seguida quase que em fila outra condução que pelo tipo notou tratar-se do tal de istratore trazendo de arrasto a carreta lotada de coisera cheia de pontas pra pegar parecidas com cabos de facões
> distraída na observação dos istratore e daquela bagunça no meio dos infernos quando rabeia de supetão um caminhão atupetado de gente – povaréu tagarela tipos mal encarados homens de chinelos bichões cabiludos condunzindo malas velhas e trouxas sujas – de debaixo deles começaram a descer sacadas de arroz feijão sal latadas de banha querozene caixas de vasilhame e ferramentas fardos de carne e uma miudeza variada e útil
> *entre gritos ou gemidos nasceu a grande lavoura no escândalo da região* – os machadeiros envolvidos por outras cismas não ficaram para trás também passaram o pé no eito ao mesmo tempo
> *o dinheiro descia dos céus no bico do pensamento ou vinha na barriga do vento congestionando ao pé de qualquer precisão* enquanto o zeca multiplicava-se em nome e atitudes – tornou-se o coronel da região e o boiadeiro do município – nunca se viu nestas paragens homem nenhum com tanto prestígio e dinheiro ou político que tivesse a tática magnética de se multiplicar e de se estender de maneira tão pegajosa [...] (ARANTES, 1975, p. 12-53, grifo meu).

A cultura do *caipira* tradicional está intimamente ligada aos seus meios de vida. A sua existência pressupõe a obtenção de um equilíbrio relativo entre as suas necessidades e os recursos dados pelo meio físico. A busca desse equilíbrio, por sua vez, depende da quantidade e da qualidade das necessidades a serem satisfeitas. Para Cândido (1979), essas necessidades têm um caráter natural e social, enquanto que as manifestações primárias são impulsos orgânicos. A satisfação destas se dá por meio de iniciativas humanas, que vão complicando-se cada vez mais e passam a depender do grupo para se configurar, por isso as necessidades perdem em parte o caráter natural para se tornarem produtos da sociedade. As sociedades caracterizam-se pela natureza das necessidades de seus grupos e pelos recursos de que dispõem para satisfazê-las. “O equilíbrio social depende em grande parte da correlação entre as necessidades e sua satisfação” (p. 23).

Para esse autor, é em função disso que a evolução das sociedades parece um vasto processo de emergência de necessidades sempre renovadas e multiplicadas a que correspondem recursos também renovados e multiplicados para satisfazê-las dando lugar a permanente alteração dos vínculos entre homem e meio natural. O resultado disso é que o meio vai-se tornando, cada vez mais, reflexo da ação do homem na dimensão do tempo. Assim, a obtenção do equilíbrio entre as necessidades e os recursos do meio depende dos tipos de organização que se desenvolvem. Para cada sociedade, num determinado momento, há uma equação necessária entre o ajuste ao meio e a organização social para se estabelecerem certos mínimos/ "o equilíbrio social depende duma equação entre o mínimo social e o mínimo vital[5]" (CÂNDIDO, 1979, p. 25).

Nas sociedades *caipiras* tradicionais, esse equilíbrio se deu com base na economia de subsistência. Essa economia era baseada na produção apenas para consumo, e o excedente quase não era comercializado por não ter preço. A agricultura extensiva foi um recurso utilizado para ajustar as necessidades de sobrevivência à falta de técnicas capazes de proporcionar rendimento maior da terra. A queimada do mato correspondia às dificuldades de explorar o solo de outra maneira. Ela era rápida e dava em pouco tempo a terra necessária ao cultivo. Porém, essa forma de preparo remetia à necessidade da rotatividade, que só era possível em função das reservas de terras novas e férteis para uma população esparsa que podia renovar o seu chão de plantio sem ônus de compra ou locação.

A manutenção dessa agricultura era favorecida pelo povoamento disperso constituído de elementos rústicos próprios do seminomadismo. Os povoamentos eram dispersos porque se constituíam de moradores transitórios. A propriedade da terra era aspecto fundante na constituição de povoamentos, pois os moradores sem títulos podiam perder a terra onde moravam. A instituição da propriedade da terra foi um facilitador, entre outros motivos, da constituição dos *bairros*[6] como unidade de povoamento. Para Cândido (1979), eles foram a estrutura fundamental da sociabilidade *caipira* consistindo no grupamento de algumas ou muitas famílias, mais ou menos vinculadas pelo sentimento de localidade, pela vivência, pelas práticas de auxílio mútuo e pelas atividades lúdico-religiosas. Para o autor, o significado desse termo acompanhou as características e vicissitudes das diferentes subdivisões, designando ora uma área de povoamento disperso, ora uma fazenda que nela se desenvolveu, atraindo

[5] "Alimentação apenas suficiente para sustentar a vida; organização social limitada à sobrevivência do grupo". (CÂNDIDO, 1979, p. 48)

[6] Segundo Cândido (1979), bairro é um pequeno povoado ou arraial; grupos rurais de vizinhança, ou ainda uma porção do território subordinado a uma povoação, nos quais se encontram grupos de casas afastadas do núcleo do povoado, e umas das outras, em distâncias variáveis.

moradores, ora o adensamento destes, em torno geralmente de uma capela, numa etapa de transformação em arraial.

A necessidade de criação dos bairros pode estar vinculada ao que Cândido chama de auto-suficiência relativa das famílias, que exerciam as atividades de uma lavoura em base exclusivamente familiar, bastando-se a si mesmas e podendo viver relativamente isoladas. Mas essa auto-suficiência das famílias não era completa, e só o seria dentro de um mínimo de sociabilidade no *bairro*[7].

Para Cândido (1979), um dos elementos que caracterizavam o *bairro* era o trabalho coletivo por meio da sua manifestação mais importante, que é o mutirão[8]. Várias atividades constituem oportunidade de mutirão, que soluciona o problema da mão-de-obra nos grupos de vizinhança suprimindo as limitações da atividade individual ou familiar. A necessidade de ajuda mútua imposta pela técnica agrícola determina a formação de uma ampla rede de relações que liga uns aos outros no grupo de vizinhança. O *bairro* é o agrupamento básico, a unidade por excelência da solidariedade *caipira*. Ele é a unidade em que se ordenam as relações básicas da vida *caipira;* é um mínimo social, equivalente no plano das relações ao mínimo vital representado pela dieta.

A categoria social que definia plenamente a economia *caipira* de subsistência e a vida caracterizada pela sociabilidade dos *bairros* eram os proprietários do tipo sitiantes que vendiam o produto de sua lavoura em escala reduzida e de modo excepcional. Os costumes da categoria dos grandes proprietários fazem dela participante e nem sempre integrante da cultura *caipira*. Pelas mãos dos grandes proprietários, o escravo e o colono estrangeiro levaram a uma recomposição na organização dos *bairros*, já que os mais ricos abandonaram o sistema de cooperação vicinal, marcando assim a diferença entre o pequeno e o grande proprietário. A cultura tradicional sofreu uma marginalização e sérios impactos; tornou-se um sistema de vida dos que não eram incorporados às formas mais desenvolvidas de produção. "A cultura do caipira, como a do primitivo, não foi feita para o progresso: a sua mudança é o seu fim, porque está baseada em tipos tão precários de ajustamento ecológico e social, que a alteração destes provoca a derrocada das formas de cultura por eles condicionada". (CÂNDIDO, 1979, p. 82) As características da cultura do caipira tradicional são: isolamento,

[7] Segundo Cândido (1979), o sal foi um dos fatores principais de sociabilidade intergrupal, levando indivíduos e agrupamentos mais arredios a contatos periódicos com os centros de população.

[8] Mutirão consiste na reunião de vizinhos, convocados por um deles, a fim de ajudá-lo a efetuar determinado trabalho. Não há remuneração direta de espécie alguma, somente a obrigação moral em que fica o beneficiário de corresponder aos chamados eventuais dos que o auxiliaram (CÂNDIDO, 1979).

posse de terras, trabalho doméstico, auxílio vicinal, disponibilidade de terras, e margem de lazer.

A passagem de uma economia auto-suficiente para uma economia de mercado manifesta sintomas de crise social e cultural. Para Cândido (1979), nessas circunstâncias podem-se observar duas categorias principais de fatos: os de persistência e os de alteração. O primeiro faz parte do equipamento cultural oriundo de períodos anteriores que perduram no presente estabelecendo continuidade entre as sucessivas etapas de um processo de transformação. O segundo se caracteriza por uma nova formação gerada no seio do grupo e nele incorporado por difusão para reajuste do seu funcionamento. A situação de crise é definida por tensões ainda não resolvidas, ou resolvidas parcialmente, entre os fatores de persistência e os de alteração. A crise pode condicionar a alteração dos padrões tradicionais, o seu desaparecimento ou a sua persistência.

A economia de mercado impõe ao *caipira* novas necessidades que contribuem para criar ou intensificar os vínculos com a vida das cidades destruindo a sua autonomia e desnorteando-o. Há discrepâncias entre as suas condições de compra e de venda e entre as condições gerais do mercado de produtos agrícolas e as condições especiais dos gêneros produzidos por ele. A formação de preços para os produtos agrícolas produzidos em pequena escala obedece a fatores diferentes do que os que regem a formação de preços dos produtos industriais. Dessa forma, o *caipira* não consegue equilibrar a balança e vive precariamente apertado entre os compromissos assumidos e as possibilidades de manter-se entre as condições do mercado e suas condições locais.

Essa mudança promove no *caipira* a necessidade de reorganização da vida familiar e grupal a fim de enfrentar as necessidades comerciais de compra e venda e a construção de um orçamento com base na economia doméstica. Outro aspecto de reajuste é a alteração no ritmo de trabalho. O seu ritmo de trabalho passa a ser determinado pelas necessidades econômicas vigentes multiplicando seu esforço físico e atrofiando as formas coletivas de organização do trabalho. Ele é remetido a três possibilidades de ajuste: procura enquadrar-se nas novas condições; apega-se à vida tradicional procurando conciliá-la com as exigências presentes; fica totalmente incapaz de ajustar-se às novas exigências. A situação se afirma sem alteração para o *caipira*. Ou renuncia o estilo tradicional de vida e se absorve de todo nas tarefas econômicas, seja como indivíduo, seja com a família, para poder manter o equilíbrio mínimo e preparar a integração em um novo sistema social, aberto e amplo; ou deverá renunciar ao mínimo de autonomia que a situação de parceria lhe assegura, passando ao assalariamento rural e urbano, senão à fome, pura e simplesmente.

## 1.1 AGRICULTURA MODERNA: "duns tempos para cá vem pensando em mudar o caminho que o acaso lhe tem pautado no bico do dia a dia"

Esse processo de transição de uma economia para outra, segundo alguns autores[9], precisa necessariamente estar atrelado a uma discussão maior: a constituição da economia nacional bem como sua repercussão na sociedade como um todo. Graziano da Silva[10] (1982), ao tratar desse assunto, periodiza sinteticamente cinco etapas fundamentais do processo de constituição da economia e do desenvolvimento do capitalismo no Brasil: a) de 1850 a 1888 – da proibição do tráfico negreiro à abolição da escravatura; b) de 1888 a 1933 – auge dos reflexos da crise de 1929 sobre o setor cafeeiro; c) de 1933 a 1955 – início da fase de transição que se denominou industrialização restringida; d) de 1956 a 1966 – implantação de um bloco de investimentos altamente complementares que delineiam uma industrialização pesada; e) de 1967 em diante – ciclo de expansão-retração da economia brasileira. Para esse autor, o sentido último do desenvolvimento do capitalismo no campo é a própria industrialização da agricultura.

Martins[11] (1975) também enfatiza que é preciso compreender o sentido da inserção do meio rural na economia e na sociedade brasileira, e essa compreensão passa pelo entendimento da "dependência do rural em relação ao urbano, que se 'moderniza' e neste se integra apenas na medida em que consome os produtos e os estilos de vida da sociedade urbana" (p. 5).

Graziano Neto (1982), ao analisar a forma dominante da expansão do capitalismo na agricultura, ou mais especificamente a forma dominante de seu progresso técnico, aponta que o modo de produção capitalista vai tornando-se hegemônico na economia brasileira. Começam a surgir setores que se desenvolvem consideravelmente configurando uma agricultura plenamente capitalista. Para ele, é a partir de meados da década de 1960 que a agricultura brasileira efetivamente inicia um importante processo de modernização de suas técnicas de produção. A mecanização avança, o uso do trator intensifica-se. Os chamados insumos modernos começam a ser utilizados de forma crescente. É a transformação capitalista na agricultura, sua industrialização, sua modernização.

---

[9] Vários autores apontam essa necessidade, dentre eles: Martins (1975); Graziano Neto (1982); Graziano da Silva (1982); Ianni (2002).

[10] Os trabalhos elaborados por Graziano da Silva têm como referência a perspectiva marxista-leninista. Para o autor, o desenvolvimento capitalista implica a proletarização do campesinato e, portanto, há uma contradição irreconciliável entre a presença do campesinato e a acumulação capitalista. O capitalismo supõe a existência de uma relação social entre duas classes: os capitalistas e o proletariado.

[11] Martins, em suas elaborações, sofre influência intelectual de Marx e Florestan Fernandes. Ele se preocupa em compreender as formas diversificadas que o processo capitalista assume nos países periféricos.

Para o autor, normalmente, quando se fala em modernização da agricultura, pensa-se apenas nas modificações ocorridas nas técnicas de produção, na substituição das técnicas agrícolas tradicionalmente utilizadas por técnicas modernas: o burro pelo trator, o estrume pelo adubo químico, a enxada pelo arado. Modernização significa muito mais que isso. Ao mesmo tempo em que vai ocorrendo aquele progresso técnico na agricultura, vai-se modificando também a organização da produção, que diz respeito às relações sociais de produção. Com esse processo de transformação da agricultura, os agricultores de subsistência vão dando lugar ao surgimento das empresas rurais capitalistas, por meio das quais as determinações do mercado e a racionalidade do lucro são os condicionantes fundamentais do processo de produção; ou então os agricultores de subsistência dão lugar a empresas familiares, que não usam trabalho assalariado, mas se relacionam com o mercado, ou seja, produzem mercadorias.

A lógica da reprodução do capital vai-se impondo na agricultura, subordinando as demais relações de produção. "A chamada modernização da agricultura não é outra coisa que o processo de transformação capitalista da agricultura que corre vinculado às transformações gerais da economia brasileira recente" (GRAZIANO NETO, 1982, p. 27), enquanto que, para os mais desavisados, a modernização é trazida como uma questão apenas técnica e como uma necessidade indiscutível para a agricultura.

Kageyama (1996)[12], ao procurar compreender melhor a nova agricultura brasileira, aponta três conceitos que são usados, muitas vezes, como sinônimos, mas que não são: modernização da agricultura, industrialização da agricultura e formação dos complexos agroindustriais.

O termo modernização tem tido uma utilização muito ampla, referindo-se ora às transformações capitalistas na base técnica da produção ora à passagem de uma agricultura natural para uma que utiliza insumos fabricados industrialmente. Esse processo ganha dimensão nacional com a introdução de máquinas e de elementos químicos na agricultura. É a mudança na base técnica da produção que transforma a produção artesanal do camponês numa agricultura moderna, intensiva, mecanizada. O processo de modernização no Brasil é "antigo". Já a industrialização da agricultura aponta para a idéia de que ela se transforma num ramo da produção semelhante a uma indústria. O processo de industrialização é recente (pós - 1965) e qualitativamente diferente, o que o torna irreversível. Ao ocorrer o processo de

[12] A autora, nesse trabalho, compreende a modernização da agricultura por meio da mudança na base técnica da produção agrícola.

industrialização, a base técnica não pode regredir mais. O longo processo de transformação da base técnica – chamado de modernização – culmina na própria industrialização da agricultura;

> [...] esse processo representa a subordinação da Natureza ao capital que, gradativamente, liberta o processo de produção agropecuária das condições naturais dadas, passando a fabricá-las sempre que se fizerem necessárias. (KAGEYAMA, 1996, p. 114)

Essa autora indica três transformações básicas que diferenciam a modernização da agricultura desse processo de industrialização: a primeira é que não se trata apenas de usar crescentemente insumos modernos, mas mudar as relações de trabalho; a segunda mudança é a da mecanização, ou seja, substituição da força animal pela mão do homem; a terceira é a internalização dos setores produtores de insumos, máquinas e equipamentos para a agricultura. É a partir dessas três transformações que o processo de modernização da agricultura brasileira se torna irreversível, iniciando-se assim sua industrialização.

Os complexos agroindustriais têm sua constituição no período pós-1975. São vários complexos que se constituem, ao mesmo tempo em que a atividade agrícola se especializa continuamente. Desse modo, não existe mais apenas a agricultura, existem vários complexos agroindustriais; ou como diria Ianni (2002, p. 37):

> [...] o mundo agrário já está tecido e emaranhado pela atuação das empresas, corporações e conglomerados agroindustriais. São núcleos ativos e predominantes, articulando atividades produtivas e mercados, geopolíticas mercantis e *marketings*, modalidades de produtos e ondas de consumismo (grifo do autor).

Graziano Neto (1982) chama a atenção para a necessidade de caracterizar mais detalhadamente, por meio da análise de índices de utilização de técnicas consideradas modernas que dão a fachada de modernização, as modificações técnicas que ocorrem no setor. Para esse autor, as razões e os motivos que procederam as modificações da agricultura brasileira podem ser assim sumarizados: a primeira razão está realmente na discussão do sentido do progresso técnico no capitalismo. O sistema capitalista de produção caracteriza-se pela apropriação da mais-valia, do trabalho excedente. É no aumento da produtividade e do trabalho que ocorre o aumento da parcela apropriada pelos capitalistas. “Este é o sentido geral do progresso técnico no capitalismo – elevar a produtividade do trabalho visando poder aumentar a apropriação da mais-valia” (p. 31).

Porém, considerar apenas essa razão pode levar a uma simplificação do entendimento do desenvolvimento do capitalismo na agricultura. A segunda razão da

modernização é a existência da propriedade privada da terra – o instrumento de produção fundamental na agricultura – e as classes sociais que a detêm. O fato de existir uma classe social que detém a propriedade das terras propicia condições para a existência da chamada renda da terra.

Segundo Martins (1995), nas análises feitas no Brasil a respeito da expansão do capitalismo no campo, a terra é erroneamente considerada capital. Na verdade ela opera como se fosse capital, mas o capital é produto do trabalho assalariado, e a terra não é produto nem do trabalho assalariado nem de nenhuma outra forma de trabalho. Ela é um bem natural que não pode ser reproduzido nem criado pelo trabalho.

> A terra é, pois, um instrumento de trabalho qualitativamente diferente dos outros meios de produção. Quando alguém trabalha na terra, não é para produzir a terra, mas para produzir o fruto da terra. O fruto da terra pode ser produto do trabalho, mas a própria terra não o é (p. 159-160).

Para o autor, a terra não pode ser confundida com o capital. O que ocorre é que o capital cria condições de se apropriar da terra fazendo com que ela apareça dominada por ele. Essa dinâmica faz com que o capitalista precise pagar uma renda para se apropriar da terra que é transformada em mercadoria. Ao transformá-la em mercadoria seu proprietário cobra uma renda para que ela possa ser utilizada pelo capital. Sem a licença do proprietário da terra, o capital não pode subordinar a agricultura. “Como o capital tudo transforma em mercadoria, também a terra passa por essa transformação”. (MARTINS, 1995, p. 160)

A licença para exploração capitalista da terra depende de um pagamento ao seu proprietário. Esse pagamento é a renda da terra. Quando um capitalista paga pela utilização da terra, está convertendo uma parte do seu capital em renda, está imobilizando improdutivamente essa parte do capital porque esse é o preço que ele paga para remover o obstáculo que a propriedade fundiária representa à reprodução do capital na agricultura. O pagamento da renda da terra representa então uma irracionalidade para o capital. A renda da terra tem que se submeter ao domínio e às regras do capital.

Uma outra questão levantada por Martins (1995) refere-se ao problema de saber quem paga a renda da terra. Para ele, a renda capitalista da terra não sai nem do trabalhador nem do capitalista. “[...] a renda não é paga por ninguém em particular porque ela é paga pelo conjunto da sociedade [...] o conjunto da sociedade paga pelo fato de que uma classe, a dos proprietários, tem o monopólio da terra” (p. 164-165). Ele complementa dizendo que a dedução não é feita sobre os ganhos deste ou daquele, mas sobre os ganhos do conjunto da

sociedade, sobre a riqueza socialmente construída. A dedução incide sobre a coletividade dos capitalistas, sem que nenhum deles em particular se sinta lesado pelo fato de ter que pagar a renda territorial.

No caso brasileiro, a expansão do capitalismo na agricultura tem-se dado pela transformação dos proprietários em proprietários capitalistas por meio de uma política que tem sido chamada de modernização do latifúndio. Essa discussão está intimamente ligada à da fronteira. O padrão de crescimento do capitalismo na agropecuária supôs uma variável fundamental: a existência de uma fronteira a ser ocupada. Para Graziano da Silva (1982), a fronteira não é necessariamente uma região distante, vazia do ponto de vista demográfico. Ela é fronteira do ponto de vista do capital, entendido como uma relação social de produção. Uma região pode ser inexpressiva em termos de sua produção agrícola, ou da área plantada, e não ser mais fronteira. A fronteira é simultaneamente condicionante e resultado da *modernização dolorosa* no campo.

O conceito clássico de ocupação da fronteira implica que não há mais terras para ser incorporadas ao processo de produção. Essa idéia, entretanto, não permite compreender o processo recente de ocupação da Amazônia. Quando se diz que a fronteira está fechando rapidamente, o *fechamento* não tem o sentido de utilização produtiva do solo, mas sim o de que não há mais *terras livres*, *terras sem dono* que possam ser apropriados por pequenos produtores de subsistência.

Para esse autor, o *fechamento* não se dá por uma ocupação no sentido clássico de expansão das áreas cultivadas a partir das regiões mais antigas, em que a produção capitalista substitui a produção de subsistência dos antigos pequenos posseiros. Pelo contrário, é um *fechamento de fora para dentro*, no qual a terra perde o seu papel produtivo e assume apenas o de *reserva de valor* e de meio de acesso a outras formas de riqueza a ela associadas.

Graziano da Silva (1982) enfatiza que a fronteira não é algo externo ao modelo agrícola brasileiro. Na verdade, a sua existência se faz presente no conjunto da sociedade brasileira, o que significa que muitas coisas mudarão caso essa fronteira desapareça; e acrescenta que, no plano social, a fronteira representa uma orientação aos fluxos migratórios, especialmente das populações rurais. Ela é o *locus* da recriação da produção camponesa expulsa das regiões de agricultura mais desenvolvidas, ela é o destino dos pequenos produtores expropriados e dos excedentes populacionais.

No plano econômico, a fronteira era uma espécie de *armazém regulador* dos preços de gêneros alimentícios de primeira necessidade consumidos pela população urbana, especialmente a de baixa renda. No momento em que a produção capitalista de alimentos do

Centro-Sul do país recuava por algum motivo os excedentes da produção camponesa, especialmente os provenientes das regiões de fronteira ocupavam esse espaço vazio, evitando uma maior elevação no preço desses produtos.

No plano político, a fronteira tem sido a *válvula de escape* das tensões sociais no campo. Os projetos de colonização no Brasil sempre foram pensados politicamente como alternativas a uma alteração na estrutura da propriedade da terra. A expansão da fronteira tem sido a garantia da perversa aliança entre a burguesia industrial e o latifúndio, num pacto político que, além de manter a estrutura agrária existente nas regiões de colonização mais antiga, impediu qualquer medida destinada a democratizar o acesso à posse da terra nas regiões mais novas. Quando a fronteira se *fecha*, acaba tornando-se, ela mesma, uma região de conflitos pela posse da terra.

Graziano da Silva (1982) conclui seu raciocínio sobre a fronteira apontando que o indicador fundamental de que a fronteira está fechando-se rapidamente está no foco de tensões sociais representado pela luta pela terra que se desloca de região para região. Alguns outros indicadores, além de conflitos de terras, podem ser arrolados para ajudar a evidenciar o *fechamento* da fronteira: a regularização da propriedade da terra, o aparecimento do mercado imobiliário fortemente distorcido pelos preços especulativos das terras, e o processo de urbanização precoce das cidades.

Tendo em vista essa discussão, percebe-se que a compreensão do processo de desenvolvimento do capitalismo na agricultura é bastante complexo e abrange vários aspectos. Por isso, a modernização agrícola assume características diferentes, assim como, no geral, o capitalismo toma feições diferenciadas em sua expansão na agricultura.

## 1.2 CONDICIONANTES DA MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA: “o dinheiro descia dos céus no bico do pensamento ou vinha na barriga do vento congestionando ao pé de qualquer precisão”

O quadro teórico-conceitual para se entender o desenvolvimento do capitalismo na agricultura e, conseqüentemente, o progresso técnico fica agora mais completo e mais complexo. Ao considerar a modernização da agricultura brasileira, Graziano Neto (1982) aponta que é preciso observar alguns aspectos: condicionantes internos da agricultura, condicionantes externos da agricultura, ideologia modernizadora, desenvolvimento desigual, dependência do setor agrícola ao industrial, condições de vida da população rural, e reações da natureza.

Em primeiro lugar é preciso considerar os condicionantes internos da agricultura – capitais aplicados nesse setor da economia. A introdução de tecnologias químico-biológicas visa intensificar a produção numa mesma área elevando a produtividade física e permitindo uma maior taxa de lucro na atividade. A importância das inovações biológicas vem do fato de que elas não apenas viabilizam, mas sobretudo potenciam e aceleram os efeitos do progresso técnico, especialmente nos ramos da química e da mecânica. "As inovações biológicas constituem a base do processo que leva o capital a superar as barreiras naturais que encontra para seu desenvolvimento". (GRAZIANO NETO, 1982, p. 38)

A modernização da agricultura brasileira não se explica somente pela sua lógica interna de acumulação. Mais importante que os condicionantes internos da agricultura é considerar também os condicionantes externos, ou seja, a influência do setor industrial, especialmente daquele que produz a tecnologia com a qual se tem modernizado a agricultura brasileira. O setor industrial é composto por grandes empresas oligárquicas, que têm grande interesse em que o setor agrícola adquira cada vez mais os produtos que fabricam. "As evidências mostram que este setor industrial pressiona, direta ou indiretamente, a agricultura, visando ao uso crescente da chamada tecnologia moderna". (GRAZIANO NETO, 1982, p. 40)

Um terceiro aspecto ligado às razões da modernização é a ideologia modernizadora que orienta a ação das pessoas que trabalham no setor agrícola, direta ou indiretamente. Essa ideologia tende a desprezar e ignorar aquilo que não é rotulado como moderno, provocando assim uma substituição das técnicas que são consideradas obsoletas ou tradicionais. Segundo Bergamasco, citada por Adant e Altafin (1991), a melhor tecnologia é aquela que é facilmente utilizável e adequada às condições dos agricultores e da terra. O saber técnico e a existência ou não de máquinas devem ser adequados a essas condições.

Mas, agricultores brasileiros, instigados pela propaganda oficial e oficiosa, iludidos pela ideologia modernizadora, compraram tratores que permanecem ociosos em boa parte do tempo[13]. Pode-se usar aqui o exemplo do personagem Zeca, no romance *O pranto dos inhambus,* que compra uma colheitadeira financiada pelo banco e não chega a usá-la,

[13] "Além do mais, não importa que tipo de tecnologia, é necessária uma demanda definida com precisão. Caso contrário, pode-se produzir o que aconteceu seguidamente durante os anos 70, quando os empréstimos para a aquisição de tratores foram subvencionados a um tal ponto que, mesmo quem não sabia ou não tinha necessidade de trabalhar com um trator, comprou um, para 'não perder aquela oferta do banco'. Há alguns anos, os alunos da escola de agronomia de Botucatu (SP) que realizavam uma pesquisa, encontraram sob um barracão um trator que não tinha ainda feito nenhum serviço. Segundo seu proprietário, ele estava lá, bem guardado, esperando que seu filho crescesse para utilizá-lo. Às vezes os tratores são utilizados apenas para levar a família à cidade". (BERGAMASCO, apud ADANT e ALTAFIM, 1991, p. 121)

devido à perda da lavoura, também financiada. Na esperança de se reerguer, procura um advogado, que lhe assegura que se conseguir dinheiro poderá plantar para a próxima safra.

> [...] – uai – se a gente tivesse dinheiro as máquinas estão lá e ainda tem tempo de arriscar de novo
> que máquinas tem
> o istratore cun todoqui é traficança e a colhedera
> colhedeira – colhedeira
> colher o que
> colher sua vida – suas terras
> me parece que o senhor passou o carro na frente dos bois
> – entrei de boa fé
> num piscar de olhos a bandeja da ambição encheu-se de máquinas e dinheiro – não bastou o investimento em seu volume – foram também à – variedade de boa fé em seu zeca!
> no abuso do aproveitamento de seu crédito – de suas garantias – de sua inocência – fizeram-lhe de pombinha e até que tem cara de pássaro cobiçado por esse tipo de gavião
> é as garras do comércio
> é a facilidade de se fazer tudo
> é a evasão mandatária dos produtos industrializados
> infelizmente – seu zeca
> e por que não lhe foi traçado um plano limitado em que fosse o senhor o primeiro visado a ter lucros e o lucro deles viria de sua estabilidade proporcionam-lhes infindas colheitas – mas acham melhor viver de coleta em coleta na terra virgem do que darem-se ao trabalho de preparar um ninho permanente para deitar seus investimentos. (ARANTES, 1975, p. 101-102)

Martins (1975) considera a divisão cidade-campo como um resultado da ideologia urbana. Ele chega à conclusão de que essa separação é artificial e subjetiva; de que a categoria de ideologia rural se contrapõe à categoria de ideologia urbana, mas formando uma unidade que explica o problema agrário na sociedade brasileira. Assim,

> [...] a hostilidade do caipira através das anedotas da cidade e a valorização do "moderno" contra o "tradicional", que ocorre na literatura e na sociologia brasileira há várias décadas, constituem, na verdade, o cerne da ideologia da urbanização, pela negação do mundo rural recente ou mediato (p. 26).

Suas pesquisas constataram a adoção dos valores urbanos como contrários aos contidos nos estereótipos do *caipira,* que se apresenta em graus variáveis tanto nos diagnósticos dos técnicos sobre a sociedade agrária quanto no diagnóstico implícito na atuação dos agentes de modernização. Constrói-se assim um estereótipo oposto que funciona como modelo para a ação desses agentes.

Esse autor chama a atenção para o fato de que diversas publicações destinadas à população rural utilizam um universo de linguagem próprio do homem urbano e referem-se à modernização sem o seu aliado fundamental: o capital e a sua reprodução. Essa é a mesma

linguagem dos técnicos ligados à modernização agropecuária. A função da concepção modernizadora é desencadeada em detrimento das resistências às mudanças. “Em geral, a ignorância e o analfabetismo são os atributos ressaltados no homem rural como obstáculo à modernização”. (MARTINS, 1975, p. 26) A modernização é compreendida como modificação da cultura material das populações rurais pelo abandono de práticas rotineiras e de instrumentos arcaicos e pela adoção de práticas “modernas”. O diagnóstico reflui para a modernização “das mentalidades”.

Segundo Martins (1975), o desenvolvimento urbano, particularmente o da economia industrial, só foi possível graças à existência de uma economia agrária estruturada de maneira a suportar e absorver os custos da acumulação capitalista e da industrialização. Dessa forma evidencia-se a real face desse processo.

> [...] ao contrário do que ideologicamente parece, a situação agrária não é produto da “impossibilidade” cultural e social do homem rural absorver e acompanhar o “progresso” do país, nem é produto, portanto, de valores, concepções e caracteres de personalidade incompatíveis com o desenvolvimento econômico (p. 40-41)

Ele salienta que é essa condição de integrante do desenvolvimento brasileiro o ponto de partida para questionar o problema da modernização.

Graziano Neto (1982) chama atenção para um outro aspecto importante ligado à modernização. Ele considera que as transformações observadas na agricultura brasileira ocorrem de forma diferenciada, por esse motivo se diz que a modernização é parcial. Para ele, que a modernização da agricultura brasileira não se dá ao mesmo tempo em que acontece o desenvolvimento, porque a economia agrária absorve em graus diversos o estímulo à modernização e à empresarialização. Graziano da Silva (1982) a denomina de dolorosa, porque ela é lenta e restritiva. Para ele esse processo é irreversível e isso está dado pela expropriação dos pequenos produtores e surgimento do proletariado no campo.

A parcialidade das transformações dá-se em três níveis distintos: entre as regiões do país, entre as atividades agropecuárias e entre os produtores rurais. O processo de transformação tecnológica privilegia alguns produtores (os grandes), algumas atividades (os produtos de exportação) e algumas regiões (o Centro-Sul). Se for certo que, no geral, todos experimentam da modernização, uns experimentam muito mais que os outros.

Graziano Neto (1982) considera que o processo de modernização da agricultura brasileira é conservador, porque tem ocorrido mantendo o padrão histórico de distribuição da posse da terra, da estrutura agrária deformada desde suas origens. O importante é reter que a

agricultura brasileira sofreu um processo de profunda transformação tecnológica, sem que tenha ocorrido qualquer modificação na estrutura agrária, conservando e agravando o padrão injusto de distribuição da posse da terra. Daí o caráter conservador da modernização agrícola. Essa estrutura não foi modificada quando da modernização recente da agricultura; no máximo, modernizou o latifúndio, transformando-o em grandes empresas rurais capitalistas, que ampliaram ainda mais suas áreas.

O modelo agrícola, assim como o modelo econômico global, privilegia os grandes capitais, excluindo os pequenos. São as grandes propriedades que mais têm acesso ao crédito rural, às políticas de comercialização. A tecnologia moderna é sofisticada, onerosa e não adequada à pequena escala de produção.

Porém, segundo Ianni (2002), ainda assim, a pequena produção subsiste e desenvolve-se. O pequeno proprietário sobrevive e até mesmo se afirma. Nos diversos países e continentes, e nas diferentes atividades agrícolas, são numerosos os pequenos produtores. A pequena produção continua a ser importante no conjunto da vida econômica no mundo agrário. Entretanto, essa pequena produção encontra-se em geral determinada pelas exigências da grande produção. Em muitos casos, o pequeno produtor produz matéria-prima para a grande empresa, fazenda, *plantation*, fábrica, agroindústria. Para Ianni, uma expansão gradual da agricultura empresarial está ocorrendo, tendo como ponta de lança as propriedades familiares maiores, que estão ampliando sua área de terras cultiváveis, fazendo grandes investimentos de capital e recorrendo, em proporções crescentes, ao trabalho assalariado.

Graziano Neto (1982) destaca mais um aspecto ligado à modernização quando aponta que o processo de transformação capitalista da agricultura, chamado de modernização, agravou consideravelmente a dependência histórica do setor agrícola ao industrial. Pode-se dizer que uma das facetas da história do desenvolvimento do capitalismo é a história da subordinação da agricultura ao capital industrial. Nesse processo, a agricultura, que era auto-suficiente vai perdendo essa condição, tornando-se cada vez mais dependente. Isso ocorre porque a dinâmica da acumulação econômica se encontra nos setores industriais, onde os capitais são mais concentrados ou oligopolizados e tendem a comandar a economia. Boa parte do setor industrial é dominada por grupos econômicos estrangeiros, representantes de grandes conglomerados, as chamadas multinacionais.

Graziano da Silva (1982) também destaca que foi apenas após haver consolidado a hegemonia do capital industrial, com a industrialização pesada, que se deslancha o processo de modernização da agricultura brasileira, ou seja, é por força do próprio processo de industrialização do país que a agricultura deixa de ser um setor quase-auto-suficiente da

economia para se tornar parte integrante de um conjunto maior de atividades inter-relacionadas. Para ele, "no processo de desenvolvimento capitalista brasileiro do pós-guerra, a agricultura se converteu gradativamente num setor subordinado à indústria e por ela transformada" (p. 46).

Kageyama (1996) concorda com esses autores ao apontar que o centro dinâmico da economia é a indústria e a vida urbana, e são elas que impõem as demandas ao setor agrícola e condicionam suas transformações, que culminam nos complexos agroindustriais.

Para Martins, citado por Soto (2002), prevalece a idéia de que o mundo rural estaria submetido a uma permanente dependência em relação ao mundo urbano, e em conseqüência a agricultura, na nova sociedade, teria um papel secundário, dependente da indústria. Para esse autor, desde a perspectiva da ideologia urbana, o mundo rural é considerado "problema agrário" só na medida em que a cidade e a indústria se vêem afetadas. O rural é visto como um problema apenas quando se torna um obstáculo para o desenvolvimento da sociedade brasileira. O mundo rural existe historicamente apenas quando está integrado ao mercado e quando faz parte do mecanismo de acumulação de capital, isto é, existe na medida em que desempenha sua função econômica de fornecer produtos agrícolas a baixos preços.

O comando político das atividades da agricultura encontra-se fora do setor. São as empresas produtoras de tecnologia agrícola e as processadoras de matérias-primas e alimentos que determinam os rumos da modernização da agricultura brasileira. Essa perda de autonomia da agricultura é mais flagrante nos complexos agroindustriais com as várias formas de integração produtiva cada vez mais comuns na agropecuária brasileira.

Em linhas gerais, os agricultores defrontam-se, de um lado, com um setor industrial que produz a tecnologia agrícola e força sua demanda com preços controlados e, de outro lado, com um setor industrial que processa e/ou distribui a produção, impondo preços aos agricultores. Nessas condições ocorre claramente uma transferência de renda do setor agrícola para o setor industrial. A situação subordinada da agricultura reflete-se, portanto, na sua rentabilidade.

É preciso ter em conta que a agricultura é um dos campos de produção do capital, e não o único, tampouco o mais importante nas economias capitalistas. Certos setores industriais mantêm elevadas taxas de lucro exatamente às custas do comprometimento da lucratividade do setor agrícola, ou de certos subsetores ou ainda de certos grupos de produtores rurais. Pode-se citar como exemplo o caso das esmagadoras de soja e *tradings* do comércio de produtos agrícolas que financiaram a safra goiana 2003/2004 em até 40%, mas

que, segundo matéria jornalística de janeiro de 2005, tinham como perspectiva, para a safra 2004/2005, um financiamento que não passaria de 5%, por causa do descumprimento, por parte dos produtores rurais, dos contratos de venda antecipada de soja que pré-estabeleciam o preço do produto[14]. Entretanto, essas esmagadoras negam que tenham abandonado a compra antecipada do produto devido às quebras de contratos do ano de 2004, mas porque, na verdade, elas temiam não receber o produto pelo fato de terem informações privilegiadas e saberem com antecedência que o setor encontraria dificuldades na safra 2004/2005[15]. Com a suspensão desses financiamentos muitos produtores apelaram para a redução de tecnologias nas lavouras.

É preciso considerar ainda, como um dos aspectos, que a modernização da agricultura brasileira, longe de melhorar as condições de vida da população rural, piorou-as drasticamente, contrariando a falácia das teorias econômicas e sociológicas que propunham a modernização da agricultura como forma de elevar a renda agrícola e o padrão de vida da população rural.

Nas regiões de agricultura mais avançada do país o que se vê é uma modificação na composição e no uso da mão-de-obra sem que isso signifique uma melhoria das condições de vida. O progresso técnico ocorrido na agricultura diminui a utilização de mão-de-obra em algumas fases do ciclo de produção, como o plantio, mas em outras fases a utilização de trabalho continua intensa, principalmente na colheita de produtos.

Segundo Graziano Neto (1982), pesquisas indicam que a miséria e a desnutrição e as piores condições de vida em geral são conseqüências diretas do processo de modernização da agricultura brasileira. Essa modernização tem realçado cada vez mais um dos traços característicos dos países subdesenvolvidos da América Latina: o paradoxo entre a opulência e a desgraça. É lamentável que muitos não percebam quão enganoso é o visual da agricultura moderna. No capitalismo a pujança de uns poucos significa a desgraça de muitos. A modernização da agricultura brasileira, da forma como tem ocorrido, é drasticamente excludente, beneficiando apenas alguns às custas do sacrifício de muitos.

Finalmente, outro aspecto importante levantado por Graziano Neto (1982) é a reação da natureza contra as agressões recebidas. As formas como se tem desenvolvido a agricultura recente mostram claramente a irracionalidade da luta do homem com a natureza. Se por um lado, os processos modernos de produção parecem solucionar certos problemas, por outro, criam novos problemas, talvez maiores que os primeiros, comprometendo todo o

[14] O Popular. Goiânia, 21 de janeiro de 2005, Economia.
[15] O popular. Goiânia, 30 de janeiro de 2005, Economia.

desenvolvimento futuro da agricultura e da sociedade em geral, como nos mostra Washington Novaes em um artigo denominado "A hora de fazer contas"[16]. O aprofundamento dessa problemática passa pelo entendimento de que os processos de produção agrícola apresentam características próprias que os diferenciam dos processos de produção industrial.

O processo agrícola está submetido a leis biológicas fundamentais que não se manifestam na indústria e que são difíceis de ser alteradas ou controladas. Na agricultura não é possível a produção em série ou a instalação de linhas de montagem como na indústria. O capitalismo desenvolveu a produção em série como forma de aumentar a rotação do capital empregado na produção, possibilitando maiores taxas de lucro. O desenvolvimento da produção em série ou em linhas de montagem em grande escala foi possível na indústria com grande sucesso.

Na agricultura a coisa se passa de forma diferente e mais complicada pelo fato de os processos de produção agrícola se sujeitarem a leis biológicas de difícil, se não impossível, controle. Por meio da genética têm-se conseguido raças e variedades mais produtivas, de ciclo curto, precoces e tardias, mas a industrialização da agricultura pouco conseguiu subordinar a natureza aos interesses do capital, e a produção agropecuária ainda não se converteu numa certeza sob o comando do capital. Servolin, citado por Pessoa (1999b), adverte para esse fato, quando diz que:

> A agricultura é apenas a exploração pelo homem de certos processos biológicos: a reprodução e o crescimento dos vegetais e dos animais domesticados. O essencial da operação, quer dizer, a produção da matéria nutritiva, é completada pelos próprios organismos. O papel do homem se limita em suma a fornecer a esses organismos o conjunto das condições necessárias ao seu desenvolvimento e a colher os produtos. (p. 160)

As diferenças entre os processos de produção industriais e agrícolas suscitam questões importantes de serem analisadas quando se pensa no desenvolvimento do capitalismo na agricultura: a existência de tempos desiguais de produção e de trabalho, a

[16] O Popular. Goiânia, 17 junho de 2004, p. 8, Opinião. Nesse artigo Novaes chama a atenção para as opções que o Brasil terá que fazer em suas macroestratégias ambientais. Para ele, a degradação ambiental já é muito evidente e com custos insuportáveis que podem ampliar-se perigosamente diante dos rumos que venha a tomar a questão da Floresta Amazônica. Ele enfatiza que é chegada a hora de fazer as contas para que a sociedade e os administradores públicos possam fazer suas opções. Uma das questões mais candentes é a dos custos da expansão da fronteira agropecuária no país, particularmente em Goiás. O modelo agropecuário tem implicado perdas da biodiversidade, degradação e poluição de bacias hidrográficas, desperdício brutal de água, instabilidade nos ecossistemas, erosão. Os custos ambientais são altíssimos e muitas vezes transferidos para o conjunto da sociedade ou para os cofres públicos, e não estão sendo contabilizados no setor agropecuário no custo das safras ano a ano.

impossibilidade da produção contínua durante o ano, a escala de produção, a dispersão espacial do trabalho, os ciclos de produção determinados e os riscos do empreendimento.

Uma questão importante é a utilização de tecnologia agrícola alienígena. Há todo um processo histórico que levou à situação em que se encontra hoje. Copia-se e utiliza-se tecnologia importada, assim como se faz com modelos de ensino, com modos de vestir e quase todo o resto. Mas é perfeitamente compreensível. A dependência tecnológica insere-se num contexto global e histórico de relações entre países, e a modificação dessa relação pressupõe alterações profundas em diversos níveis.

É fácil compreender por que uma tecnologia desenvolvida para realidades diferentes traz problemas quando utilizada em larga escala na agricultura brasileira. Em primeiro lugar, devem ser consideradas as diferenças econômicas e sociais. Em segundo lugar, devem ser consideradas as diferenças ecológicas entre as regiões tropicais e temperadas. E essas diferenças serão apontadas a seguir.

## 1.3 MODERNIZAÇÃO AGRICOLA NO CERRADO: “intuído pela engenhosidade do novo caminho bebeu esperanças temperadas com sonhos – sonhos flutuantes nos planos endinheirados”

Antes de avançar no estudo da modernização agrícola na região dos cerrados é importante caracterizar, ainda que de forma sintética, as dificuldades encontradas no estudo dos problemas regionais. Segundo Bourdieu (1998), uma primeira observação a ser feita é que a região é o que está em jogo como objeto de lutas, sobretudo quando existem políticas e movimentos de regionalização entre os representantes de diferentes ciências. Uma segunda observação é que essa luta pela autoridade científica goza de menos autonomia do que querem crer os que nela se acham envolvidos. “As grandes etapas de concorrência entre as disciplinas a respeito da noção correspondem, através de diferentes mediações [...] a momentos da política governamental em matéria de ‘ordenamento do território’ ou de ‘regionalização’ e a fase da acção ‘regionalista’.” (p. 110) Para o autor, essas indicações deveriam ser suficientes para dar a idéia de que o objeto em questão, a concorrência pelo monopólio da divisão, também pertence ao domínio da ciência, ou seja, está no *campo* científico e em cada um dos que nele se acham envolvidos.

Para Bourdieu (1998), a confusão dos debates em torno da noção de região faz esquecer que as classificações práticas estão sempre subordinadas a funções práticas e orientadas para a produção de efeitos sociais.

> A procura dos critérios 'objetivos' de identidade 'regional' ou 'étnica' não deve fazer esquecer que, na prática social, estes critérios [...] são objecto de *representações mentais*, quer dizer, de actos de percepção e de apreciação, de conhecimento e reconhecimento em que os agentes investem os seus interesses e os seus pressupostos, e de *representações objectais*, em coisas [...] ou em actos, estratégias interessadas de manipulação simbólica que tem em vista determinar a representação mental que os outros podem ter destas propriedades e dos seus portadores. [...] as propriedades [...] simbólicas, mesmo as mais negativas, podem ser utilizadas estrategicamente em função dos interesses materiais e também simbólicos do seu portador. (p. 112, grifos do autor)

Na compreensão do autor, ninguém poderia sustentar que existem critérios capazes de fundamentar classificações naturais em regiões naturais, separadas por fronteiras naturais. "Cada um está de acordo em notar que as 'regiões' delimitadas em função dos diferentes critérios concebíveis [...] nunca coincidem perfeitamente". (1998, p. 115) A realidade é social, e as classificações mais naturais apóiam-se em características que nada têm de natural e que são, em grande parte, produto da imposição arbitrária, quer dizer, de um estado anterior da relação de força no *campo* das lutas pela dominação legítima.

O autor ainda salienta que a ciência que pretende propor os critérios mais bem alicerçados na realidade não deve esquecer que se limita a registrar um estado da relação de forças materiais ou simbólicas entre os que têm interesses num ou noutro modo de classificação e que, com ela, invocam frequentemente a autoridade científica para fundamentar na realidade e na razão a divisão arbitrária que querem impor.

Para o autor, o discurso regionalista é um discurso performativo que tem em vista impor como legítima uma nova definição das fronteiras e dar a conhecer e fazer reconhecer a região assim delimitada contra a definição dominante, portanto reconhecida e legítima, que a ignora. O ato de categorização quando é exercido por uma autoridade reconhecida exerce poder por si: as categorias regionais instituem uma realidade usando do poder de revelação e de construção exercido pela objetivação no discurso. O ato social que consiste em tentar trazer à existência a coisa nomeada pode impor uma nova visão a uma nova divisão do mundo social, consagrar um novo limite. A eficácia do discurso performativo que pretende fazer sobrevir o que ele anuncia no próprio ato de o anunciar é proporcional à autoridade daquele que o anuncia.

O mundo social é também representação e vontade, e existir socialmente é também ser percebido como distinto. Apreender as representações, enunciados performativos que pretendem que aconteça aquilo que enunciam, é munir-se de um meio de explicar mais completamente a realidade, logo, de compreender e de prever mais exatamente as

potencialidades que ela encerra ou, mais precisamente, as possibilidades que ela oferece às diferentes pretensões subjetivas. Compreende-se melhor a necessidade de explicar a relação entre as lutas pelo princípio e divisão legítima que se desenrolam no *campo* científico e as que se situam no *campo* social.

O efeito simbólico exercido pelo discurso científico ao consagrar um estado das divisões e das visões das divisões é inevitável na medida em que os critérios ditos objetivos são utilizados como armas nas lutas simbólicas pelo conhecimento e pelo reconhecimento. Os veredictos da ciência contribuem para modificar o objeto da ciência logo que a questão regional é objetivamente posta na realidade social. Qualquer enunciado sobre a região funciona como um argumento que contribui para favorecer ou desfavorecer o acesso da região ao reconhecimento e, por esse meio, à existência.

A utilização do conceito de região por Bourdieu serve como instrumento para compreender a modernização agrícola na região do Sudoeste goiano, mas o que ocorre nessa região não é uma especificidade só dela; é emblemático de várias regiões do país. O que ocorre nessa região do Estado de Goiás não está desarticulado de um cenário nacional. O Brasil como um todo passou por esse processo de transformação na agricultura desencadeado por ações e políticas governamentais, como elucida Gonçalves Neto (1997).

Para esse autor, a partir de 1930, a agricultura no Brasil vai sendo endereçada a uma situação de subordinação, sendo retiradas de suas mãos as rédeas do poder. Os avanços do setor industrial sobre o agrícola podem ser estimados pela observação dos privilégios distribuídos pelo Estado em suas intervenções na sociedade. A intervenção estatal procura garantir as condições de produção bem como a certeza de que essas condições serão reproduzidas no futuro. Surge, então, um novo fator: o Estado no seu papel de guardião defende a ordem capitalista, ou alguns capitalistas.

> O Estado, portanto, não reflete apenas a luta fundamental da sociedade capitalista, trabalho *versus* capital, mas deve espelhar, também, as contradições intraclasse, de acordo com a posição de maior ou menor proeminência, ou de dominação e subordinação, das diferentes frações de classe. (GONÇALVES NETO, 1997, p. 120)

Na ótica do autor, esse quadro pode levar à ilusão de que exista um conflito estrutural entre agricultura e indústria no Brasil. A admissão desse antagonismo leva ao risco da conclusão de que a acumulação estaria sendo centralizada apenas do setor urbano-industrial com uma crescente descapitalização dos setores agrários. Mas as possibilidades de acumulação apresentam-se garantidas também para o setor agrário. O Estado aparece diante

desse conflito como órgão regulador procurando mediar a situação de forma a atender às reivindicações divergentes sem perder seu caráter privilegiador de determinados setores. Portanto, a política agrícola instituída no Brasil, a partir da década de 1960, procurou responder aos desafios criados pela necessidade de modernização da agricultura brasileira.

A política agrícola colocada em prática pelo governo brasileiro teve por objetivo manter inalteradas as formas de acumulação dominantes na sociedade. O Estado promove a modernização de grande parte da agricultura, aumentando a produção e a produtividade sem, contudo, tocar nos padrões de acumulação. As políticas implementadas têm a ver com a natureza política do Estado autoritário que foi ajustado e controlado pelos interesses do capital monopolista. O Estado implantou as políticas a serviço do grande capital financeiro e industrial, e são elas que tornam possível perceber o sentido geral da ação política para a agricultura.

As intenções do Estado ganharam visibilidade nos planos de governo. No Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social (1963-1965), os mecanismos governamentais preconizados para o desenvolvimento da agricultura são: pesquisa e fomento, crédito agrícola e política de preços mínimos; além de se estender sobre os bens de produção: equipamentos agrícolas, fertilizantes, produtos de defesa agropecuária, armazéns e silos. O plano trabalha ainda com medidas indiretas de incremento do setor. O Programa de Ação Econômica do Governo – Paeg (1964-1966) – no tocante ao setor agrícola praticamente incorpora as observações contidas no Plano Trienal. As metas para esse setor situam-se em torno do aumento da produção de alimentos, de matérias-primas e dos produtos exportáveis, ao lado da preocupação com a diminuição de importações agrícolas.

O Programa Estratégico de Desenvolvimento (1968-1970) orienta a elaboração do Plano Trienal desse período. Ele traz listadas, entre outras, duas áreas que interessam diretamente à agricultura: elevação da produção e da produtividade agrícolas e ruptura das barreiras do abastecimento. A ação estratégica nessa área foi norteada por quatro linhas principais: programas integrados de aumento da produtividade de alimentos básicos, programa de incentivo ao uso de insumos modernos e combate a doenças, fortalecimento e especialização do crédito rural, e incentivo à industrialização no meio rural.

As Metas e Bases para a Ação de Governo (1970-1973) preocupam-se com o progresso social e a distribuição de renda uma vez que se encontra a pleno vapor o “milagre brasileiro”. Para o setor agrícola, pretendeu dotar a agricultura brasileira de um sistema de apoio financeiro e fiscal, capaz de produzir a transformação tecnológica e o fortalecimento acelerado de uma agricultura de mercado, sensível aos estímulos de preços; realizar a

expansão de áreas ocupando os espaços vazios; converter em realidade a reforma agrária nas áreas em que o sistema de propriedade da terra constituía obstáculo ao aumento da produtividade e à melhoria de condições do trabalhador rural; transformar o Brasil em importante exportador de carne e outros produtos agrícolas não tradicionais; efetivar a modernização do sistema de comercialização de produtos agrícolas.

O I Plano Nacional de Desenvolvimento (1972-1974) traz como seus principais objetivos colocar o Brasil na categoria dos paises desenvolvidos, duplicar a renda *per capita* e expandir a economia. A estratégia agrícola no Plano orienta-se com o propósito de: desenvolver a agricultura moderna, empresarial, no Centro-Sul; tornar viável a agricultura nordestina; e modernizar as estruturas de comercialização e distribuição de produtos agrícolas. A política agrícola governamental assentou-se em três pontos fundamentais: no sistema de incentivos fiscais e financeiros; na disseminação do uso de insumos modernos; e no programa de pesquisa agrícola em grande dimensão.

O II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979) tem como objetivos: manter o crescimento acelerado dos últimos anos; reafirmar a política gradualista de contenção da inflação; manter em relativo equilíbrio o balanço de pagamentos; realizar políticas de melhoria de distribuição de renda; preservar a ordem social e política; realizar o desenvolvimento sem deterioração da qualidade de vida e sem devastação dos recursos naturais. A estratégia governamental teve nesse período um objetivo tríplice: responder às demandas do mercado de consumo interno; responder às necessidades de aumento das exportações; e fornecer estímulos à agroindústria.

No III Plano Nacional de Desenvolvimento (1980-1985), foram definidos sete objetivos nacionais prioritários: melhoria da distribuição de renda, crescimento acelerado da renda e emprego, redução das disparidades regionais, contenção da inflação, equilíbrio da balança de pagamento e controle da dívida externa, desenvolvimento do setor energético e aperfeiçoamento das instituições políticas.

Para Gonçalves Neto (1997), é possível notar que, no conteúdo dos planos de governo, no que concerne à agricultura, o Estado procurou garantir aos diversos setores a possibilidade de acumulação, que é o que interessa ao conjunto da classe dominante. Os planos são elaborados por pequeno e seleto número de técnicos ao alcance de grupos mais próximos ao poder. Além disso, a execução deles, muitas vezes, é dificultada pela ação da própria máquina administrativa governamental, marcada pelo clientelismo e caracterizada por um imobilismo e ineficiência que podem levar ao comprometimento do sucesso dos planos.

Braga (1998) considera que a análise do processo de ocupação do cerrado, iniciado de forma intensiva na década de 1970, exige a compreensão das políticas públicas (políticas desenvolvimentistas e ambientalistas) formuladas e implementadas principalmente na região Centro-Oeste. Essas se tornaram instrumentos de grande importância na implantação do modelo de desenvolvimento adotado pelo Estado brasileiro naquele período.

Segundo Braga (1998), a ocupação da região Centro-Oeste iniciou-se institucionalmente, ainda que de forma descontínua, na década de 1940, com a criação da Fundação Brasil Central. O caráter nacionalista e colonizador permeava e orientava a ocupação empreendida pela Fundação, que acabou por basicamente oferecer serviços assistenciais às populações locais e iniciar a implantação do transporte rodoviário e aéreo na região. Essa orientação foi substancialmente modificada no ano de 1960 a partir da formulação das políticas de integração e desenvolvimento regional. A região Centro-Oeste assumiu, nessa nova orientação desenvolvimentista, uma importância que não detinha nas décadas anteriores. A estratégia governamental concentrava-se no âmbito regional com ênfase em pólos de crescimento em cada região.

Para coordenar e organizar o processo de desenvolvimento na região Centro-Oeste foi criada, em 1967, a Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), que teve como principais funções a realização de programas e pesquisas com o fim de conhecer o potencial econômico da região, a definição das áreas apropriadas para o desenvolvimento planejado, com a fixação de pólos de crescimento capazes de desenvolver também as áreas vizinhas e a exploração ordenada das espécies e plantas nobres nativas. Suas metas básicas para o período eram elevar a participação regional no PIB, aumentar a participação do setor secundário, elevar a utilização da mão-de-obra e, principalmente, ampliar o nível de renda *per capita*[17].

Foram criados, conforme essa orientação, cinco programas especiais, entre eles o Polocentro, em 1975, que priorizou o aumento da produção agropecuária com a perspectiva de incorporar ao setor produtivo 3,7 milhões de hectares de terras dos cerrados, durante cinco anos. O objetivo central era promover o desenvolvimento e a modernização das atividades agropecuárias da região Centro-Oeste e do Oeste de Minas Gerais, mediante a ocupação racional das áreas de cerrados e seu aproveitamento em escala empresarial. A prioridade dos investimentos residiu na construção de estradas, na eletrificação rural, na rede de estocagem e

[17] Para Braga (1998), essas metas, extremamente ambiciosas, revelam o reconhecimento do potencial econômico da região pelo Governo Federal. Acredita, também, que a implantação da nova capital, Brasília, favoreceu a adoção de políticas regionais, em especial aquelas voltadas para os cerrados.

de comercialização. Em relação à produção, houve investimentos na correção dos solos com recursos destinados à pesquisa, tecnologia agrária e insumos modernos.

Em sua pesquisa, Braga (1998) mostra que, no início da década de 1980, o governo federal avaliou que o Polocentro necessitava reorientar suas prioridades, apesar de ser considerado um instrumento de política regional de resultados satisfatórios na ocupação econômica dos cerrados. Para a redefinição do programa, priorizaram-se ações na área social com opção pelo pequeno produtor rural. Considerou-se ainda a necessidade de o programa contemplar o desenvolvimento de um sistema de controle e preservação ambiental.

A autora reforça que merece destaque em relação aos cerrados o Programa de Ampliação dos Efeitos Sócio-econômicos da Agricultura no Cerrado que procurou implantar uma nova forma de ação governamental na região, cuja meta, também ambiciosa, era a incorporação de 4,6 milhões de hectares à agricultura. Além de incentivar os mini e os pequenos produtores, preocupou-se com a conservação dos recursos naturais e o aproveitamento racional dos recursos hídricos.

Por fim, ela destaca a criação do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) pela Constituição de 1988. O FCO tem como objetivo básico o desenvolvimento econômico e social da região mediante o financiamento de programas no setor produtivo.

Quanto à questão ambiental, a preocupação do governo brasileiro teve início, de forma ainda incipiente, na década de 1970, com a criação da Secretaria Especial de Meio Ambiente (Sema), responsável pela elaboração de normas e de padrões de preservação ambiental e pelo exame das implicações do desenvolvimento nacional e do progresso tecnológico para o meio ambiente.

No início da década de 1980, ocorreram mudanças substanciais nesse quadro. A formulação da Política Nacional de Meio Ambiente previu a conciliação do desenvolvimento econômico com a preservação ambiental[18]. Pouco depois, foi criado o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), uma agência governamental com amplas responsabilidades na condução da política ambiental. Em 1990 criou-se a Secretaria do Meio Ambiente. Foi transformada, em 1993, no Ministério do Meio Ambiente,

[18] Foram criados o Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama) e o Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama). Outra inovação presente é a participação de entidades de classe no Conselho Nacional de Meio Ambiente, encarregado de elaborar as diretrizes das políticas ambientais e deliberar sobre os padrões e normas apropriadas para a preservação ambiental. A Lei nº. 6.938/81 traduz a conciliação da preservação ambiental e do desenvolvimento econômico e social ao definir como principais instrumentos o zoneamento ecológico-econômico do território nacional e o estudo de impacto ambiental (EIA).

dos Recursos Hídricos e da Amazônia, responsável pela coordenação, planejamento, supervisão e controle das atividades relativas à Política Nacional de Meio Ambiente e à preservação, conservação e uso racional dos recursos renováveis.

Com o esgotamento do modelo de desenvolvimento implementado nas últimas décadas, houve, nos anos de 1990, uma maior aproximação entre as preocupações desenvolvimentistas e ambientais, catalisadas na Rio-92, cujo tema principal consistiu no desenvolvimento sustentável. No relatório do governo brasileiro, preparatório para a Rio-92, essa preocupação evidencia-se com a afirmação da necessidade de incorporar o marco ecológico nas políticas governamentais e definir como causas básicas da crise ambiental a pobreza e o mau uso da riqueza.

Braga (1998) afirma que as dificuldades de aproximação entre as agendas do meio ambiente e do desenvolvimento refletem-se na distância institucional entre os projetos de programas existentes no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, da Secretaria Especial de Políticas Regionais e dos demais ministérios afins. Esses incorporaram a retórica do desenvolvimento sustentável, mas enfrentam dificuldades no trabalho conjunto e integrado. Considerando essa dificuldade de integração e, especialmente, se não forem superadas, os custos ambientais, econômicos e sociais advindos da falta de planejamento estatal serão maiores, particularmente nos cerrados. O maior problema a ser enfrentado reside na falta de reconhecimento da necessidade de a preocupação ambiental aliar-se ao desenvolvimento econômico e social no Brasil, tanto para as entidades governamentais em todos os níveis, como para a sociedade em todos os seus segmentos.

A autora indica que essa aproximação ainda não ocorreu de fato. Esses dois modelos encontram muitas dificuldades, apesar dos tratados de boas intenções formuladas freqüentemente nos últimos anos. Isso só será possível após uma ampla revisão dos conceitos de cada modelo de desenvolvimento. Ao mesmo tempo, a agenda ambiental precisa ser readequada em países subdesenvolvidos nos quais as necessidades básicas não estão ainda minimamente satisfeitas. Braga (1998) salienta que é perceptível a existência de inúmeras dificuldades na aproximação efetiva das agendas ambiental e do desenvolvimento no Brasil. A falta de articulação entre os órgãos federais, estaduais e municipais, a não-execução e a fiscalização da legislação ambiental e a ainda incipiente participação da sociedade na definição das políticas públicas são elementos que denunciam o quadro difícil vivido hoje no Brasil, que se reflete na região dos cerrados.

Essa dinâmica que levou ao desenvolvimento econômico brasileiro compõe, nos termos de Bourdieu, o chamado *campo* econômico. A história se resume ao movimento dos

atores no interior de um determinado espaço social, de um *campo*. A história do *campo* é a história que se faz através da luta entre os concorrentes no interior dele. Porém, ao estudar os *campos* sociais, Bourdieu mostra como as relações entre os agentes reproduzem as relações objetivas da sociedade, mas não se reduzem necessariamente a elas. O processo de reprodução encontra-se relativizado na história e estreitamente ligado à idéia do princípio da autonomia.

O conceito de autonomia implica a existência de uma relativa independência dos *campos* em relação às transformações político-econômicas que ocorrem na sociedade. Tem-se assim um princípio que determina a possibilidade de toda e qualquer análise que não pretenda reduzir a superestrutura a uma simples correlação do tipo mecanicista. Um *campo* possui uma autonomia restrita em relação à sociedade global, mas possui uma autonomia mais desenvolvida quando as transformações de uma estrutura política, econômica e social se concretizam com maiores implicações.

O *campo* econômico possui, certamente, uma autonomia que lhe é própria, mas quando se pensa a história da luta entre os atores pertencentes ao *campo* é necessário considerar a luta no curso do movimento da história. Considerando assim, a sua autonomia é apenas relativa em relação ao espaço social e aos demais *campos*.

Para Bourdieu (1996), a autonomia relativa entre os *campos* pressupõe que eles não são autogeradores e nem auto-suficientes. O *campo* econômico guarda uma autonomia apenas relativa em relação aos demais *campos* (*campo* político, religioso, literário, educacional, entre outros) e exerce uma forte influência sobre eles.

A discussão conceitual das categorias fundamentes de Bourdieu aparecerá de forma mais elaborada nos capítulos seguintes. Por ora apresenta-se como se deu a composição do *campo* econômico na região do Sudoeste goiano.

## 1.4 MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA NA REGIÃO DO SUDOESTE GOIANO: “entre grito e gemidos nasceu a grande lavoura no escândalo da região”

O crescimento econômico do Centro-Oeste tem sido alavancado por diversos pólos espalhados pela região. Um dos mais expressivos é a microrregião do Sudoeste de Goiás, cujos principais municípios são, para os objetivos deste trabalho, Jataí, Rio Verde e Santa Helena, que têm entre as suas principais atividades agropecuárias a produção de soja, algodão, arroz, milho e carnes bovina, suína e de frango – os chamados complexos agroindustriais de grãos e carnes.

A região Sudoeste do Estado foi uma das áreas privilegiadas para o processo de integração da economia do Estado à economia nacional, por sua proximidade aos grandes mercados do centro-sul do país e pelas relações de comércio tradicionalmente estabelecidas com o Triângulo Mineiro.

Segundo Machado (1996), o processo de expansão da região Sudoeste é intensificado à medida que as áreas do Sudeste do Estado vão perdendo importância. Ela aponta como agentes modernizantes da região Sudoeste a construção da estrada de ferro, a construção de Brasília e a transferência da capital do estado para Goiânia. Após experimentar uma vertiginosa expansão entre o final da década de 1950 até meados da de 1960, a região passa por algumas oscilações em termos do crescimento da produção, tanto em relação à lavoura quanto em relação à pecuária.

Muito dependente das alterações de preço, reguladas a partir de mecanismos vinculados à política de fomento à industrialização, levada a cabo pelo Governo Federal, a região experimentou momentos de expansão e de retração, respondendo não apenas às condições do mercado, como também às condições climáticas, de transporte e de comercialização. No entanto, apesar de essas questões perpassarem a economia da região de uma forma geral, a resposta de cada um dos municípios é diferenciada. Alguns se mostraram mais vulneráveis a essas dificuldades enquanto que outros avançaram com mais facilidade.

As transformações no setor agropecuário nessa região, em particular, são desencadeadas no bojo das mudanças na economia nacional, que atingiram de forma diferenciada a agricultura e a pecuária. Até a década de 1970, o crescimento do setor agropecuário em Goiás baseava-se muito mais na utilização de áreas novas de cultivo do que na utilização de melhorias técnicas e era marcado por baixíssimos índices de produtividade.

Para Machado (1996), na região Sudoeste, embora se registrem índices de produtividade maiores do que os registrados em relação ao Estado, não ocorreram também, de forma significativa, mudanças de processo na produção. Durante a década de 1980, a região tornou-se uma das áreas de maior incremento populacional, superando em mais de 10% os índices alcançados pelo Estado. A explicação para esse fato está ligada à expansão do cultivo da soja na região, que se fez basicamente a partir da migração de produtores gaúchos[19]. Pode-

[19] Gaúcho é um nome genericamente atribuído aos imigrantes oriundos da região Sul do país. Sabe-se que os imigrantes vieram tanto do Rio Grande do Sul quanto de Santa Catarina e Paraná, mas são todos denominados gaúchos especialmente pelos meios de comunicação. No texto aparece esse termo quando se utiliza de reportagens dos veículos de comunicações regionais. Em outros momentos aparece o termo sulista, que melhor denomina os imigrantes vindos daquela região do país.

se verificar nesse quadro o comportamento do índice populacional bem como sua distribuição e oscilação entre a população urbana e rural.

Quadro 1 - População Urbana/Rural

| Ano/Município | 1970 | | 1980 | | 1989 | | 95/96 | | 2000 | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Urbano | Rural | Urbano | Rural | Urbano | Rural | Urbano | Rural | Urbano | Rural |
| Jataí | 26.687 | 14.677 | 42.909 | 10.478 | 40.933 | 8.587 | 53.467 | 9.173 | 68.821 | 6.630 |
| Rio Verde | 27.043 | 28.654 | 55.685 | 19.009 | 47.624 | 13.048 | 78.873 | 11.929 | 106.079 | 10.473 |
| Santa Helena | 10.110 | 15.371 | 20.394 | 6.709 | 29.405 | 3.746 | 30.494 | 2.491 | 32.349 | 2.196 |
| Montividiu | - | - | - | - | - | - | - | - | 5.410 | 2.326 |

Fonte: Anuário Estatístico de Goiás e Sinopse Estatística de Goiás – IBGE

Nota-se nesse quadro que, em Jataí, Rio Verde e Santa Helena, o pico de crescimento populacional ocorreu na década de 1980. A população de Montividiu está incluída junto à de Rio Verde até 30 de dezembro de 1987, data de sua emancipação. Mesmo considerando a emancipação de Montividiu nessa data, percebe-se que a população de Rio Verde não diminuiu; pelo contrário, aumentou vertiginosamente entre o censo de 1989 e o de 1995/96.

É perceptível ainda que, à medida que a população urbana cresce, a rural decresce a cada década comprovando o êxodo rural e as dificuldades de o camponês tradicional reproduzir-se. Em Jataí o índice de crescimento populacional urbano da década de 1970 para a de 1980 foi de 60,78%, em Rio Verde foi de 105,90%, e em Santa Helena, de 101,27%. Enquanto isso, o índice populacional rural diminui nos três municípios. Em Jataí a diminuição foi de 28,60%, em Rio Verde de 33,66%, e em Santa Helena, de 56,35%. Os índices populacionais urbanos continuam sempre crescentes na maioria dos municípios, enquanto que os rurais decaem assustadoramente. Entre as décadas de 1970 e 2000, o índice populacional urbano aumentou 157,88% em Jataí, 292,26% em Rio Verde e 219,97% em Santa Helena. Já o índice populacional rural diminuiu, nesse mesmo período, 54,82% em Jataí, 63,45% em Rio Verde e 85,7% em Santa Helena.

Entre as décadas de 1970 e 2000 os índices de representação da população urbano-rural variaram muito. Em Jataí, na década de 1970, a população urbana representava 64,5%, e, em 2000, representava 91,2%; enquanto que a rural representava 35,5% em 1970 e passou a representar apenas 8,8% em 2000. Em Rio Verde, esses índices apresentam aproximadamente as mesmas proporções. Em 1970 a população urbana representava 48% e, em 2000, 91,1% do total da população, enquanto que a população rural representava, em 1970, 52%, e passou a

representar 8,9% em 2000. Em Santa Helena esses índices são ainda mais acentuados. Enquanto que, na década de 1970, a população urbana representava 40,4%, em 2000 ela passou a representar 93,7%. Já a população rural representava 59,6% na década de 1970, passando a representar apenas 6,3% em 2000. Esses dados evidenciam, portanto, que o período da modernização da agricultura no Sudoeste foi também um período de intensa alteração demográfica no sentido campo–cidade, que significa que essa modernização não favoreceu a reprodução do trabalhador rural.

Além desses dados, outros dão conta de comprovar o crescimento populacional na região do Sudoeste. No ano de 1983, artigos são publicados no Jornal Folha do Sudoeste mostrando a chegada dos gaúchos. Em um deles – "Gaúchos redescobrem o Sudoeste" – enfatiza-se que dezenas de famílias gaúchas têm deixado o Sul do país em direção ao Centro-Oeste em busca de maiores espaços.

> Calcula-se que apenas em Jataí eles já são 1.200, aproximadamente. Médicos, advogados, engenheiros e professores que, além de atuar na profissão, trabalham na lavoura. Soja, e depois arroz, são o que mais plantam. Costumam arrendar terras, mas o senho (sic) de todos quase sempre é um só: ter sua própria fazenda. *Dinâmicos, em pouco tempo se enriquecem* (grifo meu)[20].

Um outro artigo – "Nós e os gaúchos" – considera que o município de Jataí e cidades vizinhas têm recebido nos últimos três anos um surto migratório de sulistas jamais visto. Relata que vêm de toda a região Sul do país e que segundo estimativas feitas por eles mesmos, somam no município de Jataí 250 famílias, perto de 1.200 pessoas, e deverão ser mais no ano que vem já que se espera a vinda de outras levas em janeiro[21]. Esclarece que, para eles não se tratam de serem aventureiros, pois vieram para trabalhar, fincar raízes e integrar-se à sociedade goiana. O artigo ainda salienta que, com a vinda dos gaúchos, juntamente com o progresso técnico, chega um *know-how,* que deve ser considerado, na área do plantio. "Com a sua chegada, os preços de aluguéis, imóveis e fazendas dispararam. A economia passou a ter maior giro, as pessoas a terem mais dinheiro. O que significa enriquecimento para a região."[22]

Em Santa Helena, a Fundação Brasil Central foi responsável pelo considerável movimento migratório com a construção da Usina Sul Goiana S/A que, a partir de 1964, passou a ser denominada Usina Santa Helena de Açúcar e Álcool S/A. O fluxo migratório se

[20] Folha do Sudoeste. Jataí, dezembro de 1983, p. 1.
[21] Para Queiroz (1976), é uma característica do campesinato a migração em família. Primeiro vêm alguns membros, depois o restante da família e, às vezes, até alguns que não possuem laços de parentesco.
[22] Folha do Sudoeste. Jataí, dezembro de 1983, p. 6.

deu de outra forma: "[...] em grandes levas chegam trabalhadores em caminhões 'paus-de-arara', vindos do Nordeste brasileiro [...] há um verdadeiro tráfico de mão-de-obra, em que os 'gatos' buscam os trabalhadores cobrando as despesas dos produtores rurais da região" (VAZ, 1992, p. 32-33).

É interessante assinalar essa diferença de percepção entre o processo de migração do sulista e os de outras regiões do país, como os nordestinos, por exemplo. Goettert (2000), que estudou a migração sulista para Rondonópolis (MT) afirma que essa diferença de percepção se deu em função da diferença nas próprias condições sócio-econômicas e político-culturais dos sulistas em relação àqueles migrantes de outras regiões. Foi atribuído ao migrante sulista um caráter empreendedor, e a incorporação desse discurso produz um entendimento estereotipado e falacioso dos sulistas uma vez que o empreendedor é aquele que empreendeu na ocupação do cerrado para a produção em alta escala de produtos de exportação, principalmente a soja. O empreendedor também foi aquele que soube galgar os degraus do *status* social e econômico, portanto um vitorioso, seja nos negócios ligados à agropecuária, seja nas atividades consideradas urbanas, como o comércio e a indústria.

Para o autor, essa distinção do migrante sulista e os de outras partes do país passa a ser produção simbólica de um grupo com interesses de classe em assegurar um *status quo* dado pela diferença tanto material quanto simbólica. Essa distinção tem sua construção baseada nas relações de classe e de poder em que procura distinguir, entre sulistas e os demais migrantes, práticas e concepções comumente próximas à discriminação e ao preconceito. Como marca da distinção, o autor verificou a construção de um *habitus* que perpassa as classes sociais e que se projeta como diferenciação (superioridade) perante os demais migrantes. O espírito desbravador, a coragem, a ousadia e a mentalidade arrojada são símbolos construídos que produzem o *habitus* do migrante sulista, conforme mostra as reportagens acima.

Segundo Goettert (2000), produziu-se na história dos migrantes sulistas o *habitus* da distinção: a produção de traços distintivos e de prestígio que simbolizam claramente a posição diferencial dos agentes na estrutura social e que podem evidenciar-se na roupa, na linguagem, ou na pronúncia, e sobretudo nas maneiras, no gosto e na cultura. "O *habitus* da distinção é produzido e se conserva, então, como pré-condição para a própria reprodução da sociedade de classes, uma vez que envolve também as classes dominadas que incorporam a distinção." (p. 26, grifo do autor)

A construção do mito em torno do sulista busca legitimar a distinção. Esse mito que se destaca social e economicamente passa a representar o ideal de migrante, o

desbravador, os pioneiros do cerrado e da soja, o audacioso e o arrojado. É desbravador, portanto, o capitalista ou migrante diferenciados que migram minimamente capitalizados e que passam a ocupar posições de destaque no cenário social, político e econômico. Os mitos são instrumentos usados pelo invasor para persuadir os invadidos de que devem ser objeto de sua ação e, por isso, presas dóceis de sua conquista, manipulando a cultura do invadido com subprodutos da cultura invasora, suas idéias e seus mitos.

A produção e a comunicação dos mitos permitem a imposição de um poder dado por aquele que fala, pelo discurso aceito e reproduzido pelos indivíduos que refletem o *status* implicado no mito. O mito constituído requer comunicação para a sua legitimação. O discurso é um bem simbólico, as interações simbólicas no interior de um grupo dependem também de estruturas sociais para o funcionamento do mercado desses bens, que, por sua vez, está em relação direta com quem detém o poder político e econômico.

O lugar ocupado pelos indivíduos nas relações de produção é ponto chave para o entendimento da construção do *habitus* da distinção e da construção dos mitos que reafirmam essa distinção. "O poder de quem 'fala', através do discurso da 'modernização' é dado, portanto, pelo lugar que o indivíduo ocupa nas relações de produção e que evidencia, então, o *status* frente aos ocupantes dos outros lugares, das outras posições possíveis." (GOETTERT, 2000, p. 32)

Os dados desse autor apontam que o homem mais dinâmico viria de fora; deveria ser um novo homem, diferente dos migrantes já afluídos principalmente do nordeste que não detinham um conhecimento técnico capaz de impulsionar a modernização pretendida. O fator instrução/educação do nordestino é elencado como desfavorecedor. "O novo homem não poderia ser o nordestino ou descendentes [...] pelo contrário, era reforçada assim, idéia de 'pioneiro', daquele que deveria impulsionar o movimento rumo ao progresso." (GOETTERT, 2000, p. 43) Desse modo, expandia-se o mito do pioneiro no imaginário social como parte vital da legitimação ou definição de identidades sociais, culturais e políticas. A produção de soja em grande escala foi introduzida pelos sulistas caracterizando a produção como sinônimo de progresso, e o conseqüente enriquecimento da região era cotidianamente atribuído a ele.

Esse enriquecimento da região se justifica pela mudança no padrão de produção assumido. Antes desse período, a economia caracterizava-se pelo que Cândido (1979) chama de economia de subsistência, ou seja, o *caipira* contentava-se com o mínimo para não demorar nas interrupções da jornada. Alimentava-se apenas para manutenção de suas condições vitais ou para sobrevivência do grupo. Esse autor mostra que, em algumas regiões, a mandioca era o primeiro alimento do *caipira*. O arroz vinha em segundo lugar. O feijão, o

milho e a mandioca formavam o triangulo básico de sua alimentação, sendo que mais tarde a última foi substituída pelo arroz. Havia também diferentes formas de utilização da mandioca e do milho, como por exemplo, a farinha de mandioca. Aos poucos, outros alimentos também se aclimataram aqui no Brasil.

Na região estudada, é possível perceber a mudança do padrão de produção, ou a alteração de grãos cultivados através dos dados dos quadros 2, 3 e 4. Por meio desses dados, percebe-se que a produção de arroz (quadro 2) foi crescente até a década de 1980 e que de lá para cá caiu acentuadamente. A produção de milho (quadro 3) manteve-se crescente e estável ainda na década de 1980, mas também caiu posteriormente. Inversamente, a produção de soja (quadro 4), que era pequena até 1988 em todos os municípios pesquisados, cresceu assustadoramente entre 1988 e 1995/96 e manteve-se sempre crescente. Até mesmo no município de Rio Verde, que teve seu território desmembrado para dar origem ao de Montividiu em 1987, a produção não sofreu queda; pelo contrário, aumentou ainda mais nesse período. E, é claro, o município de Montividiu já aparece pela primeira vez na estatística com uma produção considerável do produto em questão.

Quadro 2 - Quantidade produzida (t) – Arroz.

| Ano/município | 1960 | 1970 | 1975 | 1980 | 1985 | 1987 | 1988 | 95/96 | 2001 | 2002 | 2003 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Jataí | 4.264 | 14.788 | 29.425 | 41.116 | 31.420 | 15.714 | 13.200 | 12.282 | 10.800 | 12.000 | 1.800 |
| Rio Verde | 27.679 | 52.358 | 48.001 | 77.604 | 25.750 | 32.210 | 25.930 | 6.840 | 4.800 | 7.488 | 8.400 |
| Santa Helena | 20.152 | 10.147 | 4.130 | 3.268 | 1.100 | 2.840 | 2.160 | 1.200 | - | - | - |
| Montividiu | - | - | - | - | - | - | - | 1.660 | 1.200 | 2.500 | 2.800 |
| Estado | - | - | - | - | - | - | - | 384.142 | 192.839 | 212.812 | 224.631 |

Fonte: Anuário Estatístico de Goiás e Sinopse Estatística de Goiás – IBGE.

Quadro 3 - Quantidade produzida (t) – Milho.

| Ano/município | 1960 | 1970 | 1975 | 1980 | 1985 | 1987 | 1988 | 95/96 | 2001 | 2002 | 2003 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Jataí | 2.834 | 3.537 | 2.459 | 5.659 | 7.250 | 15.714 | 13.200 | 153.000 | 400.585 | 388.608 | 511.088 |
| Rio Verde | 6.983 | 23.148 | 74.780 | 64.056 | 100.000 | 32.210 | 25.930 | 356.500 | 285.400 | 222.400 | 255.900 |
| Sta Helena | 7.172 | 7.669 | 90.066 | 45.031 | 40.500 | 2.840 | 2.160 | 66.950 | 90.078 | 18.000 | 23.100 |
| Montividiu | - | - | - | - | - | - | - | 207.200 | 213.600 | 163.680 | 180.300 |
| Estado | | | | | | | | 3.449.308 | 4.157.387 | 3.400.223 | 3.533.861 |

Fonte: Anuário Estatístico de Goiás e Sinopse Estatística de Goiás – IBGE.

Quadro 4 - Quantidade produzida (t) – Soja.

| Ano/município | 1960 | 1970 | 1975 | 1980 | 1985 | 1987 | 1988 | 95/96 | 2001 | 2002 | 2003 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Jataí | - | 1 | - | 1.456 | 74.715 | 15.714 | 13.200 | 220.800 | 483.542 | 516.641 | 615.330 |
| Rio Verde | - | 3.214 | 1.705 | 38.274 | 121.000 | 32.210 | 25.930 | 231.800 | 540.000 | 660.000 | 750.000 |
| Santa Helena | - | 633 | 2.230 | 6.396 | 4.030 | 2.840 | 2.160 | 26.000 | 78.000 | 121.600 | 126.000 |
| Montividiu | - | - | - | - | - | - | - | 115.500 | 224.000 | 288.000 | 323.150 |
| Estado | | | | | | | | 2.146.926 | 4052169 | 5.405.589 | 6.319.838 |

Fonte: Anuário Estatístico de Goiás e Sinopse Estatística de Goiás – IBGE.

É possível perceber ainda, nesses dados, o que Machado (1996) chama de desenvolvimento desigual e combinado entre alguns municípios do Sudoeste goiano. Ou seja, esse grão[23] que determinou os rumos da produção na região apresenta um diferencial de crescimento entre as cidades pesquisadas. No município de Jataí e Santa Helena, o grão passou a ser largamente plantado apenas na década de 1990; em Rio Verde seu pico de crescimento está na década de 1980, e em Montividiu, na década de 1990 em função do período de sua emancipação, lembrando que o município já foi emancipado produzindo uma grande quantidade desse produto, que anteriormente era contabilizado para Rio Verde.

Em Santa Helena, um fator pode ser justificador desse retardamento no plantio de soja. A partir da década de 1960, inicia-se a fase do algodão e, a partir de 1964, aos poucos há um crescimento da produção de cana-de-açúcar. O crescimento da produção primária de algodão é profundamente expressiva conforme mostra o quadro 5. A partir de 1970, a cana-de-açúcar passa a substituir o algodão na preferência do investimento agrícola do município "[...] atendendo as necessidades sobretudo da Usina Santa Helena, que se torna grande produtora de açúcar" (VAZ, 1992, p. 34). Em 1980, a Usina Santa Helena altera seu parque produtivo iniciando a produção de álcool em larga escala. Somente na década de 1990 é que Santa Helena deslancha na produção de soja.

[23] Embora tenha sido introduzida no Brasil há mais de 70 anos, a cultura da soja só atingiu um nível significativo de produção no final dos anos de 1960. A partir dessa década a produção dessa oleaginosa cresceu vertiginosamente. O crescimento expressivo da produção brasileira, ao longo das décadas de 1970 e 1980, esteve, em princípio, relacionado a cotações externas favoráveis do farelo de soja, particularmente no início dos anos de 1970. Paralelamente, o setor agroindustrial foi estimulado pelo governo, o que proporcionou condições para o desenvolvimento de um parque industrial de processamento de soja. Com isso, o Brasil tornou-se uma referência mundial na produção de soja. Até a década de 1970, era predominante a idéia de que a região de cerrado não possuía capacidade para exploração agrícola que atendesse aos grandes interesses comerciais. Era vista apenas como uma região que servia à produção pecuária extensiva e ao extrativismo. A partir dessa década, a implementação de estratégias e políticas de desenvolvimento, aliadas a investimentos públicos em infra-estrutura, ocasionou impactos consideráveis sobre a expansão agrícola e a ocupação do cerrado. Seu cultivo tem influenciado significativamente os destinos da economia do Estado de Goiás e do Sudoeste goiano, imprimindo novo alento ao setor agroindustrial.

Quadro 5 – quantidade produzida (t) – Algodão e Cana-de-açúcar no município de Santa Helena entre 1960 e 2003.

| Produto | 1960 | 1970 | 1975 | 1985 | 1992 | 1995 | 2001 | 2003 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Algodão | 142 | 38.749 | 24.698 | 18.800 | 19.250 | 50.600 | 12.400 | 7.540 |
| Cana-de-açúcar | 280 | 90.446 | 109.516 | 173.844 | 574.617 | 840.200 | 1.654.220 | 300 |

Fonte: Senso Agropecuário e Anuário Estatístico do Estado de Goiás.

Esses dados podem ser utilizados como fortes indicadores de modernização da região, ou seja, por meio da utilização de tecnologias modernas e da inserção do capital no campo foi possível essa transformação vertiginosa. Um outro indicador corrobora a idéia dessa modernização.

Quadro 6 - Número de tratores.

| Ano/Município | 1960 | 1970 | 1975 | 1980 |
|---|---|---|---|---|
| Jataí | 24 | 81 | 287 | 569 |
| Rio Verde | 135 | 446 | 879 | 1.438 |
| Santa Helena | 70 | 347 | 455 | 398 |
| Montividiu | - | - | - | - |

Fonte: Anuário Estatístico de Goiás e Sinopse Estatística de Goiás – IBGE.

Pode-se ver que foi no período de 1980 que Jataí teve o maior pico de utilização de máquina agrícola. Já em Rio Verde isso ocorreu na década de 1970, quando dobrou a utilização desse implemento. E Santa Helena, no mesmo período, teve número anterior multiplicado por cinco.

Aparentemente houve uma inversão da utilização, para a produção agrícola, de áreas que anteriormente eram utilizadas pela pecuária, mas ao observar o indicador do efetivo de rebanho bovino nesses municípios percebe-se que o processo de desenvolvimento na região ocorreu de forma integrada, ou seja, aumentou a produção de grãos graças à tecnificação da agricultura e manteve-se o efetivo de rebanho bovino.

Quadro 7 - Efetivo de rebanho bovino.

| Ano/Município | 1985 | 1989 | 95/96 | 1998 | 2000 | 2001 | 2002 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Jataí | 41.600 | 392.619 | 420.000 | 392.338 | 377.343 | 378.678 | 375.487 |
| Rio Verde | 780.000 | 537.361 | 505.000 | 440.000 | 440.000 | 430.000 | 400.000 |
| Santa Helena | 160.000 | 72.030 | 74.000 | 60.000 | 60.000 | 62.000 | 68.000 |

Fonte: Anuário Estatístico de Goiás e Sinopse Estatística de Goiás – IBGE.

Percebe-se, nesses dados, que ao mesmo tempo em que ocorre o incremento da agricultura, ocorre também a manutenção, com pouca variação, do efetivo de rebanho bovino, comprovando que o processo de desenvolvimento do capitalismo no campo ocorre de forma integrada, qualidade que enche os olhos das agroindústrias que se beneficiam dessas características dos municípios, entre outras[24], para se instalar na região.

Para Machado (1996), a partir da década de 1970, um desses municípios, Jataí, experimentou uma crise no setor agropecuário, que fez com que ele demorasse mais que os outros a se integrar aos novos moldes de reprodução do capital que foi consolidando-se na região. No caso de Santa Helena, como já foi dito anteriormente, essa demora não se configurou por crise no setor, mas por ter-se dado o seu processo de reprodução de capital por outras culturas. Já Rio Verde ingressou de forma rápida e dinâmica nesse novo contexto, vinculando-se, por um lado, aos cultivos direcionados ao mercado externo, como a soja, e à implantação das agroindústrias, por outro. Para a autora, é durante a década de 1980 que a economia goiana passa por transformações estruturais. A pecuária continua uma atividade importante, ao lado da lavoura, e assim assiste-se, ao lado da intensificação da urbanização, ao estabelecimento de um outro perfil de capitalização na região.

Começam a processar-se algumas transformações que apontam para um desenvolvimento de atividades industriais, mais especificamente o surgimento das agroindústrias. A partir da expansão do cultivo da soja, a região sofreu um intenso processo de transformação, abrangendo desde o incremento do uso de implementos agrícolas até o aparecimento da agroindústria, tendo ela funcionado, portanto, como um veículo condutor das transformações da produção agrícola regional e como um articulador dessa estrutura produtiva com o processo agroindustrial.

> Diferente das outras culturas como o milho, o arroz e o feijão, o procedimento a respeito da soja está todo voltado ao mercado externo ou industrial. A lavoura da soja requer um uso intensivo de maquinário agrícola e toda uma série de implementações tecnológicas que foge do alcance da pequena produção e dos produtores tradicionais. (LABAIG, 1995, p. 101)

A presença marcante de cooperativas e agroindústrias na região, associada às características que vão tomando a produção de soja para exportação, confere ao Sudoeste uma

[24] Como os incentivos fiscais, por exemplo.

certa peculiaridade, constituindo-a como uma das áreas mais dinâmicas no processo de reprodução do capital no âmbito da economia nacional[25].

Essas mudanças não atingem de forma homogênea todos os municípios. No processo de inserção nessa nova estrutura produtiva, como foi realizando-se, em cada município, reside um dos mecanismos mais ativos de criação ou reiteração do desenvolvimento desigual na região. Desta forma, a modernização que se processa a partir da soja chega a Rio Verde na década de 1970, que se apresentava como referência na região; a Jataí, na década de 1980, após uma década; e a Santa Helena, na década de 1990[26]. Ao se integrar pioneiramente à produção da soja, Rio Verde reforçou sua importância econômica e o papel de pólo regional, acelerando e aprofundando as transformações na sua estrutura produtiva, cujo maior exemplo é a agroindústria.

Segundo Machado (1996), os investimentos efetivados, principalmente na construção de estradas de rodagem, fizeram de cidades como Rio Verde e Jataí "autênticos entrepostos comerciais" encravados no meio rural, os quais funcionam como coletores dos excedentes agropecuários regionais e repassadores dos bens industrializados provenientes do Sudoeste.

Rio Verde foi uma das áreas priorizadas para a implantação de projetos vinculados aos programas do Governo Federal para incentivos ao setor agrário. Por meio do POLOCENTRO, estabeleceram-se mecanismos para o "desenvolvimento da agricultura mecanizada e o envolvimento da produção agrícola dos cerrados com o complexo agroindustrial. Estima-se que 500 mil hectares foram incorporados aos recursos desse programa no período de 1975 a 1978, somente na área de Rio Verde" (LABAIG, 1995, p. 111). Numa avaliação preliminar dos resultados obtidos pelo programa, publicada pela SUDENE, Rio Verde é o único município do Sudoeste de Goiás a figurar nos projetos financiados pelos recursos do POLOCENTRO em Goiás. Portanto, esse município foi o que, de forma mais rápida e eficiente, serviu-se da conjuntura favorável à reorganização econômica do setor agropecuário. Em 1975, por exemplo, foi fundada a COMIGO, com sede nesse município. Essa cooperativa se transformou na maior da região, abrangendo sob sua influência vários municípios, entre eles Jataí, Santa Helena e Montividiu[27]. A Perdigão é outro

[25] Conferir "A vez do Sudoeste" (Folha do Sudoeste. Jataí, 31/03 a 30/04 de 1984, p. 2).
[26] Deve-se considerar que a modernização agrícola no município de Santa Helena se deu inicialmente com a produção de algodão e cana-de-açúcar.
[27] Conferir "Comigo: uma gigante de 9 anos – 06/07/75 a 06/07/84" (Folha do Sudoeste. Jataí, 22/07 a 05/08 de 1984, p. 10).

exemplo de agroindústria que impulsionou decisivamente o desenvolvimento desse município[28].

A partir do início da década de 1980, começaram a instalar-se também no município de Jataí algumas agroindústrias. A Nestlé instalou uma usina de captação de leite[29]. Mais tarde, as indústrias Coimbra abriram uma fábrica de óleo que utiliza matérias-primas da região[30]. Enfim, cresceu o número de cerealistas, de curtumes e frigoríficos, além de fábricas de calçados e confecções[31]. Em Santa Helena[32], o quadro não é diferente. A década de 1980 também a consagrou com agroindústrias.

Assim, a região experimentou, a partir da expansão da soja, um significativo desenvolvimento econômico, parte vinculada às transformações da estrutura produtiva exigidas por essa lavoura, parte em função da instalação das agroindústrias e também ao próprio avanço do sistema capitalista na economia nacional.

Esse desenvolvimento econômico articulado a essas transformações criou e passou a criar, como causa ou como conseqüência, uma série de agentes coletivos para composição do quadro do processo de modernização agrícola. Quem são eles, como foram criados e como passaram a criar, como tomam parte, como se comportam ou desempenham seus papéis nesse cenário e qual sua efetiva atuação são assuntos que serão tratados no próximo capítulo.

---

[28] Conferir "Perdigão se instala oficialmente em Rio Verde" (Folha do Sudoeste. Jataí, 27/06 a 03/07 de 1996, p. 7).

[29] Conferir "Primeiro complexo industrial da Nestlé em Jataí" (Folha do Sudoeste. Jataí, 16 a 30 de abril de 1983, p. 7). A reportagem informa sobre iniciativas de políticos da época junto a empresa para ela fosse instalada em Jataí.

[30] Conferir "No Sudoeste, a 3ª indústria de grãos no mundo" (Folha do Sudoeste. Jataí, 25 de maio de 1989, p. 11).

[31] Conferir "Jataí entre os municípios que mais surgem empresas" (Folha do Sudoeste. Jataí, 23 a 31 de agosto de 1986, p. 5).

[32] Conferir "Laticínio Mococa S/A inaugura grande fábrica em Santa Helena" (Folha do Sudoeste. Jataí, 31/10 a 15/11 de 1985, p. 14).

# 2 MUDANÇAS CONDICIONADAS PELA MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA: “a cidade transformou-se de repente”

> [...] foram-se os nomes dos grandalhões dos boiadeirinhos de bolso murcho e gogó fino pedreiros carpinteiros choferes e operadores peões e empreiteiros disputavam o direito de ganhar o sagrado dinheiro do zeca – dinheiro forte e misterioso – quem chegasse nos balcões pra gastar do dinheiro derivado das mãos daquele homem tinha o privilégio da prioridade e o bolso que guardasse desses cobres se encantaria com forças diabólicas ou divinas de nunca mais ficarem vazios – os próprios esmoleiros lutavam para conseguir uma nota dessas origens curtindo a crença do enriquecimento
> o comércio convulsionou-se na competição
> lojas açougues casas de materiais de construção frutarias butecos e revendedores de adubos inseticidas sementes – estrebuchavam-se em concorrências aventureiras – os mais velhacos chegaram a mandar-lhe as mercadorias sem ao menos ter conversado com ele
> a demanda convocou a subir no palco da concorrência o vigário da cidade que insistiu para ir celebrar missa na fazenda com a missão de trazer aos altares do santo templo a audácia do rendimento satânico
> não pouparam esforços e inteligências na procura de maneiras a abordar os cobres do pai da economia trigueira
> o comércio foi deslocado todo para uma rua só – a do zeca chegar e sair e em torno do banco
> concentração que levou a tática comerciaria a demolir umas quatro casas ali em torno do estabelecimento para dar maior espaço à movimentação – tornou-se a praça do comércio ou praça do banco – mas ninguém tinha consciência perfeita da motivação daquela mudança no corpo velho da cidade – um chamou pra fazer o condicionamento escondendo por velhacaria as verdadeiras intenções e como a idéia caiu na graça de todos os interesseiros foi aplaudida sob o silêncio do segredo
> ao povo nunca boqueijaram o intento
> *a cidade transformou-se de repente*
> vaidosa e quente – cheia de trejeitos e dengos de moça regateira – moça sirigaita e de bolsos lisos
> o alvoroço recendia cada vez que a pessoa do zeca existisse presente e querida
> cada qual expunha com mais empolgância suas mercadorias
> o sujeito seduzido pelo demônio ou tentado pela sorte mágica abriu a barriga do município arredou as vísceras da incredulidade e implanta um órgão descomunal e inédito
> baralhado na multidão os comentários dançam maromba e inventam canções nos andores sagrados dos fuxicos – *quem não trabalha para o zeca ocupa-se em falar no ou que seja do zeca – o importante é pronunciar o seu santo nome*
> fosse o que fosse um motivo ou outro a estrada da fazenda dia a dia ganhava mais nome e movimento que as melhores ruas da cidade
> pôs abaixo a própria história e honras municipais – em suas ruas prostaram-se esmorecidos os nomes dos responsáveis políticos – placas encravadas nos monumentos de praças demoliram-se da memória do povo e do mundo que além do zeca talvez nem deus
> *o nome do homem virou pai e pão nosso*
> *a força do nome foi indo não coube mais nas redondezas e transbordou-se a outras plagas e vai germinando pelo mundo afora assombrosamente*
> por cima de intenções e necessidades está o crédito deitado em berço de esplêndidas terras – os cobres chovem desendereçados – caem de um céu generoso que sabe escolher a fertilidade dos campos desprevenidos [...] (ARANTES, 1975, p. 53-60, grifo meu)

As transformações impulsionadas pelo significativo desenvolvimento econômico experimentado pela região do Sudoeste goiano, vinculadas à estrutura produtiva exigida pela

modernização agrícola, tiveram como conseqüências mudanças profundas no comércio, na indústria, na agroindústria, entre outros. Essas transformações não ocorreram ao acaso ou aleatoriamente, elas faz parte da composição de um cenário articulado que dá suporte à modernização agrícola e fazem dela um processo completo. A modernização agrícola criou os sujeitos necessários ao seu funcionamento, e eles, por sua vez, passaram a criar a modernização, como causa ou como conseqüência. Os sujeitos são aqui compreendidos como agentes coletivos; são eles que compõem o quadro do processo de modernização agrícola. O papel que os agentes coletivos desempenham nesse cenário mostra sua articulação com o processo como um todo. Para Bourdieu (1996), sujeitos são, de fato, agentes que atuam e que sabem de um sistema adquirido de preferências, de princípios de visão e divisão de estruturas cognitivas duradouras e de esquemas de ação que orientam a percepção da situação e a resposta adequada.

Como o processo de modernização agrícola no Sudoeste goiano não se deu pelas mãos de apenas um agente, e sim por vários, opta-se aqui pela denominação agentes coletivos. Os agentes coletivos podem, preliminarmente, ser compreendidos como um grupo de pessoas que praticam ações coletivas aqui entendidas como "o esforço mútuo e simultâneo de pessoas ou grupos de pessoas com o intuito de mudar, temporária ou permanentemente, o estado de um sujeito ou objeto" (SILVA, 1987, p. 8). É possível deduzir que, se toda ação social é coletiva, nem todo coletivo é social. A ação social é o que constitui o dado central; ela é constitutiva. Uma ação só é social se ela tem sentido próprio, se é dirigida para a ação dos outros. Ela requer interação dos membros de um conjunto. A idéia de ação coletiva é vista aqui em contraposição à de ação individual, que não sofre influência da presença ou atividade de outros. A conduta íntima é ação social somente quando está orientada pelas ações de outros. O adjetivo coletivo exprime o contrário do individual, aquilo que é próprio de um grupo.

A ação coletiva é uma discussão presente na produção científica relacionada aos movimentos sociais. Segundo Gohn (2002), a produção científica brasileira, nas últimas décadas, sobre os movimentos sociais caracterizou-se por três pontos. Em primeiro lugar houve uma grande vitalidade de estudos de natureza mais empírico-descritiva centrados nas falas dos agentes. Em segundo lugar houve uma certa divisão dos estudos nas áreas acadêmicas e a localização da maioria deles nos programas de pós-graduação no país. Em terceiro lugar houve uma utilização teórica do paradigma europeu para a análise dos dados de realidades diferenciadas.

Para a autora, a partir dos anos de 1960, o estudo dos movimentos sociais ganhou espaço, densidade e *status* de objeto científico a ser analisado e mereceu várias teorias. Isso ocorreu porque os movimentos ganharam visibilidade na sociedade como fenômeno histórico concreto. Houve ainda o desenvolvimento de teorias sobre o social, e as abordagens sobre as ações coletivas ganharam novos patamares, em universos mais amplos, construindo uma nova teoria sobre a sociedade civil.

Com o desenvolvimento da autonomia de formas não institucionalizadas de ação coletiva, juntamente com a deslegitimação do Estado, ocorreu um deslocamento de interesse para a sociedade civil, e nesta os movimentos sociais foram as ações sociais por excelência. Entretanto, Gohn (2002) salienta que, apesar do interesse dos cientistas sociais por essa área de conhecimento, algumas questões ainda permanecem não resolvidas, embora tenham alimentado grande parte do debate acadêmico. Entre essas questões pode-se destacar: o próprio conceito de movimento social e o que o distingue de outras ações coletivas.

Quanto ao conceito de movimentos sociais, poucos autores se dedicaram a definir ou a conceituar o que entendem por movimentos sociais. Acrescenta-se a essa lacuna a profusão de tipos e espécies de movimentos sociais que têm sido tratados da mesma forma, além da não diferenciação entre movimentos propriamente ditos, lutas, protestos, revoltas, revoluções, insurreições e outras formas de ações coletivas. Quando se trata de ação coletiva, há várias teorias dos movimentos sociais, e cada uma tem tido um entendimento sobre o que eles são e a que tipo de manifestação social se referem. Para alguns trata-se de fenômenos empíricos, para outros são objetos analíticos, teóricos. Não há um conceito sobre os movimentos sociais, mas vários, conforme o paradigma utilizado. Gohn (2002) utiliza o critério geográfico-espacial como recurso metodológico para explicar os diferentes paradigmas dos movimentos sociais. Dessa forma, ela distingue o paradigma norte-americano, o europeu e o latino-americano.

Gohn (2002) conclui em seu trabalho que, apesar do número razoável de estudos específicos e da diversidade de paradigmas explicativos sobre a problemática dos movimentos sociais, não se pode afirmar que existem teorias bastante elaboradas a seu respeito. Essa lacuna se dá pela multiplicidade de interpretações e enfoques sobre o que são os movimentos sociais. Para a autora, as diferentes interpretações sobre o que é um movimento social na atualidade decorrem de três fatores principais: mudanças nas ações coletivas da sociedade civil; mudanças nos paradigmas e análises dos pesquisadores; e mudanças na estrutura econômica e nas políticas estatais. O resultado disso é que um conjunto díspar de fenômenos

sociais tem sido designado como movimentos sociais. Existe ainda a dificuldade de enquadramento das ações coletivas contemporâneas nas categorias teóricas disponíveis.

Ao explicitar sua concepção sobre o tema, essa autora estabelece parâmetros mínimos para uma conceituação teórica construída a partir da reflexão fundamentada em categorias que emergem de manifestações concretas dos próprios movimentos. O primeiro parâmetro estabelecido é a distinção entre movimento e grupo de interesses. Interesses comuns de um grupo são componentes de um movimento, mas não bastam para caracterizá-lo como tal. A ação de um grupo de pessoas tem que ser qualificada por parâmetros para ser um movimento social. O segundo é quanto ao uso ampliado da expressão. Designa-se como movimento a ação histórica de grupos sociais. É a ação da classe em movimento, e não um movimento específico da classe. O terceiro parâmetro deve distinguir entre modos de ação coletiva e movimento social propriamente dito. Os diversos modos de estruturação de ações coletivas poderão ser estratégias de ação de um movimento social, mas, por si sós, não são movimentos sociais. A quarta diferenciação refere-se à esfera em que ocorre a ação coletiva. Trata-se de um espaço não institucionalizado criando um campo político; uma ação coletiva fora da esfera estabelecida pelas instituições. Disso resulta que um movimento social deixa de ser movimento quando se institucionaliza, entretanto há que se tomar cuidado com as generalizações empíricas, chamando de movimento tudo que estiver na esfera não institucional.

Observados esses parâmetros a autora arrisca-se na formulação do conceito:

> Movimentos sociais são ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil. As ações se estruturam a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em conflitos, litígios e disputas vivenciados pelo grupo na sociedade. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva para o movimento, a partir dos interesses em comum [...] os movimentos participam portanto da mudança social histórica de um país e o caráter das transformações geradas poderá ser tanto progressista como conservador ou reacionário, dependendo das forças sociopolíticas a que estão articuladas em suas densas redes; e dos projetos políticos que constroem com suas ações. (GOHN, 2002, p. 252)

A autora ainda ressalta que os movimentos sociais sempre têm um caráter político que cria e desenvolve um campo político de forças sociais na sociedade civil. Os movimentos sociais são expressão de poder da sociedade civil, e sua existência sempre se desenvolve num contexto de correlação de força social. Eles são, portanto, fundamentalmente processos político-sociais. Eles politizam as demandas socioeconômicas, políticas e culturais inserindo-

as na esfera pública da luta política. Trata-se de coletivos que no processo de ação sociopolítica desenvolvem uma identidade.

Entretanto, como foi dito anteriormente, os movimentos sociais são uma das formas, e não a única, de agrupar as ações dos homens na história. Classe refere-se às ações dos indivíduos como agentes produtores e reprodutores socioeconômicos, mas não dá conta de explicar todas as dimensões e fenômenos da vida social. Ou seja, a ação coletiva pode dar-se via movimentos sociais ou não. Portanto, busca-se aqui a compreensão da ação coletiva tendo como perspectiva outro referencial de análise. Isso se justifica tendo em vista que no Sudoeste goiano, especialmente nos municípios objeto desse estudo, pesquisas[33] apontam a inexistência de movimentos sociais no sentido estrito da palavra conforme apontado anteriormente.

Na busca da compreensão dos diversos modos de estruturação da ação coletiva, bem como do papel que cada agente coletivo desempenha no processo de modernização agrícola no Sudoeste goiano, recorro à Teoria da Prática[34] de Bourdieu. Para ele, um instrumento utilizável na construção de um objeto é a formação de um quadro dos caracteres pertinentes de um conjunto de agentes ou de instituições. Esse recurso obriga a pensar relacionalmente, pensar em termos de realidades que podem ser vistas claramente em relações. Para o autor, se é verdade que o real é relacional, pode acontecer que nada se saiba de uma instituição acerca da qual se julga saber tudo, porque ela nada é fora das suas relações (BOURDIEU, 1998).

Segundo Martins (1987), a perspectiva sociológica elaborada por Bourdieu pressupõe que é a sociedade e somente ela que elabora, de diferentes formas, justificativas e razões para os indivíduos existirem. A sociedade produz as posições e os agentes sociais que julga importantes à conquista dessas posições. Uma das questões centrais da sociologia de Bourdieu consiste numa reflexão sobre a problemática entre o agente social e a sociedade, homem e história. Para ele, o mundo social pode ser objeto de três modos de conhecimento teóricos: o fenomenológico, o objetivista[35] e o praxiológico.

---

[33] Leal (2002); Oliveira (2004), Lima (2005).

[34] A adequação entre o *habitus* e a situação particular que enfrenta um ator social específico permite fundar a teoria da prática, que leva em consideração tanto as necessidades dos agentes quanto a objetividade da sociedade.

[35] Segundo Ortiz (2003), o embate objetivismo / subjetivismo transcende o campo de uma teoria particular, pois considera métodos distintos como o positivismo e o estruturalismo como perspectivas objetivistas, ou o interacionismo simbólico e a etnometodologia como epistemologias fenomenológicas. Do ponto de vista sociológico essa controvérsia se traduz pela oposição de dois clássicos: Durkheim e Weber. Enquanto o pensamento weberiano tem seu ponto de partida no sujeito, a sociologia durkheiminana reifica a sociedade uma vez que a apreende como coisa.

O fenomenológico possui como objetivo refletir sobre uma experiência que por definição não se presta à reflexão, ou seja, esse modo de conhecimento não consegue ir além de uma simples descrição do que caracteriza a experiência vivida do mundo social. O objetivismo formula o estabelecimento de regularidades que se expressam em estruturas, leis e sistemas de relações; ele se dedica apenas a registrar a produção de regularidades da vida social, o que consiste em tratar os objetos construídos pela ciência como realidades autônomas, dotadas de uma eficácia social e capazes de agir por si próprias, substituindo os agentes sociais.

De acordo com Martins (1987), Bourdieu enfatiza a necessidade de superar a oposição criada em torno da polêmica entre o subjetivismo e o objetivismo e, com esse propósito, desenvolve um outro modo de conhecimento denominado praxiológico, cujo objetivo consiste em articular estrutura social e ator social. Para articular a mediação objetivismo/subjetivismo, Bourdieu introduz o conceito de *habitus* em seu esquema explicativo.

Para Bourdieu, citado por Martins (1987), *habitus* é um sistema de disposições duráveis. A sua existência resulta de um processo de aprendizado, produto do contato dos agentes sociais com diversas modalidades de estruturas sociais. O *habitus* adquirido pelo ator social, por meio de sua inserção em diferentes espaços sociais, constitui uma matriz de percepção, de apreciação e de ação que se realiza em determinadas condições sociais. O *habitus* informa a conduta, as suas estratégias de conservação e/ou de transformação das estruturas que estão no princípio de sua produção.

Assim, *habitus*

> são sistemas de disposições duráveis e transferíveis, estruturas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípios geradores e organizadores de práticas e de representações que podem ser objetivamente adaptadas a seu fim sem supor a intenção consciente dos fins e o domínio expresso das operações necessárias para atingi-los, objetivamente "reguladas" e "regulares", sem ser o produto da obediência a regras, sendo coletivamente orquestradas, sem ser o produto da ação organizadora de um regente (MARTINS,1987, p. 40).

O *habitus* orienta as práticas individuais e coletivas. Ele tende a assegurar a presença ativa das experiências passadas que, depositadas em cada indivíduo sob a forma de esquema de pensamento, percepção e ação, contribui para garantir a conformidade das práticas e de sua constância através do tempo. Por meio do *habitus,* o passado do indivíduo sobrevive no momento atual, atualizando-se nas práticas realizadas no presente, e tende a subsistir nas ações futuras dos atores sociais ao confrontar com situações conjunturais nos

diversos espaços sociais. Ele torna possível a criação de novas modalidades de conduta dos atores sociais.

Se o *habitus* orienta a prática[36] dos agentes, esta somente se realiza na medida em que as disposições duráveis dos atores entram em contato com uma situação. Essa situação é denominada em seus trabalhos sobre *campo*, que é uma outra categoria central em seu esquema explicativo. O *campo* é um espaço social que possui uma estrutura própria, relativamente autônoma em relação a outros espaços sociais, isto é, em relação a outros *campos* sociais. Mesmo mantendo uma relação entre si, os diversos *campos* sociais se definem por meio de objetivos específicos, que lhe garantem uma lógica particular de funcionamento e de estruturação. É característico do *campo* possuir suas disputas e hierarquias internas, assim como princípios que lhe são inerentes cujos conteúdos estruturam as relações que os atores estabelecem entre si no seu interior. A lógica específica de um *campo* só é compreensível para aqueles que dele participam.

Segundo Bourdieu (1983), um *campo*

> [...] se define entre outras coisas através da definição dos objetos de disputa e dos interesses específicos que são irredutíveis aos objetos de disputa e aos interesses próprios de outros campos e que não são percebidos por quem não foi formado para entrar neste campo (cada categoria de interesses implica na indiferença em relação a outros interesses, a outros investimentos, destinados assim a serem percebidos como absurdos, insensatos, ou nobres, desinteressados). Para que um campo funcione, é preciso que haja objetos de disputa e pessoas prontas para disputar o jogo, dotada de *habitus* que impliquem no conhecimento e no reconhecimento das leis imanentes do jogo, dos objetos de disputa, etc. (p. 89, grifo do autor).

Para aprofundar no estudo do *campo,* faz-se necessário compreender a noção de espaço social[37]. Segundo Bourdieu (1996), o espaço é o "conjunto de posições distintas e coexistentes, exteriores umas às outras, definidas umas em relação às outras por uma *exterioridade mútua* e por relações de proximidade, de vizinhança ou de distanciamento e, também, por relações de ordem" (p. 18-19, grifo do autor).

Para o autor espaço social é "um espaço de diferenças, no qual as classes existem de algum modo em estado virtual, pontilhadas, não como um dado, mas como *algo que se trata de fazer*" (BOURDIEU 1996, p. 27, grifo do autor). Ele não nega a existência de classes

[36] Prática em Bourdieu é entendida como produto de uma "relação dialética" entre uma situação e um *habitus,* isto é, o *habitus* como sistema de disposições duráveis é matriz de percepção, de apreciação e de ação, que se realiza em determinadas condições sociais (MARTINS, 1987).

[37] Para Bourdieu (1996), espaço social é um *campo*. "É isso que acredito expressar quando descrevo o espaço social global como um campo, isto é, ao mesmo tempo, como um campo de forças, cuja necessidade se impõe aos agentes que nele se encontram envolvidos, e como um campo de lutas, no interior do qual os agentes se enfrentam, com meios e fins diferenciados conforme sua posição na estrutura do campo de forças, contribuindo assim para a conservação ou a transformação de sua estrutura." (p. 50)

porque, ao fazê-lo, negaria a existência da diferença e de princípios de diferenciação[38]. "A diferença (o que expresso ao falar do *espaço social*) existe e persiste." (BOURDIEU 1996, p. 26, grifo do autor) O espaço social é construído de modo que os agentes ou grupos são distribuídos em função de suas posições de acordo com os princípios da diferenciação. Os agentes têm tanto mais em comum quanto mais próximos estejam nessas duas dimensões, e tanto menos quanto mais distantes estejam nelas. As distâncias espaciais no papel equivalem a distâncias sociais. O princípio da separação diferencial é a posição que um agente ou grupo assume na sociedade de acordo com seu volume de capital global (capital econômico e capital cultural).

O espaço de posições sociais se retraduz em um espaço de tomada de posições pela intermediação do espaço de disposições (ou do *habitus*), ou, em outros termos, ao sistema de separações diferenciais, que definem as diferentes posições nos dois sistemas principais do espaço social. Ou seja, é um espaço de tomada de posições no sistema de separações diferenciais de acordo com um conjunto sistemático de bens e propriedades vinculadas por uma afinidade de estilo. A cada classe de posições corresponde uma classe de *habitus* produzidos pelos condicionantes sociais associados à condição correspondente e, pela intermediação desses *habitus* e de suas capacidades geradoras, um conjunto sistemático de bens e de propriedades, vinculados entre si por uma afinidade de estilo.

O *habitus* tem como uma das funções dar conta da unidade de estilo que vincula as práticas e os bens de um agente ou de uma classe de agentes. Ele é o principio gerador e unificador que retraduz as características intrínsecas e relacionais de um conjunto de escolhas de pessoas, de bens, de práticas. Os *habitus* são diferenciados e diferenciadores, distintos e distinguidos: "[...] põem em prática princípios de diferenciação diferentes ou utilizam diferenciadamente os princípios de diferenciação comuns" (BOURDIEU, 1996, p. 22). Entretanto, a diferença só se torna visível, perceptível se ela é percebida por alguém capaz de estabelecer a diferença; "[...] a diferença só se torna signo e signo da distinção se lhe aplicamos um princípio de visão e de divisão que, sendo o produto da incorporação de estruturas de diferenças objetivas está presente em todos os agentes" (BOURDIEU, 1996, p. 23).

Para o autor, construir o espaço social, "[...] essa realidade invisível, que não podemos mostrar nem tocar e que organiza as práticas e as representações dos agentes" (p.

[38] "O que comumente chamamos de distinção, uma certa qualidade mais freqüentemente considerada como inata (fala-se de 'distinção natural'), de porte de maneiras, é de fato *diferença*, separação, traço distintivo, resumindo, propriedade *relacional* que só existe em relação a outras propriedades." (BOURDIEU, 1996, p. 18, grifo do autor)

24), é possibilitar a construção de classes teóricas homogêneas na perspectiva de dois princípios determinantes das práticas e das propriedades que daí decorrem. O princípio da classificação, por oposição ao princípio da diferenciação, permite predizer as outras propriedades e distinguem e agrupam os agentes que mais se pareçam entre si e que sejam tão diferentes quanto possível dos integrantes de outras classes, vizinhos ou distantes.

A proximidade do espaço social não garante a unidade, mas predispõe a uma aproximação. As pessoas inscritas em um setor restrito do espaço serão ao mesmo tempo mais próximas e mais inclinadas a se aproximar; e também mais fáceis de abordar e mobilizar. O modelo define distâncias que predizem encontros, simpatias e até desejos. As pessoas situadas no alto do espaço têm pouca oportunidade de se relacionar com as que estão situadas embaixo porque há pouca probabilidade de elas se encontrarem fisicamente e porque elas não compreendem umas as outras e não se agradam. O trabalho simbólico de constituição ou de consagração necessária para criar um grupo unido tem tanto mais oportunidades de ser bem sucedido quanto mais os agentes sociais estejam inclinados a se reconhecerem mutuamente e a se reconhecerem em um mesmo projeto.

Para Bourdieu (1996), é preciso construir o espaço social como uma estrutura de posições diferenciadas, definidas pelo lugar que ocupam na distribuição de um tipo específico de capital. A posição ocupada no espaço social, na estrutura de distribuição de diferentes tipos de capital, que também são armas, comanda as representações desse espaço e as tomadas de posição nas lutas para conservá-lo ou transformá-lo. Portanto, para construir o espaço social é preciso levar em conta os diferentes tipos de capital cuja distribuição determina a estrutura do espaço.

O espaço social organiza-se em três dimensões fundamentais: na primeira dimensão, os agentes se distribuem de acordo com o volume global de capital possuído, aí incluídos todos os tipos; na segunda, de acordo com a estrutura desse capital, isto é, de acordo com o peso relativo do capital global no conjunto de seu patrimônio; na terceira, de acordo com a evolução, no tempo, do volume e da estrutura de seu capital. O modelo funciona como princípio de classificação adequado. O espaço social agrupa agentes tão homogêneos quanto possível, não apenas do ponto de vista de suas condições de existência, mas também do ponto de vista de suas práticas culturais, de consumo, de suas opiniões políticas, entre outras.

Bourdieu (1983) postula a existência de diferentes tipos de capital: capital econômico, fundado na apropriação de bens materiais; capital social, baseado em relações que constituem fontes de apoios para atuação dos agentes sociais; capital cultural, que tem na posse de títulos escolares uma de suas manifestações institucionais; capital político, que

assegura a seus detentores uma forma de apropriação privada de bens e de serviços públicos; e capital simbólico, qualquer tipo de capital percebido de acordo com as categorias de percepção. Cada *campo* implica uma forma dominante de capital e, para obter as posições mais destacadas no *campo,* é preciso ter o maior número de capital de interesse no *campo*. Os detentores do maior volume de capital específico de um determinado *campo* ocupam posições dominantes no seu interior; por outro lado, aqueles que possuem pouco volume e/ou encontram-se despossuídos de forma legítima de capital do *campo* em questão encontram-se destinados a ocupar as posições dominadas.

As diferentes estratégias que os agentes sociais desenvolvem no interior dos diversos *campos* sociais encontram a sua explicação em função das posições que esses agentes ocupam na polarização. Aqueles que monopolizam o capital específico[39] de um determinado *campo* estão inclinados a tomadas de posições em defesa dos princípios de estruturação do *campo*. Adotam em suas condutas estratégias de conservação da posição dominante que nele ocupam. Por outro lado, os que possuem menos volume de capital exigido pelo *campo* tendem a tomar posições de contestação em relação à estruturação das relações de poder e, em decorrência disso, desenvolvem estratégias de transformação. Essa situação cria, segundo Bourdieu (1983), uma ruptura crítica freqüentemente ligada à crise, o que faz com que os dominantes saiam de seu silêncio impondo a produção do discurso defensivo visando restaurar o equivalente da adesão silenciosa.

Para Bourdieu, todo ator social que age no interior de um *campo* específico procura ajustar o seu esquema de pensamento, percepção e ação às exigências objetivas daquele espaço social. Os *campos* sociais não podem funcionar a não ser que existam agentes que realizam investimentos no seu interior, engajando seus recursos disponíveis e participando de suas disputas fundamentais, contribuindo assim para a reativação das lutas que neles se desenvolvem. O motor da ação para esse ator social repousa na relação entre o *habitus* e o *campo*. Em decorrência dessa relação, o *habitus* contribui para a preservação do *campo*, dos seus princípios de funcionamento e de organização, bem como para a reatualização dos antagonismos nele existentes.

Segundo Bourdieu (1983), existem diversos *campos* sociais como produto de um longo e lento processo de especialização e de autonomização: *campo econômico*, *campo político*, *campo burocrático*, *campo do poder*, *campo universitário*, *campo literário*, *campo científico*, *campo filosófico*, *campo artístico*, *campo religioso*. Segundo o autor, para se

[39] Capital específico é o capital que vale em relação a um certo tipo de campo, dentro dos limites desse campo, e que só é convertido em outra espécie de capital sob certas condições.

compreender um *campo,* é preciso procurar apreender a especificidade de funcionamento de cada um deles buscando detectar as relações de aliança e/ou conflito, de concorrência e/ou cooperação que os agentes desenvolvem no seio de cada um deles.

Para o autor, toda vez que se estuda um novo *campo,* descobrem-se propriedades especificas, próprias a um *campo* particular, ao mesmo tempo em que se faz avançar o conhecimento dos mecanismos universais dos *campos* que se especificam em função de variáveis secundárias. Sabe-se que em cada *campo* se encontrará uma luta, da qual se deve, cada vez, procurar as formas específicas, entre o novo que está entrando, e que tenta forçar o direito de entrada, e o dominante que tenta defender o monopólio e excluir a concorrência. Uma das características importantes do *campo* é que ele se constitui como um espaço em que se trava, entre os agentes, uma luta concorrencial decorrente de relações de poder existentes em seu interior. Essas relações derivam da distribuição desigual da espécie de capital dominante em cada um dos diversos *campos* sociais, que são hierarquizados em pólos distintos.

Buscando o avanço do conhecimento dos mecanismos universais dos *campos* bem como as propriedades específicas próprias de um *campo* particular, na perspectiva de Bourdieu, Pessoa (1999b) propõe um *campo agrário* para estudar as ocupações de fazendas em Goiás. Nessas ocupações "[...] estão em jogo interesses fundamentais, específicos e antagônicos em relação à utilização da terra: concentração e pequena propriedade; especulação e produção de alimentos; formação de pastagens e moradia etc." (p. 106).

Também, na perspectiva de descobrir propriedades específicas e próprias de uma particularidade, cria-se aqui um novo *campo*. Tomar a modernização agrícola como *campo* permitirá entender, no contexto do Sudoeste goiano, sua emergência como fato social e como ela constitui as relações de trocas simbólicas entre seus agentes coletivos mais significativos. Tem-se então o campo da modernização agrícola e os diversos agentes coletivos que se relacionam dentro dele em uma disputa concorrencial. O campo da modernização agrícola é um espaço social, como os outros, em que se trata de poder, de capital, de relações de força, de estratégias de manutenção ou de subversão e de interesses.

Segundo Bourdieu, a propriedade definidora de um *campo* é que todos os agentes que estão engajados nele têm certo número de interesses fundamentais comuns, ou seja, tudo aquilo que está ligado à própria existência do *campo,* por isso existe uma cumplicidade objetiva subjacente a todos os antagonismos. Pelo simples fato de jogar, de entrar no jogo, a luta pressupõe um acordo entre os antagonismos sobre o que merece ser disputado, e muitas vezes esse fato é escondido por trás da aparência do óbvio, tudo aquilo que constitui o *campo*,

o jogo, os objetos de disputa, todos os pressupostos que são tacitamente aceitos, mesmo sem que se saiba. Os que participam da luta contribuem para a reprodução do jogo colaborando para produzir a crença no valor do que está sendo disputado. Os recém-chegados devem pagar um direito de entrada que consiste no reconhecimento do valor do jogo e dos princípios de seu funcionamento, também chamado de investimento. Eles são levados às estratégias de subversão que, sob pena de exclusão, permanecem dentro de certos limites. As mudanças que ocorrem nos *campos* colocam em questão os próprios fundamentos do jogo sobre os quais repousa o jogo inteiro. Pelo conhecimento prático dos princípios do jogo, todo o passado está presente em cada ato do jogo. Nele, todas as pessoas "compactuam com a conservação do que é produzido no campo, tendo interesse em conservar e a se conservar conservando" (BOURDIEU, 1983, p. 91-92).

O que está em jogo no campo da modernização agrícola é a mudança na cultura e no *habitus* do *caipira*; a passagem de uma economia de subsistência para uma economia eminentemente de mercado, tendo como conseqüência a manutenção de princípios da modernização conservadora, a proletarização e exclusão do trabalhador rural desse processo, agressões à natureza, mudanças na base técnica de produção, inserção de capital financeiro na agricultura, desenvolvimento desigual e combinado, industrialização da agricultura e formação dos complexos agroindustriais. Segundo Bourdieu, dentro de um campo existem vários agentes que são mobilizados por um interesse comum, por uma idéia única. No campo da modernização agrícola, a moeda comum é o processo de modernização agrícola. Ou seja, nesse campo esses agentes se mobilizam em função dessa moeda comum. Participam desse jogo diversos agentes coletivos. Para efeito dessa pesquisa, serão delimitados apenas aqueles que são considerados significativos, aqueles que possuem capital suficiente para uma participação na luta concorrencial dentro do campo.

Dentre os municípios pesquisados – Jataí, Rio Verde e Santa Helena – optou-se pela seleção de dois grupos de agentes. No primeiro grupo estão agentes comuns aos três municípios: Diocese de Jataí, COMIGO[40], Sindicato Rural Patronal e Sindicato dos Trabalhadores Rurais. No segundo grupo não foi possível a opção por agentes comuns, por isso optei por trabalhar com agentes diferentes, mas que participam de maneira importante na luta concorrencial dentro do campo: em Rio Verde, ACIRV; e em Jataí, CCJ e SEJA.

[40] Os estudos referentes à COMIGO ficaram parcialmente comprometidos em função da não-autorização para pesquisar seus documentos, como livros de atas e correspondências. A pesquisa foi feita tendo como base outras fontes, como jornais e publicações da referida instituição que estavam disponíveis em sua biblioteca particular.

Para uma melhor compreensão da relação que esses agentes coletivos estabelecem no campo da modernização agrícola, faz-se necessário lançar mão de um outro conceito trabalhado por Bourdieu, o *subcampo*. Os agentes coletivos têm interesses comuns dentro do campo da modernização agrícola, mas cada um deles tem, também, interesses particulares. Cada um deles tem um campo de interesse próprio. Para Bourdieu, se se tem dentro de um campo um conjunto de agentes, então tem-se dentro dele outros campos. Quando se consegue ver em cada um desses agentes também uma lógica própria de um campo, é possível falar em subcampo dentro do campo. Um subcampo existe quando é possível ver nele toda a dinâmica de um campo. Como ele está dentro de um campo, ele é um subcampo, mas consegue-se ver em cada um deles a idéia de campo. Sendo assim, esses agentes constituem-se em subcampos, que por sua vez, assumem características de campos específicos com constituições, atuações, capitais e estratégias de mobilização diferentes.

Cabe salientar que, como já foi dito anteriormente, não existem campos autônomos. Todos eles são interdependentes. Cada campo constrói sua autonomia relativa, mas, ao mesmo tempo, possui uma interdependência com os demais campos. Assim, os subcampos do campo da modernização agrícola, que por sua vez passam a se constituir em campos, possuem essa interdependência entre si e com o campo da modernização agrícola. Essa relação garante à região do Sudoeste goiano uma certa organicidade no que se refere ao processo de modernização agrícola.

Partindo do pressuposto da relação entre campos e dos grupos de agentes coletivos, dispostos anteriormente, que os constituem, há dentro do campo da modernização agrícola os seguintes subcampos: o campo religioso (Diocese de Jataí); o campo do cooperativismo (COMIGO); o campo das representações patronais (Sindicato Rural Patronal); o campo das representações dos trabalhadores (Sindicatos dos Trabalhadores Rurais); o campo das representações comerciais e industriais (ACIRV); o campo das representações comunitárias (CCJ); e o campo ecológico (SEJA).

Para uma melhor compreensão da relação que esses agentes coletivos estabelecem, dentro de seus campos específicos e do campo da modernização agrícola, faz-se necessário saber como foram criados; como eles, numa relação dialética, passaram a criar; e como eles se comportam no desempenho de seus papéis, verificando sua atuação bem como suas possibilidades de ação dentro de cada campo. Para isso, passo a caracterizar os elementos relevantes para constituição do perfil de cada um, priorizando os interesses, as disputas, as estratégias e os enfrentamentos existentes.

## 2.1 AGENTES COLETIVOS QUE COMPÕEM O CAMPO DA MODERNIZAÇÃO AGRICOLA: "quem não trabalha para o zeca ocupa-se em falar no ou que seja do zeca – o importante é pronunciar o seu santo nome"

Usando de uma liberdade poética o zeca aqui é uma metáfora do processo que se dá dentro do campo da modernização agrícola. Ou seja, o importante é pronunciar o nome da modernização agrícola e, no limite, trabalhar para ela. Observado isso, passo agora à exposição dos diferentes agentes mencionados acima os quais estabelecem uma relação dentro do campo da modernização agrícola, procurando usar seus capitais para se estabelecer ou, como diria Bourdieu, para "[...] conservar e a se conservar conservando" (1983, p. 91-92).

### 2.1.1 O campo religioso – Diocese de Jataí

Para uma maior compreensão da constituição do campo religioso faz-se necessário uma retrospectiva histórica da Diocese de Jataí, observando inclusive alguns apontamentos históricos anteriores a 1970. É à luz do passado que se entende melhor o presente e a constituição e consolidação desse campo.

Em 1729, o bispo do Rio de Janeiro ergueu a primeira paróquia na região de Goiás, em Vila Boa. Em 1745 foi criada, em território que pertencia à Diocese do Rio de Janeiro, uma prelazia para o que se chamava "As Minas dos Guayazes", juridicamente ligada ao Arcebispo de Salvador – BA. No século seguinte, em 1826, essa Prelazia de Goiás foi elevada a Diocese, e, em 1933, a Arquidiocese. O território de Goiás foi o vasto território da Diocese de Goiás quando ela foi criada. Com o tempo e o desbravamento da região, essa jurisdição eclesiástica também se subdividiu. Em 1915, foi separada a região norte do Estado com a ereção da Diocese de Porto Nacional; em 1929, houve outra subdivisão, com a criação de três prelazias, a de Sant'Ana do Bananal, a de São José do Tocantins e a do Divino Espírito Santo de Jataí. Em 1971, esse território contava com dezesseis circunscrições eclesiásticas – duas arquidioceses, sete dioceses e sete prelazias. Conforme a divisão da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, Goiânia era a sede regional Centro-Oeste.

Em 21 de junho de 1929, foi constituída a Prelazia[41] do Divino Espírito Santo de Jataí, desmembrando-se o território de quatro paróquias, território correspondente a vinte e

[41] Prelazia pode ser considerada como uma Diocese em vias de desenvolvimento – "uma região que, por motivos diversos, ainda não goza de condições para assumir total autonomia dentro da organização institucional da Igreja, mas é mais bem administrada por seu próprio prelado" (Igreja de Jataí, 1971, p. 5). Uma ordem ou

um municípios, que mais tarde, com a criação da Prelazia de São Luiz dos Montes Belos, passaram a dezesseis municípios[42].

A prelazia de Jataí contava com "talvez 50.000 habitantes, dispersos em pequenos arraiais e extensas fazendas"[43]. Havia apenas quatro núcleos de certa importância nas tradicionais vilas de Rio Verde, Jataí, Rio Bonito e Mineiros. "A mais antiga povoação era Rio Verde [...] outra cidadezinha, de data um pouco mais tarde, era Jataí, escolhida talvez por motivo de sua posição mais central para ser a sede da nova prelazia."[44]

O primeiro administrador apostólico responsável pela prelazia de Jataí foi o Revdo. Pe. Frei Germano Vega Campon. "Os primórdios da Diocese de Jataí foram abençoados pelo espírito desse verdadeiro homem de Deus."[45] Em 1941, foi-lhe conferido o título de prelado ordinário elevando-o ao episcopado. Foi sagrado bispo ainda em 1941 e escolheu para seu lema episcopal a expressão "Evangelizare misit me" – "Ele me enviou para anunciar a boa-nova". Ficou à frente da Igreja de Jataí por vinte e cinco anos. Sua maior dificuldade foi a escassez de auxiliares para tomar conta do enorme território da prelazia. Em 1951, a Santa Sé determinou entregar a prelazia à província dos padres agostinianos, mas mesmo assim não houve sacerdotes nos números desejados.

Outra grande dificuldade foi quanto à questão do patrimônio da mitra. Nos inícios da vida organizativa na região da prelazia, representantes das famílias fundadoras haviam dado expressão à sua fé legando vastas terras para os usos da Igreja. Com o tempo, "tais posses doadas à Igreja tornaram-se ocasião de desinteligências, de disputas, de litígios"[46].

Essas disputas ocorreram porque "[...] a terra começou a valorizar-se, e não tardou a ação de exploradores e invasores, criando problemas sérios para o prelado. Dom Germano tomava conta pessoalmente dêstes negócios e freqüentemente foi enganado e defraudado, causando-se atritos entre padres, cidadãos e autoridades civis."[47]

Dom Germano, homem eminentemente espiritual e por natureza pouco dotado do timbre de negócios, sentiu-se constrangido pela necessidade de defender os interesses

---

congregação religiosa se encarrega da prelazia com a incumbência de envidar esforços para que a Igreja cresça e progrida até o ponto necessário para a fundação de uma Diocese. Este folheto foi editado pela Diocese de Jataí.

[42] Aporé, Cachoeira Alta, Caçú, Itajá, itarumã, Jataí, Maurilândia, Mineiros, Paranaiguara, Portelândia, Quirinópolis, Rio Verde, Santa Helena, Santa Rita do Araguaia, São Simão e Serranópolis.

[43] Igreja de Jataí (1971, p. 5).

[44] Idem (p. 5).

[45] Idem (p. 6).

[46] Idem (p. 7).

[47] Relatório (1969, p. 2). Serão utilizados como referência para o texto três relatórios elaborados pela Diocese de Jataí, os chamados relatórios qüinqüenais. Os três são denominados *Relatio Super Statu Dioecesis Jataiensis*, o que muda é a data de referência dos relatórios. Para evitar repetição do termo, será utilizado o termo relatório toda vez que for mencionado esse documento seguido de sua data de apresentação. Exemplo: Relatório (1969), Relatório (1973) e Relatório (1979).

materiais da Igreja, solicitando ajuda à Nunciatura Apostólica no Rio de Janeiro, que determinou que o bispo auxiliar da Arquidiocese de Goiás, Dom Abel Ribeiro de Camelo, viesse visitar Jataí procurando resolver os casos em demanda[48]. Nos relatórios enviados por Dom Germano, ele informou "[...] a crescente importância do Sudoeste goiano política e economicamente, com a correspondente valorização das terras do patrimônio"[49]. Comentou também esse fato de a Nunciatura ter enviado ajuda na pessoa de Dom Abel: "[...] se bem que não conseguisse totalmente solucionar o nodoso assunto para a satisfação de todos os interessados"[50].

Em 1955, a Santa Sé enviou, para servir de administrador apostólico da Prelazia de Jataí, Dom Abel em substituição a Dom Germano cuja renúncia ao cargo já seria aceita em poucos dias. Em 1956, entre outras modificações pleiteadas pela hierarquia de Goiás, foi elevada a Prelazia de Jataí à dignidade de Diocese.

> Diocese é a porção do Povo de Deus confiada a um Bispo para que a pastoreie em cooperação com o presbitério, de tal modo que, unida a seu Pastor e por ele congregada no Espírito Santo mediante o evangelho e a Eucaristia, constitua uma Igreja particular na qual verdadeiramente está e opera a Una Santa Católica e Apostólica Igreja de Cristo.[51]

Em 1957 houve a cerimônia de instalação da Diocese de Jataí, com a posse do seu primeiro titular bispo de Jataí, Dom Abel Ribeiro de Camelo, sob cuja orientação passou a agir.

> Os Bispos, postos pelo Espírito Santo, sucedem aos Apóstolos como pastores das almas. Juntamente com o Sumo Pontífice e sob a sua autoridade receberam a missão de tornar perene a obra de Cristo, o Pastor eterno. Pois, Cristo confiou aos Apóstolos e aos seus sucessores o mandato e o poder de ensinarem tôdas as gentes, santificarem na verdade e apascentarem os homens. Os Bispos, portanto, pelo Espírito Santo, que lhes foi dado, foram constituídos verdadeiros e autênticos Mestres da fé, Pontífices e Pastores.[52]

Dom Abel, como Dom Germano, continuou enfrentando as dificuldades de falta de colaboradores sacerdotais. Dom Abel escreveu ao Núncio Apostólico Dom Lombardi, citando as grandes dificuldades criadas por terras invadidas do patrimônio, pela falta de padres e pelas atividades agressivas das seitas protestantes e espíritas.

---

[48] Conferir Igreja de Jataí (1971).
[49] Relatório (1969).
[50] Igreja de Jataí (1971, p. 7).
[51] Igreja de Jataí (1971, p. 3).
[52] Idem.

> As seitas eram bem montadas com obras influentes, quando à diocese faltava até uma igreja na própria sede e o bispo não possuía recursos para obras sociais. Os adversários da Igreja no sudoeste goiano jogam com boas possibilidades de ordem material – estabelecimentos de ensino, templos, hospitais, assistência social – estando já agora bem solidificados nos seus redutos e se manifestam sobremaneira vivos e entusiasmados.[53]

Frente a essas dificuldades e com o aumento cada vez maior da população, solicitou a vinda ao extenso território de mais alguns auxiliares para suplementar o número de agostinianos. Tentou em vão trazer padres Palotinos e da ordem dos Frades Menores, mas obteve êxito apenas com os Passionistas. Dom Abel conseguiu ainda a vinda das religiosas da Sagrada Família e das Irmãs Vicentinas, que tiveram importante papel na direção de escolas na região. Os padres agostinianos restringiram suas atividades a Jataí e Rio Verde, até 1960, quando deixaram essas cidades, ficando seus serviços aos cuidados de uma série de vigários interinos e provisórios.

Durante todo o seu tempo em Jataí, Dom Abel continuou os seus esforços para por em ordem a complicada questão do patrimônio, "[...] o bispo empenhou por regularizar a situação jurídica destas posses da Igreja."[54] A gestão de Dom Abel foi relativamente curta – 1957-1960. Por mais de um ano, a Diocese de Jataí ficou sem novo titular depois da transferência de Dom Abel.

Em 1961, Dom Benedito D. Cóscia, membro da província franciscana, tomou posse da Diocese de Jataí. Ao contrário da cerimônia de posse de Dom Abel, a de Dom Benedito foi marcada pela presença de várias autoridades religiosas e políticas do Estado e região, inclusive o governador do Estado, Mauro Borges Teixeira. Dom Benedito, através de contatos feitos, conseguiu trazer para o Brasil vários grupos de sacerdotes e religiosas: Padres Franciscanos, Padres Beneditinos, Padres Seculares, Irmãs Franciscanas dos Pobres, Frades Franciscanos da Reconciliação e, mais tarde, Congregação de Maria Imaculada.

O primeiro ato de Dom Benedito foi nomear o seu vigário geral podendo assim visitar toda a região da sua vasta Diocese. Fez várias viagens de reconhecimento, de estudo, de reflexão para conhecer a fundo a realidade da terra que o Espírito Santo queria que apascentasse. Freqüentemente convidava para acompanhá-lo representantes de uma ordem ou congregação para eles também se infeccionarem com o ardor que ele sentia de firmar os alicerces da Igreja e trazer os benefícios da religião à população[55].

---

[53] Relatório (1973, p. 3).
[54] Igreja de Jataí (1971, p. 12).
[55] Conferir Igreja de Jataí (1971, p. 12).

O lema do episcopado de Dom Benedito foi "Pax et Bonum" – A Paz e o Bem. Essa era a saudação proferida por São Francisco de Assis, fundador da Ordem dos Frades Menores, a que o bispo pertencia. Por meio dessa escolha, quis o novo prelado exprimir a sua devoção aos ideais franciscanos e a um programa de caridade, benevolência e amizade para com todos os diocesanos. Esse programa transformaria o clima e o ambiente da comunidade jataiense tornando-os propícios para o anúncio do evangelho, tendo como principal instrumento os meios de comunicação social[56].

Em 1971, depois de 10 anos de atuação, conforme se lê nos documentos pesquisados, "[...] como bom pastor, Dom Benedito tem procurado zelosa e persistentemente guiar e apascentar o rebanho deste aprisco da Igreja de Jataí"[57]. Efetivamente, a Diocese dedicou-se a uma intensa atividade em descobrir novos meios, acionar novas forças e alistar novos operários, fazendo do Evangelho um poder vital e eficaz na sociedade do Sudoeste goiano.

A cidade de Jataí que, em 1961, não tinha nenhum sacerdote presidente, em 1963, foi dividida em quatro paróquias: Divino Espírito Santo (que mais tarde viria a sediar a Catedral Divino Espírito Santo), Nossa Senhora do Rosário, São Sebastião e São Judas Tadeu. Na paróquia Divino Espírito Santo havia boas esperanças para um futuro desenvolvimento no seu território urbano, embora estivesse localizadada numa região de "[...] pouca prosperidade material ou progresso urbanístico. A paróquia abrange um imenso território de dez mil quilômetros quadrados [...] Aliás, tôdas as paróquias de Jataí tem muita área rural, mas neste sentido a do Divino Espírito Santo especialmente se distingue"[58].

Em Rio Verde, também houve divisão da área urbana. A cidade cresceu tanto que não pôde continuar com uma paróquia apenas. Em 1963 os frades Capuchinos da Custódia aceitaram a nova Paróquia Nossa Senhora de Fátima abrangendo as partes leste e sudeste da cidade e uma extensa área rural incluindo distritos. Os Frades Franciscanos da Reconciliação assumiram a paróquia Nossa Senhora das Dores em 1965, quando os Padres Agostinianos encerraram seu longo apostolado de trinta e cinco anos no Sudoeste de Goiás. Em 1981, foi construída a paróquia Santo Antônio de Pádua, e em 1990, a de São Vicente de Paula. Foram construídas ainda as creches Amor de São Francisco e Projeto Adolescente João XXIII.

Em 1961, o bispo anunciou a criação da paróquia de Santa Helena, por ocasião de sua primeira visita oficial à cidade. Logo depois, Felix O'Neiil e Eduardo Kennedy, padres

[56] Conferir Igreja de Jataí (1971, p. 12).
[57] Idem (p. 23).
[58] Idem (p. 25).

seculares, entraram no serviço efetivo da paróquia. A paróquia de Santa Helena, com o tempo, tornou-se uma das mais movimentadas da Diocese. “Ultimamente a região entrou numa fase vertiginosa de desenvolvimento material, devido à introdução do plantio e da industrialização do algodão.”[59]

Dom Celestino Damiano, que veio da Diocese de Camdem em 1962, teve importante participação no apoio e orientação dada aos seus sacerdotes – padres seculares – que estiveram trabalhando na Diocese. “Tanto a população de Santa Helena como o Bispo de Jataí, lembram com gratidão o valioso auxílio espiritual que, em boa hora, êle prestou à necessitada Igreja de Jataí.”[60] Mais tarde ele foi homenageado dando seu nome ao Centro de Treinamento Dom Damiano em Santa Helena.

Ainda foram construídas, posteriormente, em Santa Helena a Associação Nova Esperança, Casa da Criança Santo Antônio de Pádua, Fundação Cultural Santa Helena, Lar dos Velhos São Vicente de Paula, Centro Vocacional João Maria Vianney e a Rádio Santelenense, inaugurada em 1979.

Objetivando aplicar a força perene do Evangelho às concretas condições de vida diária em Goiás, foi estabelecida uma entidade que veio a alcançar notáveis êxitos: o Instituto Espírito Santo, que começou a funcionar em 1966. Esse instituto veio com a comprovação do valor e da eficácia de grupos de discussão que procuram a verdade; a saída foi usar esse processo em círculos cada vez maiores, levando indivíduos e comunidade a descobrirem e abraçarem por si a verdade libertadora.

> [...] esse instituto existe não para tomar parte nos processo seculares que, com ritmo sempre mais rápido, vem transformando o sudoeste Goiano, mas sim para imprimir-lhe o sinal de Cristo, para garantir que o futuro seja modelado de acordo com os princípios de Evangelho.[61]

Embora o aproveitamento do Instituto Espírito Santo pelas paróquias e pelos movimentos da Diocese fosse bem significante, o crescimento incomum de outras cidades dentro do seu território, bem como as grandes distâncias separando uma de outra, e ainda o entusiasmo de agentes pastorais de determinadas cidades, fizeram com que fossem construídos e inaugurados mais três centros de treinamento: Centro de Treinamento João XXIII, em Rio Verde (inaugurado em 11 de dezembro de 1971); Instituo Dom Damiano, em

[59] Igreja de Jataí (1971, p. 18).
[60] Idem (p. 19).
[61] Idem (p. 33).

Santa Helena (inaugurado em 15 de agosto de 1973); e o Centro de Treinamento Sant'Agostinho, em Mineiros.

Em 1970, foi inaugurada mais uma ala de expansão do Instituto Espírito Santo e foi construída também a Capela Nossa Senhora de Guadalupe. Ainda nesse ano, passou a ser utilizado o novo prédio que abrigou a Cúria Diocesana, onde funciona a administração pastoral da Diocese, incluindo o gabinete do bispo, os arquivos e a chancelaria, os escritórios para os diversos departamentos de atividades diocesanas, a biblioteca teológica e sala de reuniões. "Assim, se reúne o indispensável aparato para o constante esforço de aplicar à região do Sudoeste Goiano os princípios eternamente válidos do Evangelho."[62] Passam a fazer parte desse complexo a residência do bispo, o Instituto Espírito Santo, a Cúria Diocesana e a Capela Nossa Senhora de Guadalupe.

Em 1971, foi publicado o folheto Igreja de Jataí para marcar os dez anos de bispado de Bom Benedito 1961-1971. Nele foi feito um prognóstico de como seria a Igreja de Jataí nos anos de 1981, 1991 e 2001. "Evidentemente só Deus é quem sabe!"[63] No entanto, perscrutando os sinais dos tempos pudemos prever um futuro de incalculáveis desafios para a fé, puderam antecipar uma época de ilimitadas oportunidades para a Igreja.

> Um enorme progresso material está para chegar à região, como asseguram o PRODOESTE anunciado pelo Presidente da República [...] e as novas estradas [...] que cruzam e cortam o território da diocese; a crescente cultura do algodão e outras diversificações na agricultura; a indústria incipiente, principalmente em Rio Verde e Santa Helena; [...]. Esses e outros fatores prenunciam um desenvolvimento jamais sonhado pelos bandeirantes que desbravaram as vastas plagas do Sudoeste Goiano no século XIX.[64]

Em meio a essas transformações sociais previstas, a Igreja permanece com a "[...] missão eterna de salvar a humanidade [...] a Igreja se esforça sempre para congregar o Povo de Deus no Espírito Santo mediante o Evangelho e a Eucaristia"[65]. A Igreja Particular de Jataí continua, então, em seu discurso, há de ser o Sinal de Deus no meio de um povo que marcha para o seu destino temporal e eterno.

A segunda edição do folheto publicado pela Diocese de Jataí trouxe um relatório detalhado dessa "[...] porção do povo de Deus"[66], de como está sendo operada a Igreja de

---

[62] Idem (p. 31).
[63] Idem (p. 34).
[64] Idem (p. 34).
[65] Idem (p. 34).
[66] Folheto Igreja de Jataí 2ª edição (p. 3).

Cristo no Sudoeste goiano, "[...] uma noção ampla e aprimorada da obra de Deus, com todas as suas pessoas e com todos os seus instrumentos"[67].

Nessa publicação, apareceu a divisão administrativa eclesiástica com as seguintes paróquias[68]:

Quadro 8 - Situação da Diocese de Jataí em 1971.

| Município | Paróquias | Casas Religiosas | Obras Religiosas |
|---|---|---|---|
| Jataí | Divino Espírito Santo (1864) | Convento São José | Instituto São José |
| | Nossa Senhora do Rosário (1963) | Convento Nossa Senhora do Rosário<br>Convento Nossa Senhora da Reconciliação | Residência Episcopal<br>Cúria Diocesana<br>Instituo Espírito Santo<br>Rádio Difusora de Jataí<br>Residência PAVLA[69] |
| | São Sebastião (1963) | Convento Nossa Senhora da Reconciliação<br>Convento Nossa Senhora do Bom Conselho | Ginásio Nossa Senhora do Bom Conselho |
| | São Judas Tadeu (1963) | Convento Santa Elisabeth | Lar e Creche João XXIII<br>Clinica Dona Angelina Cóscia |
| Rio Verde | Nossa Senhora das Dores (1848) | Convento Nossa Senhora das Dores<br>Convento Nossa Senhora da Reconcilicação<br>Comunidade de São Vicente de Paula | |
| | Nossa Senhora de Fátima (1963) | Convento Nossa Senhora de Fátima<br>Convento São José | Ambulatório Assistencial São José |
| Santa Helena | Santa Helena (1962) | | Escola Paroquial Santa Helena |

Fonte: Folheto publicado pela Diocese de Jataí.

Dom Benedito enfatizou que, para apreciar as condições da Igreja de Jataí nos fins de 1973, era necessário reler no primeiro relatório qüinqüenal a descrição da Diocese nos fins do ano de 1961: "[...] uma Igreja sem prestígio, sem recursos, e sem moral"[70]. Para o Bispo, "[...] graças à vida e ao trabalho de sacerdotes, religiosos e religiosas, de leigos abnegados,

[67] Idem.
[68] Serão catalogadas aqui apenas as informações referentes aos municípios da pesquisa – Jataí, Rio Verde e Santa Helena.
[69] PAVLA – Voluntários do Papa para América Latina.
[70] Relatório (1973, p. 5).

graças a poderosos instrumentos do apostolado, graças a uma eficaz ação social, a condição geral da diocese passou a estar, nos fins de 1973, sadia"[71].

Como se pôde perceber, a Diocese de Jataí constituiu-se entre as décadas de 1950-1970 tomando por base a construção/consolidação de Paróquias, Capelas filiais, Centros de Treinamento, Casas Religiosas, Instituições Escolares e Sociais. É possível concluir, após análise dos documentos da Diocese, que essa fase inicial de expansão da mesma se deveu basicamente a recursos enviados pelas várias ordens e congregações presentes na área de ação da Diocese; por doações de um grupo denominado "The Friends of Bishop Coscia" (Os Amigos de Dom Benedito); e por familiares de Dom Benedito.

> Os recursos para tantas novas obras foram obtidas nos Estado Unidos entre amigos e familiares nos primeiros anos [...] êstes, com os "Friends of Bishop Coscia" [...] foram os esteios da execução dos planos. Mais de 90% dos gastos feitos nêstes anos vem de fora, não do patrimônio.[72]

De acordo com sua própria previsão, quando da pergunta sobre como seria a Igreja de Jataí nos anos de 1981, 1991 e 2001, nessas três décadas a região do Sudoeste goiano realmente experimentou um enorme progresso (como já abordado no capítulo um), e inicialmente para dar apoio a esse crescimento, a Igreja de Jataí se preparou, construindo seus alicerces nas obras descritas acima. Nessas três décadas, a Diocese se fortaleceu, ampliando suas construções/ações já com recursos da própria comunidade. "Se em geral o antigo sistema de sustentar a Igreja, as paróquias e o clero por meio dos patrimônios se provou inadequado, iniciaram-se neste período os primeiros passos para implantar o sistema de dízimo."[73]

Até os fins de 1973, os resultados do dízimo, em três paróquias piloto, foram fracos, mas todas as paróquias continuavam os seus esforços. Nesse período, o que amparou os agentes pastorais, os templos e as obras de catequese e de caridade, além das ordens e congregações radicadas na Diocese, foram "[...] as festas populares nas paróquias na ocasião da festividade do padroeiro do lugar. Leilões de gado, víveres, prendas, bem como ofertas em dinheiro, contribuem para a manutenção e, ainda muitas vezes, para a iniciação de novas obras."[74]

O clero da Diocese começou a sentir os graves problemas oriundos da falta do sustento adequado e justo. O resultado disso foi a introdução lenta de um sistema de salário (mais exatamente chamado "côngrua") para os vigários e coadjutores, com a intenção de

[71] Idem.
[72] Relatório (1969, p. 6).
[73] Relatório (1973, p. 24).
[74] Idem.

estender gradativamente tal benefício aos demais agentes pastorais, especialmente às religiosas, que também estavam sentindo uma pressão por não poderem suas comunidades arcar totalmente com as despesas. "Com a introdução do sistema de salários, e prevendo a implantação do sistema de dízimo, já se deram os primeiros passos para eliminar espórtulas marcadas para a administração dos Sacramentos."[75]

Em 1979, quando foi apresentada a situação financeira da Diocese e das paróquias, percebe-se que já havia consolidado o Fundo Presbiterial ou Fundo de Manutenção do Clero. "Com estes nomes diversos se entende a mais importante iniciativa econômica da diocese neste último qüinqüênio."[76] Esse plano visava oferecer determinadas quantias mensais por paróquia constituída canonicamente, independentemente da situação financeira de cada uma delas, garantindo assim a autonomia financeira das paróquias da Diocese. Ao observar as informações do balanço financeiro nesse período, percebe-se que sua maior receita é proveniente de donativos.

Eles são oriundos das mais diversas camadas da comunidade, mas especialmente dos grandes produtores rurais pertencentes à religião católica. Em Jataí, mais especificamente, a chegada dos sulistas, que são eminentemente católicos, contribuiu muito para isso. Quando chegaram se sentiram rejeitados pelos sudoestinos que passaram a descriminá-los e até mesmo ignorá-los. Como forma de reversão desse processo, houve a iniciativa de construção do CTG – Centro de Tradições Gaúchas – para que houvesse uma maior aproximação entre as culturas sulistas e goianas e a inserção dos imigrantes nos grupos de trabalhos da Igreja de Jataí também como forma de estreitar as relações entre as duas culturas.

Assim, tanto o dízimo quanto os donativos recebidos pela Igreja de Jataí contribuíram para que ela se estruturasse melhor com reformas, ampliação, construção de mais paróquias, centros comunitários e concretização da tão sonhada Catedral Divino Espírito Santo. Mas o grande mérito do crescimento da Igreja de Jataí nas últimas três décadas não está na sua estrutura física, e sim no que os relatórios chamam de "formação e conscientização da nossa gente"[77]. Para isso ela se utilizou de vários instrumentos, como: os centros de treinamento, as emissoras de rádio[78], as obras de promoção humana, as reuniões pastorais diocesanas, os cursilhos de cristandade, entre outros que serão abordados no próximo capítulo.

---

[75] Idem.
[76] Relatório (1979, p. 12).
[77] Idem (p. 9).
[78] Conferir Radio Difusora de Jataí e Rádio Santelenense.

Em 1991, Dom Benedito, ao completar 30 anos de caminhada na Diocese de Jataí, fez um quadro demonstrativo/comparativo da situação da Diocese.

Quadro 9 – Situação da Diocese de Jataí em 1991.

| | Paróquias | Padres e Diocesanos | Padres e Religiosos | Religiosas | Diáconos | Seminaristas | Centros de Treinamento | Rádios | Creches |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1961 | 03 | - | 02 | 11 | - | - | - | - | - |
| 1991 | 24 | 11 | 16 | 55 | 13 | 17 | 05 | 02 | 10 |

Fonte: Folheto comemorativo dos 30 anos de caminhada do Bispo Dom Benedito na Diocese de Jataí.

Por esse quadro, percebe-se claramente o crescimento da Diocese de Jataí, tanto em número de construções quanto em agentes pastorais a sua disposição.

Em 1999, Dom Bendito deixou a Diocese de Jataí. Nesse mesmo ano, o Bispo Auxiliar Dom Miguel Pedro Mundo veio transferido de Santa Helena para assumir a Diocese. Permaneceu na função apenas dezoito dias, por ter sido vítima de morte súbita durante assalto realizado na Diocese de Jataí. Em 2002, assumiu a Diocese o Bispo Dom Aloísio Hilário de Pinho, que se encontra na função até o momento – 2006. Nesse ano a área de ação da Diocese compreende 24 municípios[79], possui superfície de 58.997 quilômetros quadrados e 418.725 habitantes[80].

[79] Aparecida do Rio Doce, Aporé, Cachoeira Alta, Caçú, Castelândia, Chapadão do Céu, Gouverlândia, Itajá, Itarumã, Jataí, Lagoa Santa, Maurilândia, Mineiros, Montividiu, Paranaiguara, Perolândia, Portelândia, Quirinópolis, Rio Verde, Santa Helena, Santa Rita do Araguaia, Santo Antônio da Barra, São Simão e Serranópolis.

[80] Conforme IBGE (2001).

Ilustração 1 - Mapa da Diocese de Jataí – 2005.

Fonte: arquivos da Diocese de Jataí.

Quanto à percepção da Diocese de Jataí em relação ao processo de modernização agrícola, ela não só percebeu a "[...] mudança estrutural da economia agrária dessa zona muito povoada e predominantemente agrícola [...] seguido pela mecanização de parte apreciável das lavouras [...] com a modernização da agricultura"[81], como também se beneficiou dele com a expansão de suas instalações físicas, coleta de doações para suas ações sociais e, principalmente, com a implantação dos chamados instrumentos de formação e conscientização do povo. Também passou a recriá-lo/abençoá-lo por meio da tradicional festa das "Bênçãos das Sementes".

O que se deu aqui foi a constituição do campo religioso. A constituição desse campo ocorreu devido às transformações econômicas e sociais correlatas ao nascimento e desenvolvimento da região do Sudoeste goiano como instância específica com vistas à produção, à reprodução e à difusão dos bens religiosos. A constituição desse campo relativamente autônomo foi possível por causa do "desenvolvimento de uma necessidade de moralização e de sistematização das crenças e práticas religiosas" (BOURDIEU, 2004, p. 34).

Sabe-se que uma das propriedades definidoras de um campo é que os agentes nele envolvidos tenham interesses fundamentais comuns e, ao mesmo tempo, antagônicos quando há algo em disputa. Desse modo, destaca-se, de um lado, como agentes envolvidos nesse campo bispo, vigários, padres, irmãs, paroquianos e a sacralização da modernização agrícola,

[81] Relatório de estudo da realidade sócio-econômica regional Centro-Oeste da CNBB – Diocese de Jataí (p. 6).

e, de outro, outras seitas religiosas e trabalhadores em demanda por terras. O que está em jogo nesse campo é a conservação da ordem social para legitimação do poder dos dominantes e domesticação dos dominados. Ou seja, a concorrência pelo monopólio do capital religioso e simbólico. A posição das instâncias religiosas na estrutura de distribuição do capital religioso determina todas as estratégias na luta pelo monopólio do exercício legítimo do poder religioso. As disputas presentes nesse campo são viabilizadas em função das estratégias de ações desempenhadas pelos participantes do campo, que serão apresentadas no próximo capítulo.

### 2.1.2 O campo do cooperativismo – Cooperativa Agroindustrial dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano (COMIGO)

O campo do cooperativismo constituiu-se com a fundação da Cooperativa Mista dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano Ltda. – COMIGO – em 06 de julho de 1975 na cidade de Rio Verde. Recebeu autorização de funcionamento do Incra e se registrou na Junta Comercial do Estado de Goiás e no Cartório de Goiânia nesse mesmo ano, porém só se encontrou apta a funcionar em janeiro de 1976.

Seu capital social inicial a ser integralizado pelos sócios fundadores era alto e acessível a apenas alguns poucos fazendeiros[82]. Por isso, da lista de 67 cooperados, somente 32 se tornaram sócios fundadores ao integralizar o montante total da quota.

O surgimento da COMIGO, em 1975, fez parte da dinâmica do desenvolvimento da agricultura capitalista regional. Segundo Labaig (1995), o discurso que explicita tal situação se encontra na Ata de Fundação.

> O projeto cooperativista dos fazendeiros de Rio Verde apareceu como uma solução econômica no tratamento da produção agropecuária. Organizar-se empresarialmente, livrar-se do intermediário e prestar serviços são propostas básicas que visavam atrair os futuros associados para o empreendimento (p. 117).

Existem duas posições acerca do surgimento do cooperativismo no Brasil. A primeira diz respeito ao modelo Rochdaliano, que é o cooperativismo como uma caricatura do modelo inglês das cooperativas de consumo. A segunda posição defende a origem calcada no

[82] Segundo Labaig (1995), esse capital social inicial era no valor de Cr$ 30.000,00 (Trinta mil cruzeiros). Esse autor fez entrevistas com os sócios fundadores da COMIGO, que afirmaram que o capital inicial que cada associado teria de integralizar daria para comprar uma camioneta zero quilômetro.

século XVII, com a República Cooperativa dos Guaranis, representada pela experiência das reduções jesuítas dos Povos Guaranis[83].

No meio rural, as iniciativas cooperativistas no Brasil surgiram como cooperativas agropecuárias em 1906, no Rio Grande do Sul, por meio de imigrantes europeus que se estabeleceram nas colônias e trouxeram experiências da pequena propriedade familiar propícia ao cooperativismo, por isso acredita-se que esse tipo de cooperativismo agropecuário no Brasil tenha influência européia. Um outro motivo para o surgimento das cooperativas agrícolas foi a própria produção ali desenvolvida.

Para Labaig (1995), a expansão das relações capitalistas no campo, para comercializarem o excedente da produção e contraporem-se à figura do intermediário, é tragada pela dinâmica do capital. Pode-se apontar como principais motivos para o surgimento de cooperativas agropecuárias no Brasil a imigração, a organização social da produção e a expansão do capitalismo.

Agrega-se a isso a intervenção do Estado na economia com a finalidade de promover o setor cooperativista como elemento necessário à viabilidade da política oficial para o setor agrário. Ou seja, o Estado passou a ser o tutor do cooperativismo no Brasil, a partir da década de 1930, e o principal responsável na definição dos rumos empresariais que o cooperativismo assumiria. A entidade cooperativa inseriu-se nas diretrizes da doutrina liberal.

O governo militar deu características nitidamente empresariais às cooperativas e determinou a sua política de dependência para funcionamento, fiscalização e crédito. O modelo econômico pós-1964 e a política do capital para a agricultura mudaram o quadro das cooperativas agrícolas, principalmente na década de 1970. Assim, as cooperativas que surgiram com bases empresariais se sustentaram no mercado em função da facilidade de crédito subsidiado.

A legislação cooperativa de 1971 viabilizou as grandes cooperativas agropecuárias que tinham relação com a produção agrícola – complexo agroindustrial. O desenvolvimento da agricultura capitalista encontrou nas grandes cooperativas um canal para veiculação das modernas técnicas de produção agrícola e, conseqüentemente, um estreitamento nas relações com o setor industrial e capital financeiro. Elas realizaram um papel fundamental para o Estado como instrumento de mediação política minimizando as questões sociais no meio rural. O governo conseguiu *resolver* os problemas perante as tensões sociais sem pôr em questão o padrão de acumulação vigente.

---

[83] Essas duas posições acerca do surgimento do cooperativismo no Brasil são defendidas por RIOS e KLOES respectivamente.

A compreensão do processo de desenvolvimento do cooperativismo agrícola no Brasil está estritamente relacionada com o avanço da agricultura capitalista. Exemplo disso é que esse segmento se consolidou nas regiões mais economicamente rentáveis em detrimento daquelas consideradas tradicionais. Essa tendência mostra que o segmento tem um compromisso claro com um determinado estrato social que detém os meios de produção. É característica básica dos associados das cooperativas agropecuárias serem proprietários, a exemplo dos sócios fundadores da COMIGO, que tiveram que dispor de grande quantia que só era possível aos grandes proprietários. Segundo Kautsky (1980, p. 138), "[...] a formação das cooperativas é muito mais fácil para os grandes proprietários do que para os camponeses, pois são muito menos numerosos e dispõem de tempo, de relações extensas, de conhecimentos comerciais – próprios ou de empréstimo".

A produção da grande propriedade com predominância da monocultura beneficiou-se mais da cooperativa do que a pequena propriedade. Labaig (1995) aponta, nos dados colhidos nos relatórios anuais de prestação de contas e cadastro de associados da COMIGO, um quadro social em constante crescimento com uma alteração fundamental na sua composição inicial: "[...] considerada 100% grandes produtores em 1975. Quinze anos depois encontramos uma realidade que nos mostra 82% na categoria de pequenos produtores e mini produtores e 18% entre médios e grandes produtores." (p. 48) Ou seja, a COMIGO foi composta, em sua maioria, por grandes agricultores e só quinze anos depois é que essa realidade foi invertida.

Segundo esse autor, todas as cooperativas goianas nasceram na década de 1970[84]. Naquele momento, houve um acelerado desenvolvimento da agricultura capitalista no Estado, com ênfase nas áreas de cerrado do Sul e Sudoeste goiano. "É nesse tempo histórico [...] que Goiás renasce para o cooperativismo com perspectivas de se desenvolver empresarialmente." (p. 53) A base desse desenvolvimento esteve na intensidade com que se procurou ocupar os cerrados com a utilização de máquinas, implementos e adubos químicos ainda não utilizados em grande escala.

A origem do cooperativismo goiano também esteve ligada ao processo de expansão da fronteira agrícola, na década de 1940 e a imunidade tributária concedida a todas as cooperativas em 1946. As primeiras foram oriundas de imigrantes e tiveram vida curta. A partir de 1970, o cooperativismo iniciou seu processo de integração aos projetos do Governo Federal para o setor rural, por meio do redimensionamento da economia e a expansão da agricultura mecanizada.

[84] COMIGO, COMIVA, COPRIL, AGROVALE e COMPSGOL.

> O segmento agropecuário é o mais antigo do cooperativismo goiano, sua história é a base do cooperativismo no Estado de Goiás e seu crescimento está estritamente ligado ao desenvolvimento da agricultura e pecuária. Sua atuação tem se constituído, muitas vezes, em ponta-de-lança do processo de produção e de administração do empreendimento capitalista. O desenvolvimento da agricultura comercial e da utilização de novas técnicas de produção no meio rural tem nas cooperativas, principalmente do Sul e Sudoeste de Goiás, o principal ponto de partida. (LABAIG, 1995, p. 57)

Esse autor reforça que o ponto de referência para a compreensão da realidade do cooperativismo goiano no meio rural foi o grau de compromisso que esse segmento assumiu no processo de desenvolvimento capitalista da agricultura. "Quanto mais integrada ao processo agroindustrial mais sucesso tem esse tipo de organização." (p. 60) No Sudoeste goiano, a partir de 1970, deu-se um desenvolvimento acelerado da agricultura. O autor chama esse período de "a fase do cooperativismo empresarialmente desenvolvido" (p. 58), quando o produtor rural passou a ter na cooperativa a sua empresa de negócios.

O povoamento do Sudoeste deu-se com a criação dos povoados de Nossa Senhora das Dores de Rio Verde e Jataí, como resultado da migração de mineiros e paulistas para o território goiano. "O município mais antigo e o mais importante sob o aspecto de desenvolvimento econômico é o de Rio Verde." (LABAIG, 1995, p. 61)

Rio Verde caracterizou-se nesse cenário como principal pólo econômico dessa microrregião em função de sua proximidade com os centro comerciais. A agricultura teve, na década de 1970, a inserção da soja como produto veículo condutor das transformações da produção agrícola regional, bem como da articulação dessa estrutura produtiva com o processo agroindustrial. A lavoura de soja requer um uso intensivo de maquinário agrícola e toda uma série de implementos tecnológicos que fogem ao alcance da pequena produção e dos produtores rurais tradicionais. Como já foi mostrado anteriormente, o município de Rio Verde apresentou um crescimento constante em sua área plantada e em seu volume de produção. Do plantio à colheita, o trabalho utilizado na lavoura de soja requer o emprego da máquina.

A filosofia cooperativista da união e da força e o surgimento da cooperativa administrada nos moldes capitalistas contribuíram decisivamente para a concretização dos grandes projetos, dos programas do Estado e do complexo agroindustrial. As políticas públicas tiveram importância fundamental no desenvolvimento da agricultura do Sudoeste. Uma das ações que mais interferiram nessa realidade foi a criação do POLOCENTRO, que envolvia também as cooperativas em seus recursos financeiros. Estima-se que 500 mil

hectares foram incorporados aos recursos desse Programa no período de 1975 a 1978, somente na área de Rio Verde, que compreendia grande parte da microrregião Sudoeste.

O surgimento da COMIGO em 1975 fez parte da dinâmica do desenvolvimento da agricultura capitalista regional. O projeto cooperativista dos fazendeiros de Rio Verde apareceu como uma solução econômica no tratamento da produção agropecuária. "Organizar-se empresarialmente, livrar-se do intermediário e prestar serviços são propostas básicas que visavam atrair os futuros associados para o empreendimento." [85] (LABAIG, 1995, p. 117)

O objetivo principal da entidade é promover "I. O estímulo, o desenvolvimento progressivo e a defesa de suas atividades sociais econômicas de natureza comum; II. A venda em comum, da produção agropecuária de seus associados, nos mercados locais, nacionais e internacionais"[86].

A assembléia geral é o órgão supremo da cooperativa, tendo poderes dentro dos limites da Lei e do Estatuto para tomar toda e qualquer decisão de interesse social, e suas decisões veiculam a todos, ainda que ausentes e discordantes. O quórum mínimo para instalação de uma assembléia é de dois terços dos associados, em condições de votar na primeira convocação; metade mais um, na segunda; mínimo de dez associados, na terceira.

A assembléia geral ordinária deve-se reunir obrigatoriamente uma vez por ano para deliberar sobre a prestação de contas do exercício social anterior, dar destino às sobras e perdas, fixar a verba de representação para a diretora executiva, entre outros. A cooperativa é administrada por um conselho de administração formado por nove membros, todos associados – três diretores executivos e seis conselheiros como membros vogais.

A COMIGO nasceu, então, com a perspectiva de formar uma completa estrutura de apoio ao fazendeiro. Para isso, não cometeu as falhas das anteriores. Procurou associar pessoas e capital suficientes para um grande empreendimento. Fazendeiros rioverdenses utilizaram como exemplo, para fundar a COMIGO em Rio Verde, as grandes cooperativas brasileiras, inclusive realizando viagens ao Sul do país. Procuraram, assim, eliminar a possibilidade de fracassos anteriores do cooperativismo no município. A sociedade que nasceu, em 1975, tinha um projeto claro de entrar nas regras do jogo do mercado capitalista e sobrepor-se, acima de tudo, aos intermediários que sugavam os lucros dos fazendeiros locais. Segundo Labaig (1995), a figura do atravessador era marcante na época do plantio e colheita, pois, nesses períodos, levavam grandes vantagens comerciais sobre o produtor.

---

[85] Segundo esse autor, o discurso que explicita tal situação encontra-se na Ata de Fundação da COMIGO e em seu Estatuto Social.

[86] Estatuto Social da COMIGO (1998, p. 5-6).

Esse autor afirma que "[...] na história da COMIGO, no curto período compreendido entre a fundação em 1975 e o fechamento do ano social 89/90, podemos perceber como esse empreendimento econômico cresce e se expande a um ritmo não muito comum em nossa sociedade" (p. 118).

Em 1976, ela funcionou em uma pequena sede alugada e com apenas um funcionário. Seus primeiros resultados econômico-financeiros foram provenientes tão somente do setor de consumo, como por exemplo transações de compra e venda de adubos e sacarias. A importância de adubos químicos adquiridos foi para atender uma demanda crescente de produtores que passavam a usar a agricultura mecanizada. Esses dois produtos representavam 87,9% da receita da cooperativa em 1976. Ao final desse exercício ainda ocorreu o processo de incorporação das sobras líquidas à cota capital social dos cooperados, e essa prática passou a ser comum como meio de capitalizar com recursos próprios.

Labaig (1995) afirma que nas entrevistas com cooperados fundadores todos são unânimes em afirmar o caráter empresarial da cooperativa para buscar aquilo que faltava a cada proprietário rural. Isto é, a cooperativa constituiu-se no instrumento que viabilizava a realização do lucro para a sua mercadoria.

Um outro fator importante a ser analisado no processo de acumulação da COMIGO é a sua articulação com o capital financeiro. Em um primeiro momento as metas pareciam ser o setor de consumo, porém a grande meta era construir unidades armazenadoras, secadoras e de beneficiamento. Para isso a cooperativa passou a trabalhar com capital de terceiros, ou seja, adquiria mercadorias e revendia aos associados e, parte delas, a não associados.

No final de 1977, a cooperativa já contava com 268 cooperados e aprimorava a prestação de serviços dentro das características administrativas de uma empresa moderna. Ao buscar as formas modernas de administração, ela atuou como empresa que utilizava com eficiência as formas de capital de que dispunha, para reproduzi-los de maneira ampliada.

O projeto maior era conseguir recursos para montar um complexo armazenador. O processo de crescimento econômico respondeu às necessidades do avanço da agricultura capitalista, e por isso, era necessário manter-se em nível de competição com as empresas não cooperativas do setor. Mas, como não havia dinheiro em caixa, recorreu-se aos bancos para conseguir capital.[87]

[87] Segundo Labaig (1995) as principais agências financeiras que emprestaram dinheiro a COMIGO são: BNCC (Banco Nacional de Crédito Cooperativo S/A), BB (Bando do Brasil S/A) e BD (Banco de Desenvolvimento do Estado de Goiás).

Labaig (1995), falando sobre a utilização do capital financeiro, analisa que a participação estatal em todos os financiamentos da cooperativa, com juros negativos, viabilizava qualquer empreendimento empresarial organizado e bem administrado; os empréstimos representavam um grande incentivo à acumulação da cooperativa e de seus associados, que se comprometiam cada vez mais com a mecanização, correção do solo, controle de pragas e ervas daninhas. A quantidade de dinheiro tomado emprestado era muito maior que o total de imobilizações da cooperativa. Assim, em 1978, a COMIGO conseguiu realizar grande parte dos seus projetos utilizando dinheiro emprestado.

A COMIGO utilizou bem os incentivos proporcionados pela política expansionista em 1978 e, por meio deles, realizou um processo intensivo de acumulação. Esses incentivos proporcionaram a possibilidade de expansão de armazéns para Santa Helena, os quais foram adquiridos em 1978 e concluídos em 1980.

Inter-relacionando capital financeiro e capital comercial, a COMIGO aprimorou sua eficiência perante o quadro social criando departamentos de assistência técnica. O trabalho desses técnicos foi mostrado com atividades expressivas na orientação para aquisição de fertilizantes, elaboração de projetos técnicos, coleta de amostra de solo para análise química, orientação veterinária e, especialmente, na conscientização cooperativa junto aos produtores associados e não associados. O departamento técnico exerceu uma função importante para a difusão de tecnologia para o processo produtivo com vistas a colocar o produtor rural no processo capitalista de produção.

Segundo Labaig (1995), o crescimento da cooperativa foi proporcional ao da sua dependência em relação ao Estado, ao capital financeiro e à industria. Graças a essa política de entrelaçamento com o Estado e à dinâmica propiciada pela atividade eminentemente empresarial, a cooperativa conseguiu multiplicar seu capital social em 3.750% em quatro anos de atividade. Ela utilizou-se, nesses quatro anos e nos anos subseqüentes, do mecanismo de captação de recursos do próprio quadro social incorporando as sobras positivas ao capital. Pode-se confirmar isso no Jornal Informe COMIGO, que relata os assuntos das assembléias gerais de todos os anos. Em 1986, usou-se o seguinte argumento de convencimento para que ocorresse essa captação de recursos: "[...] presidente da Cooperativa justificou a proposta do Conselho de Administração de se reter as sobras: como vocês sabem, nós estamos neste ano iniciando algumas obras de grande importância [...] para isso é preciso mais recursos."[88]

Em 1980, a cooperativa teve aumento de 120% no seu quadro social e aprovou o projeto econômico da agroindústria para esmagamento de soja. Nesse ano, ela conseguiu

[88] Jornal Informe COMIGO, Rio Verde, setembro de 1986, p. 03.

exportar grãos de soja para a Suíça, tornando-se a primeira do gênero no Estado de Goiás. Ainda nesse mesmo ano, ela concretizou sua expansão para diversos outros municípios da região, como Jataí por exemplo, com a abertura de lojas de consumo, peças e acessórios.

A expansão da COMIGO para Santa Helena e Jataí, na década de 1980, deveu-se ao desencadeamento do processo de tecnificação agrícola e aumento significativo da produção da região, como noticia um jornal local do ano de 1984. "Estimada em 18.000 hectares no ano agrícola de 1982/83, a área plantada de soja em Jataí passou este ano para mais de 50.000 hectares [...] o número de produtores também sofreu um aumento significativo, passando de 150 no ano anterior para 237 este ano."[89] Esse aumento na produção de soja foi atribuído à vinda dos agricultores do Sul do país, que promoveram a substituição da área plantada de arroz pela de soja, usando o argumento de que esta era uma cultura de menor risco, oferecendo preços compensadores, segurança de mercado e condições favoráveis de solo.

Em atendimento aos anseios das comunidades de Santa Helena, a COMIGO construiu, em 1980, uma loja agropecuária e uma unidade armazenadora; em 1987 ampliou essas unidades, e em 2001 alugou uma unidade armazenadora. Em Jataí, ela construiu, em 1980, uma loja agropecuária; em 1984, uma unidade armazenadora; em 1987, mais uma unidade armazenadora; em 1991 ampliou a loja agropecuária; em 1994 duplicou a capacidade produtiva de sal mineral e construiu silos graneleiros; em 2000 construiu mais uma unidade armazenadora.

Além dessa expansão para os municípios vizinhos, em 1981, a COMIGO cresceu aceleradamente investindo nesses novos entrepostos: no setor de consumo, armazéns e também no setor agroindustrial com a fábrica de óleos vegetais e farelo, tornando-se a pioneira do gênero em Goiás. Isso lhe proporcionou um incremento à produção agrícola regional e às fontes de recursos ao processo de acumulação da cooperativa.

Ao longo dos anos, a COMIGO continuou investindo no quadro social e em suas formas modernas de produzir. Esse quadro social foi aos poucos preparado pelo setor técnico da COMIGO para assumir o desenvolvimento da produção de soja, que requer utilização de máquinas e implementos agrícolas cada vez mais sofisticados.

[89] Folha do Sudoeste, Jataí, julho de 1984, p. 8.

Quadro 10 – Evolução do quadro social da COMIGO de 1975 a 2005.

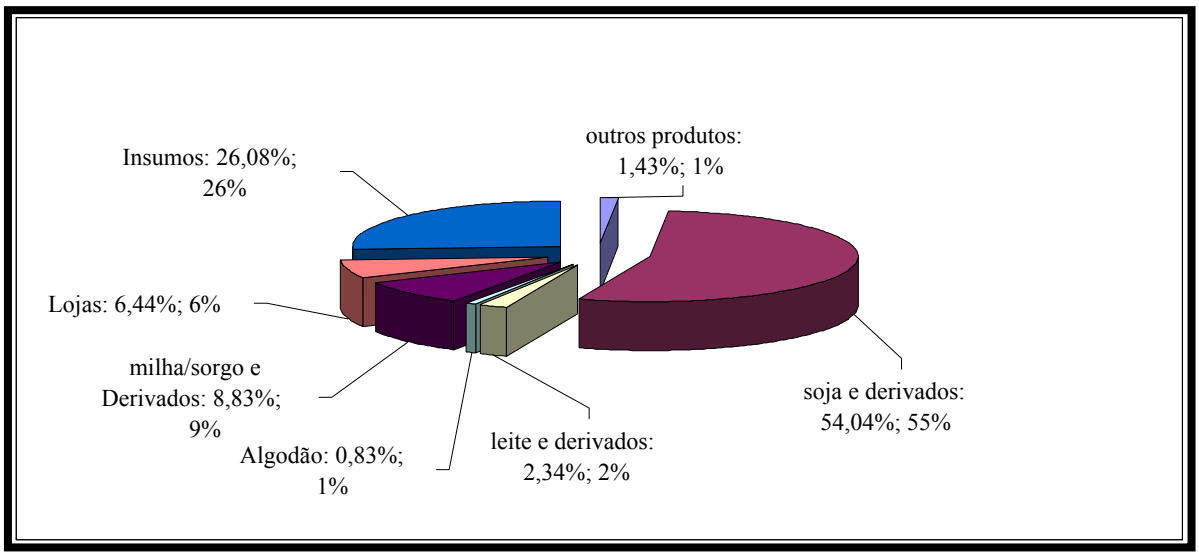
| ANOS | QUADRO SOCIAL | ANOS | QUADRO SOCIAL |
|---|---|---|---|
| 1975 | 67 | 1991 | 4.461 |
| 1976 | 87 | 1992 | 4.405 |
| 1977 | 177 | 1993 | 4.407 |
| 1978 | 251 | 1994 | 4.388 |
| 1979 | 328 | 1995 | 4.233 |
| 1980 | 721 | 1996 | 4.095 |
| 1981 | 979 | 1997 | 4.059 |
| 1982 | 1.146 | 1998 | 3.929 |
| 1983 | 1.307 | 1999 | 3.866 |
| 1984 | 1.539 | 2000 | 4.126 |
| 1985 | 1.715 | 2001 | 4.194 |
| 1986 | 1.901 | 2002 | 4.261 |
| 1987 | 2.265 | 2003 | 4.221 |
| 1988 | 3.612 | 2004 | 4.056 |
| 1989 | 4.483 | 2005 | 4.025 |
| 1990 | 4.484 | | |

Fonte: Relatório do Conselho de Administração de 2001 e 2004.

Segundo Labaig (1995), o crescimento econômico real da COMIGO é resultado do bom desempenho da agricultura no Sudoeste goiano, notadamente da soja. Entretanto, para Soares (1999), o crescimento da COMIGO nos anos de 1980 foi impulsionado por três fatores exógenos: política de crédito agrícola da década de 1970, que disponibilizou grande quantidade de crédito rural subsidiado; programas de desenvolvimento regional, que viabilizaram a formação de uma infra-estrutura necessária para o avanço do processo de modernização agrícola, especialmente o Polocentro; e política agrícola dos anos 1980, que reduziu o crédito mas ampliou subsídios de preços. Como fator endógeno, a autora aponta a adoção de inovações como estratégia de crescimento, abertura de novos mercados e penetração em novas áreas.

Labaig (1995) indica alguns dados desse crescimento da cooperativa observando o faturamento e os índices de arrecadação: o maior índice de arrecadação é com a comercialização da soja, seguindo em segundo lugar com o faturamento na comercialização de fertilizantes e defensivos agrícolas. Para esse autor, a combinação dessas duas fontes principais de renda confirma a participação efetiva da cooperativa como veículo difusor e reprodutor das formas capitalistas de produção agrícola.

Gráfico 1 – Faturamento da COMIGO.




Fonte: Relatório do Conselho de Administração de 2004, p. 18.

A indústria de esmagamento de soja situou a COMIGO como uma grande empresa em nível nacional, com relações internacionais. Essa área deu maior sustentação empresarial à cooperativa ampliando cada vez mais sua capacidade de atuação e área de ação.

Quadro 11 – Áreas de ação da COMIGO.

| CIDADES | UNIDADES |
|---|---|
| Acreúna | Loja agropecuária<br>Unidade armazenadora |
| Indiara | Loja agropecuária<br>Unidade armazenadora |
| Jandaia | Loja agropecuária |
| Jataí | Loja agropecuária<br>Unidade armazenadora<br>Agroindústria produtora de sal mineral |
| Montividiu | Loja agropecuária<br>Unidade armazenadora |
| Paraúna | Loja agropecuária<br>Unidade armazenadora |
| Rio Verde | Loja agropecuária<br>Posto de recepção de grãos<br>Unidade armazenadora<br>Agroindústrias:<br>• Beneficiamento de algodão<br>• COMIGO Florestal – produção de lenha<br>• Enlatamento de óleo de soja<br>• Fábrica de fertilizantes<br>• Fábrica de rações<br>• Fábrica de sabão<br>• Industria de laticínios<br>• Moageira de soja<br>• Refinaria de óleo de soja<br>• Unidade de beneficiamento de sementes. |
| Santa Helena | Loja agropecuária<br>Posto de recepção de grãos<br>Unidade armazenadora |
| Serranópolis | Loja agropecuária<br>Unidade armazenadora |

Fonte: Relatório do Conselho de Administração de 2003 e 2004.

O cooperativismo empresarial desenvolvido pela COMIGO afirmou-se cada vez mais na dinâmica do desenvolvimento da agricultura capitalista, especialmente na década de 1980. Esse foi o período das maiores realizações da cooperativa quanto às operações comerciais, industriais e de serviços. É nesse período também que ocorreu a maior expansão da área agricultável em todo o Sudoeste ocupada com os principais produtos utilizados pela cooperativa – soja, milho e arroz.

À medida que se desenvolveu a agricultura, maiores foram as exigências desse acontecimento para com as formas de atuação da cooperativa. Ela não apenas se adequou às demandas do processo produtivo mecanizado, como também criou e recriou os mecanismos de reprodução desse processo, atendendo aos requisitos de sua constituição. Dessa forma, pode-se interpretar a agroindústria cooperativa como a expressão da busca de novos campos de valorização do capital e também como afirmação do compromisso da cooperativa com o desenvolvimento capitalista da agricultura.

Sorj (1986) salienta que a agroindústria determina uma transformação qualitativa nas condições de geração e apropriação de sobretrabalho. Ela passa a comandar a produção colocando-se como condição básica de geração de novos excedentes, transformando a agricultura no campo em realização de mais-valia gerada no setor de insumos e máquinas agrícolas e em fornecedor de matéria-prima para a indústria de transformação agroalimentar.

Devido a isso, a COMIGO, que era denominada Cooperativa Mista dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano Ltda., passou a Cooperativa Agroindustrial dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano. Essa alteração na razão social foi feita em assembléia geral no dia 23 de setembro de 2004, com aprovação unânime[90]. Mudou-se então o artigo 1 do estatuto: "A Cooperativa Agroindustrial dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano, com a sigla COMIGO, rege-se pelo presente estatuto e pelas disposições legais vigentes."[91] Essa alteração foi para extinção do termo Ltda., pois, de acordo com mudanças no código civil, podem fazer uso dele somente sociedades empresariais regidas por quotas de responsabilidade Ltda. (lei própria), o que não é o caso da COMIGO. Na oportunidade mudou-se também o termo mista para agroindustrial, já que ela atua nesse segmento há algum tempo.

Sob o ponto de vista empresarial, é a soja o carro-chefe do processo e, se por alguma conseqüência drástica houver queda no preço ou grandes perdas na produção, poderá haver prejuízos irreversíveis à cooperativa. Mas, contra essa possibilidade, a COMIGO desenvolveu a idéia da necessidade de diversificação com vários projetos agroindustriais como meio de atingir o mercado regional e de criar mecanismos de defesa à fragilidade da economia, como mostra o quadro 11.

---

[90] O Estatuto Social da COMIGO utilizado como referência no trabalho é o aprovado em Assembléia Geral Extraordinária em 29 de novembro de 1998, mas no jornal de circulação de informações da COMIGO, o Informe COMIGO, na sua edição de n.º 228, de setembro de 2004, é informado que houve alteração no estatuo em assembléia realizada no dia 23 de setembro desse ano. No jornal segue as alterações feitas em cada artigo do estatuto. Uso aqui o estatuto anterior por não ter conseguido acesso ao atual, mas as informações não ficam comprometidas em função da atualização feita nesse boletim informativo a que tive acesso.

[91] Informe COMIGO, Rio Verde, setembro de 2004, p. 3-4.

A competência da administração da COMIGO fez da entidade o empreendimento mais importante do Centro-Oeste no que se refere ao processo agroindustrial. Especialmente no município de Rio Verde, sede da cooperativa, a entidade teve como associados ao seu empreendimento, no final da década de 1980, uma média de 50% dos produtores rurais existentes (LABAIG, 1995).

Dessa importância econômica, deriva a importância política que ela exerceu e exerce no Sudoeste goiano. A entidade, que iniciou suas ações na busca da comercialização e armazenamento da produção, inseriu-se no contexto do desenvolvimento regional, bem como elegeu administradores e dirigentes para o município e para o parlamento federal e estadual. Um exemplo disso se deu em 1986, quando Paulo Roberto Cunha, então diretor-presidente da COMIGO desde 1976, afastou-se de suas atividades na cooperativa para ser candidato a deputado federal[92]. Ao ser questionado por que estava candidatando-se a deputado federal ele respondeu:

> Chegou um momento em que não foi mais possível resistir às pressões das lideranças da comunidade e da própria região, para que eu entrasse na política [...] me pressionaram tanto que acabaram superando minhas forças de resistência [...] portanto, estou entrando para o mundo político por exigências da comunidade [...] no entanto não é com pouca dor que me afastei da cooperativa, para atender o trabalho político partidário [...] quero continuar dando minha parcela ao cooperativismo.[93]

De fato, Paulo Roberto Cunha atuou como deputado federal no período de 1986 a 1989. Em seguida atuou como prefeito de Rio Verde entre 1989 a 1990. Posteriormente, entre 2000 a 2004, foi reeleito para o período de 2004 a 2007.

Antônio Chavágliа assumiu o cargo de diretor-presidente da COMIGO em 1986 e continua até 2006[94]. E como a história se repete, esse atual presidente à frente da COMIGO, há quase 20 anos, também está sendo pressionado a assumir cargo político. Em um artigo de circulação local de Rio Verde é enfatizado que o agronegócio representa uma radiografia completa do resultado econômico que transformou Rio Verde e região em uma referência brasileira e internacional de sucesso. Considerando-se que a COMIGO é um exemplo de empreendimento que deu certo e qualifica o cooperativismo de resultados. Ressalta-se que as

[92] Pode-se constatar, em seu discurso de transmissão de cargo, este trecho: "é natural que nesses onze anos, desde a fundação [...] uma transmissão que há onze anos me pertenceu" (Informe COMIGO, Rio Verde, maio de 1986, p. 05). Esse discurso mostra o longo período de tempo que ele permaneceu à frente da COMIGO como diretor-presidente.

[93] Informe COMIGO, Rio Verde, maio de 1986, p. 5.

[94] Os diretores-presidentes da COMIGO foram: Alcyone de Souza Bernardes, 07/1975 a 03/1976; Paulo Roberto Cunha, 04/1976 a 02/1980; Vanderval Lima Ferreira, 08/10980 a 02/1982; Paulo Roberto Cunha, 02/1982 a 06/1986 e Antônio Chavaglia, 07/1986 a 2006.

administrações que se sucederam na COMIGO têm conseguido enxergar muito adiante no futuro e que, em parte, o seu sucesso se explica pelo fato de suas lideranças terem sido eficientes. "Registro de lideranças eficientes do cooperativismo de sucesso são Antônio Chaváglia e Álvaro Henkes."[95] O artigo mostra ainda o histórico de cada um à frente da cooperativa e aponta Chaváglia como "[...] recordista de mandatos à frente da COMIGO"[96]. O artigo enfatiza que eles não admitem participação na política, mas afirma que "[...] lembrar deles para representar Rio Verde e região na Câmara Federal é, antes de tudo, um dever de todos os rio-verdenses que gostam da cidade"[97].

O artigo questiona: "Como pode Rio Verde ficar quase vinte anos sem ter um Deputado Federal?"[98] Aponta a incoerência de ter um município líder economicamente no agronegócio, mas que não sabe escolher uma liderança consistente para ocupar cadeira na câmara federal. O cooperativismo pode ser então um instrumento político e econômico de uma determinada classe capaz de aliar-se ao Estado para manter a situação, isto é, a aliança do seu interesse.

Nota-se, então, que os componentes desse campo, além do Estado, são essencialmente os associados e a diretoria, técnicos, fornecedores, compradores e concorrentes, com interesses comuns e, ao mesmo tempo, antagônicos. O que está em jogo aqui é, acima de tudo, a maximização do lucro via captação de recursos financeiros, comerciais e de prestação de serviços; o fomento ao uso da mecanização agrícola bem como de insumos; o discurso cooperativista da união e da força; e a política eleitoreira na figura de seus diretores.

Deu-se, assim, a constituição do campo do cooperativismo, com a perspectiva de criar-se um ambiente em que a cooperativa seja a lógica mais eficaz diante do quadro das transformações desencadeadas na região do Sudoeste constituindo-se como instância com vistas a aquisição, produção, comercialização e difusão de bens agricultáveis. A constituição desse campo relativamente autônomo foi possível em função desse desenvolvimento agrícola e de sua conseqüente necessidade de sistematização das crenças e das práticas modernas.

Esse campo, embora pareça hegemônico, não o é. A diretoria possui uma correlação de forças com seus associados já que precisa constantemente usar de argumentos persuasivos para decidir os rumos que quer tomar. Possui também uma correlação com o mercado concorrente já que ela tem, segundo Soares (1999), uma relação cooperativa com

[95] Jornal News, Rio Verde, 01 a 15 de março de 2005, p. 1.
[96] Idem.
[97] Idem.
[98] Idem.

seus cooperados, mas não com o mercado, com o qual ela tem uma relação competitiva. Uma correlação, ainda, com fornecedores e compradores, já que tem que estabelecer melhores possibilidades de negociação. Finalmente, com técnicos, grandes responsáveis pela elaboração e pela sustentação do discurso da modernização. Portanto sua suposta hegemonia aparece apenas quando defende os interesses coletivos de todos os integrantes do campo, ou seja, quando mantém o processo como está, sob a dominação legítima dos dominantes.

### 2.1.3 O campo das representações patronais – Sindicato Rural Patronal

A constituição do campo das representações patronais deu-se na década de 1960 com a fundação das Associações Rurais. Exceto a mais antiga delas, a de Rio Verde, que foi criada em 1958 com a finalidade de "[...] organização da vida rural"[99]. Posteriormente foi fundada a Associação Rural de Jataí em 1962, e finalmente a de Santa Helena em 1967. Essas associações foram embrionárias dos Sindicatos nos três municípios pesquisados. No ano de 1968, elas fizeram investidura para transformar-se em Sindicatos Rurais o que ocorreu com a de Santa Helena, em 13/05/68, a de Rio Verde, em 23/05/68, e a de Jataí, em 12/09/68[100].

Essa passagem de associações para sindicatos fez parte da própria história do movimento sindical no Brasil. Os sindicatos rurais são entidades sindicais de primeiro grau constituídos por empregadores vinculados à categoria econômica das atividades rurais circunscritas à agropecuária, ao extrativismo rural e outras que lhes são assemelhadas. Podem filiar-se a eles pessoas físicas ou jurídicas integrantes da categoria econômica que comprovem o hábil exercício da atividade rural, seja como proprietário, arrendatário, parceiro ou outra condição de empregador rural, mediante submissão e aprovação das diretorias constituídas.

Eles têm por objetivo "[...] o estudo, a instrução, o debate, a busca de soluções, a divulgação, a defesa e a coordenação das questões de interesse da categoria econômica que representa"[101]. São constituídos de assembléia geral, diretoria, conselho fiscal e delegados Representantes. A assembléia geral é soberana nas decisões desde que possuam quorum

[99] Livro de ata do SR-RV.

[100] O Estatuto Social, em vigor, do Sindicato Rural de Jataí data de outubro de 1998, sua base territorial compreende os municípios de Jataí, Aparecida do Rio Doce, Aporé, Perolândia e Serranópolis. O de Rio Verde data de setembro de 1996, sua base territorial compreende somente o município de Rio Verde. O de Santa Helena data de dezembro de 1996 e possui na sua base territorial os municípios de Santa Helena, Santo Antônio da Barra, Maurilândia, Castelândia e Turvelândia.

[101] Os dados citados dos Estatutos Sociais são referentes aos Sindicato Rural de Jataí (SR-J), Sindicato Rural de Rio Verde (SR-RV), e Sindicato Rural de Santa Helena (SR-SH).

adequado para deliberação[102]. A diretoria é eleita, com quorum mínimo de cinqüenta por cento mais um dos associados em condições de votar, para um mandato de três anos, sendo que dois terços de seus componentes podem ser reeleitos, desde que seja apenas uma vez para um mesmo cargo. O conselho fiscal é o órgão encarregado de fiscalizar o movimento econômico-financeiro e patrimonial do sindicato. Os delegados representantes são eleitos junto com as diretorias e representam os sindicatos nas assembléias gerias da Faeg.

A constituição desses sindicatos está diretamente ligada à manutenção de uma estrutura agrária existente nas regiões de colonização mais antiga como forma de proteção à classe. No período de fundação dos sindicatos estudados, a principal atividade rural da categoria econômica vinculada a eles era a pecuária. Essa categoria foi a principal responsável pelo processo de modernização agrícola, que ocorreu rapidamente na medida em que ampliaram seu foco de atenção das atividades pecuárias para as agropecuárias, acumulando as duas formas de produção.

Passaram então a "[...] considerar a agricultura de nossa comunidade um valor expressivo na economia do Estado e, consequentemente, do país"[103]. É claro que essas iniciativas não aconteceram de forma aleatória, mas por meio de uma série de incentivos já abordados no capítulo um. Isso pode ser percebido em reunião do Banco do Brasil com o SR-J, quando o gerente fez "[...] uma verdadeira explanação do seu interesse em colaborar com os agricultores, facilitando-lhes o crédito bancário, porém, incentivando a diversificação da lavoura, plantando-se milho, amendoim, feijão, soja, algodão, gergilim, etc"[104].

Esse incentivo foi dado para a agricultura, mas também não se perdeu de vista a questão da pecuária: "[...] diversificação mais sensível da agricultura e ainda um interesse mais considerável pela pecuária"[105]. Isso de fato aconteceu, já que ela apresenta índices sempre constantes e acompanha o processo de modernização agrícola, como pôde ser visto no quadro 7 do capítulo um.

Corrobora essa informação uma reportagem publicada no ano de 2001, "Novidade na logomarca e no jornal mensal", quando a logomarca do Sindicato Rural de Rio Verde foi mudada, incorporando novo conceito.

---

[102] Quorum mínimo em primeira convocação de cinqüenta por cento mais um; em segunda convocação, com o número mínimo de associados que se fizerem presentes. As deliberações relativas a reforma ou alteração do Estatuto, de dissolução do Sindicato e perdão de débitos a associados serão apreciadas em Assembléia Geral dos associados quites com a tesouraria prevalecendo a decisão tomada pelo número mínimo de 2/3 dos votos dos presentes.
[103] Livro de ata do SR-SH.
[104] Livro de ata do SR-J.
[105] Livro de ata do SR-SH.

> A nova logo é mais abrangente, uma vez que a economia do Município não se concentra apenas na pecuária e o próprio Sindicato tem ampliado suas fronteiras, defendendo também a agricultura e a agroindustrialização de Rio Verde. A nova logomarca representa mãos envolvendo uma folha. As mãos indicam proteção, segurança, defesa, apoio e amparo que são os objetivos principais da entidade. A folha representa a vida, já que tudo provém dela – a pecuária (pasto) a agricultura (lavouras) e a agroindústria (matéria-prima). A folha simboliza também fotossíntese, que é o fundamento da vida.[106]

Apresentando um desenho com linhas modernas, dinâmicas e futurísticas, a atual logomarca do Sindicato Rural de Rio Verde segue um padrão aproximado ao adotado por outras entidades do setor.

Além dos incentivos governamentais recebidos, do processo de migração e de outros elementos que incentivaram o processo de diversificação de culturas, os sindicatos rurais, ou alguns membros deles, doaram áreas para implantação de estações de pesquisas que ajudaram no estudo de adaptação de determinadas culturas na região do cerrado. Por volta de 1978, o Sr. Binômino da Costa Lima, membro do Sindicato Rural de Jataí,[107] foi homenageado em reconhecimento aos altos benefícios prestados à comunidade jataiense bem como "[...] pela doação de cem (100) alqueires de cerrados para a Emgopa"[108]. Essa iniciativa de doação de área foi decisiva para a instalação da Emgopa no município e conseqüentemente para o processo de diversificação de culturas, como foi registrado em ata de 1978: "[...] a presença em Jataí, de um funcionário do Banco do Brasil, S/A no setor da DICOR que acompanhado de sua pessoa e do gerente do Banco do Brasil local, in loco, nossas áreas agrícolas sobre a possibilidade de ativar a cultura da soja como região de destaque, bem como nossas possibilidades na diversificação de outras culturas"[109].

O campo das representações patronais, constituído por produtores rurais e demais agentes que o compõem, promovem o processo de modernização agrícola e foi forte defensor do campo em todas as suas dificuldades. "A entidade sempre se colocou em posição de defesa do produtor [...] o sindicato teve sempre participação ativa nos movimentos de defesa da classe."[110] Essa característica de união é atribuída, segundo Antunes (1985), ao reduzido número de pessoas vinculadas à classe. Para o autor, esse aspecto é um facilitador de organização e coesão na defesa da propriedade privada e dos lucros.

---

[106] Jornal Força Ruralista, Rio Verde, setembro de 2001, p. 8.
[107] Além de fazer parte como sócio do Sindicato Rural de Jataí, Binômino da Costa Lima fez parte de instituições como Associação Cultural de Jataí – ACJ e Sociedade Ecológica de Jataí - SEJA.
[108] Livro de ata SR-J.
[109] Idem.
[110] Força Ruralista, Rio Verde, setembro de 2001, p. 11.

Observa-se, no quadro abaixo, que o número de sócios vinculados aos sindicatos patronais nos municípios estudados foi crescente. Alcançaram altos índices de associados em Jataí na década de 1980; em Santa Helena e Rio Verde na década de 1990. Nos dois primeiros municípios, o número de sócios cai após esse período; somente em Rio Verde essa escala continua crescente.

Quadro 12 – Evolução do quadro de associados dos Sindicatos Rurais.

| Jataí | | Santa Helena | | Rio Verde | |
|---|---|---|---|---|---|
| Ano | Nº. de sócios | Ano | Nº. de sócios | Ano | Nº. de sócios |
| - | - | - | - | 1958 | ** |
| 1962 | 91 | - | - | 1961 | ** |
| 1966 | ** | - | - | 1963 | ** |
| 1969 | ** | 1967 | - | 1968 | 34 |
| 1971 | 86 | 1968 | 27 | 1971 | 39 |
| 1975 | 206 | 1972 | 86 | 1974 | 80 |
| 1977 | 188 | 1976 | ** | 1977 | 202 |
| 1981* | 492 | 1979 | 88 | 1980 | 132 |
| 1984 | 275 | 1982 | 102 | 1983 | 76 |
| 1987 | 115 | 1985 | 189 | 1986 | 94 |
| 1990 | 193 | 1988 | 269 | 1989 | 264 |
| 1993 | 72 | 1991 | 266 | 1992 | 438 |
| 1996 | 69 | 1994 | 529 | 1995 | 277 |
| 1999 | 210 | 1997 | 158 | 1998 | 366 |
| 2002* | 387 | 2000 | 138 | 2001 | 635 |
| 2005 | 196 | 2003* | 200 | 2004 | ** |

* Eleições disputadas com duas chapas.

** Dados não encontrados nas fontes pesquisadas.

Fonte: Livro de ata dos Sindicatos Rurais de Jataí, Rio Verde e Santa Helena.

A união da classe ruralista é o que há de mais significativo em torno de suas causas: "[...] mais uma vez podemos ver que a união e o fortalecimento das entidades representativas de classe trazem grandes benefícios para o produtor [...] a união de forças é a saída para nossos problemas"[111].

> Participar de um movimento, o qual congrega pessoas de diferentes atividades, não é simplesmente, ditar ordens ou impor condições sobre as outras pessoas. É

[111] Força Ruralista, Rio Verde, novembro de 2001, p. 2.

> sobretudo, saber ouvir, falar e dialogar, principalmente com aqueles que ao lado de quem lidera uma entidade de classe, não busca outro objetivo, a não ser o de defender uma categoria. A união é o principal ingrediente que compõe a receita para obter o êxito [...] é preciso que o interesse pessoal seja arrancado e nesse espaço seja plantado o respeito e a união.[112]

Essa força da classe superou vários problemas, como acordos com o governo para melhoria da agricultura, melhoria na política de preços de leite, sucesso nas campanhas de vacinação de gado contra a aftosa, entre outros.

O sistema sindical rural é suprido por duas fontes de recursos. A mais expressiva delas é a contribuição sindical compulsória,[113] cobrada diretamente pelo sistema por intermédio da CNA. A outra fonte é oriunda de mensalidades espontâneas dos associados aos sindicatos rurais. É graças, fundamentalmente, a essas fontes de recursos que o sindicato realiza várias de suas ações.

O valor da contribuição espontânea pode ser discutido e deliberado pela Assembléia Geral de acordo com a necessidade vigente de cada sindicato. Em várias reuniões, especialmente no início dos sindicatos, falou-se muito da necessidade de sindicalização e da compreensão da necessidade de estar com a contribuição em dia para que os sindicatos pudessem executar suas tarefas. O discurso era: quanto mais recurso o sindicato tivesse mais poderia ajudar a classe ruralista. Nos sindicatos pesquisados, os valores dessas contribuições sofreram várias alterações, especialmente quando eles queriam fazer alguns investimentos de grande monta. Em algumas ocasiões, os ruralistas mais abastados fizeram doações espontâneas mais vultosas para os sindicatos. Essas arrecadações sustentaram todo o processo de consolidação de espaços destinados a atividades da classe, como: construção de sedes próprias, de parques agropecuários, aquisição de automóveis, entre outros móveis e imóveis necessários ao funcionamento das entidades.

Engrossavam as fileiras dos recursos dos sindicatos as arrecadações provenientes da realização de leilões. Na década de 1980, os leilões passaram a ser o grande achado dos

---

[112] Jornal Espaço Rural, Jataí, abril de 2001, p. 2.

[113] A contribuição sindical compulsória é devida por todos aqueles que participam de uma determinada categoria econômica, profissional ou de uma profissão liberal, em favor do sindicato representativo da categoria ou profissão. Essa contribuição existe desde 1943 e é cobrada de todos os produtores rurais. O cálculo da contribuição é efetuado com base nas informações prestadas pelo proprietário rural ao Cadastro Fiscal de Imóveis Rurais – CAFIR –, administrado pela Secretaria da Receita Federal. A Lei nº 9.393/96 autoriza a celebração de convênios entre essa Secretaria e a CNA com o objetivo de fornecimento dos dados necessários à cobrança da contribuição sindical rural. Até 1996 a cobrança era de competência da Secretaria da Receita Federal; a partir de 1997 quem a faz é a CNA. Ela envia ao produtor rural uma guia bancária com o valor de sua contribuição sindical rural. Os recursos arrecadados, retirados os custos de cobrança, são distribuídos em 20% para o Ministério do Trabalho, 60% para o sindicato Rural, 15% para a Federação da Agricultura do Estado e 5% para a CNA. A arrecadação da contribuição sindical rural é aplicada na prestação de serviços aos produtores rurais de todo o país. "A verdadeira representação de classe exige uma estrutura forte e ágil." (Força Ruralista, Rio Verde, abril de 2005, p. 16)

sindicatos ao perceberem a excelente margem de lucro que representavam. Assim que realizaram os primeiros e verificaram a lucro líquido, passaram a incluí-los em seus calendários mensais. Outro agregador de recursos aos sindicatos foram as doações ou parcerias estabelecidas com as Prefeituras Municipais e, às vezes, até com as Secretarias Estaduais para realização das festas de exposições agropecuárias[114] e, principalmente, para a construção dos parques de exposições. Há nas atas vários relatos de doações desses órgãos tanto por parte dos prefeitos municipais, como por governadores estaduais e secretários de estado, normalmente figuras políticas eleitas pela região.

Em dois sindicatos, Jataí e Santa Helena, houve problemas com relação à prestação de contas provenientes dessas arrecadações. Em algumas atas, houve registro de desentendimentos e até de afastamento de presidentes em função da recusa ou da dificuldade no processo de prestação de contas exigido por força de estatuto. Esses foram fatos isolados e resolvidos pelas diretorias vigentes ou pelo conselho fiscal.

É por meio dessas contribuições que o sistema sindical desenvolve ações diretas de apoio ao produtor rural buscando soluções para os problemas locais de forma associativa. O principal objetivo do sistema sindical rural "[...] é a defesa dos direitos, reivindicações e interesses, do produtor, independente do tamanho da propriedade e do ramo de atividade de cada um, seja lavoura ou pecuária, extrativismo vegetal, pesca ou exploração florestal"[115].

Compõem o campo das representações patronais aqueles que comprovam o exercício da atividade rural – proprietários, arrendatários, parceiros ou outra condição de empregador rural, isto é, os patrões –; a diretoria do sindicato; a Faeg; os órgãos de fomento ou parcerias; e os trabalhadores. Sua constituição ocorreu em função da necessidade de unificação dos interesses de um grupo econômico que se responsabiliza diretamente pela modernização agrícola, já que são os detentores de terras e dos recursos destinados a esse fim.

O que está em jogo nesse campo é, acima de tudo, a defesa dos interesses dos agentes da categoria econômica das atividades rurais por meio da união, a manutenção de uma estrutura agrária, a diversificação da cultura agrícola, a arrecadação/captação de recursos para viabilização de seus interesses, e a visibilidade de suas ações. No próximo capítulo serão apresentadas as disputas presentes no campo desencadeadas pelas estratégias de ação de seus componentes.

---

[114] Em quase todas as festas de exposições agropecuárias dos municípios pesquisado, a prestação de contas acusa receita líquida positiva em favor dos sindicatos; somente no de Jataí ocorre constantemente receita líquida negativa.

[115] Força Ruralista, Rio Verde, abril de 2005, p. 16.

### 2.1.4 O campo das representações dos trabalhadores – Sindicato dos Trabalhadores Rurais

O campo das representações dos trabalhadores constituiu-se na década de 1980, período em que o processo de modernização agrícola já estava praticamente consolidado nos municípios pesquisados. Parece terem surgido por iniciativa própria para se posicionarem como classe diante desse processo, como demonstram estes trechos das atas de fundação dos sindicatos de Santa Helena e Rio Verde. Os participantes da reunião defenderam a fundação do sindicato "[...] para melhor defesa dos interesses e direitos bem como dos deveres dos trabalhadores rurais, constantes da Legislação Sindical em vigor"[116]. "Os oradores que se fizeram ouvir defenderam a Fundação do Sindicato; para melhor defesa dos interesses e direitos bem como conhecimento dos deveres dos trabalhadores rurais, constantes da legislação sindical em vigor [...]. Por aclamação verificando-se por unanimidade a aprovação da Fundação do Sindicato."[117]

Entretanto, Vaz[118] (1992) afirma que o avanço dessas entidades de classe se deu em grande parte impulsionado por fatores exógenos. "A Igreja e alguns partidos políticos foram inicialmente os principais responsáveis, porém, até hoje o desatrelamento ainda não está completo. A estrutura de sua organização não está estribada sobre as diretrizes que deveriam partir de cada trabalhador, do que ele pensa, de sua visão de mundo." (p. 156)

O Sindicato mais antigo dos municípios pesquisados é o de Rio Verde, fundado em outubro de 1980. De acordo com seu mais atual estatuto, dezembro de 2003, ele possui como base territorial os municípios de Rio Verde e Santo Antônio da Barra. Depois foi fundado o de Santa Helena, em julho de 1981, com base territorial nos municípios de Santa Helena, Turvelândia, Maurilândia e Castelândia[119]. O último a ser fundado foi o de Jataí, em abril de 1983, com base territorial nos municípios de Jataí, Serranópolis, Perolândia e Chapadão do Céu[120].

Os STRs, segundo seus estatutos sociais, são órgãos classistas de massas autônomas e democráticas, sem fins lucrativos, constituídos para fins de defesa dos interesses individuais e coletivos, inclusive em questões judiciais ou administrativas. Eles representam o rural ativo – que compreende os ocupantes de terras com qualquer título: arrendatários,

[116] Livro de ata do STR-SH.
[117] Livro de ata do STR-RV.
[118] O trabalho de Eber Vaz buscou analisar o processo de modernização agrícola e suas conseqüências econômicas para o Sudoeste goiano tendo como aspecto central a expansão das relações capitalistas na agricultura e a relação com o contingente de trabalhadores volantes. Os principais municípios pesquisados foram Rio Verde e Santa Helena.
[119] Último estatuto aprovado data de janeiro de 2004.
[120] Último estatuto aprovado data de fevereiro de 1999.

parceiros agrícolas, possuidores e proprietários de imóveis que trabalham em regime de economia familiar –, os trabalhadores rurais sem terra, os que se dedicam a atividades agropecuárias temporárias ou permanentes sem vínculo de emprego e os empregados rurais em todas as atividades específicas da agricultura, pecuária, e do extrativismo vegetal, incluindo os trabalhadores contratados por curto período (safristas) em razão de especificidades do serviço, independente do tipo de contrato e de sua duração.

Segundo seus estatutos sociais, eles têm por princípios e finalidades: lutar pelos objetivos imediatos e históricos dos trabalhadores, tendo a perspectiva de uma sociedade sem exploração, na qual impere a democracia política, social e econômica; orientar sua atuação objetivando fortalecer a luta e a organização de base dos trabalhadores nos seus locais de trabalho; lutar pela plena autonomia e liberdade sindical; representar, perante as autoridades administrativas e judiciárias, os interesses gerais de sua categoria e os interesses individuais de seus associados; defender, representar e assistir os trabalhadores na celebração de convenções, acordos e contratos coletivos de trabalho; representar e defender os direitos e interesses dos agricultores familiares, contribuindo na organização da produção e comercialização do setor; organizar e apoiar os trabalhadores na luta pela terra, visando à conquista da efetiva reforma agrária; firmar convênio e programas de intercâmbio com organismos públicos, privados e entidades de classe de caráter municipal, estadual, nacional e internacional, visando ao desenvolvimento econômico e social dos trabalhadores rurais; entre outros.

Os sindicatos pesquisados possuem os seguintes órgãos: assembléia geral, diretoria, conselho fiscal, e as secretarias e comissões criadas especificamente nos locais de trabalho. As assembléias gerais são soberanas em suas resoluções e deverão ser instaladas obedecendo ao quorum mínimo da maioria absoluta dos associados em dia com a contribuição sindical, em primeira chamada, ou ao de 20% dos associados, em segunda chamada. A diretoria e o conselho fiscal são eleitos para um mandato de quatro anos no sindicato de Santa Helena e de três anos nos de Rio Verde e Jataí. A diretoria deve ser renovada em, pelo menos 30%, em cada mandato nos três sindicatos, sendo inclusive permitida a reeleição para o cargo de diretor, independente do tempo de duração do mandato ou de permanência no respectivo cargo.

Esse dispositivo de possibilidade de reeleição para o cargo de direção dos sindicatos foi criado ao longo do tempo. Ao observar os estatutos anteriores, ele não aparecia. Essa mudança pode ter ocorrido por dois motivos. O primeiro deles, pela dificuldade de encontrar pessoas que quisessem assumir cargos de lideranças nos sindicatos. O segundo pode

estar ligado ao fato de pessoas terem transformado esses cargos em empregos. Na análise das atas dos sindicatos foi possível perceber que, especialmente os presidentes, permaneceram nos cargos por vários mandatos consecutivos ou alternados. O sindicato de Santa Helena, por exemplo, nos seus nove mandatos teve quatro presidentes, sendo que dois deles ficaram à frente da diretoria por três mandatos consecutivos, um presidente exerceu mandato duas vezes consecutivas, e o atual, apenas um mandato. Em Rio Verde, já não dá para afirmar que essa realidade tenha existido. Esse sindicato foi gerido por junta governativa por duas vezes em função de problemas na condução de sua gestão. Por sua vez, o sindicato de Jataí já se encontra no oitavo mandato e foi gerido basicamente por três pessoas como demonstra o seguinte trecho de ata: "Rômulo e Erasmo completou dezesseis anos de dirigentes sindicais e ambos estão cansados, precisa de gente nova com muita coragem e disposição para continuar esta luta"[121].

Segundo Pietrafesa (1995), a manutenção de dirigentes nos cargos sindicais é decorrente do que ele chama de corporativismo sindical, ou a criação de uma cultura sindical em que os dirigentes se fecham dentro de sua categoria, dificultando ações políticas de ordem mais geral. Segundo o autor, a própria forma de organização dessa classe, em sindicatos municipais e federações estaduais e nacionais, sempre da mesma categoria, provoca um encastelamento de diretores por anos e anos. Além disso, com o imposto sindical, não falta dinheiro a essas entidades, criando, com isso, "uma casta de dirigentes profissionais que não deixam o cargo para novas lideranças. Estes são os tradicionais 'pelegos', amaciadores dos conflitos existentes entre capital e trabalho." (p. 115)

O processo eletivo normalmente aconteceu sem concorrência de chapas, com apenas duas exceções ocorridas no sindicato de Rio Verde, como é possível perceber na seguinte tabela:

[121] Livro de ata do STR-J.

Quadro 13 – Evolução do quadro de associados dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais.

| Jataí | | Santa Helena | | Rio Verde | |
|---|---|---|---|---|---|
| Ano | Nº. de sócios | Ano | Nº. de sócios | Ano | Nº. de sócios |
| - | - | 1981 | ** | 1980 | 340 |
| 1983 | 375 | 1982 | 280 | 1983 | 328 |
| 1985 | 493 | 1985 | 181 | 1985 | 106 |
| 1987 | 247 | 1988 | 321 | 1988* | 205 |
| 1990 | 164 | 1991 | 244 | 1991 | 105 |
| 1993 | 282 | 1994 | 133 | 1994 | 43 |
| 1996 | 192 | 1997 | 90 | 1997 | 60 |
| 1999 | 494 | 2000 | 73 | 2000[122] | 58 |
| 2002 | 159 | 2003 | 97 | 2000 | 41 |
| - | - | - | - | 2003[123]* | 110 |
| - | - | - | - | 2004 | 141 |

* Eleições disputadas com duas chapas.

** Dados não encontrados nas fontes pesquisadas.

Fonte: Livros atas dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Jataí, Rio Verde e Santa Helena.

Quanto ao número de sócios, pode-se perceber que em todos os sindicatos os números começam altos e depois vêm diminuindo ao longo dos anos. Esse fato pode indicar uma descrença no trabalho realizado pelos sindicatos, uma dificuldade financeira dos trabalhadores em se manterem filiados, ou uma constatação de que os problemas da classe já estejam, supostamente, resolvidos, ou ainda, como denuncia Pietrafesa (1995), uma conseqüência do fato de a classe patronal não contratar trabalhadores que sejam sindicalizados.

Para Vaz (1992), normalmente, o trabalhador rural no Sudoeste é passivo e pacífico. Quando ele pensa em união ou em greve, nunca age objetivando o confronto. Seu movimento implica apenas em demonstração. Quer apenas que o governo, as autoridades e a sociedade conheçam sua situação e possam interferir no processo dando-lhe uma solução satisfatória. "É um indivíduo humilde que se acostumou a receber doações, de modo que seu problema pode ser resolvido pelo governo, pelos patrões ou pelos 'mais ricos', dificilmente através dele mesmo, de sua organização e de sua luta." (p. 161)

[122] Período administrado por Junta Governativa.
[123] Idem.

Vaz (1992) aponta ainda que o trabalhador tem consciência de sua situação de explorado, sabe quem são os principais responsáveis, mas não sabe nem se empenha em como mudar. Não apresenta conhecimento de que sua situação seja um resultado do processo histórico, e não uma disfunção; prefere aceitar que o governo possa mudar sua situação, se quiser, porém para ele esse mesmo governo é impotente. Para esse pesquisador, a carência de organização dos trabalhadores rurais em geral decorre, em grande parte, da sua falta de instrução. Ocorrem simultaneamente a falta de instrução e a perda de suas tradições, abandonadas em decorrência de sua dispersão em favor de sua intensa luta pela sobrevivência, que lhe toma todo o tempo útil. As tradições culturais, novenas, folias de reis, catira, festas juninas, vão desaparecendo como valor cultural próprio para darem lugar a outros valores. Valores compulsórios, impregnados da ideologia do sistema em que passam a viver.

> O trabalhador rural vai 'morrendo', conforme o depoimento poético de um deles, 'como uma planta que se ranca do chão'. Aos poucos suas manifestações culturais passam a ser apresentações folclóricas de grupos urbanos e eles perdem totalmente sua individualização e se descaracterizam como pessoas do campo. (VAZ, 1992, p. 149-150)

Na análise dos documentos estudados, percebe-se claramente que os trabalhadores do Sudoeste não são tão passivos e pacíficos como afirma Vaz (1992), em sua pesquisa. Os sindicatos, preocupados com os trabalhadores, estimulavam e incentivavam o tempo todo a participação por meio da sindicalização dos trabalhadores rurais. Essa conscientização ocorria nas reuniões ao se explanar "[...] a todos o quanto é importante o sindicato para eles, e que não existe sindicato e sim os próprios trabalhadores que são e que fazem o sindicato"[124]. Principalmente no sindicato de Santa Helena, durante vários anos e em todas as reuniões, houve um processo de conscientização e incentivo à sindicalização mostrando a todos a sua importância e necessidade.

O resultado desse trabalho deu ao sindicato de Santa Helena, segundo os estudos de Vaz (1992), a importância de ser considerado o mais politizado da região. "Este Sindicato é o mais politizado do Sudoeste [...] considera-se aqui 'mais politizado', tendo como referencial a quantidade de trabalhadores participantes do processo de decisão no sindicato" (p. 158). De fato, ao analisar a documentação dos sindicatos pesquisados, foi possível comprovar essa afirmativa feita por Vaz. Esse sindicato é o que possui o maior número de participantes em todas as suas reuniões. Os demais sindicatos, Jataí e Rio Verde, possuem em

[124] Livro de ata do STR-SH.

sua trajetória a realização de algumas reuniões envolvendo os trabalhadores, mas a grande maioria delas ocorre somente entre alguns membros da diretoria.

Não houve nos sindicatos de Jataí e Rio Verde uma preocupação em conscientizar os trabalhadores sobre o processo de participação coletiva, o que levou ao fato de os trabalhadores verem no sindicato um órgão assistencial, que apenas poderia resolver seus problemas imediatos, que atendesse somente os interesses em curto prazo. Segundo Vaz (1992), nessa perspectiva estão aqueles que apresentam um nível maior de consciência, porque há ainda outros que sequer acreditam que o sindicato possa ser útil em alguma coisa. Às vezes, somente os lideres são politizados havendo um grande alheamento dos trabalhadores do processo de decisão. Em outras palavras, os trabalhadores sindicalizam-se e desaparecem de sua entidade, vindo apenas quando necessitam de algum serviço assistencial[125], quando ocorrem as negociações nas convenções coletivas, ou ainda quando ocorrem movimentos ligados à luta pela posse de terras.

Um outro fator, não abordado por Vaz, pode estar ligado ao descrédito dos trabalhadores rurais em relação aos sindicatos. Na análise dos documentos aparecem constantemente problemas relativos à administração dos sindicatos, no que se refere aos lideres e, às vezes, à gestão das finanças. Comenta-se muito, nas atas lavradas, sobre intrigas entre trabalhadores e diretorias, e até mesmo entre os membros da própria diretoria dos sindicatos. Fala-se muito "[...] sobre as falsidades e mentiras que surgem a respeito do sindicato e dos seus respectivos membros"[126]. Ou ainda, em "resgatar a moral do sindicato que hoje se encontra bastante desgastada"[127]. Há ainda reclamações por parte da Fetaeg em relação à atuação dos sindicatos "[...] o presidente disse que a Federação reclama muito da desunião dos membros da diretoria e disse que ninguém foi obrigado ser diretor"[128].

Muitas vezes, houve demasiada liberação de autonomia aos representantes sindicais por meio de pedido e aprovação de *carta branca* dos dirigentes aos demais membros da diretoria. "[...] o termo 'carta branca' seria autonomia para decidir os problemas do sindicato, mesmo que convocada reunião e não ouvese (sic) comparecimento dos senhores (as) diretores (as)."[129] Esse excesso de autonomia levou, muitas vezes, a problemas de desconfiança com relação à condução da contabilidade dos sindicatos de Jataí e Rio Verde. Neste último, ocorreram inclusive problemas de furto da documentação contábil do sindicato.

[125] Segundo Pietrafesa (1995), essa foi uma característica que os sindicatos assumiram transformando-se em braço do Estado no âmbito das políticas públicas.
[126] Livro de ata do STR-J.
[127] Idem.
[128] Livro de ata do STR-RV.
[129] Idem.

"O presidente relatou que foi furtado dentro do S.T.R., todos os documentos relativo a conta bancária do S.T.R.."[130] Ao ser perguntado sobre o porquê de os documentos não estarem trancados em cofre foi respondido: "[...] tal documentação ficava ao alcanse de todos já que o objetivo não era esconder nada de ninguém"[131]. Esse e outros problemas levaram o conselho fiscal do sindicato de Rio Verde a encaminhar, por duas vezes, a documentação contábil ao Ministério Público, para que fosse feita uma avaliação judicial dos seus problemas, como aparece neste trecho de ata: "[...] o presidente do conselho fiscal decidiu que os materiais e livros contábeis serão levados ao ministério público para que seja feita a avaliação via judicial"[132]. Essa situação levou esse sindicato à retirada de autonomia ou da *carta branca* dos gestores, e por duas vezes ele foi gerido por junta governativa até que tivesse condições de estruturar uma diretoria que pudesse encaminhar os trabalhos de maneira mais satisfatória.

Todos esses problemas, que giraram em torno de desconfianças e dificuldades no processo de prestação de contas, ocorreram na tentativa de gerir os recursos recebidos pelos sindicatos por meio das contribuições dos associados. Nos seus estatutos sociais, aparece no artigo destinado aos deveres dos associados, a obrigatoriedade de "[...] pagar pontualmente as contribuições estipuladas pelo movimento sindical"[133]. Esse pagamento dá ao associado o direito de participação em todas as atividades do sindicato, como votar e ser votado em eleições, por exemplo. A contribuição foi fixada "no valor máximo de 2% do salário mínimo"[134] e é considerada como patrimônio do sindicato.

São essas arrecadações financeiras que propiciam aos sindicatos possibilidades de ações coletivas em defesa da classe trabalhadora. Pode-se citar como as principais delas, nos sindicatos estudados, as ações assistencialistas, as negociações nas convenções coletivas dos preços a serem praticados no trabalho agrícola e as ações em torno da reforma agrária.

Essas ações, em geral, são reativas frente ao processo de modernização agrícola e à exploração do trabalhador rural, embora haja controvérsias nas denúncias feitas por associados dos sindicatos: "[...] o Sr. M pede a palavra dizendo estar desiludido com as atitudes que vem sendo tomadas pelo sr. Presidente em relação a defesa dos patrões, e não dos empregados como deveria ser"[135]. Mas no geral as questões giraram em torno da necessidade

[130] Idem.
[131] Idem.
[132] Idem.
[133] Estatuto Social.
[134] Idem.
[135] Livro de ata do STR-RV.

de se "[...] debater os problemas que mais afligem os trabalhadores, sua maneira de participação na luta por melhores dias"[136].

Isso se deu porque na região pesquisada ocorreu a expansão das relações capitalistas de produção muito aceleradamente, aumentando e intensificando as relações assalariadas promovidas pelo processo de modernização agrícola. Houve, a partir de 1970, uma divisão do trabalho de modo que cada município se especializou em alguns tipos de produção em atendimento à modernização. Ela criou uma situação favorável à intensificação e exploração do trabalho no campo. Por isso, a existência do trabalhador na agricultura esteve condicionada a dois fatores, ambos decorrentes da modernização: o aumento da produtividade na agricultura e a diminuição quantitativa de trabalho vivo.

À medida que a mecanização foi introduzida na agricultura, trazendo consigo o aumento da produtividade do trabalho e a conseqüente diminuição da mão-de-obra necessária, tornou-se mais vantajosa para o empresário rural a exploração da força de trabalho pelo sistema de salário, isto é, possibilitada pelo excedente de mão-de-obra disponível, provocado pelo próprio avanço das forças capitalistas na agricultura. Isso implicou duas categorias de assalariamento: o fixo e o volante. O trabalhador fixo permanece no trabalho agrícola sobretudo na atividade de operador de máquinas, enquanto que o volante passa a ser o indivíduo que, liberado em decorrência da mecanização, fica à disposição, tendo em vista que, devido à falta de especialização, demora bastante a ser absorvido pelas atividades urbanas.

O trabalhador volante foi necessariamente criado como categoria de trabalho porque não há outra alternativa senão vender sua força de trabalho ao capitalista, já que ao trabalhador rural não resta outra opção que não o trabalho agrícola, dada sua habilidade historicamente determinada pelo seu passado de vida. Lê-se em Vaz (1992) que "[...] segundo os presidentes dos Sindicatos de trabalhadores rurais na região, a maioria da força de trabalho empregada nas atividades agrícolas é volante" (p. 107). O trabalhador volante ou temporário é o indivíduo que oferta sua força de trabalho atendendo a uma demanda sazonal, já estabelecida. As atividades abrangem o plantio e o corte de cana, a colheita do algodão, a cata do milho, a ranca de feijão e a colheita da soja. "As duas atividades mais importantes na ocupação da mão-de-obra são corte de cana e a colheita do algodão [...]. As outras absorvem uma quantidade muito pequena de pessoas apresentando tendência ao desaparecimento." (p. 108)

E é justamente para não desaparecer, como agente do campo das representações dos trabalhadores, que os trabalhadores, agentes detentores de menor capital nesse campo,

[136] Idem.

tomam posições de contestação em relação à estruturação das relações de poder, desenvolvendo estratégias de transformação. Essa possibilidade de desaparecimento leva o trabalhador a sair do silêncio e impor-se visando restaurar sua posição, que pode ser traduzida nos momentos de greves e de luta pela reforma agrária. Por aqui se vê que os componentes desse campo são os trabalhadores rurais e os empregadores rurais – os patrões, as diretorias sindicais e Fetaeg. Os interesses em jogo nesse campo passam pela luta em defesa dos direitos adquiridos dos trabalhadores, como classe, diante do processo de modernização agrícola; luta pela concretização da reforma agrária; negociação de preços de mão-de-obra nas convenções coletivas; e intensificação da exploração das relações de trabalho assalariadas na relação empregado - patrão.

Os maiores momentos de tensão e conflito nesse campo foram motivados por ocupações de terras e greves reivindicativas dos cortadores de cana. Essas ações fazem parte das estratégias desenvolvidas pelos agentes do campo visando restaurar sua posição no campo. Elas serão vistas no próximo capítulo.

### 2.1.5 O campo das representações comerciais e industriais – Associação Comercial e Industrial de Rio Verde (ACIRV)

O campo das representações comerciais e industriais constituiu-se com os primeiros preparativos para a fundação da ACIRV – Associação Comercial e Industrial de Rio Verde – em julho de 1984. Empresários locais reuniram-se e decidiram buscar subsídios junto à ACIEG – Associação Comercial, Industrial e de Serviços do Estado de Goiás – para a criação da entidade. De posse desses, e após a elaboração do estatuto, reuniram-se e aprovaram a criação da entidade. Em seguida convidaram toda a comunidade empresarial de Rio Verde, todas as associações filiadas à FACIEG – Federação das Associações Comerciais, Industriais e Empresariais do Estado de Goiás – e vários dirigentes de Clubes Lojistas de Goiás para, oficialmente, fundar a ACIRV em 12 de agosto de 1984. Nessa reunião, ficou ainda estipulada uma comissão para dar andamento à documentação necessária para o registro da associação.

A associação foi fundada para beneficiar os agentes empresariais que sentiam a "[...] necessidade de se promover a união entre os empresários dizendo ainda que a classe é a mola mestre para se conseguir reivindicações junto aos poderes competentes"[137]. Ela iniciou

[137] Livro de ata.

suas atividades, de fato e de direto, em agosto de 1986, ou seja, dois anos após a realização da primeira reunião.

A ACIRV é uma sociedade civil sem fins lucrativos e tem como finalidades elementares a defesa dos interesses dos sócios nos seguintes termos: sustentação e defesa dos direitos e interesses das reivindicações dos sócios; promoção de todos os meios possíveis para união e solidariedade entre os sócios; promoção de pesquisas e estudos técnicos relacionados com as atividades comerciais, industriais e autônomas com divulgação para os sócios; interferência nos debates dos problemas técnicos, sociais, econômico-financeiros e de outras espécies do interesse dos sócios; propiciamento aos sócios de assessoria técnica em assuntos de natureza empresarial e jurídica; criação e manutenção de serviços técnicos de interesse dos sócios, inclusive os relativos à proteção do crédito; promoção de intercâmbio com entidades congêneres; promoção de conferências, cursos, congressos, simpósios e outras espécies de reuniões realizadas em beneficio do esclarecimento dos sócios; criação e manutenção de meios de divulgação de trabalhos e informações sobre matéria de interesse dos sócios; criação e manutenção de biblioteca especializada; criação e manutenção de departamento recreativo para estímulo da confraternização entre sócios e respectivas famílias; participação em atividades públicas e particulares; concurso para que as questões entre associados e estranhos sejam resolvidas amigavelmente[138].

Quando foi criada, a associação tinha basicamente essas mesmas finalidades, de acordo com seu primeiro estatuto de 1986. O quadro de associados da ACIRV, dividido entre contribuinte e remido, é composto de pessoas físicas ou jurídicas que explorem o comércio, a indústria e outras atividades econômicas (profissional liberal). Os sócios contribuintes são aceitos mediante indicação abonada por sócio já existente e com aprovação em reunião ordinária. Os sócios remidos são aqueles que contribuem de uma só vez e possuem títulos intransferíveis.

Ela possui os seguintes órgãos: assembléia geral, diretoria, conselho consultivo, conselho fiscal e órgãos auxiliares[139]. A assembléia geral ordinária e extraordinária é o órgão supremo da associação. Ela se reúne a cada dois anos para as eleições e para discutir e julgar o relatório de contas da diretoria; reúne-se extraordinariamente mediante convocação do presidente, da diretoria, do conselho consultivo ou mediante requerimento de no mínimo cinqüenta sócios quites.

---

[138] Conferir Estatuto Social (2002).

[139] Comissão de sindicância, secretaria, assessoria econômica, assessoria jurídica, assessoria contábil, departamento de assistência social, departamento de imprensa, departamento de comunicações e gerência administrativa.

Todos os sócios têm o direito de votar e serem votados desde que estejam quites com a tesouraria. Para concorrerem à eleição, os sócios compõem chapas completas devidamente registradas na secretaria da associação. Todos os cargos eletivos são exercidos gratuitamente, e os cargos remunerados são nomeados pelo presidente. A associação não pode envolver-se em assuntos políticos partidários "[...] sendo permitido, tão somente, esse envolvimento, em questão de política empresarial"[140]. Entretanto, apesar de ela se colocar como entidade não partidária, admite que "[...] deve ter influência na política partidária"[141].

A ACIRV, que tem o firme propósito de valorizar os agentes empresariais, criou ao longo de sua trajetória vários mecanismos para essa valorização. Em 1988, ela apresentou um organograma para classificação das empresas: micro, pequena e grande empresa. Essa classificação foi utilizada para atribuir a cada uma delas a contribuição anual a ser repassada à ACIRV. É por meio dessa contribuição que a associação desempenha todas as suas atividades.

Em 1988, implementou a Sudoexpo, feira em que os empresários têm a oportunidade de mostrar e divulgar seus produtos. Em 1995, ela criou, em Rio Verde o SCPC – Serviço Central de Proteção ao Crédito – como resposta às constantes crises e prejuízos acumulados pelos agentes empresariais. Em 1999, instituiu a 1ª Corte de Conciliação e Arbitragem de Rio Verde (CCA) com a finalidade de apreciar e julgar demandas de natureza patrimonial entre partes capazes. Desde sua criação, ela tem atuado ativamente em defesa dos agentes pertencentes ao campo nos diversos momentos de crise.

Essa associação se auto-intitula como preocupada com várias questões que envolvem a comunidade como um todo. Nas suas atas aparecem preocupações com a segurança pública e com serviços de melhoria para a classe trabalhadora. Como exemplo dessas questões, pode-se citar a interferência da ACIRV que, em 1988, chamou a comunidade, por meio dos clubes de serviços, para discutir a questão da segurança pública por ocasião de ingerências de políticos locais junto aos serviços da carceragem local. Com relação a demandas da classe trabalhadora, decidiu-se que: "a Associação irá, através da união dos empresários, criar meios, inclusive, para ajudar a população mais carente ou menos favorecida"[142]. A ACIRV está atenta à incorporação do ativismo empresarial social, ou seja, volta sua atenção ao benefício público para agregar vantagens às formas de lucros empresariais.

[140] Estatuto Social (2002, p. 22).
[141] Idem.
[142] Livro de ata.

Além de ser uma associação em defesa dos agentes comerciais e industriais de Rio Verde, também é articulada ao segmento agrícola. Em 1987, ao organizar movimento para manifestação da insatisfação dos agentes empresariais com o Plano Cruzado 2, ela solicitou o envolvimento de todos os interessados, inclusive a "[...] participação da classe ruralista no movimento"[143]. A justificativa dada para a participação dos ruralistas foi a de que "[...] uma necessita da outra para a própria sobrevivência e que ambas as classes poderiam se unirem numa grande força exigindo das lideranças aquilo que nos venha beneficiar e excluir o que nos possa trazer danos e prejuízos"[144]. Ela foi também responsável direta pela criação da Associação de Produtores de Grãos, em 1987, "[...] afirmando que a agricultura é a mola propulsora do desenvolvimento da sociedade brasileira"[145]. Assim, ela junta-se a outros segmentos em busca da consolidação de seus interesses.

Em 2000, a ACIRV fez alteração em seu estatuto social. A mudança foi para acrescentar ao seu nome o termo agropecuária, passando a ser Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Rio Verde. No último estatuto, 2002, esse termo desapareceu voltando a ficar apenas Associação Comercial e Industrial de Rio Verde. Nesse mesmo ano ela registrou um número total de 79 associados.

Possui ampla e confortável sede própria e aloja em sua sede o Sebrae e a Juceg, "[...] órgãos de extrema necessidade para o bom andamento e assessoria de empresas"[146].

Entre as conquistas da ACIRV, está a "[...] participação ativa no processo de escolha da cidade para a implantação do complexo industrial da Perdigão"[147]. Ela tornou-se

> referência de trabalho e determinação para todos. Sempre empunhando a bandeira do desenvolvimento sustentável, qualidade de vida, cidadania e pregando a união como arma principal no combate a recessão, a Associação não se preocupa apenas com o empresário, mas sim com todos os segmentos rio-verdenses, sempre procurando colaborar com o desenvolvimento socioeconômico de Rio Verde e da região[148].

Essa associação se tornou importante no cenário rioverdense pelo apoio prestado aos agentes empresariais o qual se desenvolveu pela articulação da cadeia de agroindústrias presentes no município e região. Em virtude do vertiginoso processo de modernização agrícola, várias indústrias se instalaram em Rio Verde, como noticia o Jornal do Empresário,

---

[143] Idem.
[144] Idem.
[145] Idem.
[146] Jornal do Empresário, Rio Verde, setembro de 2003, p. 7.
[147] Jornal do Empresário, Rio Verde, setembro de 2003, p. 6.
[148] Jornal do Empresário, Rio Verde, setembro de 2003, p. 7.

com o titulo “Empresas investem cada vez mais no interior”: no período entre 1997 e 2002, instalaram-se 1.357 novas empresas em Rio Verde representando um crescimento de 60,7% em relação às 2.235 já existentes até 1997 deixando claro o aumento[149]. “[...] dos principais projetos de investimentos feitos pela iniciativa privada no Estado (GO), 61,8% concentram-se em Rio Verde”[150].

Dentre as possíveis explicações para esse redirecionamento dos investimentos, estão: a guerra fiscal; a abertura econômica brasileira, que gerou competitividade entre estados e municípios para atrair investimentos externos que suprissem a demanda por novos empregos; e a cadeia de suprimento necessária para abastecer as grandes empresas instaladas no interior, que viabilizou a instalação das empresas de médio e pequeno porte. A vocação brasileira para o agronegócio também pode ser considerada como um dos fatores de investimento nas cidades próximas à região agrícola, pois mesmo empresas que não estão diretamente ligadas a esse tipo de negócio se beneficiam do aumento de renda propiciado por ele, por exemplo as redes de supermercados, imobiliárias, empresas de informática, construção civil entre outras, principalmente atividades ligadas ao comércio varejista e prestação de serviços.

A ACIRV ressalta que a variedade das atividades e o crescimento da economia em Rio Verde são evidentes nestes últimos anos. “Com isso, logicamente, proporcionou ao município uma posição de destaque tanto no cenário estadual como nacional, atraindo investimentos dos mais variados segmentos ligados ao agronegócio.”[151] Prova disso foi a concretização do Distrito Municipal Industrial de Pequenas Empresas – DIMPE – em 2004. O Distrito tem o “[...] objetivo de apoiar na prática o pequeno e micro empresário culminando com a geração de inúmeros empregos, impostos e, principalmente, o fornecimento dos pequenos empreendedores”[152]. A expectativa é que o Dimpe provoque uma verdadeira revolução em Rio Verde, com a projeção de que pelo menos 300 empresários sejam atendidos pelo projeto, que possui 435 lotes numa área de aproximadamente nove alqueires. Das 295 empresas cadastradas até abril de 2004 “[...] somente 99 são da cidade e o restante, 196, estão chegando de fora”[153].

Nota-se que a ACIRV é articulada com o processo de desenvolvimento econômico desencadeado em Rio Verde, participando de uma parte da cadeia produtiva ligada ao ramo

[149] Os jornais locais também enfatizam o crescimento de investimentos no município: “Rio Verde: Paraíso dos investidores” News, Rio Verde, 15 a 31 de agosto de 2004, p. 1.
[150] Jornal do Empresário, Rio Verde, outubro de 2004, p. 3.
[151] Jornal do Empresário, Rio Verde, setembro de 2003, p. 2.
[152] Revista Rio Verde & Cia, Rio Verde, novembro/dezembro de 2003, p. 38.
[153] Jornal do Empresário, Rio Verde, abril de 2004, p. 6.

do comércio e da indústria, alimentada pelo setor da produção agrícola. Compõem então o campo das representações comerciais e industriais os agentes empresariais do comércio, da indústria e da agroindústria; e a diretoria da ACIRV. Entre os interesses em jogo nesse campo estão: a busca de benefícios e valorização de todos os agentes empresarias; a visibilidade de seus produtos e serviços (Sudoexpo); a busca de mecanismo de proteção (SCPC e C.C.A.); e a promoção da articulação da cadeia agroindustrial (DIMPE). Esses interesses em jogo no campo serão elucidados, por meio de suas estratégias de ação, no próximo capítulo.

### 2.1.6 O campo comunitário – Conselho Comunitário de Jataí (CCJ)

Entre as várias formas de organização da sociedade civil jataiense, encontra-se o Conselho Comunitário de Jataí (CCJ). Ele se constituiu, como campo, em reunião no dia 19 de junho de 1978, a partir de iniciativas de duas instituições da cidade. Nessa reunião, que foi solicitada pelo Lions Clube de Jataí e Rotary Clube de Jataí, discutiu-se e aprovou-se seu estatuto.

> Art. 1º - O Conselho Comunitário Municipal se reunirá quando convocado por alguns de seus membros, em caráter de urgência, ou com antecedência de três dias; Parágrafo 1º - A convocação será por escrito, nominal e contra-entrega de recibo; Parágrafo 2º - A reunião se instalará com a presença mínima de dois terços.
> Art. 2º - O membro que assinar a convocação será o presidente da reunião, escolhendo-se o secretário entre os demais presentes.
> Art. 3º - O assunto, a data, o local e a hora da reunião constará da convocação.
> Art. 4º - Somente assunto de real interesse comunitário dará ensejo a uma convocação. Parágrafo único – É vedada convocação para tratar de assunto religioso, político ou racial.
> Art. 5º - A decisão do Conselho Comunitário Municipal será aprovada pela maioria dos votos dos presentes.
> Art. 6º - A decisão tomada na reunião se dará conhecimento a todos os membros e convidados convocados, através de uma cópia da ata daquela reunião.
> Art. 7º - Fazem parte do Conselho Comunitário Municipal: Associação Comercial e Industrial de Jataí; Associação Médica Regional de Jataí; Associação Brasileira de Odontologia do Sudoeste; Seccional dos Engenheiros Agrônomos do Estado de Goiás; Clube dos Diretores Logistas; Lions Clube de Jataí; Loja Maçônica Vasco Coutinho; Loja Maçônica 28 de julho; Sindicato dos Estabelecimentos Bancários de Jataí; Sindicato Rural de Jataí; Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil; Serviço de Obras Sociais de Jataí; Sub-secção da Ordem dos Advogados do Brasil de Jataí e Rotary Clube de Jataí. Parágrafo primeiro – quando convocado o convidado terá direito a voto; Parágrafo segundo – O Conselho Comunitário será ampliado sempre que em reunião se decidir pela inclusão de novas entidades.
> Art. 8º - O comparecimento as reuniões, com direito a voto, se fará através do presidente da entidade ou representante credenciado.
> Art. 9º - O presente Estatuto será ampliado reduzido ou modificado em reunião do Conselho Comunitário Municipal, convocada especialmente para esse fim[154].

[154] Livro de ata.

Embora sua fundação pareça ter sido de iniciativa das referidos instituições, foi registrada, em ata, a presença do Executivo Municipal, que "[...] aplaudiu a iniciativa da criação do Conselho, dando apoio [...] e contando também com apoio recíproco do Conselho"[155]. Cabe ressaltar que a presença do Prefeito Municipal deixa margem de dúvida sobre a questão da criação do Conselho, já que em alguns casos eles podem ser criados a partir de iniciativas e/ou incentivos governamentais.

Contrariando a regra geral, percebe-se que o Conselho Comunitário de Jataí não foi criado unicamente a partir de iniciativas ou organização da sociedade, mas sim de instituições (classistas, públicas e prestadoras de serviços). Gohn (2001) deixa claro que as diferentes modalidades de conselhos foram conquistas dos movimentos populares e da sociedade civil organizada. Eles são um instrumento de representação da sociedade civil e política.

Gohn (2001) aponta que, no cenário brasileiro do século XX, é possível diferenciar três tipos de conselhos: os criados pelo Poder Público Executivo, para mediar suas relações com os movimentos e com as organizações populares; os populares, construídos pelos movimentos populares ou setores organizados da sociedade civil, em suas relações de negociações com o poder público; e os institucionalizados, com possibilidade de participação da gestão dos negócios públicos, criados por leis originárias do Poder Legislativo, surgidas após pressões e demandas da sociedade civil. No primeiro tipo, tem-se como exemplo os conselhos comunitários, criados, no final da década de 1970, para atuar junto à administração municipal; no segundo, os conselhos populares, do final dos anos de 1970 e parte dos de 1980; e no terceiro, os conselhos institucionalizados, a exemplo dos conselhos de representantes e os conselhos gestores institucionalizados setoriais.

Para a autora, o estado de São Paulo, na década de 1970, foi um dos pioneiros na iniciativa de implantação de conselhos. Eles passaram a ser vistos como virtuais instrumentos de mobilização popular em um momento em que a ânsia da população era por participação. Os anos de 1980 trouxeram ao cenário político a temática dos conselhos com nova polêmica. A conjuntura política do país demarcou o campo de debate em torno de duas propostas: como estratégia de governo, dentro das políticas de democracia participativa; como estratégia de organização de um poder popular autônomo, estruturado a partir dos movimentos sociais da sociedade civil.

Os conselhos populares derivam de propostas dos setores da esquerda, ou de oposição ao regime militar, e surgiram com papéis diversos tais como: organismos de

[155] Idem.

movimento popular, atuando com parcelas de poder junto ao executivo; organismos superiores de luta e de organização popular, gerando situações de duplo poder; organismos de administração municipal, criados pelo governo para incorporar-se ao movimento popular e assumir tarefa de aconselhamento, deliberação e/ou execução. A discussão dos conselhos populares, nos anos de 1980, tinha como núcleo central a questão da participação popular, reivindicada pela sociedade civil ao longo das décadas de luta contra o regime militar.

A materialização desse conselho em Jataí, como campo, parece ter sido possível pela união de diversas instituições, cada uma com interesses próprios e coletivos, dependendo de suas necessidades. O CCJ até 2005, havia realizado trinta e quatro reuniões. Nota-se no livro de atas que esse Conselho foi criado em 1978, data da primeira reunião, mas só houve registro de nova reunião quatro anos depois, em 1982. Depois, ficou sem se reunir de 1983 a 1989. Após esse período os membros desse conselho se reuniram várias vezes em 1990, 1991, 1992. Novamente, em 1993 e 1994, não houve registro desse encontro formal. De 1995 a 2005, ocorreram algumas reuniões esporádicas.

De maneira geral, os assuntos tratados nas reuniões são propostos pelas diferentes instituições e com diferentes finalidades. Ao observar os conteúdos dos assuntos registrados nas reuniões, verifica-se, embora implicitamente, a relação existente entre governo e sociedade. As questões que merecem intervenção e atuação do Conselho normalmente ocorrem objetivando a mediação entre a sociedade e o governo local.

Segundo Gohn (1995), esses Conselhos têm suas atuações baseadas na conciliação e na negociação pessoal. Ou seja, atuam como órgãos de mediação povo-poder. Ela destaca que esse tipo de conselho surgiu no Brasil entre os anos de 1970 a 1993 e foram propostos por ações envolvendo povo-governo, criados a partir de decretos governamentais de duração efêmera, segundo os mandatos eletivos de seus proponentes.

Os conselhos comunitários foram criados durante o regime militar e se configuram como

> [...] espaços de negociação entre o movimento popular e certas áreas do poder público. Eles são mais consultivos do que deliberativos. Atuam como apaziguadores e, não raro, praticam políticas de cooptação de lideranças e incorporam apenas os setores organizados que apóiam a facção política que está no poder (GOHN, 1995, p. 312).

Para a autora, existia certo consenso em relação ao lugar dos conselhos na relação povo-governo: "[...] devem ser autônomos e independentes, não devem fazer parte do complexo institucional da prefeitura; devem ter peso e voz como elemento político externo à

administração municipal". (p. 78). Mas uma questão central nessa discussão é a criação dos conselhos. Para alguns, essa era uma tarefa de um Partido, mediante o fomento de eixos de mobilização popular que criasse espaços para o seu lançamento; para outros, a prefeitura deveria impulsioná-los, a partir da necessidade real de cada bairro. Outros ainda acham que deveria haver um corte de classe: as organizações patronais seriam totalmente excluídas. Outros já admitiam a participação de pequenos empresários, desde que eleitos pelo bairro. Não há consenso.

Para Gohn (2001), embora existissem posições afirmando que os conselhos não deveriam substituir os movimentos populares, mas vir a fortalecê-los, ela não encontrou, em suas pesquisas, posições claras defendendo a criação desses pelos próprios movimentos, embora os movimentos tivessem elaborado propostas a respeito. Na realidade, a relação movimento/conselhos não era clara, bem como a operacionalização dos conselhos em vários níveis. Argumentava-se que os conselhos poderiam canalizar as energias das organizações populares para estruturas burocratizadas. Indagava-se como se materializaria a atuação dos conselhos de forma unificada sem se estruturar cargos, comissões, representações, delegações, etc.

Quanto ao caráter deliberativo dos conselhos, a questão é: qual é o seu poder efetivo na medida em que eles não fazem parte do corpo das instituições governamentais, não são órgãos de poder paralelo e não pretendem estar acima dos poderes constituídos? A resposta a essa questão exigia a redefinição também da esfera governamental, do seu papel e de suas atribuições quanto a essas questões. Considerava-se que haveria conselhos populares bem estruturados, mas pairando no ar. Esse problema, quando articulado ao elenco de questões anteriores, levava a outros problemas relevantes na época, tais como a composição dos conselhos e a forma de sua constituição. O dilema era definir se os conselhos deveriam ser constituídos por participantes de organizações (formais e informais) e de movimentos sociais organizados ou por representantes diretos da população de um bairro, região ou da cidade como um todo. No primeiro caso, a representação seria por meio de organismos institucionalizados ou com algum grau de estruturação em entidades já organizadas. O destaque, nesse caso, refere-se à base dos conselhos: os movimentos sociais. No segundo caso, a questão da representação era mais complicada, pois haveria uma duplicação das funções dos vereadores, podendo configurar-se um poder paralelo à Câmara Municipal. Tudo dependeria de como os conselhos se posicionariam junto à administração municipal.

Portanto, os conselhos tanto podem ser instrumentos valiosos para a constituição de uma gestão democrática e participativa, caracterizada por novos padrões de interação entre

governo e sociedade, em torno de políticas sociais setoriais, como podem ser também estruturas burocráticas formais e/ou simples elos de transmissão de políticas sociais elaboradas por cúpulas, ou ainda instrumentos de acomodação dos conflitos e de integração dos indivíduos em esquemas definidos previamente. Disso resulta que os conselhos são espaços com caráter duplo: implicam, de um lado, a ampliação do espaço público, atuando como agentes de mediação de conflitos, remando, portanto, contra as tendências das políticas neoliberais de suprimir os espaços de mediação dos conflitos; mas, de outro lado, dependendo da forma como são compostos, podem reafirmar antigas práticas herdeiras do fisiologismo. Como tal, carregam contradições: tanto podem alavancar o processo de participação sociopolítica de grupos organizados, como estagná-lo, se monopolizados por indivíduos que não representam, de fato, as comunidades que os indicaram e elegeram. Eles podem ou não substituir os movimentos de pressão organizados necessários para que as próprias políticas ganhem agilidade.

Normalmente, os instrumentos para a operacionalização dos conselhos são as plenárias populares, os fóruns e as audiências públicas. Eles exigem regularidade de atuação e espaços consignados para seu funcionamento. Geralmente atuam em parceria com o poder público e não dependem da capacidade de mobilização da população. Não basta uma boa engenharia social para implementá-los. São negociações, políticas, acordos, lutas e tensões que podem garantir suas existências.

O CCJ parece ser um agente de intermediação da relação entre povo-poder, ou seja, atua como um braço do poder público nas negociações com o povo, e nessas é possível destacar um aspecto importante que é a não-utilização dos principais instrumentos de operacionalização de negociações (plenárias, fóruns, audiências públicas). Suas reuniões são esporádicas e suas decisões não envolvem uma consulta popular; apenas os representantes das instituições participam, e nem sempre representam realmente a vontade da população. Então, atuam como simples elo de transmissão de políticas elaboradas por cúpulas, ou ainda instrumentos de acomodação dos conflitos e de integração dos indivíduos em esquemas definidos previamente.

Compunham o quadro do Conselho Comunitário Municipal, até 2005, como membros formalmente incluídos, várias instituições[156]. Mas, embora não fique clara nas

[156] Associação Comercial e Industrial de Jataí; Associação Cultural de Jataí; Associação Jataiense de Letras; Associação Médica Regional de Jataí; Associação Odontológica de Jataí; Associação Profissional dos Contabilistas de Jataí; Clube de Leões do Brasil de Jataí; Clube dos Diretores Lojistas; Lions Clube de Jataí; Loja Maçônica 28 de Julho; Loja Maçônica Sinval de Barros Melo; Loja Maçônica Vasco Coutinho; Rotary Clube de Jataí; Seccional da AGEAGO; Serviços de Obras Sociais de Jataí; Sindicato dos Bancários de Jataí;

fontes pesquisadas essa situação, outras também fazem parte, de certa maneira, desse conselho[157]. Essas outras instituições aparecem como participantes de diversas reuniões, de maneira esporádica ou não, mas nunca foram incluídas ou aceitas, formalmente, como membros, conforme pede o artigo 7º, parágrafo segundo, do Estatuto do Conselho. Parecem ter participado de maneira informal quando havia necessidade, isto é, a presença delas nas reuniões tem a ver com o assunto tratado, haja vista que, normalmente, eram partes interessadas na pauta de uma determinada reunião. No registro da ata de algumas reuniões que deliberaram através de votos, foi possível diagnosticar o nome de todas as instituições participantes, sendo que essas outras, que seriam esporádicas, aparecem contadas junto às primeiras, formalmente incluídas no Conselho, por meio de registro em ata e em atendimento ao artigo do estatuto acima citado.

Em relação aos assuntos tratados, pode-se verificar que são de natureza diversa e são propostos pelas diferentes instituições e com diferentes finalidades. As reuniões são, normalmente, presididas pelo representante da entidade solicitante. O conselho possui um coordenador geral – elemento que serve de elo de ligação entre as instituições e o Conselho – responsável por convocar e moderar as reuniões solicitadas. O mandato, oficialmente, era de um ano. Mas somente depois de dezoito anos, 1996, é que ocorreu a substituição do cargo, bem como uma alteração no período de mandato, de um para dois anos. O coordenador escolhido em 1996 permaneceu no cargo até 1999 e, de lá até 2005, foi escolhido o terceiro coordenador. Parece haver uma certa acomodação do conselho em relação a essa situação.

Quanto à participação das instituições, cabe salientar algumas incoerências significativas. Uma delas é a questão da participação com direito a voz e voto das instituições que não foram incluídas como membros do Conselho. Essa situação aparece nos momentos de deliberação por votos, quando, em algumas delas, essas instituições votam e, em outras, não. Outra incoerência aparece nos momentos de votação das instituições oficialmente incluídas no

---

Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de Jataí; Sindicato Rural de Jataí; Sociedade Ecológica de Jataí (SEJA) e Subsecção da Ordem dos Advogados do Brasil de Jataí.

[157] Associação Brasileira de Odontologia (ABO); Associação de Docente do Campus Avançado de Jataí/UFG (ADCAJ); Associação dos Açougueiros de Jataí; Associação dos Produtores de Grãos de Jataí; Câmara Municipal de Jataí; Campus Avançado de Jataí (UFG); Diocese de Jataí; Centro de Ensino Superior de Jataí (CESUT); Centro de Tradições Gaúchas (CTG); COIMBRA; Cooperativa Colméia; Cooperativa Mista dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano (COMIGO); CREA – Jataí – GO; Delegacia Regional de Ensino; ENGOPA; Centro Federal de Ensino Tecnológico (CEFET/UNED); Espíritas; Evangélicos; Fundação Educacional de Jataí (FEJ); Fundação Social Amor Exigente; Jornal Folha do Sudoeste; Prefeito Municipal de Jataí; Radio Difusora de Jataí; Regional de Saúde – OSEGO; Revista Metas; Rotaract Club; Secretaria Municipal da Cultura; Secretaria Municipal da Indústria de Jataí; Secretaria Municipal de Educação; Secretaria Municipal de Saúde; Sindicado dos Trabalhadores da Educação do Estado de Goiás (SINTEGO); Sociedade Feminina; Sociedade Mantenedora do Hospital Regional de Jataí; União das Associações de Moradores de Bairro de Jataí (UNAMBATAI) e Voluntárias de Cristo.

conselho. Em algumas reuniões votam os presentes, e em outras exige-se quorum de dois terços dos membros, mas essa exigência não aparece em momento algum no Estatuto do Conselho. Ao contrário, no estatuto, em seu art. 5º, consta que "[...] a decisão do Conselho Comunitário Municipal será aprovada pela maioria dos votos dos presentes"[158]. Essa questão deixa certa margem de dúvida em relação a momentos de conveniência em que se quer ou não deliberar sobre determinados assuntos.

Na verdade, pouco se conhece sobre a natureza e a realidade operacional desse tipo de conselho, mas um diagnóstico e uma análise do impacto de suas ações podem ser mais bem compreendidas a partir do papel do Estado e do processo de democratização da sociedade brasileira. O que por ora deve ser apreendido são os interesses que estão em jogo quando se constitui um campo como esse: representação dos interesses populacionais via instituições como clubes de serviços, por exemplo; agregação de todos os movimentos de pressão do município; atuação nas negociações entre poder público e sociedade em geral; e finalmente um poderoso instrumento de transmissão de políticas e acomodação de conflitos. Compõem esse campo as diversas instituições da sociedade civil e o poder público municipal.

### 2.1.7 O campo ecológico – Sociedade Ecológica de Jataí (SEJA)

O campo ecológico constituiu-se com a fundação da SEJA – Sociedade Ecológica de Jataí – em abril de 1985, por iniciativa da Associação Cultural de Jataí – ACJ[159]. Segundo o estatuto social, ela é uma associação civil com sede e foro no município de Jataí, vinculada à Associação Cultural, porém, com independência administrativa e normativa, mas obedecendo aos mesmos aspectos filosóficos da associação. A SEJA tem por objetivos

> a) promover a defesa do meio ambiente, para a preservação dos ecossistemas naturais em particular e, dos recursos naturais em geral; b) editar ou subvencionar publicações e revistas sobre assuntos ecológicos e conservacionistas; c) incentivar, custear ou realizar pesquisas sobre as plantas, animais, solos, águas, climas e outros componentes dos ecossistemas naturais; d) colaborar com os poderes constituídos, na realização e instituição de pesquisas, indicando as alternativas para preservação e conservação dos recursos naturais renováveis e não renováveis; e) promover

[158] Livro de ata.

[159] A Associação Cultural de Jataí é entidade autônoma, constituída para fins de: a) preservação, apoio e incentivo à valorização e à difusão da cultura em geral; b) catalogação e tombamento, em âmbito municipal e regional, das obras, objetos, documentos e edificações pertencentes ao passado histórico, artístico e cultural de Jataí; c) incentivo às criações científicas, artísticas e tecnológicas; d) defesa e preservação, para as presentes e futuras gerações, de um meio ambiente ecologicamente equilibrado, baseando-se num relacionamento de amor e respeito entre homem e natureza. Parágrafo único: A Associação Cultural de Jataí não tem fins lucrativos ou político-partidários e nem seus membros ou diretores recebem qualquer remuneração pelo exercício das funções próprias do cargo. (Estatuto da Associação Cultural de Jataí, 1989, p. 1)

> reuniões, palestras, seminários e cursos com o objetivo de conscientizar todos os segmentos da comunidade sobre os problemas advindos do desequilíbrio nos ecossistemas naturais[160].

São membros da SEJA, além dos sócios fundadores, os componentes da Associação Cultural de Jataí e todas as pessoas cujos pedidos de admissão forem aceitos pela diretoria. Os sócios têm por obrigação "[...] agir em defesa do meio ambiente de acordo com suas possibilidades"[161].

A diretoria é eleita pela, por um período de dois anos, assembléia geral por um período de dois anos e é constituída pelo presidente, secretário e tesoureiro, não podendo ser reeleitos por mais de dois mandatos consecutivos, nas mesmas funções. Suas funções são exercidas gratuitamente. As assembléias gerais são realizadas mediante convocação do presidente da SEJA, ou de dois terços dos sócios, ou ainda de maioria simples. Ela é o órgão máximo de deliberação da SEJA.

A SEJA pode instalar cobrança de anuidade para o atendimento aos seus objetivos-fins e pode ainda aceitar doações e subvenções públicas e privadas. No caso de sua dissolução, seu patrimônio reverterá em benefício da Associação Cultural[162].

Na solenidade formal de oficialização da SEJA, foi registrado que a "[...] Associação Cultural de Jataí dará apoio a SEJA a fim de que os rios e córregos do sudoeste de Goiás sejam preservados e o cerrado seja objeto de preservação de todos"[163]. A Associação Cultural desejou "[...] que a Sociedade Ecológica além de preservadora da Fauna e Flora de Goiás; seja, ainda, uma 'figueira' de células vivas para produção de bons frutos. O Sr. Binômino da Costa Lima – 'seu Meco' expressou a riqueza da ecologia do sudoeste. Registrou o número de grutas da região mencionando fatos da arqueologia"[164]. Salientou-se ainda que "[...] o quadro de Goiás é triste tendo em vista a destruição dos nossos recursos naturais. O progresso está aviltando e degradando os referidos recursos. Estamos copiando os erros de outros Estados e não estamos copiando os acertos"[165].

A SEJA surgiu então numa clara posição de contestação à forma como estava ocorrendo o desenvolvimento da região do Sudoeste goiano. O ano de seu surgimento

---

[160] Livro ata.
[161] Idem.
[162] Está previsto no estatuto da Associação Cultural de Jataí, instituição que criou a SEJA, que seu patrimônio se constituiria: a) pela contribuição ou doação inicial de seus fundadores e sócios; b) por doações, auxílios, subvenções ou outras colaborações; c) pelas contribuições das diversas categorias de sócios; d) por receitas diversas. (conferir Estatuto da Associação Cultura de Jataí, 1989, p. 3)
[163] Livro de ata.
[164] Idem.
[165] Idem.

coincide inclusive com o período em que o desenvolvimento da agricultura mecanizada se intensificou no município de Jataí. Ou seja, ela surge como forma de se contrapor ao modelo de desenvolvimento que estava ocorrendo naquele período.

Ainda na década de 1980, a SEJA posicionou-se de maneira importante nas questões referentes a dois fatos que feriam o meio ambiente e a população do município de Jataí. O primeiro deles foi o problema da poluição do córrego Jataí, em função da descarga dos dejetos feitos pelo frigorífico Frivale; o segundo foi o cercamento feito na área do 41.º Bimtz – Batalhão de Infantaria Motorizada[166] deixando sem água as pessoas residentes próximas à área, que dependiam dessa água para sua subsistência.

Como nesses casos, a SEJA atuou em vários outros, procurando, conforme enfatiza um presidente da entidade ao fazer a transferência de cargo numa solenidade de posse de nova diretoria, desenvolver as seguintes atividades: "[...] inúmeras palestras proferidas [...] nos colégios e em reuniões; [...] denúncias e corrigendas de coisas que ferem a ecologia; [...] aquisição da área do 'mato do açude' doação da Prefeitura Municipal; [...] realizações de dois 'Encontros Ecológicos' em Jataí; [...] doação que a SEJA conseguiu do Projeto arquitetônico das construções da área da SEJA"[167].

Ela teve atuação decisiva, na década de 1990, na doação de espaço da Mata do Açude para a realização do que veio a ser denominado CPA-JB – Centro de Pesquisa Ambiental e Jardim Botânico. Para a SEJA, por meio desse centro, seria possível a realização de várias atividades pertinentes aos objetivos da instituição, principalmente no que se refere à pesquisa. Além disso, seria uma maneira de

> [...] cobrar dos filhos de nossa terra, nossa querida cidade abelha, tenha seu devido apreço, porque somente através de nós que conseguiremos realmente levantar esta bandeira, cujo teor alcança as mais altas estimas, de poder saber que brigamos por uma causa justa e preventiva à todos aqueles que não respeita as leis da natureza[168].

Observou-se, entretanto, que, apesar dos grandiosos e nobres objetivos iniciais da SEJA, o que ocorreu foi que, no transcorrer do tempo, especialmente do final da década de 1990 em diante, ela assumiu um caráter menos idealista, ou, mais utilitarista. Mudou as preocupações ambientais de macro a micro. Passou de um discurso de preservação dos ecossistemas naturais, preservação e conservação de recursos renováveis e não renováveis,

---

[166] Essa área de mais de cem alqueires goianos localiza-se na região sul da cidade, fato que impediu o desenvolvimento populacional para aquele lado da cidade. Aos olhos de alguns o impedimento do crescimento da cidade foi maléfico, mas, de outros, ao menos essa área está preservada.
[167] Livro de ata.
[168] Idem.

para um discurso de educação ambiental. Ou seja, deixou de "[...] criar um espírito ecológico na comunidade"[169], para criar uma educação ambiental.

Um fator dificultou as análises da SEJA. Em seu livro ata aparecem registradas poucas reuniões entre o período de 1985 a 1999. Segundo informações de outros meios de comunicação, como Folha do Sudoeste, por exemplo, ela não parece ter cessado por completo suas atividades; apenas parece ter parado de registrar. É evidente que o fato de não registrar as informações pertinentes a suas realizações suscita algumas questões. Uma delas é que, devido à desmobilização de seus membros, as reuniões passaram a ser esporádicas, sendo que nem sempre estavam com o livro de atas para os devidos registros. Outra questão remete a eventos realizados em parceria com outras instituições, motivo que provavelmente levou ao não-registro das atividades. Uma terceira, pior e mais provável,[170] pode estar ligada a uma possível desativação da instituição motivada pelo fato de que não há mais nada a se fazer na região no que se refere à preservação ambiental[171], como noticia o jornal de Goiânia *O popular*, em dossiê sobre o cerrado goiano, assinado por Marília Assunção. Ela denuncia que o desrespeito flagrante e fraudes grosseiras têm dilapidado um dos patrimônios naturais mais importantes do Brasil: as reservas legais de cerrado que deveriam corresponder a 20% de cada imóvel rural. O "Cerrado praticamente esgotou-se no sudoeste subjugado pelas grandes lavouras de cana e soja"[172]. Ela continua sua denúncia afirmando que o efeito prático de ações ilegais passam impunes, porque os proprietários rurais driblam a fiscalização ao averbar em cartório áreas preservadas que já não existem, ou áreas de vizinhos como se fossem suas. A fiscalização é frágil, e a falta de dados, como a localização geográfica da reserva, facilita esse tipo de fraude.

Na região do Sudoeste, a mais devastada, centenas de reservas legais estão averbadas no papel, mas na verdade desaparecem em praticamente todos os municípios, exigindo a aquisição de áreas extrapropriedades[173]. Esse recurso é permitido pelo Decreto 5.392/2001. Ele prevê a compensação da reserva legal por compra ou arrendamento de área

---

[169] Idem.

[170] Os dados coletados levam a crer que a hipótese mais aceitável é esta última, já que todo o acervo de arquivo existente da SEJA se encontra no momento, 2006, sob a tutela do Museu Histórico de Jataí. Para estudá-los tive que obter autorização do Sr. Binômino da Costa Lima (Seu Meco), atual responsável pela instituição, o qual informou que a SEJA se encontra praticamente desativada.

[171] Embora os dados da pesquisa indiquem a quase total desativação da SEJA entende-se aqui que se faz importante mantê-la como objeto de estudo, porque é a única voz no Sudoeste goiano, entre os municípios pesquisados, que se manifestou, de alguma maneira, contra o modelo de desenvolvimento agrícola implementado na região.

[172] O popular, Goiânia, 04 de setembro de 2005, p. 1, Suplemento Cerrado.

[173] Somente em 2004 foram averbadas, em Goiás, 34 mil hectares de reservas extra-imóveis como forma de compensar áreas ambientais devastadas.

equivalente a 25% do imóvel explorado, se for na mesma microrregião, e a 30%, se for na mesma bacia hidrográfica. O problema é que a aquisição de reserva extrapropriedade permite que uma reserva legal, em um lugar, seja substituída por outra, em outro lugar, a cerca de 700 quilômetros de distância. Isso pode gerar um cenário de regiões totalmente devastadas de um lado e, de outro, de áreas preservadas. Os agricultores adquirem essas áreas de reserva fora do imóvel para "ficar de bem com a lei"[174], embora admitam que o problema tenha-se agravado na região como resultado de uma mentalidade de uso agressivo do solo. "[...] a mentalidade da maioria não mudou. Muitos ainda correm só atrás de expandir. Nem há mais o que desmatar, os córregos assorearam e os habitats naturais dos animais silvestres foram destruídos"[175], lamenta um agricultor.

A jornalista signatária da matéria indica estudos que apontam que 73% do cerrado nativo de Goiás já se foram. Segundo Novaes, nas recentes discussões da Agenda Goiás, promovidas em Jataí pela Organização Jaime Câmara, mostrou-se, entre outras coisas, que a região do Sudoeste do Estado, com 18% do território, tem hoje 9% de remanescentes da vegetação originária – 2,89% em Santa Helena, 4,77% em Montividiu, 2,3% em Rio Verde[176]. Se não há praticamente mais nada a preservar, ou a SEJA perde o seu caráter de existência, ou assume uma função utilitarista, o que parece não estar sendo o caso. No entanto, enquanto existiu, defendeu seus interesses no campo: preservação do meio ambiente e contestação do modelo de desenvolvimento agrícola. No outro pólo do campo, estabelecem tensões os agricultores – proprietários ou não de terras que possuem interesses no campo voltados para a devastação do meio ambiente e o avanço desse modelo de desenvolvimento agrícola. Destacam-se, então, como componentes do campo ecológico: a SEJA representando um grupo de ecologistas, e os agricultores – proprietários ou não de terras. As ações desencadeadas por esses agentes nesse campo serão tratadas no capítulo seguinte.

## 2.2 A DISPUTA NO CAMPO DA MODERNIZAÇÃO AGRICOLA: "o nome do homem virou pai e pão nosso [...] a força do nome foi indo não coube mais nas redondezas e transbordou-se a outras plagas e vai germinando pelo mundo afora assombrosamente"

Observando o exposto acima e considerando a Teoria da Prática de Bourdieu, é pertinente, de fato, empregar o modo de pensar relacional ao espaço social dos que produzem

[174] O Popular, Goiânia, 04 de setembro de 2005, p. 1, Suplemento Cerrado.
[175] Idem.
[176] O Popular, Goiânia, 08 de setembro de 2005, p. 6, Opinião.

o campo da modernização agrícola. Para esse autor, não podemos compreender o que ocorre a não ser que situemos cada agente ou cada instituição em suas relações objetivas com todos os outros. É no horizonte particular dessas relações de forças específicas, e de lutas, que esses agentes têm por objetivo conservá-las ou transformá-las; que se engendram as estratégias dos produtores, a forma de arte que defendem, as alianças que estabelecem, as escolas que fundam, e isso por meio dos interesses específicos que são aí determinados.

As estratégias dos agentes que estão envolvidos no campo dependem da posição que eles ocupam na estrutura do campo, isto é, na distribuição do capital simbólico específico, institucionalizado ou não. Por meio da mediação das disposições constitutivas de seus *habitus,* inclinam-se, seja a conservar, seja a transformar a estrutura dessa distribuição, logo, a perpetuar as regras do jogo ou a subvertê-las. As estratégias de luta dependem também do estado da problemática legítima do espaço de possibilidade herdado de lutas anteriores, que tende a definir o espaço de tomadas de posição possíveis e a orientar a busca de soluções e, em conseqüência, a evolução da produção.

Nota-se pelo exposto acima que, no campo da modernização agrícola, existe o espaço de lutas herdadas de lutas anteriores. Já no processo de ocupação da fronteira houve uma substituição de valores sociais e crenças do *caipira* tradicional pelos valores definidos pela presença do capital e da economia de mercado.

Com a substituição de espaços de referência do *caipira* para o fazendeiro empresário, houve a indução à modernização, à mudança social. Esse é o espaço de luta anterior que desencadeia e define o espaço de posições ocupado pelos agentes no campo da modernização agrícola. Os agentes possuidores de capitais necessários ao investimento no campo conservaram-se, como os fazendeiros empresários que se organizaram em torno dos Sindicatos Patronais buscando unicidade para assegurar sua posição no campo. Utilizam-se de seus capitais, econômico e político, para investir no campo, mudando a estrutura fundiária da região. Unem-se, para o fortalecimento no campo, ao constituírem o sistema cooperativista com a fundação da COMIGO, que por sua vez, utiliza-se de capital externo para maior fortalecimento. Bourdieu (1996) fala que o Estado tem a capacidade de regular o funcionamento dos diferentes campos por meio de intervenções financeiras. Nesse caso específico, como já visto anteriormente, o Estado foi o grande regulador do funcionamento do campo da modernização agrícola até a década de 1940. Foi ele também o principal responsável pela injeção de capital na COMIGO, sendo que os maiores beneficiários foram os fazendeiros proprietários cooperados.

Mecanismos extremamente complexos são utilizados para reproduzir a distribuição de capitais e, como conseqüência, para reproduzir também a estrutura do espaço social. As duas dimensões fundamentais do espaço – distribuição dos agentes de acordo com o volume global de capital possuído e o peso relativo do capital global no conjunto do patrimônio – correspondem a mecanismos de reprodução diferentes cuja combinação define o modo de produção. Isso faz com que o capital puxe o capital e com que a estrutura social tenda a perpetuar-se. A estrutura de distribuição de capitais dá-se na relação entre as estratégias utilizadas. A base das estratégias de reprodução é a perpetuação de um agente com todos os poderes e privilégios.

Na concorrência desses poderes e privilégios, ainda investem seus capitais agentes como a Diocese de Jataí. O capital aí investido não é o econômico ou o político, mas o social, o cultural, o religioso e o simbólico. A Diocese de Jataí entra no campo investindo seus capitais nessa luta concorrencial. Para isso, ela utiliza de metodologias de convencimento de que o processo de modernização agrícola trará prosperidade para a região. Assim, ela investe tanto na sua expansão física quanto espiritual para aumentar seu leque de aceitação por parte dos fiéis já que sua ação objetiva formar uma idéia ou consciência a favor da modernização. Suas estratégias vêm para assegurar, consolidar e manter a reprodução dentro do seu próprio campo e do campo da modernização agrícola.

Agentes como a ACIRV e o CCJ também passam a compor o campo como agentes indispensáveis. O primeiro porque dá maiores condições de expansão do campo por meio da seqüência na cadeia produtiva baseada nos segmentos da indústria e do comércio; e o segundo porque atua objetivando assegurar as mudanças necessárias ao amplo processo de transformação exigido pelo campo da modernização agrícola.

Entretanto, o campo mantém uma ordem preexistente, isto é, separa entre os agentes dotados de quantidades desiguais de capital. Por meio de uma série de seleções, ele separa os detentores de capitais herdados, como é o caso da classe ligada aos sindicatos patronais daqueles que não o possuem, Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, sendo que, quando as diferenças ocorrem de acordo com o capital herdado, a tendência é manter as diferenças sociais preexistentes.

Os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais entram no jogo sem herança de capitais. Ou seja, precisam fazer seu investimento de acordo com o interesse do campo. A noção de interesse coloca-se como instrumento de ruptura com uma visão encantada e mistificadora das condutas sociais. Em um primeiro sentido, a palavra interesse teria o significado de estar no jogo. Interesse é estar em, participar, admitir, portanto significa que o jogo merece ser jogado

e que os alvos engendrados no e pelo ato de jogar merecem ser perseguidos; é reconhecer o jogo e reconhecer os alvos, um investimento. Todo campo social tende a obter daqueles que entram no jogo essa relação com o campo. Eles podem querer inverter as relações de força no campo, mas, por isso mesmo, reconhecem os alvos. Querer fazer a revolução em um campo é concordar com o essencial do que é tacitamente exigido por esse campo, a saber, que ele é importante; que o que está em jogo aí é tão importante a ponto de se desejar fazer a revolução.

A importância dessa classe reside, da parte de quem detém maior capital no campo, na procura de mão-de-obra; e da parte de quem detém menor capital, na oferta dessa mão-de-obra. Ocorre, assim, uma inversão na importância do investimento. Sem a mão-de-obra, os primeiros não conseguem empreender sucesso no campo, e os segundos não conseguem sobreviver no campo. Num dado momento dessa luta, os que detêm menor capital invertem ou subvertem a ordem quando impõem demandas como a posse da terra, via reforma agrária, por exemplo. E nessa luta concorrencial os agentes vão alternando os diferentes tipos de investimentos para se estabelecerem no campo.

Cada agente, porque ocupa uma posição em um espaço ou em um campo de forças, só existe e subsiste sob as limitações estruturadas do campo. Ele não pode deixar de situar-se, distinguir-se. Ao entrar no jogo ele aceita as limitações e as possibilidades inerentes ao jogo, que se apresentam a ele, como a todos aqueles que tenham a percepção desse jogo, como possíveis,[177] dotados de uma maior ou menor pretensão de existir. As tensões entre as posições constitutivas da estrutura do campo são também o que determina sua mudança; o resultado dessas lutas nunca é completamente independente de fatores externos. Assim, as relações de força entre os velhos e os novos ou modernos dependem do estado das lutas externas e do reforço que uns e outros possam encontrar.

Entre pessoas que ocupam posições opostas em um campo, e que aparecem radicalmente opostas em tudo, observa-se que há um acordo oculto e tácito a respeito do fato de que vale a pena lutar a respeito das causas que estão em jogo no campo. Cada campo impõe um preço de entrada tácito, um investimento, que é tanto condição quanto produto do funcionamento do campo. Existem tantos tipos de investimentos quanto de campos. A SEJA parece ter tido possibilidade de pouco investimento na sua entrada no campo. Como essa é uma condição do campo, talvez em função disso, ela tenha tido dificuldades de luta dentro dele.

[177] Para Bourdieu (1996), o espaço de possíveis funciona como uma espécie de sistema comum de coordenadas que faz com que uns estejam situados em relação aos outros.

Dentro do campo existe um espaço de relações de força entre os diferentes tipos de capitais ou, mais precisamente, entre os agentes suficientemente providos de um dos diferentes tipos de capital para poderem dominar o campo correspondente. Suas lutas se intensificam sempre que o valor relativo dos diferentes tipos de capitais é posto em questão, especialmente quando os equilíbrios estabelecidos no interior do campo, entre instâncias específicas encarregadas de reprodução do campo, são ameaçadas. A SEJA parece ter sido um agente de ameaça no campo, diferente dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, porque estes últimos tinham capital para se estabelecer no jogo dentro do campo, enquanto que a SEJA não participou com um capital de interesse do campo.

Os agentes sociais não são submetidos a forças mecânicas e nem são sujeitos conscientes e conhecedores obedecendo a razões e agindo com pleno conhecimento de causa. Eles atuam e sabem de um sistema de preferências, de princípios e de visão e de divisão de estruturas cognitivas – o *habitus*. Ele é uma espécie de senso prático do que se deve fazer em dada situação. Aqueles que podem fazer uma melhor escolha obtêm o melhor lucro de seu capital. Cada um dos agentes, para existir, é impulsionado a participar de um jogo que lhe impõe esforços e sacrifícios imensos.

Os agentes sociais não agem de maneira disparatada; eles não praticam gestos ou ações sem sentido. Eles podem conduzir-se de tal maneira que, em uma avaliação racional das possibilidades de sucesso, pareça a razão desse fazer. Há uma razão para eles fazerem o que fazem, razão que se deve descobrir para transformar uma série de condutas aparentemente incoerentes em uma série coerente, em algo que se possa compreender a partir de um princípio único ou de um conjunto coerente de princípios. Os agentes não realizam atos gratuitos. Isso será abordado no próximo capítulo.

# 3 PRÁTICAS EDUCATIVAS NO CAMPO DA MODERNIZAÇÃO AGRICOLA: "o zeca que metamorfosicamente saiu das estagnadas fossas do atraso [...] penetra nas brumas de tempestades de dinheiro – multiplicou-se inesperadamente em ocupações dinâmicas e crescentes"

> [...] não bastou o arrojo da maquinaria – escancara a boca destes rincões com a ousadia volumosa e variada de tantas construções
> sendo homem de alta categoria tem o dever de morar em casa apresentável e a safra não podia pegá-lo desprevenido na condição de agricultor mesquinho
> vendo-se intuído e estimulado a construir habitações à safra prometedora – barracões paióis tulhas abrigo aos peões e preparar uma criação volumosa de porcos formando as bases geradoras de elementos de alto consumo
> *o zeca que metamorfosicamente saiu das estagnadas fossas do atraso* onde a preguiça inventa manhas treiteras e todas as espécies de doenças incuráveis *penetra nas brumas de tempestades de dinheiro – multiplicou-se inesperadamente em ocupações dinâmicas e crescentes*
> os mais chegados à casa enchiam a cabeça da nega de planos desastrosos e idéias de derrota improrrogável – sendo que ela por si só já não cabia em si de contrariedade inda mais que havia por cima desses sacrifícios o zeca a aporrinhá-la pra que fosse dar à luz no hospital
> pra que esta bobagem quantas vezes adoeceu só e deus sem ter uma vivalma a dar banho na criança – o que faltava pro burro inventar era esta maçada
> vai ser besta pralá e a pobre parteira pode levar isto a mal
> mulher de ouro não vai de maneira nenhuma magoar ela
> cedeu-se à vaidade do marido e embarcou para o hospital – foi achando ruim mais foi quase morreu de vergonha dos doutores e o pior é que a mandaram ao banheiro no outro dia
> – banho frio de matar qualquer cristão
> entrou para o banho como se entrasse para o túmulo sentindo a carícia fria da morte arfar nas mãos congeladas de medo – medo escondido na vergonha ou bobagem – o acanhamento espatifou-a estampificada numa santa muda diante das perguntas e em crianças meiga sob as ordens destas que se derretem ao menor gesto imperativo
> *gente da roça panhou na cidade não vale nada* – perde a coragem e a graça o jeito de andar e falar inda mais ela coitada que nasceu e cresceu entre bichos e árvores distância e isolamento – durante toda a vida veio à cidade umas quatro vezes e mesmo assim em apenas uma destas desceu ao centro cá no meio das novidades e no grosso da civilização
> acostumada em casa ficar na cama comendo sopa de galinha quatro dias
> veja só as enfermeiras fizeram-na comer comida de sal no outro dia
> cobram dinheirão pra ameaçá-la de morte
> – *seja feita a vontade de Deus!* (ARANTES, 1975, p. 60-69, grifo meu).

As transformações no campo da modernização agrícola impuseram também mudanças na cultura. O que é cultura, como é sua relação com a vida social e como ela se entrelaça com a educação será refletido neste capítulo.

Segundo Brandão (2002), a cultura configura o mapa da própria possibilidade da vida social.

> Ela não é a economia e nem o poder em si mesmos, mas o cenário multifacetado e polissêmico em que uma coisa e outra são possíveis. Ela consiste tanto de valores e imaginários que representam o patrimônio espiritual de um povo, quanto das

> negociações cotidianas através das quais cada um de nós e todos nós tornamos a vida social possível e significativa. (p. 24)

Ele reforça que a razão de ser da cultura é também a evidência de tudo o que se passa no âmbito daquilo que se dá o nome de educação.

> A educação é, também, uma dimensão ao mesmo tempo comum e especial de tessitura de processos e de produtos, de poderes e de sentidos, de regras e de alternativas de transgressão de regras, de formação de pessoas como sujeitos de ação e de identidade e de crises de identificados, de invenção de reinvenção de palavras, valores, idéias e de imaginários com que nos ensinamos e aprendemos a sermos quem somos e a sabermos viver com maior e mais autêntica liberdade pessoal possível os gestos de reciprocidade a que a vida social nos obriga. (p. 25)

O autor lembra que, ao falar da relação entre cultura e educação, é preciso lembrar que "nós somos seres aprendentes" (p. 25) somos os únicos seres para quem a aprendizagem representa quase tudo o que um indivíduo precisa saber para vir a ser uma pessoa humana em sua vida cotidiana. Ou seja, somos "seres do aprendizado, logo, da educação" (p. 25).

A educação é o nome dado ao milagre do aprendizado, já que ele é progressivo e resulta em um

> [...] processo de interação de saberes em graus e modos sempre mais amplos e profundos; não são necessariamente restritos a ciclos restritos de vida, podendo acompanhar a pessoa ao longo de toda a sua vida; são sempre o resultado da interação significativa da pessoa com ela mesma, de pessoas entre elas, como sujeitos sociais e como categorias diferenciais de sociabilidade, e de pessoas com sistemas e estruturas de símbolos e de significados (BRANDÃO, 2002, p. 26).

Nessa ótica, educar é criar cenários, cenas e situações em que, entre as pessoas *aprendentes*, símbolos sociais e significados da vida e do destino possam ser criados, recriados, negociados e transformados. "Aprender é participar de vivências culturais em que, ao participar de tais eventos fundadores, cada um de nós se reinventa a si mesmo." (p. 26)

Loureiro (1988) destaca que, segundo o pensamento dominante, educação significa estudo, pois a educação escolar é o tipo hegemônico na sociedade; a história da educação no Brasil é geralmente reduzida à história da instituição escolar. Entretanto, ela não significa apenas história da educação escolar, mas também história realizada por outras agências educadoras. Ao reduzi-la à história da escola, restringem-se os atores, escreve-se a história da educação de uma classe como se fosse a da educação de toda uma sociedade. Segundo Caldart (2000), o sujeito educativo não precisa necessariamente ser uma pessoa, e muito menos estar na escola. "Uma fábrica pode ser olhada como um sujeito educativo; da mesma forma um

sindicato, um partido, as relações sociais de produção, um movimento social." (p. 201) A prática das famílias, das igrejas, dos sindicatos e associações, das cooperativas e outras, também são educativas.

Para compreender essas práticas educativas é preciso ampliar a abrangência do campo educacional e adquirir uma nova concepção de educação.

> A educação não é uma ação exclusiva do sistema escolar [...] *educação é antes de tudo, formação de consciência, aquisição de conhecimento do real, aquisição essa que se faz em sociedade***.** Os homens educam-se, adquirem consciência, na relação que estabelecem entre si e com a natureza em condições concretas de vida. A educação, portanto, faz-se, não só na prática escolar, mas nas diversas práticas. (LOUREIRO, 1988, p. 20, grifo meu)

Interessa aqui evidenciar a educação elaborada a partir das estratégias de ação utilizadas pelos agentes coletivos nos seus respectivos campos e no campo da modernização agrícola. São as ações dos agentes coletivos que serão tomadas aqui como educação. A ação desses agentes coletivos é prenhe de intencionalidade, de significações históricas e sociais, constitutivas e constituintes das relações que eles estabelecem entre si. É nessas ações que são reveladas as suas docências. É nelas que os agentes estabelecem estratégias que asseguram ou não a reprodução e manutenção de seu papel. Elas é que revelam o apoio dado ao avanço da modernização agrícola. É nas ações educativas dos agentes coletivos que é possível perceber se agiram numa perspectiva de reprodução ou de contestação do processo de modernização agrícola no Sudoeste goiano.

## 3.1 ESTRATÉGIAS EDUCATIVAS NA AÇÃO COLETIVA: "seja feita a vontade de Deus!"

São várias as estratégias de apoio, manutenção, reprodução ou conformação que um agente pode utilizar. Quais são elas e como elas são utilizadas são questões determinantes para se perceber o nível de reprodução ou conformação, ou ainda de formação, de uma consciência a favor ou contra determinado sistema, como será visto agora.

### 3.1.1 O campo religioso – Diocese de Jataí

Particularizando o campo religioso, passa-se agora a conhecer as estratégias de ação utilizadas na disputa concorrencial dentro dele com o intuito de assegurar a sua

manutenção/reprodução. A mais importante estratégia utilizada pela Diocese de Jataí são os denominados instrumentos do apostolado[178] utilizados para a formação da consciência da população. Dentre os instrumentos do apostolado estão: as obras de promoção humana (assistência social, escolas e centros de treinamento); as reuniões pastorais diocesanas; os cursilhos de cristandade; as emissoras radiofônicas e os boletins informativos/jornais.

Dentre as obras de promoção humana, uma das primeiras ações desempenadas pelo Bispo Dom Benedito foi a atuação na assistência social. Fundou em 1962, em Jataí, uma obra de caridade diocesana, lar e creche para crianças necessitadas – o Lar e Creche João XXIII. Em 1965, fundou a Clínica Infantil Dona Angelina Cóscia com o intuito de promover uma campanha contra verminose nas crianças. Essa foi uma iniciativa pioneira de medicina preventiva tornando-se rapidamente conhecida para além das fronteiras da Diocese[179]. Em função do sucesso desse programa, a Diocese, em 1969, recebeu como doação uma ambulância que foi batizada como Unidade Sanitária Ambulante Dona Emma. Essa ambulância levava vacina para crianças de todas as localidades da Diocese.

Essa ação desencadeou a criação de uma nova mentalidade a respeito da ação comunitária que oferecia soluções para os males da sociedade, "[...] mentalidade esta que em Jataí pode ser citada como fruto, em grande parte, do programa iniciado e levado a efeito por Dom Benedito"[180]. Pode-se citar como exemplo disso o apoio dado pelo Bispo para um grupo de mulheres chamadas "As Amigas de Jataí", para criação do Lar e Creche Sant'Antônio da Ilha dos Bambus, em 1968. Essa foi uma "[...] prova permanente de que, devidamente motivados e orientados, os particulares poderão fazer muito para eliminar da sociedade as causas das injustiças sociais e diminuir os sofrimentos que provêm das desigualdades da sorte"[181].

Os "Homens de Jataí", que também era um grupo organizado para promover empreendimentos de significado comunitário, foi organização igualmente inspirado e movimentado por Dom Benedito. Esse grupo se organizou informalmente entre homens de todas as classes sociais, todas as crenças e todos os partidos políticos, para examinar e procurar soluções para alguns problemas mais prementes da comunidade. Reunindo-se com maior ou menor regularidade, conforme se sentia necessidade, houve um período em que o grupo esteve muito ativo. "Dirigiu-se a tais assuntos como a reorganização do Hospital Regional de Jataí, a implantação dos benefícios cabíveis aos inscritos no Instituto Nacional de

[178] Conforme classificação feita pelo Bispo Dom Benedito nos relatórios qüinqüenais.
[179] Conferir Folheto Igreja de Jataí (1971).
[180] Idem (p. 23).
[181] Idem.

Previdência Social (INPS), a revitalização do sindicato rural de Jataí, e vários outros."[182] De excepcional importância foi a sua atuação em trazer para Jataí o posto de saúde da OSEGO, para o qual a Diocese doou quatorze lotes urbanos do seu patrimônio onde foi construído e instalado o pavilhão para atender aos pacientes.

Em 1971, a Diocese já possuía as seguintes obras religiosas de cunho social:

Quadro 14 – Obras sociais da Diocese de Jataí.

| Município | Obras Religiosas |
|---|---|
| Jataí | -Lar e Creche João XXIII.<br>-Clínica Dona Angelina Cóscia.<br>-Lar e Creche Sant'Antônio da Ilha dos Bambus.<br>-Unidade Sanitária Ambulante Dona Emma.<br>-Cáritas Diocesana.<br>-Vila Ozanam<br>-Clínica Infantil Frei Juliano.<br>-Lar de Cristo. |
| Rio Verde | -Ambulatório Assistencial São José.<br>-Vila Vicentina. |

Fonte: Folheto publicado pela Diocese de Jataí.

Em 1991, além dessas obras assistenciais já aparecem em Jataí as Creches Santa Rosa e Sant'Ana. Em Rio Verde, as Creches Amor de São Francisco e Projeto Adolescente João XXIII. Em Santa Helena, a Creche Santo Antônio de Pádua, Associação Nova Esperança e Lar dos Velhos São Vicente de Paula.

Foi graças a uma série de ações, entre elas a uma eficaz ação social, que as condições da Diocese passaram de "[...] uma igreja sem prestígio, sem recursos, sem moral [...] a sadia"[183]. Além de melhorar a imagem da Igreja e, de prestar um serviço assistencial aos mais carentes, ela procurou ainda, com essas ações sociais, suplantar os adversários da Igreja no Sudoeste, que utilizavam desses artifícios antes mesmo de a Diocese se fortalecer na região.

Outra ação relacionada à promoção humana foi a preocupação com campo da educação formal, a partir da qual houve a constituição de algumas escolas na década de 1970. Ensino primário: Instituto São José e Escola Primária Nossa Senhora do Bom Conselho, em

[182] Idem.
[183] Idem (p. 5).

Jataí, e Escola Paroquial Santa Helena, em Santa Helena. Ensino Médio: Ginásio Nossa Senhora do Bom Conselho e Escola Normal Nossa Senhora do Bom Conselho, em Jataí.

O Colégio Nossa Senhora do Bom Conselho foi dirigido pelas Madres Agostinianas. "Instituto tradicional da comunidade [...] geralmente as famílias mais abastadas matriculam as suas filhas nessa escola, a qual contudo não deixa de educar gratuitamente bom número de meninas e moças pobres."[184] O Instituto São José foi dirigido pelas Irmãs de São Vicente de Paula e funcionava em três turnos. "[...] a sessão noturna é principalmente adultos – muitos deles, pais e mães de família – que nunca tiveram oportunidade de receber instrução formal."[185] A Escola Paroquial Santa Helena, sob a orientação das Irmãs Franciscanas de Maria Imaculada, "[...] é um importante elemento na vida da movimentada Paróquia em Santa Helena de Goiás"[186]. Abrange cursos primários para ambos os sexos e "[...] além de instrução nas disciplinas profanas, há grande ênfase na formação religiosa"[187].

As religiosas da Diocese, além de dirigirem as escolas, ajudam a fortalecer um sistema de ensino que se cria um ambiente propício como preparação para o anúncio do Evangelho. Elas estiveram à frente das 3 escolas, que ainda estão em funcionamento até o momento – 2006 –, tanto o ensino fundamental como o ensino médio.

A terceira importante obra relacionada à promoção humana foi a ereção dos centros de treinamento. Nasceu aos poucos a idéia de fundar um centro de treinamento de lideres leigos para influenciar "[...] homens e mulheres, realmente imbuídos da luz do Evangelho"[188]. Aliada a essa iniciativa, houve o impulso dado à atuação da Igreja com o "aggiornamento" levado a efeito pelo Concílio Vaticano II, convocado, em 1962, pelo papa João XXIII. Em função disso, os bispos goianos elaboraram um programa de ação que continha, entre outras idéias, a de estabelecer em toda a região centros de treinamento. Esses centros visavam "[...] capacitar os fiéis de Goiás para receberem as grandes linhas pastorais propostas pelo concílio e colocar nas mãos dos bispos um instrumento para execução do plano pastoral"[189].

O primeiro centro de treinamento da Diocese foi o Instituto Espírito Santo, que entrou em funcionamento em 1966, e já nesse ano verificou-se o seguinte movimento: 174 atividades realizadas com participação de 7.701 pessoas. O quadro de atividades incluía congressos, cursos, reuniões, simpósios e palestras, versando sobre assuntos diversificados,

[184] Relatório (1973, p. 19).
[185] Idem (p. 19).
[186] Idem.
[187] Idem.
[188] Igreja de Jataí (1971, p. 32).
[189] Idem.

como "[...] a preparação para o matrimônio, artes domésticas e femininas, orientação para mães gestantes, catequese, habilitação de professores de alfabetização, problemas sindicais"[190], enfim uma infinidade de temas que visavam ao bem comum e ao aproveitamento de potências latentes na comunidade.

O instituto descobriu e abriu frentes de serviço para todas as classes da população. No campo de obras para a comunidade, por exemplo, trabalhos significativos foram realizados nos setores de saúde pública, de justiça social, de assuntos ligados com problemas rurais, treinamento de lideres leigos, formação de empregadas domésticas, entre outros. No âmbito da evangelização e da pastoral, o instituto oferecia acomodações para os cursilhos de cristandade, curso para os noivos, reuniões e congressos pastorais, escola de dirigentes de cursilho e encontros catequéticos.

O Instituto Espírito Santo gozou de grande estima em todo o Estado. Era o único do gênero no interior do Sudoeste. "[...] funciona como uma espécie de universidade popular, com cursos, palestras que surgem das atuais necessidades e desejos do povo."[191] O trabalho realizado por esse instituto mostrou as grandes possibilidades dessa nova forma de ação da Igreja.

Com o desenvolvimento do programa, foi preciso ampliar as instalações do Instituto Espírito Santo, que foram concluídas em 1970. O valor do centro diocesano de treinamento tornou-se tão evidente que influenciou a expansão do modelo para outros municípios da Diocese. Em 1967, foi inaugurado o Instituto Paroquial São José em Quirinópolis; em 1971, o Centro de Treinamento João XXIII em Rio Verde. "[...] o centro rioverdense oferece ótimas facilidades para o desenrolar de atividades de tôda espécie, visando a preparação de adultos para a liderança – moral, espiritual, cívica – dentro daquela pujante área da diocese."[192]

Em Santa Helena, em 1971, iniciou a construção de mais um centro de treinamento. A prefeitura cedeu o terreno para construção desse centro, que passaria a

> [...] servir a comunidade daquela região que tanta importância está ganhando pelo motivo da sua acelerada expansão agrícola [...] o Brasil descobriu recentemente o despercebido valor das terras daquela região; e agora para lá está confluindo uma gigantesca onda de exploração e especulação[193].

[190] Idem.
[191] Relatório (1973, p. 5).
[192] Igreja de Jataí (1971, p. 33).
[193] Idem.

Em função disso, a Diocese preocupou-se também com os graves males que subitamente estavam infestando a comunidade santelenense. O planejado instituto veio para exercer uma benéfica influência sobre o futuro desenvolvimento pela atuação de lideres formados à luz do Evangelho. Os recursos para construção desse centro vieram de um vigário da região que deixou uma extensa fazenda com a expressa finalidade de patrocinar esses centros educacionais.

Em 1973, foram inaugurados os Centro de Treinamento Sant'Agostinho, em Mineiros, e o Instituto Dom Damiano, em Santa Helena. Este logo começou "[...] a ser palco de grande atividade pastoral, promocional e social"[194]. Para a Diocese, os três municípios, objeto dessa pesquisa – Jataí, Rio Verde e Santa Helena – "[...] figuram entre os dez polos de maior prosperidade em todo o vasto Estado de Goiás, e os centros foram estabelecidos justamente no auge do desenvolvimento"[195].

Para se ter uma idéia da abrangência de atividades bem como de participação nas atividades desenvolvidas por esses centros, pode-se observar os relatórios do movimento do Instituto Espírito Santo elaborado anualmente pela Diocese, conforme quadro abaixo.

[194] Idem (p. 33).
[195] Relatório (1973, p. 12).

Quadro 15 – Balanço do movimento do Instituto Espírito Santo.

| Ano | Nº. de atividades | Nº. de participantes |
|---|---|---|
| 1966 | 35 | 1.079 |
| 1967 | 155 | 2.623 |
| 1968 | 360 | 6.375 |
| 1969 | 315 | 8.037 |
| 1970 | 283 | 10.196 |
| 1971 | 239 | 9.715 |
| 1972 | 268 | 10.454 |
| 1973 | 266 | 8.768 |
| 1974 | 242 | 10.214 |
| 1975 | 268 | 9.573 |
| 1976 | 196 | 7.974 |
| 1977 | 200 | 8.664 |
| 1978 | 283 | 9.058 |
| 1979 | 369 | 9.362 |
| 1980 | 430 | 11.783 |
| 1981 | 325 | 9.562 |
| 1982 | 284 | 7.992 |
| 1983 | 215 | 6.593 |
| 1984 | 235 | 6.639 |
| 1985 | 223 | 7.000 |
| 1986 | 234 | 9.185 |
| 1987 | 189 | 7.336 |
| 1988 | 282 | 9.278 |
| 1989 | 325 | 12.116 |

Fonte: Relatório (1979); Anexo Boletim da Diocese de Jataí (1974, p. 3); Boletim da Diocese de Jataí (1991, p. 2).

Esses relatórios apresentam ainda um apanhado de atividades promovidas pela Diocese nesses centros de treinamento: encontros vocacionais; cursilhos de cristandade; treinamento de lideranças jovens; retiro para jovens, adultos, religiosos, sacerdotes; curso para formação de catequistas, para candidatos ao diaconato permanente; reunião de conselho presbiterial dos coordenadores da pastoral, para planejamento de campanhas; e outras atividades de cunho religioso. No campo de promoção humana, são realizados cursos como: para noivos, para empregadas domésticas, relações humanas na família e no trabalho, manicure, pedicure, pintura, enfermagem, alimentação escolar, confecção de vários artigos decorativos e comemorativos, arte culinária, plantação de hortaliças, tratoristas, eletricistas,

preparação de solo, inseminação artificial, vacinação de gado, máquinas agrícolas (manutenção e operação), e até para parteira. Além desses, o Instituto Dom Damiano, em Santa Helena, cede espaço para a realização de: simpósios agrícolas, reuniões de agrônomos, encontros de clubes de serviços e encontros com pesquisadores de assistência técnica e produtores para elaboração do plantio do algodão.

Esses centros de treinamento receberam apoio de várias entidades governamentais, de sindicatos, de cooperativas, de congregações, de meios de comunicação e de prefeituras municipais. Tornaram-se, assim, verdadeiros instrumentos para facilitar a "[...] intensa e variada metodologia usada para a formação e conscientização da nossa gente"[196].

As reuniões pastorais eram tidas como "[...] poderoso instrumento do apostolado"[197] e foram iniciadas em 1967. Elas aconteciam duas vezes ao ano e tinham o propósito de conseguir dar unidade e eficiência na aplicação dos Planos Pastorais do Vaticano, da CNBB, da regional Centro-Oeste e da própria Diocese. As reuniões congregavam sacerdotes, religiosos e religiosas, leigos e leigas para estudar vários temas de atualidade pastoral. Esses temas eram sugeridos pelos participantes ou pelas circunstâncias eclesiais. Normalmente se convidava uma pessoa de fora para esclarecer e expor os assuntos escolhidos. Ao fim de cada reunião havia um encaminhamento de propostas objetivando frutos a longo prazo. "Nem sempre é possível executar as conclusões, mas as sementes de uma pastoral unida são semeadas, e com o tempo e com a graça de Deus, fructificam."[198]

O movimento dos Cursilhos de Cristandade iniciou-se na Diocese em 1967. "[...] foi outro influente fator na evangelização e vivencia cristã."[199] O cursilho foi considerado como "[...] o instrumento mais eficaz e mais constante para descobrir, formar e atuar leigos e especialmente casais na vida e ação apostólica."[200]

O cursilho consistia, em princípio, num encontro destinado a orientar os católicos adultos leigos para a reflexão acerca dos fatos fundamentais da fé cristã e das conseqüências práticas que dela decorrem para o comportamento do indivíduo e suas relações com a comunidade. Eles eram realizados em turmas para homens e para mulheres separadamente. Eram famílias que estavam preocupadas com os problemas das vocações. Nos documentos da Diocese, é possível verificar o movimento crescente dos cursilhos de cristandade pelos seguintes motivos: o movimento cobria toda região da diocese; todos os cursilhos contavam

[196] Relatório (1979, p. 9).
[197] Relatório (1973, p. 13).
[198] Idem (p. 7).
[199] Idem (p. 14).
[200] Idem (p. 8).

com equipes de dirigentes compostas de elementos de quase todas as cidades da Diocese; os cursilhos conscientizavam católicos quanto à urgência de mais entrosamento nos movimentos comunitários das suas cidades.

No período de 1969 a 1973, foram realizados 12 cursilhos para um total de 481 senhoras e 17 para um total de 658 homens. No período de 1974 a 1979, houve 16 cursilhos masculinos com 582 participantes e 14 femininos com 686 participantes. A contribuição desse movimento esteve ligada à situação religiosa da Diocese; graças a ele foi possível realizar cursos de pais e padrinhos, encontros de noivos e de casais, organizar a catequese, animar os cultos, coordenar as comunidades eclesiais de base, monitorar os círculos bíblicos e assumir tantos outros ministérios na Igreja.

É importante reter que esses instrumentos do apostolado – obras de promoção humana, escolas, centro de treinamento, reuniões pastorais, e cursilhos de cristandade – fazem parte, à primeira vista, de uma composição concorrencial com outras religiões que até então assumiam esse papel em parte da área de atuação da Diocese. Na análise documental, aparece que, no que se refere especialmente às obras de promoção humana, o objetivo primeiro era estabelecer concorrência explícita com outras denominações religiosas já que elas utilizavam desse artifício para se fortalecer.

Na constituição dos municípios, objeto dessa pesquisa, apesar da presença da Igreja católica, as confissões religiosas predominantes, até próximo à década de 1970, foram as espíritas e as protestantes, inclusive com a implantação de várias escolas de ensino formal. Para entrar em situação de concorrência, a Diocese de Jataí viu-se na necessidade de entrar com capital religioso, forma dominante de capital nesse campo, suficiente para passar a fazer parte do jogo concorrencial. Esse investimento de capital religioso se deu via ação social. Feito isso, ela passou a abrir o leque de investimento de capital religioso para outras áreas, como a educação formal e informal. A educação formal começa a funcionar com as escolas católicas que, entre outros conteúdos, ensinam a prática religiosa. Esses ensinamentos passam a ser estendidos também às demais escolas do sistema de ensino público, contribuindo assim para o fortalecimento de um ensino preparatório para o anúncio do Evangelho.

No campo da educação informal, os centros de treinamento tiveram importante papel. Na gênese da constituição desses centros, já estava presente a idéia de espaço para influências de interesses religiosos. O quadro de atividades desenvolvidas por esses centros de treinamento deu conta de explicar o grau de amplitude que eles passaram a assumir. Além da preparação de mão-de-obra para mercado de trabalho, eles cuidaram também de formar líderes religiosos que passaram a ser reprodutores da doutrina em diversos âmbitos. A

formação desse quadro religioso também é percebida com a implantação das reuniões pastorais e cursilhos de cristandade, que, em um curto período de tempo, formaram centenas de pessoas que passaram a atuar em conjunto com o clero nos diversos ritos religiosos.

Percebe-se, pela análise dos documentos, que as ações postas em prática pelos instrumentos do apostolado passam a formar uma nova mentalidade da população. Quanto à ação social, passam a ser vistas necessariamente como obra da Igreja católica, e, portanto, provocando uma situação de dependência dos mais necessitados em relação a ela. Quanto à educação formal, os ensinamentos religiosos começam a ser trabalhados na base da educação; e quanto à educação informal, via centros de treinamento, que empreendem uma necessidade/dependência de qualificação de mão-de-obra para atendimento ao mercado de trabalho. Quanto à educação religiosa, os cultos religiosos ganham uma nova dinâmica a partir do exercício dos ministérios da Igreja por parte das pessoas envolvidas nas reuniões pastorais e cursilhos de cristandade.

Outro leque de ação desencadeada pela Diocese de Jataí refere-se aos meios de comunicação. É incontestável que os meios de comunicação, falados ou escritos, são reconhecidamente um dos mais importantes instrumentos que podem ser usados para formar uma consciência a respeito de algo. Nesse sentido, o bispo reconheceu logo o singular valor dos meios de comunicação social como instrumento de "Paz e Bem". "Por um ato providencial"[201], pouco depois de sua posse, a Rádio Difusora, já existente em Jataí, mas que funcionava precariamente, ficou à venda. O bispo valeu-se dessa oportunidade para adquirir, em 1963, a estação em nome da Diocese. "Usando principalmente donativos recebidos de amigos e familiares na oportunidade da sua sagração, Dom Benedito comprou o equipamento da estação difusora"[202], adquiriu também um prédio de dois andares e completou as legalidades para constituir uma sociedade limitada. "Ajudado por vários amigos, pôde obter também novos e modernos equipamentos, tornando a Rádio Difusora de Jataí uma das mais bem instaladas emissoras do Brasil Central."[203]

Com uma potência de 500 watts, a rádio alcançava grande área da Diocese. "Os seus programas diretamente religiosos são muito ouvidos, especialmente nas regiões rurais."[204] Dom Benedito relata, em documentos da Diocese, que a Rádio Difusora foi importante instrumento para conquistar a simpatia do povo e amenizar o ar de hostilidade e de desconfiança quanto à Igreja em Jataí.

---

[201] Igreja de Jataí (1971, p. 20).
[202] Idem.
[203] Idem.
[204] Idem.

Além das programações religiosas diárias, irradiava-se a Missa dominical, "[...] que é de grande consolação para o Povo de Deus nas zonas distanciadas das igrejas e capelas"[205]. Nas ocasiões de natal, Semana Santa, e festividades maiores, havia programas apropriados para o tempo. Porém, a programação da rádio não era exclusivamente religiosa, apoiava "[...] qualquer iniciativa, qualquer tema, qualquer assunto que possa contribuir para o bem da comunidade que serve [...] tem liderado diversos movimentos de cunho social, sempre visando a elevação do espírito humano para a busca de valores mais altos"[206].

"A Voz do Sudoeste para um Goiás Melhor" era um "instrumento vital para a união da coletividade"[207]. Em 1971, a rádio contava com uma equipe de trabalho composta de quatorze funcionários e um diretor – convidado pelo bispo – empenhados no serviço de dezessete horas diárias de irradiação. Na Rádio Difusora de Jataí o pastor depositava grandes esperanças pela promoção da paz e unidade comunitária, como prelúdio para a conseqüência do anúncio do Evangelho.

> Nenhuma comunidade pode progredir, nem material, nem espiritualmente, dilacerada por rivalidades e facções ideológicas. E Jataí por longo tempo tinha uma fama pouco desejável nesse sentido. Que a rádio diocesana tem sido instrumento dos mais relevantes e bem sucedidos para a implantação da Paz e Bem na comunidade, é, no meio de muitos trabalhos, para o Bispo de Jataí uma das mais profundas consolações.[208]

As mais importantes atividades religiosas desenvolvidas no ano de 1968 totalizaram 26.711 minutos com programas religiosos[209]. No relatório diocesano do período de 1974-1979 foi dito que "[...] a Diocese possui dois outros formidáveis instrumentos de apostolado: A RADIO DIFUSORA DE JATAÍ Ltda. e a RADIO SANTELENENSE Ltda. (sic)"[210]. A de Santa Helena foi inaugurada em agosto de 1979. Nesse relatório consta que "[...] a despreparação espiritual e humana da nossa gente [...] foi também motivo desta procura constante de montar novas emissoras"[211]. Cada uma das duas emissoras, era única em cada cidade. Nota-se "[...] a grande influência das emissoras católicas que efetivamente cobrem agora quase toda a Diocese"[212].

---

[205] Idem.
[206] Idem.
[207] Idem.
[208] Idem.
[209] Orações matinais, missas dominicais, campanha da fraternidade, programas em épocas comemorativas, vias sacras, procissões, comentários religiosos e entrevistas religiosas fazem parte dos principais programas radiados pela emissora.
[210] Relatório (1979, p. 6).
[211] Idem.
[212] Idem.

A Rádio Santelenense, segundo o relatório, foi um dos melhores empreendimentos radiofônicos do Estado de Goiás, conseguido graças aos trabalhos do Bispo Auxiliar Dom Miguel Mundo, que mobilizou todos os meios para a realização desse sonho.

As duas emissoras eram auto-sustentáveis. A Rádio Difusora de Jataí (emissora AM), com o lema "[...] a serviço da paz e do bem comum"[213], manteve sua programação franqueada à utilidade pública, ao jornalismo, à programação musical[214] e, é claro, aos programas religiosos transmitidos diariamente – pela manhã, meio-dia e à noite – por padres, religiosas e Bispo.

Em 1997, essa emissora passou por uma reestruturação buscando adequar-se às necessidades de concorrer com o mercado regional, nacional e até mundial, em igualdade de condições. Nessa reestruturação, ela melhorou sua capacidade de transmissão e deu mais agilidade para o processo informativo, procurando facilitar a recepção para o ouvinte. "A Rádio Difusora de Jataí decidiu priorizar o produto informação, ciente de sua função social e ávida por influenciar o andamento da história de sua cidade."[215] A sua grade de programação não era aleatória; obedecia a uma rotina de público e produtos convenientes para cada horário: "o princípio básico é o da formação de identidade de horários com inserção de quadros específicos"[216]. Nessa nova grade de programação foram priorizados programas para determinadas faixas da sociedade: trabalhadores braçais, agricultores, fazendeiros; trabalhadores urbanos; donas de casa; público flutuante; público doméstico, comércio, funcionalismo, motoristas; entretenimento, cultura, lazer e promoções[217]. Pode-se perceber, nessa reestruturação, que a Rádio Difusora fez opção por aumentar programas de interesse geral da comunidade e diminuir os programas religiosos, ficando apenas com um programa ao meio-dia, um às seis da tarde, além das missas aos domingos.

A Rádio Santelenense com, o lema "A voz santelenense por um Goiás melhor" tem o ideal de atingir um número cada vez maior de ouvintes e proporcionar uma programação que satisfaça a todos, tanto o homem do campo como os que moram nas cidades que estão dentro do distrito radiofônico da voz santelenense. "Homem algum é uma ilha. Somos cientes de que a Rádio é o modo mais seguro para os que vivem longe das grandes

[213] Breve histórico da Rádio Difusora de Jataí Ltda. (s. d., p. 2).
[214] A programação musical variava entre populares, clássicos, educativos, religiosos, sertanejos e regionais.
[215] Rádio Difusora de Jataí – reestruturação (1997, p. 1).
[216] Idem (p. 4).
[217] Os programas que atendem a essa clientela são: Bom Dia Sertão; Terra da Gente; Jornal Difusora; Difusora Alegria; Esporte Difusora; Difusora Saudade; Show da Tarde Difusora; Canções da Minha Terra; Ave Maria; Amadorismo no Ar e Sertanejo Classe A.

cidades."[218] No roteiro de programação da rádio constam programas sertanejos, religiosos, informativos, desportivos e educativos.

Em 1999, a Diocese de Jataí solicitou, via ofício enviado pelo bispo a Essen na Alemanha, um pedido de auxílio para a produção e emissão de programas pastorais da Rádio Santelenense. Ele usou o argumento de que a emissora diocesana precisava de ajuda para manter sua programação que atingia "[...] uma grande concentração de bóias-frias e outros irmãos pobres nossos, migrantes de vários Estados brasileiros"[219]. Ele argumentou ainda, como Igreja, que seus contatos mais poderosos são essas emissoras de Santa Helena e de Jataí, ambas com 10.000 watts (e ambas com dificuldades financeiras), "[...] mas pastoralmente os frutos são evidentes."[220]

No pedido para obtenção de fundos encaminhado pela Rádio Santelenense à Diocese, ela fez um relatório de informações e atividades da Paróquia de Santa Helena. Nele constava que havia dificuldades de alcance dos problemas que se concentravam essencialmente na periferia das cidades e na zona rural, lugares onde a presença ativa de padres é de mais difícil acesso, em virtude da dificuldade de recursos financeiros. "A nossa rádio, é o meio mais eficiente de alcançarmos nosso objetivo de evangelizar a estas pessoas com a transmissão de programas religiosos e das Santas Missas."[221] A Rádio promovia diariamente programas de assistência social e era considerada, nesse documento, um veículo de recurso para os menos favorecidos. Além disso, era considerada como um instrumento de educação, formação pessoal e religiosa pelo fato de que a "[...] região é um centro rural, lugar com muitas lavouras, e a maior parte da população vai para a zona rural, em ônibus, ou na corroceria de caminhões, para trabalhar como bóias frias nestas lavouras. Nossos ouvintes são na maior parte pessoas de origem simples e humilde, de classe baixa [...] com baixo grau de instrução"[222].

Quanto aos meios de comunicação escritos, a primeira iniciativa da Diocese foi o Jornal Jataí. Ele foi criado com o propósito de ser elo de ligação entre a Diocese e seus muitos benfeitores estrangeiros. Ele começou a circular em 1964 e, apesar do nome, foi publicado em inglês e enviado, quatro vezes por ano, a uma lista de 600 amigos que espiritual e materialmente apoiavam as diversas iniciativas de Dom Benedito.

---

[218] Correspondência enviada a Diocese de Jataí pela Radio Santalenense.
[219] Ofício enviado a Alemanha em 26 de dezembro de 1999.
[220] Idem.
[221] Correspondência interna da Diocese (Relatório de atividades da Paróquia Santa Helena, p. 1).
[222] Idem (p. 4).

> Serve o jornalzinho não sòmente para externar a gratidão da diocese pela ajuda generosamente oferecida para a dilatação do Corpo Místico de Cristo, como também para despertar aquêle sentido de responsabilidade pela Igreja Universal que o documento conciliar "Ad Gentes" (n. 36) propõe como dever fundamental do Povo de Deus.[223]

Nas pesquisas feitas nos arquivos da Diocese, não foi possível saber por quanto tempo esse jornal circulou. Em 1965, a Diocese editou o Boletim da Diocese de Jataí, um jornalzinho publicado em poucas páginas, em formato datilografado e mimeografado. Esse boletim nasceu para ser "[...] uma espécie de 'Comunicação Interna' entre todos a quem a Divina Providência entregou a ingente tarefa de evangelização do Sudoeste de Goiás"[224]. A idéia do boletim era manter todos os cooperadores informados do que se passava no meio quanto ao apostolado. Dez anos depois, ele ainda "[...] procura servir ao mesmo ideal: ser um elo entre os agentes da pastoral da diocese informando-os da vida diocesana em todos os seus aspectos apostólicos"[225].

Esse jornalzinho circulou entre 1965 a 1999, porém de forma não muito constante. Nesse meio tempo, 1982-1983,[226] circulou um outro jornal – Boletim Informativo das Comunidades da Diocese de Jataí-Go: O Raiar. Em sua primeira matéria "A voz do Pastor" foi posto que a celebração da páscoa era uma ótima motivação para o lançamento do novo boletim informativo da Diocese. "O Raiar nasce em boa hora [...] e com oportunidades e possibilidades e até as exigências da união de duas palavras tão simples mas ao mesmo tempo, tão profundas: EDUCAÇÃO E FRATERNIDADE (sic)."[227]

O Raiar passou a ser um boletim de notícias que levava a luz aos povos "Ninguém acende uma lâmpada para colocá-la num lugar escondido... mas sim sobre o candelabro, a fim de que os que entram vejam a luz."[228] Segundo o redator, o boletim informativo abriu suas páginas aos numerosos leitores e ao folheá-lo todos teriam a sensação de estar fazendo a releitura da história que ajudaram a construir.

"Evangelizar continua sendo a 'IDEIA FORÇA' (sic) da nossa caminhada no sudoeste goiano [...] há muito que ser feito ainda."[229] O Raiar chegou até o povo com uma orientação pastoral e em forma de comunicação do que se realizou ou iria realizar, do que se comemorou ou se desejaria comemorar, e em forma de doutrinação. O Raiar se propôs a ser,

---

[223] Igreja de Jataí (1971, p. 17).
[224] Boletim da Diocese de Jataí. Jataí, dezembro de 1974, p. 5.
[225] Idem.
[226] Não há indícios nos arquivos da Diocese de Jataí de que esse Boletim Informativo das Comunidades da Diocese de Jataí – Go – o Raiar tenha circulado além dos anos de 1982 e 1983.
[227] Boletim Informativo das Comunidades da Diocese de Jataí: O Raiar, Jataí, janeiro/fevereiro de 1982, p. 1.
[228] Idem.
[229] Idem.

antes de qualquer coisa, um elo de união e animação entre todas as comunidades paroquiais, com ênfase nas CEBs.

Enquanto isso, o Boletim Informativo da Diocese de Jataí continuou circulando e cumprindo com sua missão. Em dezembro de 1999, ele foi elevado à categoria de Jornal da Diocese de Jataí. Apresentando um formato mais moderno e mais arrojado, objetivava claramente atender a toda a comunidade diocenana. No editorial da primeira edição do jornal, enfatizou-se que "[...] estamos buscando um meio de comunicação que nos aproxime mais e de forma mais fácil e eficaz. E para que haja maior comunicação entre nós, comunidade da Diocese de Jataí estamos lançando o nosso primeiro jornal católico"[230]. Foi dito ainda que a edição desse jornal se tratava da realização que

> [...] fará com que nós leigos fiquemos mais a par dos acontecimentos, dos trabalhos realizados por tantos irmãos ao longo da Diocese; e este será um meio eficaz para nos unirmos e estar sempre em contato uns com os outros, este é o objetivo deste nosso JORNAL DA DIOCESE DE JATAÍ (sic)[231].

Além do objetivo de manter toda sua comunidade, eclesial ou civil, informada, esses meios de comunicação sempre tiveram o explícito objetivo de evangelizar. Em material publicado no Boletim Informativo, a Diocese admite que os meios de comunicação social são instrumentos de evangelização e pontua a Rádio Difusora de Jataí, a Rádio Santalenense e a participação em uma emissora particular de Rio Verde como possibilidades constantes de apresentar a mensagem da Igreja. Dom Benedito é considerado pioneiro no campo da comunicação social: "[...] foi ele desde o início que encorajou e incentivou quando ninguém sabia dar valor a este instrumento de evangelização"[232].

A religiosidade popular foi um caminho percebido pela Diocese como uma excelente oportunidade para a evangelização, "[...] conhecida a realidade do povo, torna-se fácil pregar para eles"[233]. A religiosidade foi a base para a evangelização e ao mesmo tempo oportunidade para valorizar o que o povo já tinha. Entretanto, admitiu-se que, pelo fato de possuir vários agentes pastorais estrangeiros, houve uma dificuldade em compreender a mentalidade e religiosidade do povo. "[...] talvez houvesse no passado algumas violações e ofensas contra a autenticidade do povo"[234], ou seja, ao introduzir o processo de evangelização a igreja substituiu a religiosidade original do povo pela sua religiosidade. "[...] o sincretismo

---

[230] Jornal da Diocese de Jataí, Jataí, dezembro de 1999, p. 2.
[231] Idem.
[232] O Raiar, Jataí, junho/agosto de 1982, p. 24.
[233] Boletim da Diocese de Jataí. Jataí, agosto de 1974, p. 5.
[234] Idem.

dificulta a verdadeira evangelização – mistura de magia, espiritismo com o lícito culto dos santos, bênçãos etc. Não é fácil separar o bom do ruim."[235]

Informações dos documentos apontam que houve uma certa resistência da parte do povo, particularmente em áreas rurais, a esse processo de evangelização. Um empecilho registrado foi o fenômeno da migração e o fato de os ricos fazendeiros se movimentarem muito e não criar raízes nas comunidades locais. "[...] quase não é possível evangelizar tal gente [...] o efeito positivo é que alguns elementos bem formados vieram também com estas migrações, radicando-se na região."[236] Mas, salienta-se que foi devido à grande pobreza do povo migrante que se abriu a oportunidade para a evangelização. A grande saída para essas dificuldades no processo de evangelização foram as rádios.

> Hoje é com imensa alegria e satisfação que podemos dizer que a Diocese não ficou para trás – pelo contrario, é só ligar seu rádio aonde estiver e lá encontrará uma voz amiga neste sudoeste goiano. A voz de um padre, de uma Irmã, de um jovem, de um diácono, de um seminarista ... enfim estamos aí divulgando e louvando a Deus pelo Rádio de sua cidade seja qual for.[237]

"A vida da Igreja é seguramente evangelizar. Por isso ela está sempre cuidando de DESCOBRIR (sic) como evangelizar melhor."[238] "[...] é papel da Igreja formar as consciências dos homens."[239] A consciência de que fé, religião e vida concreta estão muito ligadas, sendo que a fé deveria orientar todas as atividades, o trabalho, a economia e a vida familiar e também a política. "A Fé é mais do que isso, porque ter fé é também SE COMPROMETER (sic) na sociedade para mudar tudo o que nela está errado."[240]

Indubitavelmente, essa formação de consciência encontrou nos meios de comunicação ressonância significativa. Os meios de comunicação têm papel importante na implantação, desenvolvimento e transformações das práticas religiosas. Eles dão a facilidade de chegar aos seus fiéis e aos novos fiéis a serem permanentemente conquistados. Ao mesmo tempo em que esses meios de comunicação modificam os sentidos vividos e comunicados pela religião, também provocam abalos significativos nas instituições religiosas implicando modificações doutrinárias, morais e modificação nas formas de organização da ritualidade (BRANDÃO E PESSOA, 2005, p. 8).

---

[235] Idem.
[236] Idem.
[237] O Raiar. Jataí, junho/agosto de 1982, p. 24.
[238] O Raiar. Jataí, dezembro/janeiro de 1983/4, p. 1.
[239] Idem (p. 9).
[240] Idem.

Os meios de comunicação podem ser definidas, de um modo geral, como um conjunto de instituições que produz e transmite informações para determinados públicos, a mídia, que inclui jornais, rádios, estações de televisão, magazines, boletins, entre outros. O consumo pode ser individual ou coletivo. Seu negócio é promover audiência com informação, opinião, entretenimento, propaganda e publicidade. A mídia tem sido vista pela sociedade como espaço no campo do lazer ou do entretenimento, e pouco tem sido considerada como campo de força e de poder.

Gohn (2000) afirma que a mídia tomou lugar de instituições tradicionais na formação de opinião pública e na criação de conjunturas que definem os rumos de certos acontecimentos. Ela tem um poder que possui certas características que estão semi-ocultas, com regras próprias, podendo estabelecer articulações não visíveis que podem tanto democratizar uma informação como escamoteá-la ou distorcê-la. Os grupos de interesses atuam como filtro, eliminando elementos indesejáveis. As notícias veiculadas pela mídia emergem como se fossem uma instituição central na sociedade. A mídia pode tornar-se uma peça de consenso em torno de certos interesses, dando lugar à aceitação acrítica dos valores veiculadas por determinado grupo.

A mídia sempre teve um papel importante, mas essa importância pode assumir um papel estratégico, já que ela tem o poder de construir e contribuir para a formação de representações simbólicas. Ela pode construir no imaginário social sua melhor representação sobre os princípios da Igreja, suas práticas sociais e a sua cultura religiosa. Pode ainda ajudar a definir a disputa dentro do campo. Entendê-la significa compreender os caminhos que a Diocese vai construindo e as motivações que levam os indivíduos a participar desse jogo. Os interesses em jogo no campo formatam as análises que configuram a apresentação das informações denotando um processo no qual a notícia é construída como mensagem para formar uma opinião junto ao público, e não para informar esse mesmo público.

Segundo Gohn (2000), os meios de comunicação formatam a cultura, criam linguagens e crenças; valores e códigos são criados e/ou transformados. Elas são baseadas na produção e no consumo de signos que buscam ligar a realidade à representação simbólica que fazem dela.

Dessa forma, ter acesso à mídia parece ser um ponto central nas estratégias da Diocese. A presença dela é um fator constitutivo, e por isso ela cria sua própria mídia para divulgar suas notícias e idéias que ultrapassam as fronteiras físicas de seu clero. A mídia modela consciências e comportamentos, fornece bases para a construção de representações desejadas. Ela não é apenas um processo físico para estabelecer canais, mas um sistema

subjetivo para mantê-lo aberto por meio da injeção de valores. Ela transformou as maneiras como as formas simbólicas circulam nas sociedades. As pessoas que assimilam informações as interpretam e produzem novos signos que perpetuam, por gerações, em um processo contínuo que perpassa as relações de poder em que os indivíduos estão envolvidos.

Um segundo grupo de ações desenvolvidas pela Diocese de Jataí foi o que ela chamou, em seus relatórios, de enfoques pastorais, que foram: a liturgia e os sacramentos; o clero; os leigos; o ensino religioso; a comunidade eclesial de base; e as missões populares.

A liturgia é o culto público e oficial instituído por uma Igreja, no caso o ritual, como por exemplo as missas, em cujos momentos se celebra um sacramento. O sacramento é o sinal sagrado instituído por Jesus Cristo para a distribuição da salvação divina àqueles que, recebendo-o, fazem uma profissão de fé. São sete: o batismo, a confirmação ou crisma, a eucaristia, a penitência ou confissão, a ordem, o matrimônio e a extrema-unção.

Processou-se, então, uma continuada conscientização a respeito do verdadeiro sentido dos sacramentos, como sinais e instrumentos de união com Cristo Salvador. Essa chamada conscientização parece mais uma imposição, já que vários desses sacramentos não seriam realizados sem uma devida preparação dos envolvidos por parte da Igreja. Em cada paróquia foi exigida uma preparação tanto para pais como para padrinhos de crianças a batizar. "No início houve certa relutância às novas medidas", mas com o tempo verificou-se que a resistência foi acabando "e os frutos do curso aí estão na forma de mais pessoas a participar na Missa e receber os sacramentos."[241]

Entre 1969 e 1973, houve gradativamente a eliminação do velho costume de crismar crianças, e o fenômeno da penitência diminuiu. Em contrapartida, houve aumento no número de comunhões eucarísticas. "[...] por certo, isso se devia principalmente ao renovado senso de fé e a uma intensificada vivência dos compromissos batismais, fruto de tantos outros esforços pastorais."[242] A unção dos enfermos era um sacramento esquecido embora da parte dos vigários, havia um constante esforço para, com ele suprir oportunamente aos doentes. Houve, nessa época, duas ordenações, evento que contribuiu imensamente para chamar a atenção dos fieis para a questão das vocações.

Quanto ao matrimônio, todas as paróquias implementaram o curso de preparação ao casamento. Numa de suas análises sobre a relação entre fieis e Igreja, o bispo disse, em 1979, que as pessoas eram de índole indiferente, com quase completa ignorância de doutrina e

[241] Relatório (1973, p. 16).
[242] Idem (p. 17).

de liturgia, e afirmou que nos últimos cinco anos esse ritual, como os demais sacramentos, passou a ser aceito e exigido pela comunidade[243].

Quanto ao clero (sacerdotes, religiosos e religiosas, bispo auxiliar, vigário geral, diácono, vocações), foi registrado que, nos fins de 1973, embora tivesse diminuído o número de sacerdotes de 32 para 27, não foi motivo de desânimo para o clero. "[...] todos continuam a dedicar-se com zelo e generosidade à obra de Deus"[244], as religiosas, que eram 68 em 1969, chegaram a 50 nos fins de 1973, refletindo a situação geral da Igreja quanto à crise das vocações. "Embora reduzidas bastante em número, as religiosas que permaneceram deram provas de serem mais adultas, mais realistas, mais entrosadas na realidade de suas áreas e no trabalho pastoral da Igreja Local."[245]

Em 1972, foi nomeado um bispo auxiliar para a Diocese de Jataí. As razões listadas para se ter um bispo auxiliar foram: o vastíssimo território da Diocese; o grande número de estradas federais em construção e em projeto mostrando a importância econômica da região e o seu constante desenvolvimento; o aumento rápido da população; a importância da região de Rio Verde e a possibilidade, no futuro, de ser ela a sede de uma nova circunscrição eclesiástica. "[...] essas razões permanecem firmes e ainda mais convincentes com o crescimento econômico da região e a extensão de maciços auxílios federais no setor de estradas, agricultura (especialmente soja e algodão) e indústrias ligadas a essas culturas."[246] O bispo auxiliar ajudaria em outros setores da Diocese, como encontros de casais, cursilhos, movimento de jovens etc..

As vocações sacerdotais também receberam atenção especial da Diocese. Em fins de 1979, ela já contava com seis candidatos. A Diocese acreditava que as vocações eram sinais positivos e profundos do processo de evangelização e dos bons trabalhos pastorais com as famílias. Em 1984, o Boletim "O Raiar" registrou que "[...] a falta de padres não decorre da falta de vocações mas de clima para que as vocações floresçam"[247]. Como resposta a essa crise, abriu-se em Santa Helena o Centro vocacional Diocesano São João M. Vianney. Nesse período, já contava com a presença de 14 candidatos ao sacerdócio diocesano e com os seis que já estavam estudando no Seminário de Brasília.

Um outro grande passo da pastoral foi a formação do diaconato permanente. O candidato, sempre acompanhado de sua esposa, tinha sua formação junto ao pároco ou outro

[243] Relatório (1979).
[244] Relatório (1973, p. 6).
[245] Idem (p. 7).
[246] Idem (p. 8).
[247] O Raiar, Jataí, fevereiro/março/abril de 1984, p. 5.

sacerdote da paróquia, e a cúria diocesana reunia os casais para empreender os ensinamentos da doutrina. Em 1979, já havia 21 candidatos ao diaconato permanente.

Os leigos são cristãos adultos que num determinado momento resolvem assumir sua fé e engajar-se na luta pela expansão do Reino de Deus. O maior valor do leigo é sua experiência junto ao povo. Nos relatórios diocesanos aparece uma crescente participação dos leigos nos eventos realizados pela Diocese. Neles o próprio bispo reconhece que "[...] no trabalho da Igreja hoje em dia, o leigo tem se tornado PEÇA FUNDAMENTAL (sic) na evangelização"[248].

Em 1973, já apareceram, com grande florescimento, as atividades catequéticas. A Coordenação diocesana de Catequese organizou em cada paróquia uma equipe para fiscalizar o ensino da catequese nas escolas oficiais, além, é claro, do ensino nas escolas da rede religiosa. "Cada Distrito Pastoral tem a sua própria coordenadora de Ensino Religioso e podemos afirmar que não há uma escola oficial nesta diocese sem o seu ensino semanal"[249]. Em 1982, uma publicação no Boletim "O Raiar" chamou a atenção para a necessidade de intensificação da catequese familiar, vinculando-a aos próximos passos religiosos: primeira comunhão, crisma e casamento. Apontou-se que a catequese deveria ser permanente e que deveria atingir a vida total das pessoas, e não apenas a vida sacramental. "A Catequese hoje, deve ser uma educação comunitária e permanente, progressiva e orgânica da fé sob a iluminação e exemplo de Jesus Cristo, pessoa, Mensagem e Missão."[250] Houve, desse período em diante, uma série de eventos propondo repensar a catequese, estabelecendo critérios para o desenvolvimento do trabalho. Entre eles esteve a discussão quanto ao fim da catequese, ao conteúdo a ser trabalhado, a metodologia e o envolvimento dos agentes pastorais.

Em 1976, a Diocese de Jataí reconheceu o surgimento das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) como um sinal dos tempos suscitado pelo Espírito de Deus no seu povo, sobretudo no meio dos pobres. "Frente a esta realidade que nos interpele e nos compromete como Igreja e querendo assumir este Sinal dos Tempos que são as CEBs"[251], a Diocese assumiu-as em função das seguintes características apresentadas pela realidade: um povo marcado por um estilo de vida tradicionalmente rural, simples, profundamente religioso, hospitaleiro e pronto a compartilhar com o próximo; uma nova consciência de Igreja que reconhece a necessidade de uma constante conversão de seus membros e de uma corajosa transformação de suas estruturas, para que todo o povo de Deus possa cumprir dentro do

[248] O Raiar. Jataí, novembro de 1983, p. 2.
[249] Relatório (1973, p. 11).
[250] O Raiar. Jataí, novembro de 1982, p. 29.
[251] Boletim da Diocese de Jataí. Jataí, novembro/dezembro de 1976, p. 5.

processo histórico a missão salvífico-libertadora; um processo acelerado de mudança que, num contexto ainda predominantemente rural, assume tonalidades próprias; continuas ondas de migração; marginalização econômico-sócio-político-cultural do povo, fruto de um sistema de exploração e lucro; conseqüente desintegração psicológica e sócio-cultural de pessoas, famílias e de outros grupos humanos; condições escolares que mantêm grande parte do povo num crônico analfabetismo; clima generalizado de alienação, acomodação e um fatalismo tradicional que impossibilita a formação da consciência crítica; falta de visão e participação políticas; religiosidade popular, que, com freqüência mistura os elementos da própria fé com crendices e práticas de outras religiões[252].

As CEBs apareceram no Sudoeste goiano apresentando contradições. "Há os que nos procuram convencer que elas são a única tábua de Salvação em têrmos de meios de EVANGELIZAÇÃO (sic); e por outro lado há os que vivem criticando as CEBs e definindo-as como incitadoras da luta de classes cuja meta é mais política que religiosa! Para outros ainda as CEBs constituem uma única forma de ser 'IGREJA' (sic)."[253] Embora envolta nessa discussão, a Igreja de Jataí assumiu que "procurar definir uma CEB não é o importante; é CATEQUIZAR (sic) a comunidade em todos os níveis que importa!"[254].

Por aqui se percebe que, apesar de a Diocese de Jataí ter reconhecido o surgimento das CEBs como um sinal dos tempos suscitado pelo Espírito de Deus, o modelo não foi implantado no Sudoeste goiano tal como ocorreu em outras Dioceses do estado (Goiânia e Goiás, as únicas em que isso se deu)[255]. O que houve foram apenas algumas discussões em torno de sua definição.

As missões populares foram um tipo de evangelização em que se reuniam grandes massas. Era uma forma de manter um contato religioso com pessoas da zona rural, das periferias das cidades e com migrantes. "[...] são essas migrações que as missões mais atingem"[256]. Essas missões aconteciam desde 1969, em Rio Verde, e desde 1973 em Jataí e Santa Helena. Com o passar dos anos, as missões diminuíram, praticamente só acontecendo em capelas situadas em áreas de produção agrícola.

Nota-se que todas essas ações da Diocese corroboraram para o seu fortalecimento nas últimas três décadas, bem como para a formação e conscientização da população da região da Diocese dentro do ideal de catequização defendido por ela. Percebe-se aqui que seu

[252] Conferir Boletim da Diocese de Jataí. Jataí, novembro/dezembro de 1976, p. 5.
[253] O Raiar. Jataí, fevereiro/março/abril de 1983, p. 19.
[254] Idem (p. 20).
[255] Maiores informações sobre isso ver Pessoa (1999a).
[256] Idem (p. 14).

propósito é apenas uma formação para o exercício dos sacramentos religiosos e uma forma clara de dependência da população em relação a ela para garantia da possibilidade de recebê-los.

Essa formação de consciência se deu internamente, ou seja, a Diocese preocupou-se em formar uma conscientização da população para a vivência dos sacramentos religiosos, da prática religiosa. Não se preocupou, portanto, em realizar uma conscientização em relação às contradições da realidade sócio-econômico-política, da realidade histórica.

Finalmente, cabe ainda salientar, como uma forte frente de ação da Diocese de Jataí, os conflitos pela terra. Como já foi dito anteriormente a Igreja Católica, na região do Sudoeste goiano, recebeu em doação vastas terras, que, em função de sua valorização na década de 1960, passaram por processos de invasão e litígio. Nas tentativas de solução desse problema, a preocupação foi procurar "[...] salvar o mais possível, e ao mesmo tempo aplicar os recursos provenientes a obras necessárias"[257].

Além das áreas rurais invadidas, lotes urbanos também foram invadidos, "[...] em Jataí continuam a ser invadidos mais de duzentos lotes da diocese. Em 1962 eram quinhentos!"[258] No relatório do período de 1969 a 1973, foi enfatizado que "[...] agora nos fins de 1973 é possível afirmar que, embora praticamente solucionada a questão patrimonial, ainda perduram alguns problemas e dificuldades"[259]. Dos patrimônios invadidos, em Rio Verde, Santa Helena e Jataí, somente os deste último ainda não estavam totalmente resolvidos.

À medida que esses litígios foram sendo resolvidos, a Igreja foi aplicando, nos próprios municípios, em construções de novas igrejas, capelas, salões paroquiais, centros de treinamento, obras sociais e sustento das paróquias. Isso quer dizer que a Igreja não ficou com o prejuízo dessas terras e terrenos invadidos em função das negociações e dos acordos realizados. "[...] assim, com a vinda de benefícios substanciais em cada lugar, os gênios foram acalmados, o povo servido, e a imagem da Igreja melhorada."[260]

Consta nos documentos analisados que 80% da Matriz Nossa Senhora das Dores de Rio Verde foram construídos com recursos provenientes da venda ordenada do patrimônio invadido. Em Santa Helena, os rendimentos "[...] não da venda mas do arrendamento (a uma grande companhia de açúcar) de uma gleba rural [...] administrada pela diocese possibilitaram a construção do imponente Instituto Dom Damiano". Consta ainda que "[...] o que

[257] Relatório (1969, p. 7).
[258] Idem.
[259] Relatório (1973, p. 21).
[260] Idem.

antigamente era causa de rixas e mal-estar, agora [...] faz progredir a vida cristã naquela localidade" [261].

Em Jataí, a maior dificuldade centralizou-se nas invasões de lotes urbanos e nas invasões de glebas rurais anexas à Fazenda Seminário Nossa Senhora de Guadalupe[262]. Quanto aos lotes urbanos, foram aos poucos regularizados mediante os projetos de habitação. Quanto às glebas rurais, o problema persistiu até o final de 1973, "[...] os invasores lá estão desde dos tempos de Dom Germano. Não pagam impostos, não produzem nada nas terras, e não são capazes nem de comprar a terra nem de pagar o que devem."[263] Embora a Igreja condene a forma de utilização das terras dessa fazenda pelos invasores, admite que somente no final de 1971 foi possível começar a dar atenção a esse patrimônio objetivando a algum investimento para a Diocese. "Nos anos anteriores, não só se conseguiu a posse efectiva da terra, mas também o trabalho se processou de adquirir gado leiteiro e construir a casa da fazenda, o curral, etc., para o funcionamento mínimo, sem muita atenção ao verdadeiro desenvolvimento da fazenda."[264]

Somente a partir de 1972, com a ajuda de um plano governamental, iniciou-se o desmatamento para a formação de pastagens. No fim de 1973, a fazenda comportava 460 reses. Nos documentos da Diocese, foram assinalados outros motivos de importância da fazenda: realização de experiências patrocinadas pelo Ministério da Fazenda e Secretaria da Agricultura.

> Assim a fazenda desfruta de um bom nome nesta região, região eminentemente agropecuária, ao mesmo tempo causando satisfação em eliminar as severas criticas contra Igreja antigamente tão comuns. O que é ainda mais importante, a conseqüente valorização da terra com os melhoramentos é um bom investimento para o futuro das obras da diocese.[265]

Essas palavras já parecem deixar claras as idéias que a Igreja tem da questão da reforma agrária. Em um documento dos arquivos da Diocese, do ano de 1986, "Igreja de Jataí esclarece sobre reforma agrária", ela deixa claro que "[...] apóia a reforma agrária e deseja que ela se concretize como instrumento destinado a minorar o sofrimento dos irmãos sem terra"[266]. Entretanto, conforme o documento, apóia a reforma agrária feita com utilização de

---

[261] Idem.
[262] Foi dado o nome "Fazenda Seminário Nossa Senhora de Guadalupe justamente para indicar a finalidade destas terras: o sustento de seminaristas esperados no futuro, filhos da região" (RELATÓRIO, 1973, p. 23).
[263] Relatório (1973, p. 22).
[264] Idem (p. 23).
[265] Idem.
[266] Documento da Diocese em esclarecimento a questão da reforma agrária (1986, p. 1).

mecanismos legítimos, respeitando o direito de todos, sem invasões e violências, sem manipulação dos mais humildes e sem interesses político-eleitoreiros. Nesse documento, ela ainda esclarece que não possui latifúndio de 2 mil hectares. "Único imóvel rural, restante da doação dos fundadores do município, é uma gleba de terras de 1 mil hectares, denominada Fazenda Seminário Nossa Senhora de Guadalupe"[267], destinada à formação do futuro clero e ao sustento de obras sociais da Diocese, obras que funcionam sem interrupção há mais de 20 anos, especialmente as Creches e Centros de Promoção Humana. "Referida propriedade rural, longe de se constituir em latifúndio, é integralmente explorada e produtiva."[268]

O documento esclarece também sobre os lotes urbanos: "[...] hoje, após as doações de mais de vinte anos, permanecem menos de cem lotes"[269]. A grande maioria desses lotes se encontra ocupada há cem anos, sem que a Diocese tomasse qualquer atitude visando desalojar os ocupantes, preferindo métodos pacíficos para resolver cada caso. "Não se tolerou e não se tolera, todavia, a ocupação de lotes por aproveitadores e especuladores imobiliários."[270]

Esse documento ainda esclareceu que nem o bispo nem a Igreja de Jataí manifestou apoio a qualquer entidade ou associação ligada a ruralistas, nem tampouco aos lavradores[271]. "Procura enxergar a todos como filhos do mesmo Deus [...] Não apóia, jamais, as atitudes irregulares, ilegais e ilegítimas que visem invasões de propriedade ou saque de bens, que só contribuem para desencadear ódios, violências, paixões e lutas entre irmãos."[272] Por último o documento ressalta que a Igreja espera que o governo agilize os instrumentos legais para a concretização da reforma agrária brasileira evitando situações de conflitos como os do Município de Jataí.

A elaboração desse documento foi desencadeada em função de uma reportagem publicada no Correio Braziliense, em 16 de março de 1986, e de algumas notícias levadas ao ar na Radio Difusora de Jataí[273]. A matéria do jornal denunciava que "[...] nem todos os membros da Igreja estão apoiando irrestritamente o plano de reforma agrária [...] diante da postura assumida pelo bispo local, Dom Benedito Domingos Cóscia, que colocou a emissora de rádio da Diocese em defesa dos latifundiários da região"[274]. A matéria seguia alertando:

---

[267] Idem.
[268] Idem (p. 2).
[269] Idem.
[270] Idem.
[271] Ao mesmo tempo em que o documento esclarece sobre a não-ligação do bispo a ruralistas, ele justifica o fato de o Bispo ser membro do Clube de Serviço Lions Clube, clube eminentemente classita. Nas pesquisas feitas nos livros de atas do Sindicato Rural de Jataí, a presença do Bispo dom Benedito também é uma constante.
[272] Documento da Diocese em esclarecimento à questão da reforma agrária (1986, p. 2).
[273] As notícias levadas ao ar pela Rádio Difusora de Jataí estavam a serviço da União Democrática Ruralista – UDR (conferir CORREIO BRAZILIENSE, Brasília, março de 1986, p. 14).
[274] Correio Braziliense, Brasília, março de 1986, p. 14.

além de somente veicular notícias favoráveis aos proprietários de terra, o bispo determinou aos jornalistas que não dessem qualquer cobertura aos episódios que envolviam os conflitos pela posse da terra[275]. Segundo a matéria, o comprometimento do bispo era explicado facilmente considerando que a Diocese possuía um latifúndio por extensão de 2 mil hectares, a maior emissora radiofônica do interior (Rádio Difusora de Jataí) centenas de lotes no perímetro urbano.

A Comissão Pastoral da Terra – CPT – parece ter tentado questionar quanto a esse problema, por meio de envio de relatório ao Bispo Dom Benedito sobre os conflitos no campo na região da Diocese. O relatório diz sobre "[...] a convicção que este serviço possa ajudar no conhecimento da realidade do homem do campo, na divulgação e denuncia da violência que o atinge, no trabalho de acompanhamento pastoral dos agentes comprometidos com a classe trabalhadora"[276]. O relatório faz detalhadas trajetórias: da questão que envolveu a morte de Vilmar José de Castro, em 23 de outubro de 1986, um agente pastoral e membro da CPT Centro-Sul, residente na cidade de Caçu; do conflito existente na Fazenda Pedregulho, no município de Jataí, com a expulsão por diversas vezes de 44 famílias; do conflito da fazenda Rio Paraíso, também no município de Jataí[277]; e do conflito na Usina Santa Helena, em função de greve protestando contra baixos salários. Não foi encontrado, durante a pesquisa, um posicionado da Diocese de Jataí quanto ao envio desse relatório da CPT.

Em 2005, houve novas questões de invasão envolvendo a Fazenda Nossa Senhora de Guadalupe. Em 2004, o Incra, ao vistoriar a fazenda, emitiu laudo que declarava a fazenda improdutiva. A Diocese recorreu desse laudo de vistoria. Recorreu à ajuda de políticos da região e provocou uma série de reuniões com o Superintendente Regional do Incra, conseguindo o arquivamento do decreto de desapropriação e uma nova vistoria na área. O novo laudo técnico concluiu que o imóvel "[...] é GRANDE PROPRIEDADE PRODUTIVA (sic), insuscetível de dasapropriação para Reforma Agrária"[278].

Aparece aqui um novo dado no campo religioso, agentes em demanda por terras pertencentes ou não à Diocese de Jataí. Essa demanda indica que há dentro desse campo desigual distribuição de capitais, já que a Igreja, entre outros proprietários, possuem vastas

[275] Os conflitos de terras existentes nesse momento no município de Jataí são a ocupação das fazendas Pedregulho e Rio Paraíso. "As 133 famílias de lavradores ocupantes da fazenda Pedregulho foram despejadas com violência por jagunços e policiais militares no inicio deste mês [...] outro grupo de posseiros, totalizando 156 famílias, ocupa a Fazenda Rio Paraíso, com uma área de 26 mil 166 hectares e está ameaçada de despejo" (CORREIO BRAZILIENSE, Brasília, março de 1986, p. 14).

[276] Ofício de encaminhamento do relatório elaborado pela CPT destinado à Diocese de Jataí.

[277] De fato, a Fazenda Rio Paraíso foi invadida em 30 de setembro de 1985, conforme várias matérias publicadas no jornal Folha do Sudoeste "O alerta da invasão"; "Fazenda invadida: a tensão presente"; "Terras em Jataí vão ser desapropriadas"; "700 posseiros vão receber títulos de terra em Jataí".

[278] Jornal da Diocese de Jataí. Jataí, 01 a 30 de abril de 2005, p. 3.

áreas de terras enquanto que os trabalhadores não a possuem. Nesse caso, os menos favorecidos procuram investir capital suficiente para minimizar essa distribuição desigual e, para isso, utilizam como estratégias de investimento as invasões de áreas rurais e urbanas.

Os dados da pesquisa indicam que, quanto às áreas urbanas invadidas, os litígios foram paulatinamente sendo resolvidos, mas resolvidos do ponto de vista dos agentes com maior capital no campo, o clero. A solução do problema desses lotes, de uma maneira ou de outra, continuou favorecendo os detentores de maior capital, já que, via litígios, ou os lotes ou as verbas correspondentes a eles voltaram aos cofres da Diocese, ou ainda, em forma de favores com órgãos governamentais, houve permutas constantes favorecendo os interesses de ambos, mas nunca dos demandatários por lotes.

Quanto às invasões das áreas rurais pertencentes a Diocese, ela deixa claro que quer manter o domínio no campo por meio de ações, inclusive via mídia, justificando a manutenção de suas terras sob a alegação de que são destinadas a manter as despesas dos sacerdotes em formação, e, posteriormente, sob a alegação de que suas áreas são produtivas, portanto não passíveis de desapropriação.

Em relação às invasões de áreas não pertencentes à Diocese, que não ameaça diretamente o monopólio de capital financeiro no campo religioso, mas ameaça indiretamente a manutenção de outras formas de capitais, já que o bispo foi envolvido em escândalos protecionistas à classe ruralista e era pertencente ao grupo vinculado aos Sindicatos Rurais Patronais. Na história da luta pela posse da terra no Brasil, a Igreja Católica, em alguns momentos, esteve vinculada a movimentos ligados a trabalhadores, mas na região da Diocese de Jataí essa não foi uma realidade, já que as fontes pesquisadas indicam que os assentamentos implementados nessa região tiveram apoio de segmentos como Câmara de Vereadores, políticos locais que exerciam cargos nas esferas municipais, estaduais e federais, entre outros, exceto da Igreja. Ou seja, a Diocese de Jataí contribuiu de maneira decisiva para a manutenção dos princípios da modernização conservadora, corroborando a manutenção de vastas áreas de terras.

Isso coincide com as idéias e ideais da Diocese de Jataí, que não concorda com os métodos utilizados pelos trabalhadores em demanda por terra para a concretização da reforma agrária. Ela apóia a reforma agrária desde que seja feita com utilização de mecanismos, considerados, por ela, legítimos; sem invasões e violências ou interesses político-eleitoreiros. Sabe-se que no Brasil essa não é uma realidade possível; historicamente, a implementação de projetos de assentamentos só foi possível utilizando-se como forma de pressão as invasões, entre outras. E no âmbito da Diocese não se pode afirmar que algum processo de

assentamento não se tenha dado tendo em vista interesses político-eleitoreiros, já que alguns deles levam inclusive nomes de políticos envolvidos de algum modo no processo, como por exemplo o assentamento Rio Paraíso de Jataí, que é extra-oficialmente conhecido como assentamento Íris Rezende Machado.

Como se pôde perceber, são várias as ações desenvolvidas pela Diocese de Jataí, no campo religioso – algumas menos outras mais articuladas – as quais desvelam suas estratégias de sobrevivência e sua articulação com o campo da modernização agrícola. Essas estratégias visam assegurar a sua expansão, consolidação e manutenção. Indubitavelmente suas ações objetivam apoiar esse processo de modernização agrícola, já que a Diocese age numa perspectiva de reprodução, na medida em que forma uma idéia ou consciência que o favorece.

Vale salientar que essa formação de consciência se deu de maneira que a Diocese saísse favorecida, não se preocupando, portanto, nesse processo, em apontar as contradições presentes na realidade histórica. Assim sendo, ela joga seu manto sagrado sobre os que se sobressaem, bem em meio às contradições históricas, abençoando o processo por meio da tradicional Festa das Bênção das Sementes, por exemplo.

A Festa da Bênção das Sementes ocorre no município de Jataí desde 1988. Tudo começou quando Pe. Chico, recém-ordenado e tendo assumido a Paróquia São Sebastião, passou a celebrar, uma vez por ano, uma missa especial abençoando as sementes trazidas pelos seus paroquianos. Em 1993, paroquianos, dentre eles agricultores, pecuaristas, comerciantes, empresários e políticos organizaram-se e redimensionaram aquela celebração indo além do ato religioso. Além da celebração da bênção das sementes, acrescentaram alguns dias de festa com leilões de ceias e prendas, carreata com carros, caminhões e máquinas agrícolas e um churrasco de confraternização.

> A festa da Benção das Sementes cresceu e cresce a cada ano, tanto que já se tornou tradição em nosso município. O seu simbolismo contagia e a cada ano que passa conquista mais adeptos, uma vez comparando a semente como vida que germina e produz, fruto que alimenta e dá vida, a Festa da Benção das Sementes tem produzido frutos de amor e fé em nossa Paróquia.[279]

O evento é normalmente organizado em três dias. Em um deles, há a bênção dos trabalhadores, dos implementos e, principalmente, das máquinas agrícolas durante a carreata que percorre as principais ruas da cidade, partindo da Igreja São Sebastião.

---

[279] Jornal da Diocese de Jataí. Jataí, agosto de 2001, p. 6.

Ilustração 2 – Carreata pelas ruas de Jataí.

Fonte: 7.ª Festa da Bênção das Sementes. Igreja São Sebastião (2000).

Ilustração 3 – Benção de máquinas agrícolas.

Fonte: 7.ª Festa da Bênção das Sementes. Igreja São Sebastião (2000).

Ilustração 4 – Benção de implementos agrícolas.

Fonte: 7.ª Festa da Bênção das Sementes. Igreja São Sebastião (2000).

Ilustração 5 – Benção dos trabalhadores.

Fonte: 7.ª Festa da Bênção das Sementes. Igreja São Sebastião (2000).

No dia seguinte, ocorre uma missa sertaneja com a Bênção das Sementes que "[...] são misturadas e semeadas nos campos com a fé e a certeza dos produtores de que terão uma boa colheita. Chegamos até a afirmar que é esta fé que tem tornado nos últimos anos, o nosso município um dos maiores produtores de grãos do país"[280]. É claro que, ao tornarem o município e o país ricos, tornam também a Igreja, já que abençoar as sementes e esperar que elas dêem bons frutos implica também que tragam parte dessa abundância para a Igreja, como ocorreu na campanha "arroz de Deus", realizada em Ceres. "No tempo do plantio sempre tinha missa. Nós dávamos um saquinho de arroz (talvez 1 kg) abençoado. As pessoas levavam e plantavam. Depois, na colheita, traziam o que colheram." (PESSOA, 1999a, p. 65)

Nos documentos analisados, não aparece de forma clara esse retorno financeiro para a Igreja, como no caso da campanha "arroz de Deus", mas aparece o esforço contínuo de inserção de grupos de produtores rurais, especialmente sulistas, nos grupos de trabalhos da Igreja, o que pressupõe uma interação entre ambas as partes, e com isso um investimento financeiro por parte dos parceiros da Igreja.

Esse investimento por parte dos produtores rurais pode ocorrer em função da crença de que, ao receber as bênçãos de Deus nas suas sementes, suas lavouras prosperem e, por isso, sintam-se na obrigação de retribuir a graça, colaborando com as obras de Deus. De fato, os dados estatísticos apontam que os municípios pesquisados têm-se tornado produtores que despontam nacionalmente em termos de produção de grãos. Entretanto, a Igreja incorporou esse discurso na Bênção das Sementes. Assim, o município só é grande produtor de grão porque recebe essa bênção fazendo com que todos os produtores sintam necessidade desse rito para assegurar boa colheita.

Esse é o indicativo do crescimento gradativo da festa ano a ano. Por ocasião das carreatas nas ruas da cidade, fazm-se convites para que as pessoas participem e prestigiem o evento, enfatizando que é graças a essa bênção que o município de Jataí é um dos maiores produtores de grãos. De fato, o evento tomou tamanhas proporções que já faz parte do calendário municipal de atrações turísticas. Em 2006, a festa irá para a sua décima terceira edição e é considerada "[...] uma das mais importantes e significativas dos últimos anos."[281]

Uma outra questão que não pode passar despercebida é a benção dos trabalhadores nas carrocerias de camionetas durante a carreata. Aqui, aquele trabalhador que luta por terras e pela possibilidade de assegurar sua subsistência também é abençoado como instrumento e

[280] Idem (p. 1).
[281] Jornal da Diocese de Jataí. Jataí, setembro de 2003, p. 4.

objeto do capital, do mesmo modo que os veículos agrícolas. Abençoa-se tudo, como se fosse a mesma coisa, em nome da consagração de um projeto de desenvolvimento agrícola.

Outro ponto que chama a atenção, além, é claro, da já citada Bênção das Sementes, é a bênção das máquinas agrícolas. "[...] houve um grande desfile com máquinas, carros, caminhões, carretas e outros."[282] Chama a atenção, primeiramente, porque é um grande acontecimento na cidade, que mobiliza autoridades civis e militares e toda a população, que sai de suas casas para ver o desfile das máquinas agrícolas. Em segundo lugar, o fato de a Igreja abençoar máquinas agrícolas soa de maneira contraditória em relação às origens do homem simples do sertão.

Em toda a literatura, seja ela internacional, nacional ou regional, o trabalhador rural é unânime em ver a máquina agrícola como óbice à sua perpetuação como mão-de-obra agrária. Pode-se buscar na literatura internacional a questão levantada, por exemplo, por John Steinbeck (s. d.a), em *As Vinhas da Ira*. Essa obra relata a saga de uma família que teve suas terras devastadas e invadidas pelo grande latifúndio, deslocando-se para o oeste americano durante a Grande Depressão americana. Tiveram que abandonar suas terras por prejuízos na plantação e por não terem como arcar com as dívidas geradas por ela e pelo avanço da modernização agrícola. "[...] os homens estão abandonando as terras [...] cada trator enxota dez famílias. Tá cheio de tratores por ali agora" (p. 13). "Um só homem, guiando um trator, podia tomar o lugar de doze ou quatorze famílias inteiras" (p. 38).

> Os tratores invadiram as terras, enormes monstros de ferro a moverem-se qual insetos, possuidores da ligeireza dos insetos. Os tratores rastejavam pelas terras, imprimindo nelas as marcas de suas correntes. Eram tratores diesel, fumegando enquanto estacionam indolentes, bufando enquanto em marcha. Monstros de nariz chato, a levantar poeira, enfiando nela o focinho, marchando firmes pelas terras duras, arrasando cercas, não respeitando cabanas, demolindo tudo na sua rota implacável. Não corriam pelo chão, mas sobre correntes denteadas. Ignoravam colinas e vales e cursos de água e cercados e casas [...] o estrondo dos cilindros reboava pelas terras afora, incessante e ensurdecedor, numa vibração uníssona a do ar. (p. 41)

O trator assume, então, o papel de um monstro que veio para acabar com a possibilidade de trabalho das famílias e com o amor à terra; o homem que dirigia o monstro não podia controlar essa máquina

> [...] porque o homem já era parte integrante do monstro de ferro, porque o espírito desse monstro dominava o homem, orientava-lhe irreversivelmente o cérebro e os músculos. O homem não mais via a terra como ela era na realidade, não podia

[282] Jornal da Diocese de Jataí. Jataí, setembro de 2000, p. 4.

> cheirar-lhe o cheiro, seus pés não pisavam os torrões e não lhe sentiam o calor e a força da vida que dela emanavam. Ele estava sentado em seu assento de ferro e apertava com os pés os pedais de ferro. Não podia alegrar-se com a extensão de sua força, sentir-lhe a pulsação, o contato alentador. Não podia sentir-lhes as súplicas. (p. 41)

Esse novo homem, integrante da máquina a que o autor se refere, é o homem proprietário, aquele que possui uma "[...] propriedade que ele não veja, para tratar da qual não tenha tempo e na qual jamais pisará" (p. 43). A propriedade substitui o homem, "[...] a propriedade é o homem, e a propriedade é mais forte que o homem. E ele vale pouco. Somente a propriedade é que vale alguma coisa, e o homem é escravo da propriedade" (p. 43). E o que essa propriedade colhe não é tocado pelo homem: "os homens comiam aquilo que não tinham plantado; não tinham amor ao pão que comiam. A terra produzia pelo efeito do ferro e sob os efeitos do ferro morriam gradualmente; não era amada, nem odiada; nem adorada, nem amaldiçoada." (p. 42)

Em *A Estranha Máquina Extraviada,* do escritor goiano José J. Veiga (1997), a máquina aparece em uma cidade do sertão sem que ninguém soubesse como ali foi deixada. Ela passou a ser objeto para vários usos. As crianças a utilizam para brincar, as velhinhas de igreja "[...] viram o rosto para o lado da máquina e fazem uma curvatura discreta, só faltam se benzer" (p. 91), os homens tratam a máquina com respeito, o prefeito designou um funcionário para cuidar dela, os turistas vêm de fora para tentar comprá-la. Nas datas cívicas a máquina é parte integrante das festividades, "[...] hoje tudo se passa ao pé da máquina" (p. 93), em tempo de eleições os candidatos fazem comícios à sombra dela. O vigário foi "a única pessoa que ainda não rendeu homenagem à máquina" (p. 93). Diziam que a máquina fazia até milagre e queriam até declará-la monumento municipal.

> Eu – e creio que também a grande maioria dos munícipes – não espero dela nada em particular; para mim basta que ela fique onde está, nos alegrando, nos inspirando, nos consolando. O meu receio é que, quando menos esperarmos, desembarque aqui um moço de fora, desses despachados, que entendem tudo, olhe a máquina por fora, por dentro, pense um pouco e comece a explicar a finalidade dela, e para mostrar que é habilidoso [...] peça na garagem um jogo de ferramentas, e sem ligar a nossos protestos se meta por baixo da máquina e desande a apertar, martelar, engatar, e a máquina comece a trabalhar. Se isso acontecer, estará quebrado o encanto e não existirá mais máquina. (p. 94)

Aqui se convive muito bem com a máquina desde que ela não quebre o seu encanto e comece a trabalhar.

Carmo Bernardes (1984) ao descrever o romance entre Nunila e Antônio, no Descoberto, vilarejo ao norte de Goiás, mostra outro exemplo da relação do homem com a máquina:

> Aquela coisa me parece um massacre. Sinto uma bestagem de pensar que o mato sendo destroçado geme de dor. É que o roçado está sendo feito num capoeirão alto, com dois tratores monstros arrastando uma corrente de não sei quantas centenas de arrobas de peso. Aquilo vai deitando o que há na frente, esfregando o mato, arrancando a paulama com a raiz. Esmói tudo, o madeirame de meia grossura vira bucha. A ferragem ringe de arrepiar, um atropelo monstro. Diante de tanta força e dos horrores do destroço, eu me apequeno, me sinto diminuído como um verme. (p. 58-59)

Sebastião Arantes (1975), escritor rioverdense, em *O Pranto dos Inhambus,* também mostra essa relação. "[...] altas horas acorda assustada com o pampeiro na porta – estalação confundida a urro de motor e árvore caindo [...] uma maquinona desengonçada enfia o focinho no pé das árvores da moda de porco e joga no chão empurrando prum e proutro lado." (p. 40) O autor segue falando que o trator de esteira dos roncos simples de máquina furando as trevas passou a copiar modas estremelicando o sereno com diabruras sobrenaturais.

> [...] para alguns ele gemia e pedia descanso na boca da noite e gritava de cabeça erguida ao tombo dum pau que lhe dava água pras barbas no clarear do dia – havia os místicos que humanizavam sua voz num grito de terror da natureza excomungando a humanidade. (p. 53)

Esses são apenas alguns exemplos que mostram como o homem do campo tradicional vê a máquina, ela que é uma das maiores responsáveis pelo progresso técnico e avanço da agricultura moderna, na opinião do *caipira* tradicional. E aquilo a que mais se teme a Igreja abençoa. E o que a Igreja abençoa é o que Deus abençoa, e se Ele abençoa, "seja feita a vontade de Deus!".

Pode-se citar, ainda, como exemplo de atividade religiosa a missa campal realizada no município de Jataí no dia 16 de maio de 2006. A missa marcou o início das atividades do movimento denominado Grito do Ipiranga. Após a realização da mesma todas as estradas foram interditadas impedindo o trafego de veículos. O movimento objetivou, entre outras coisas, a reivindicação de uma política de governo claramente definida para o setor agrícola.

Ilustração 6 – padres das quatro paróquias de Jataí realizando a missa campal.

Fonte: arquivo pessoal.

Ilustração 7 – população presente na missa campal (estimativa de 3 mil pessoas).

Fonte: arquivo pessoal.

Observa-se o nascimento de atividades religiosas que preservam rituais simbólicos. Para Cohen (1978), o comportamento humano é inteiramente revestido de símbolos. Em todas as sociedades, as formas simbólicas "representam seu devido papel na manutenção da ordem" (p. 15). Muitos padrões de comportamento simbólico subsistem no presente porque representam papéis importantes no quadro social contemporâneo. Eles são revividos para ocupar funções que sempre ocuparam, ou são constantemente criados para preencher antigos propósitos. Para ele, quando os símbolos[283] criados são adotados por um grupo, eles deixam de ser subjetivos e passam a ser objetivos. Os símbolos tornam-se públicos quando são assumidos como representação coletiva de determinados grupos.

O autor chama a atenção para o fato de que

> os símbolos são elementos essenciais para o desenvolvimento e manutenção da ordem social; e para que cumpram eficientemente seu papel é preciso que suas funções sociais permaneçam inconscientes e não-intencionais. Tão logo elas se tornem conhecidas, os símbolos perdem sua eficácia." (p. 21)

Como se vê, a Bênção das Sementes, entre outros eventos, é ilustrativa do cabedal simbólico que a campo religioso mobiliza para garantir a reprodução do campo da modernização agrícola. Essa festa passa a ser, então, a consagração do projeto de desenvolvimento do capital como parte do plano de Deus. Ela sacraliza a modernização agrícola e, ao mesmo tempo, impõe uma série de valores e princípios em defesa desse processo e, como se percebe, a tendência é de reprodução/manutenção do campo.

### 3.1.2 O campo do cooperativismo – Cooperativa Agroindustrial dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano (COMIGO)

Como foi exposto anteriormente, o campo do cooperativismo compõe-se de: associados e diretoria, técnicos, fornecedores, compradores e concorrentes. Esses possuem, ao mesmo tempo, interesses comuns e antagônicos, característica concorrencial de qualquer campo. O jogo que se joga aqui é a busca de preservar o investimento de capitais específicos desse campo e, para isso, cada componente lança mão de ações que melhor o estabeleçam no campo. Uma das primeiras ações dos agentes desse campo está no âmbito da assistência

[283] Para Cohen (1978), símbolos são objetos, atos, conceitos ou formas lingüísticas que acumulam ambiguamente vários significados diferentes e que simultaneamente evocam emoções e sentimentos, impelindo os homens à ação. Eles aparecem usualmente em atividades formalizadas, como cerimônias, ritos, trocas de presentes, gracejos consagrados pela tradição, juramentos, comer e beber em grupo, etiqueta social e vários outros traços culturais que constituem o estilo de vida de um grupo.

social,[284] que abrange atendimentos médico-odontológicos, cursos, campanhas e atendimentos na área social.

Em 1987, a cooperativa instalou um ambulatório para atendimento aos associados, familiares e empregados. O ambulatório contava com dois consultórios médicos, um laboratório de análises clínicas, um posto de vacinação, três consultórios odontológicos de assistência e orientação global à mulher e à criança. Ele foi possível graças a convênios e funcionou por um longo tempo.

A assessoria de serviço social da COMIGO realizou outros trabalhos, como: promoção de cursos e palestras para gestantes, ajudando na confecção do enxoval dos bebês; participação nas campanhas de vacinação; promoção de eventos comemorativos; pesquisas sobre o nível de vida, de economia e de saúde dos funcionários; e palestras sobre prevenção e acidentes de trabalho.

Um outro programa, criado em 1986, foi o programa social leite de soja, foi um beneficio que a COMIGO estendeu a mais de 3.100 famílias carentes. Para a cooperativa, não era só o crescimento produtivo o importante, mas também a melhoria dos padrões de vida das famílias dos agricultores da comunidade da sua área de ação. O programa atendeu a famílias carentes das periferias urbanas de Rio Verde, Acreúna e Serranópolis, cujos integrantes, na maioria, eram trabalhadores volantes nas lavouras (bóias-frias). O programa distribuía mais de 14 mil litros de leite de soja por mês, fabricados a partir de doação dos associados de 2 quilos de soja por hectare de sua propriedade[285]. No início, o programa distribuía 35 porções do leite por dia, em 1987, já totalizava uma distribuição de 8.225 porções/dia.

Para Paoli (2002), a constituição do ativismo social do empresariado brasileiro tem a ver com a noção retrabalhada de cidadania, tornando-a quase sinônimo de solidariedade. A palavra solidariedade torna-se a disposição altruísta voluntária de um indivíduo, uma organização ou uma empresa. Cidadania e solidariedade são demandadas, nos anos 1990, quando o governo procura livrar-se de investimentos em obrigações públicas. Esse quadro ajuda a compreender o deslocamento do ativismo político, pela cidadania e justiça social, para o ativismo civil, voltado para a solidariedade social. Ou seja, compreender a entrada nesse terreno do empresariado que volta sua atenção ao benefício público.

---

[284] A utilização do termo assistência social foi preservado aqui e nas demais partes do trabalho, porque é o que aparece nos documentos consultados. Mas, a opção por essa denominação não desconsidera a luta historicamente desencadeada pela sociedade civil para constituir essa assistência como uma política pública. Esses serviços sociais oferecidos pelos agentes coletivos não são considerados pela pesquisadora, embora o seja pelas instâncias pesquisadas, como assistencialismo, mas sim como direito historicamente conquistado e como obrigação das empresas ou órgãos governamentais que possuem parcerias com os agentes estudados.

[285] Conferir Informe COMIGO. Rio Verde, julho/agosto de 1986.

Tendo esse quadro em vista, pode-se dizer que uma parcela do empresariado, diante do aumento das desigualdades sociais e da pobreza do país, lança-se ativamente no campo social e, nesse contexto, desenvolvem suas atividades. Trata-se de um movimento que redefine o sentido e o modo de operar da velha filantropia, aproximando-a da noção de cidadania. Ao mesmo tempo, essa filantropia empresarial organizada adapta-se com vantagens às formas do lucro empresarial e, deste prisma, ecoa o discurso neoliberal, que preconiza a iniciativa individual e privada contra a ineficiência burocrática do Estado e a politização dos conflitos sociais. A ação social empresarial dirigida a grupos carentes da sociedade reforça a sua imagem institucional, melhorando, assim, seus negócios. Dessa forma, além de ela fazer parte das operações de lucro, afirma o poder social sobre as comunidades em que atua, sobre as relações de trabalho que contrata e sobre as causas que abraça. A avaliação de impactos de programas sociais levados a efeito por empresas nos espaços e populações carentes constata que eles não operam mudanças nessas realidades sociais. O impacto tem mais a ver com o retorno mercantil dos recursos investidos.

Segundo Paoli (2002), a ação empresarial filantrópica é carregada de uma identidade particular, mas a transcende no horizonte da instauração de um espaço público de ações propositivas, críticas, conflitivas e criadoras que se alinham na formação renovada de valores. A ação social está muito mais voltada para uma oportunidade de negócios do que uma mera atitude filantrópica. A expressão "valor agregado à marca" por meio da filantropia pode mostrar mais claramente essa dimensão. Para a autora, algumas multinacionais admitem claramente que empreendem ação social para promover a imagem da empresa.

O ativismo social empresarial desloca parcelas e territórios sociais para o campo de seus interesses, num movimento silenciado pela intenção e pelo ato original de fundação de uma nova consciência empresarial cidadã, solidária e responsável. Algumas dimensões da filantropia empresarial podem indicar a sua instrumentalidade como parte do controle do espaço mercantil e social, que opera juntamente com os signos valorativos da ética da doação.

Um outro âmbito de atuação da COMIGO surgiu com a criação, em 1977, do departamento de assistência técnica (DAT), com médico veterinário e engenheiro agrônomo para exercerem o papel de difusão das modernas técnicas agropecuárias. Esse departamento contou com ajuda do Incra, que remunerava o veterinário, e da Emater, que cedia um agrônomo. Esse departamento teve uma importante função com vistas a colocar o produtor rural no processo capitalista de produção. O tipo mais relevante de trabalho exercido pelo departamento técnico, em 1979, deu-se na elaboração de projetos de financiamento de capital junto aos Bancos. Em 1990, o jornal Informe COMIGO noticiou que o DAT passou por

mudanças em suas acomodações e ampliou o atendimento nos entrepostos da cooperativa e continuou sendo um importante ponto de apoio para o produtor. Nele se fazia análise de solo, orientação sobre utilização de insumos, orientação sobre utilização correta do maquinário, alimentação e tratamento das doenças do gado, "[...] enfim, para todo e qualquer 'pepino' da fazenda, o DAT tem a solução"[286]. Além da ampliação dos serviços, o DAT ampliou também os profissionais para outros atendimentos: técnicos agrícolas e topógrafos. Em 1999, o Informe COMIGO comunicou que o DAT era responsável pelo atendimento interno ao público, com relação à recepção e encaminhamento de amostras de solo; orientação na metodologia utilizada para amostragem do material a ser analisado; divulgação de novas tecnologias através de dias de campo; palestras e encontros técnicos. Além disso, o DAT servia de referência consultiva para outros órgãos ligados à agricultura, como era o caso da Conab, jornais, TV e revistas.

No Relatório do Conselho de Administração do ano de 2001, esse órgão já não apareceu como departamento, e sim como Setor de Assistência Técnica. Nesse mesmo relatório, mas do ano de 2003, ele apareceu como Setor vinculado à Unidade Estratégica de Negócios de Insumos e foi considerado um dos pontos fortes da COMIGO. Nesse ano, foram realizados 103.789 exames e atendimentos veterinários diversos; 19.269 atendimentos agronômicos e 431 projetos técnicos. Em 2004, foram realizados 142.823 atendimentos veterinários; 16.995 atendimentos agronômicos e 646 projetos técnicos.

Outro ponto forte da COMIGO foram os convênios que estabeleceu, desde 1984, em parceria com outras instituições, como Emgopa, Embrapa, Fesurv e Emater-GO, para a realização de pesquisas. Essa necessidade de investimentos em pesquisa deu origem, em fevereiro de 2002, ao CTC – Centro Tecnológico COMIGO. Ele surgiu da idéia de realização de experimentos e pesquisas do setor agropecuário. "Emergiu com o objetivo de proporcionar à região o equilibrado uso de sistemas de tecnologias destacando o negócio agropecuário."[287] Tinha em seu discurso o interesse em priorizar o plantio direto e o sucesso do produtor rural sem agredir o meio ambiente. "Atualmente, O CTC desenvolve cerca de 70 experimentos, incluindo o controle de ervas daninhas, o espaçamento para o plantio de soja e de milho, época de plantio, adubação, doenças entre outros."[288] O CTC buscou alternativas para o aumento da produtividade e lucratividade.

[286] Informe COMIGO. Rio Verde, maio/junho de 1990, p. 1.
[287] Idem (março/abril de 2004, p. 8).
[288] Idem.

Além das atividades de pesquisa, ele realizou encontros tecnológicos – primeira edição em 2002 e segunda em 2003. No primeiro encontro, os resultados foram expressivos, e mais de 5 mil pessoas da região e de diversos outros Estados estiveram presentes. Em 2003, o público estimado foi de 16 mil pessoas, que foram à feira para conferir testes realizados pelo CTC com milho, soja, sorgo, arroz, algodão, trigo, pastagens, fruticultura, entre outros. No encontro expuseram também as últimas novidades em equipamentos agrícolas e pecuários; assistiu-se a palestras sobre assuntos agropecuários e visitaram-se estandes de empresas ligadas ao agronegócio[289].

Os encontros tecnológicos realizados pelo CTC da COMIGO tomaram dimensão tão grande, que em 2003, a cooperativa fechou contrato com uma empresa responsável pela Agrishow (feira) de outros municípios, para a formação de uma parceria para organização do evento nos cinco próximos anos. Nessa parceria, o evento passou a chamar-se Agrishow COMIGO. Para a COMIGO, os benefícios foram obviamente muito grandes, por dois motivos: os produtores passaram a conhecer em primeira mão as últimas novidades do setor de máquinas e implementos agropecuários, com a presença dos próprios fabricantes; os negócios foram incrementados ainda mais, com a presença de diversas instituições financeiras disponibilizando recursos. Apostou-se, também, na expectativa de que a Agrishow ampliasse a repercussão do CTC e da COMIGO em âmbito nacional.

Em 2004, a Agrishow COMIGO foi lançada em solenidade oficial na capital do Estado, contando com presença de várias autoridades políticas. Essa edição da Agrishow superou todas as expectativas de seus realizadores.

> Visitaram a Feira, nos cinco dias de evento, 38 mil pessoas. Nos negócios, a AGRISHOW COMIGO atingiu um volume da ordem de R$ 400 milhões (a meta era R$ 300 milhões) envolvendo máquinas, implementos, equipamentos e insumos agropecuários. Com isso, a Feira de tornou a terceira do país em negócios.[290]

Os produtores também tiveram a oportunidade de presenciar a demonstração dos benefícios da utilização de diversas tecnologias de campo, com possibilidades de aumento da produtividade e renda. Além disso, a parceria com as instituições financeiras facilitou a aquisição de novos equipamentos. Os negócios fechados movimentaram produtores de doze estados da Federação.

---

[289] Empresas, entidades e instituições participantes: Pioneer, Bayer, Agenciarural, Milenia, Monsanto, DuPont, Coodetec, Agroceres, Fesurv, Fundação GO, Embrapa, Basf e CTPA (conferir Informe COMIGO, Rio Verde, janeiro/fevereiro de 2004, p. 12).

[290] Informe COMIGO. Rio Verde, março/abril de 2004, p. 3.

Em 2005, a Feira foi lançada em Rio Verde, com a presença de autoridades, imprensa, expositores e produtores, com o slogan Agrishow COMIGO – o agronegócio rompendo fronteiras. Nessa edição a feira inovou em infra-estrutura e bem-estar do visitante e recebeu 38 mil pessoas, entre os quais produtores rurais de vários municípios e de outros países, como Canadá, Argentina e Estados Unidos.

O balanço do evento foi considerado muito positivo. "A Feria atingiu, este ano, a sua consolidação como evento de ponta no agronegócio."[291] O volume de negócios realizados atingiu R$ 200 milhões, com um número de 180 expositores e de 300 demonstrações de máquinas e dinâmicas de pecuária, gerando 4 mil empregos temporários. "[...] a AGRISHOW COMIGO cumpriu seu papel como uma gigante vitrine tecnológica."[292]

No processo de criação desses órgãos de assistência técnica (DAT), de pesquisa (CTC), e de divulgação (Agrishow) dá-se um interessante movimento dentro do campo cooperativista. Esses órgãos aparecem como um investimento de capital que parte da diretoria e dos cooperados que já os utilizam para os que não o fazem, como uma estratégia de convencimento para consumo de modernas técnicas agricultáveis. Isso interessa ao campo como um todo, já que, se a maioria dos cooperados forem convencidos da necessidade e de importância da implementação de modernas técnicas de cultivo, mais fácil o campo assegurará a sua reprodução.

Por outro lado, cada um desses órgãos procura investir seu capital criativo, utilizando toda a gama de recursos científicos produzidos para se fortalecer e ganhar espaço dentro do campo cooperativista. O CTC procura realizar experimentos e pesquisas buscando alternativas para o aumento da produtividade e lucratividade; o DAT dá apoio técnico ao produtor com vistas a colocá-lo no mercado de produção; a Agrishow divulga as mais recentes pesquisas objetivando deixar o produtor atualizado sobre as novidades do setor de máquinas e implementos, podendo assim incrementar seus negócios.

Outra estratégia de ação contundente da diretoria da COMIGO esteve na criação de um mecanismo de comunicação: jornal Informe COMIGO. A primeira edição desse jornal circulou em setembro de 1983, ou seja, oito anos após a fundação da cooperativa. No editorial dessa primeira edição, fez-se circular, com o título "A volta do Informe COMIGO", algumas informações sobre o referido jornal. Uma informação que ele trouxe é que essa não foi a primeira tentativa da cooperativa na edição de jornais. "O Informe COMIGO, bastante útil e que se constitui numa experiência válida para estreitar o relacionamento da Diretoria com os

[291] Informe COMIGO. Rio Verde, abril de 2005, p. 13.
[292] Idem.

cooperados, volta após uma longa ausência."[293] A matéria informou ainda que, nas primeiras experiências com o jornal, ele atingira seus objetivos "[...] como a orientação sobre Direito Agrário, Veterinária, Agronomia, sanidade humana, mesmo saúde e medicina preventiva e agradou a todos"[294]. Entretanto, não se sabe, por essa matéria, qual foi o período de circulação do jornal e não foi possível encontrar arquivo desse material na COMIGO.

O objetivo do Informe COMIGO passou a ser, além de estreitar o relacionamento da diretoria com os cooperados, fazer com que os próprios cooperados se comuniquem entre si. "O Informe COMIGO deve servir como um meio de comunicação, de integração da Cooperativa e dos cooperados entre si."[295] A preocupação era que os cooperados apresentassem sugestões de artigos, indicando aqueles de maior interesse, principalmente com relação à defesa do próprio produtor dentro da comunidade.

A intenção era fazer com que o cooperado participasse mais da vida da cooperativa e ficasse mais informado sobre o trabalho que ela vinha realizando em toda sua área de ação – nesse ano, Acreúna, Santa Helena, Jataí e Rio Verde. "[...] em algumas reuniões, conversas com alguns produtores, e mesmo fora das reuniões, em bate-papo, trocas de idéias, notamos que o nosso produtor não está sabendo propriamente o que é a Cooperativa da qual é cooperado."[296]

Em 1984, o Informe COMIGO comemorou um ano de circulação mensal ininterrupta. Na reportagem do editorial, "Força catalizadora", a diretoria mostrou-se duplamente satisfeita com a circulação do jornal: pela aproximação da cooperativa com seu quadro social por meio das notícias e pela integral aceitação da iniciativa cujos resultados podiam ser medidos na cobrança que os cooperados faziam do jornal quando havia um pequeno atraso na circulação.

O Informe COMIGO, segundo seus calaboradores, constituiu-se no veículo indispensável que faltava. "Veio preencher uma lacuna e passa a ser, a partir de agora, além de instrumento de informação, numa força catalizadora em beneficio do quadro social, ao representar o pensamento de um conjunto de 1.500 pessoas, todos abraçados a esta causa cooperativista: a cooperação entre os homens e a solidariedade mútua nas ações."[297]

---

[293] Idem (setembro de 1983, p. 2).
[294] Idem.
[295] Idem.
[296] Idem.
[297] Idem (agosto de 1984, p. 2).

A diretoria, nessa reportagem, conclamou os cooperados a uma reflexão sobre a sua participação individual na cooperativa; salientou o jornal como uma maneira de participação desejando que ele

> [...] continue a ser o instrumento necessário para informar e para denunciar, para mostrar um quadro real do universo vivido pelos cooperados: as dificuldades para exercer as suas atividades produtivas, as incoerências das medidas oficiais, a falta de recursos na hora certa, o trabalho desenvolvido pela Cooperativa, enfim, para sedimentar o elo de ligação dos dirigentes com os cooperados[298].

Um outro aspecto importante desse jornal foi que ele pretendia ser educativo em termos de cooperativismo e de participação do cooperado. O editorial informou que o que queriam com o Informe COMIGO deveria ser o princípio de um trabalho para se chegar ao comitê educativo. Acreditavam que esse comitê seria um importante marco na educação permanente dos cooperados.

> Não acreditamos muito em Comitê Educativo enquanto ele ficar somente no papel, de forma teórica, sem uma transferência de responsabilidade, pois do contrário somente irá aumentar as tarefas da Diretoria. Sendo uma necessidade, na medida em que este jornal possa criar uma consciência maior, uma necessidade real dos próprios se interligarem mais, numa ligação direta e efetiva Cooperativa-cooperado, o Comitê Educativo surgirá naturalmente e se fortalecerá por suas próprias atividades.[299]

A COMIGO possui, em seu estatuto social, um capítulo destinado ao comitê educativo. Ele deve ser formado por associados, técnicos ou pessoas familiarizadas com o assunto nas comunidades existentes na área de ação da cooperativa. Esse comitê não pode possuir poder de ação ou deliberação administrativa e pode ser extinto pela assembléia geral. O comitê visa à promoção constante da educação cooperativista nas seguintes bases:

> a) Difundir entre os associados os princípios do cooperativismo, sua história e filosofia; b) Esclarecer aos associados quanto aos seus direitos e deveres na Cooperativa [...]; e) Promover a cooperativa e o cooperativismo entre os associados; f) Promover o cooperativismo junto a outras entidades, autoridades e ao público em geral, difundindo as realizações, possibilidades e projetos da Cooperativa.[300]

O comitê educativo pode ser o principal meio de comunicação dos associados com a administração e vice-versa devendo, para isso, entre outras coisas, "[...] levar aos associados

---

[298] Idem.
[299] Idem (1983, p. 2).
[300] Estatuto Social (1998, p. 29).

o pensamento da administração sobre as medidas que foram tomadas [...]; promover a harmonia entre os associados e a administração, e entre os associados e funcionários, visando ao desenvolvimento perfeito das atividades da Cooperativa"[301].

De acordo com as fontes pesquisadas, esse comitê já existia no estatuto social da cooperativa anterior a 1998, mas não atendia aos objetivos propostos. O jornal veio então com o propósito de alavancar esse comitê, no entanto, nas fontes pesquisadas, não aparecem indícios de que isso tenha ocorrido, embora o capítulo destinado ao comitê persista no estatuto social de 2004. O Informe COMIGO assume para si as responsabilidades desse comitê devido a uma função eminentemente educativa, no âmbito do cooperativismo, em várias matérias de suas edições nesses 24 anos de circulação (1983-2006). Ele se torna um instrumento valioso de divulgação de todos os aspectos que envolvem a cooperativa e seus cooperados.

Ao longo da história da COMIGO, os profissionais ligados inicialmente ao DAT, e mais recentemente ao CTC, bem como as ligadas ao jornal Informe COMIGO tiveram importante participação no processo de divulgação de novas tecnologias vinculadas à produção agropecuária, de políticas públicas ligadas ao setor, de um discurso cooperativista e de uma educação ligada a esse discurso. Para isso, inicialmente a cooperativa falava em forma de um discurso cooperativista, depois de uma educação cooperativa, e recentemente, por meio do programa Cooperjovem, de encontros com jovens e mulheres cooperativistas e de cursos de cooperativismo nas escolas como forma de abranger toda a comunidade, cooperada ou não, em relação à importância da cooperação.

Começando pelo discurso cooperativista, nas primeiras edições do Informe COMIGO apareceu uma série de matérias com o propósito de: difundir o cooperativismo em Goiás, como por exemplo "Cooperativismo vive nova fase em Goiás", em cujo discurso "[...] o cooperativismo é uma das poucas alternativas de que o homem dispõe para uma promoção coletiva, para a melhor distribuição de rendas e para tornar iguais as oportunidades para todos"[302]; contar a "História do Cooperativismo": "o Cooperativismo, até pelo significado do nome – co-operar, fazer uma coisa em conjunto – é uma idéia que tem maior reflexo nas pessoas quando em tempo de crise"[303]; regionalizar o cooperativismo, por exemplo, "O Cooperativismo em Rio Verde", que diz: "[...] 6.7.75 nascia a COMIGO, hoje indiscutivelmente, a mais importante cooperativa do Centro-Oeste"[304]; enfatizar o desenvolvimento rural, como em "Cooperativismo e desenvolvimento rural": "[...] por

[301] Idem (p. 29-30).
[302] Informe COMIGO. Rio Verde, setembro de 1983, p. 10.
[303] Idem (outubro de 1983, p. 6).
[304] Idem (novembro de 1983, p. 2).

intermédio do Cooperativismo se pode chegar a resultados excelentes e inverter situações de completo isolamento sócio-econômico [...] A COMIGO, [...] está dando sua parcela de contribuição efetiva, em prol de dias melhores para os produtores do Sudoeste goiano"[305]; educar para a cooperação, como em "A importância da educação no desenvolvimento das Cooperativas", que mostra que um caminho a seguir, responsável pelo sucesso e implantação definitiva do cooperativismo, é a educação para a cooperação e diz que a ausência desse elemento foi uma das fortes razões do insucesso das tentativas em busca da organização da cooperação de forma contínua e permanente.

Para a COMIGO, a educação para a cooperação nada mais é do que a reflexão sobre os princípios e a filosofia que norteiam a sociedade cooperativa. Para isso, é preciso participar, é na "[...] integração e participação, que surge a Educação Cooperativista como elemento de recuperação para as Cooperativas"[306]. Nesse ponto de vista, a educação cooperativista desempenha um papel preponderante na busca de novos horizontes que conduzam os homens a melhores dias. Um importante papel dessa educação é descobrir novas lideranças capazes de representar as idéias do sistema a que servem, como um todo, e do grupo que lideram, caminhando com seus liderados de modo a alcançar os objetivos propostos.

A COMIGO acredita que é papel da educação cooperativista divulgar a filosofia, a doutrina, a legislação e a história do cooperativismo; mostrar a estrutura e a organização da cooperativa e do sistema; promover a harmonia e a homogeneidade de conhecimentos entre o quadro social, conduzindo universos diferentes a uma convergência de idéias e realizações necessárias ao desenvolvimento das cooperativas. "A educação e a comunicação cooperativista são, pois, meios de que o sistema pode e deve lançar mão para alcançar os fins necessários e desejáveis."[307] Cabe à educação e à comunicação cooperativista o papel de informar e promover discussões em torno dos planos e metas previstos pelos administradores junto ao quadro social, de modo a adequar planos buscando a satisfação do bem comum. Ao educador cooperativista cabe "[...] a responsabilidade de ser verdadeiramente um educador, não apenas mais um trabalhador da educação. De sua atuação dependerão os resultados obtidos"[308].

Pode-se verificar que o jornal Informe COMIGO e o Comitê Educativo surgiram com o claro propósito de atender a essa educação para a cooperação defendida pela

[305] Idem (janeiro de 1984, p. 2).
[306] Idem.
[307] Idem.
[308] Idem.

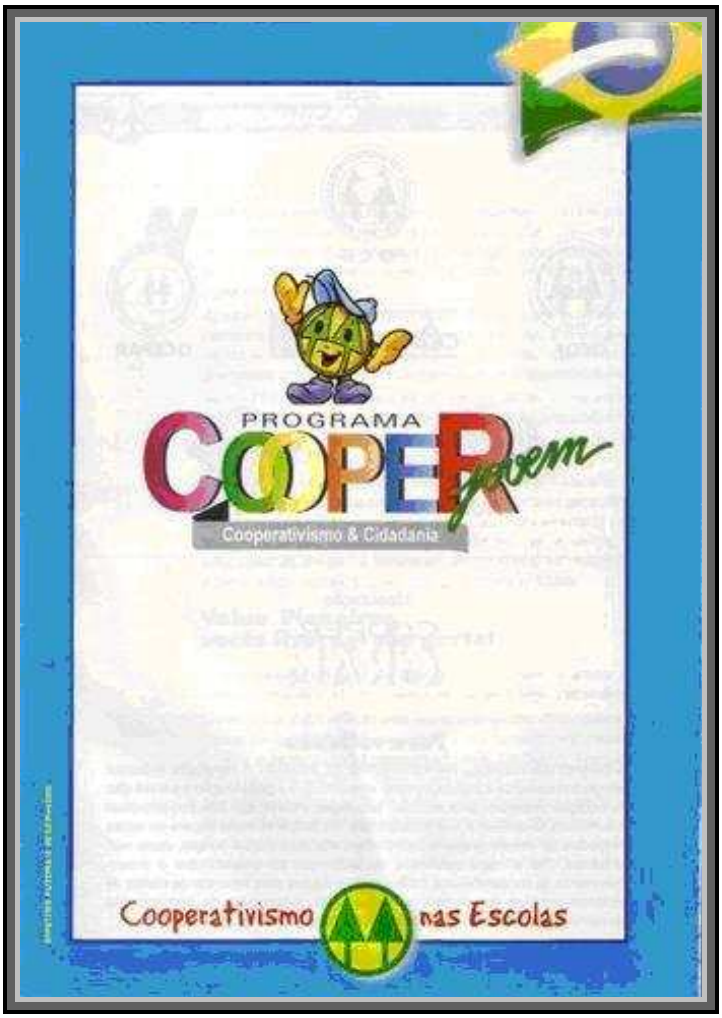
cooperativa. Nessas primeiras edições, momento de grande expansão e fortalecimento da COMIGO, várias reportagens com esse cunho foram publicadas no Informe COMIGO. Ao longo dos anos, essa educação para a cooperação foi tomando características mais refinadas e mais sutis em alguns casos; em outros, foram definidas claramente por meio de programas, eventos e cursos.

No primeiro caso, ainda aparecem nas edições posteriores do jornal reportagens como: "O que é cooperativismo"; "Educação Cooperativa"; "A Cooperativa: uma solução?"; "Educação cooperativa – A importância dos funcionários"; "Cooperativismo: Você faz parte desta história"; "Fortaleça sua Cooperativa"; "Identidade cooperativa para o novo milênio"; "Cooperativismo – a segunda onda"; entre outras.

No segundo caso, o Cooperjovem, os eventos ligados ao jovem e à mulher cooperativista e a inserção do cooperativismo por meio de cursos realizados em uma escola de Rio Verde, corroboram essa idéia de educação cooperativista. O programa Cooperjovem foi lançado em Rio Verde, em 2001, pelo Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop) e pelo Sindicato e Organização das Cooperativas de Goiás (OCG), em duas escolas[309]. O programa visa "[...] criar a cultura do cooperativismo nas crianças e nos jovens, e prepará-los para o mercado de trabalho nas cooperativas"[310]. A finalidade é inserir a matéria cooperativismo como disciplina optativa dentro da grade curricular, ou da transversal, a ser ensinada dentro das matérias já existentes. "Este programa irá despertar o espírito da cooperação em nossa juventude, para que ela procure oportunidades no mercado de trabalho nos vários ramos do sistema."[311]

[309] Coopen – Cooperativa de Ensino de Rio Verde – e Coetagri – Cooperativa de Alunos da Escola Agrotécnica Federal de Rio Verde.
[310] Informe COMIGO. Rio Verde, março de 2001, p. 1.
[311] Idem (p. 23).

Ilustração 8 – Material didático do programa Cooperjovem.




Fonte: Material didático do programa cooperativismo nas Escolas – programa Cooperjovem.

O objetivo do programa Cooperjovem é

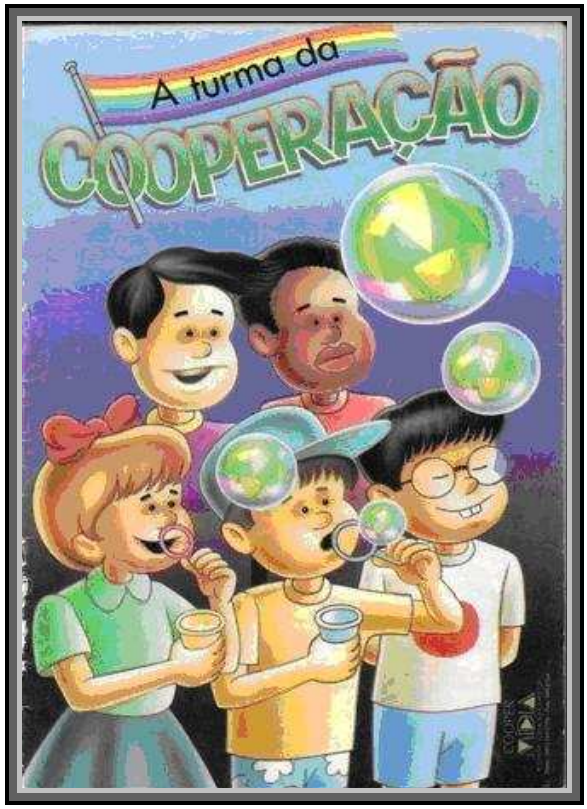
> [...] formar e capacitar jovens estudantes do primeiro e segundo graus, apresentando-lhes o Cooperativismo como alternativa de encaminhamento futuro, na vida profissional e pessoal, contribuindo dessa forma para a expansão do sistema nas mais diferentes áreas econômicas[312].

Tem ainda como objetivos específicos estimular a cooperação desde a infância, identificar potenciais lideranças, formar multiplicadores da doutrina e filosofia cooperativistas, criar alternativas de trabalho e inserção no mercado, estimular a solidariedade, revitalizar o cooperativismo como a introdução dos jovens em seu meio e incentivar o intercambio de conhecimentos.

[312] Manual didático do programa.

A metodologia do programa constitui-se de fases. Na fase 1, ocorrem palestras introdutórias e distribuição do Kit-TC (gibi "A turma da cooperação")[313], de acordo com a faixa etária.

Ilustração 9 – Gibi "A turma da cooperação".




Fonte: Material didático do programa cooperativismo nas Escolas – programa Cooperjovem.

Na fase 2, ocorre o teste de avaliação e a seleção de jovens que se constituirão em agentes estratégicos e multiplicadores do cooperativismo. Na fase 3, ocorre a formação teórica e prática com os alunos selecionados. Nesta fase, os jovens estudam o cooperativismo de forma mais aprofundada e são convidados a estagiar em cooperativas, para assimilar a essência do cooperativismo de forma direta e prática. A fase 4 visa consolidar toda a bagagem e volume de informações absorvidas pelos jovens multiplicadores com vistas à participação em encontros em que são traçadas políticas permanentes de inserção do jovem no movimento.

O programa visa, a médio e longo prazos, ter como retorno o desenvolvimento da cultura cooperativista entre os jovens. Por causa disso, todo o processo fornece a efetiva

[313] Essa coleção de gibis possui mensagens que incentiva a prática da cooperação. Segundo Soares (1999), eles possuem uma linguagem maniqueísta que lembra os manuais de educação moral e cívica estudados nas escolas durante a ditadura militar. O texto mostra a cooperação como o instrumento para que "o bem vença o mal e todos sejam felizes para sempre" (p. 112).

participação dos cooperados nas cooperativas, conferindo autenticidade e competência, além da economia de tempo e recursos financeiros normalmente empenhados em educação cooperativista para o quadro social[314].

O indicativo de retorno do desenvolvimento dessa cultura cooperativista já apareceu, em 2002, com a participação de cooperados da COMIGO no encontro de jovens cooperativistas, realizado em Bonito/MS. O evento teve o objetivo de perceber o estágio em que se encontra o jovem cooperativista e a sua visão do futuro. Os trabalhos em grupo tiveram como foco o despertar para a cooperação. De acordo com representantes da COMIGO, a impressão trazida é que o jovem está muito interessado em participar do sistema. Outro indicativo foi a participação dos jovens no I Encontro Goiano de Jovens Cooperativistas, realizado em Pirenópolis-GO, e no I Encontro de Jovens Cooperativistas da COMIGO que teve como objetivo aproximar ainda mais a COMIGO, de seus jovens associados e dos filhos dos cooperados.

A mulher também começou a ter seu papel no sistema cooperativista por meio do I Encontro de Mulheres da COMIGO, com a presença de 250 mulheres associadas, esposas e filhas de cooperados. O evento visou aproximar mais a COMIGO da família associada e enfatizar o seu valor de cooperativa. Elas participaram também do II Encontro Goiano de Jovens e Mulheres Cooperativistas e do I Encontro de Jovens e de Mulheres da COMIGO.

Um outro componente na formação da cultura cooperativista está presente na parceria que a COMIGO fez com o Centro Federal de Educação Tecnológica de Rio Verde (CEFET), com a implantação do curso técnico em cooperativismo, como uma "[...] novidade para pessoas que pretendem ingressar neste mercado de trabalho"[315]. A "[...] vinda do curso de cooperativismo se deu porque a região Centro-Oeste, e em particular o Estado de Goiás está crescendo no segmento e, portanto, demanda mão-de-obra qualificada e especializada"[316]. O curso tem o perfil e a identidade de fazer com que os alunos estudem as teorias e saibam aplicá-las de forma correta nas empresas cooperativas. Ele pretendia formar 160 alunos em 2 anos, sendo destinadas 40 vagas por semestre; destas, 20 foram destinadas aos funcionários da COMIGO. Em 2004, o Cefet formou a primeira turma do curso de cooperativismo com 26 alunos. Para o presidente da COMIGO, essa foi a realização de um sonho: "Eu estou realmente satisfeito [...] sempre lutei para que tivéssemos um curso de cooperativismo em Rio Verde e agora vejo a primeira turma se formando. Estou muito orgulhoso."[317]

---

[314] Idem.
[315] Informe COMIGO. Rio Verde, setembro/outubro de 2003, p. 8b.
[316] Idem.
[317] Informe COMIGO. Rio Verde, dezembro de 2004, p. 15.

Outro carro-chefe importante da COMIGO, quanto à formação, foi a promoção de cursos para funcionários e cooperados. Esses cursos e palestras foram, em um primeiro momento, promovidos pela assessoria de serviço social, como já exposto anteriormente. Em 1987, eles apareceram vinculados ao departamento de recursos humanos e foram oferecidos aos funcionários para a capacitação profissional. Nesse ano, foram oferecidos um total de 10 cursos aos funcionários. Nos anos seguintes, foram oferecidos vários cursos tanto a funcionários quanto a cooperados. Em 1999, com o lançamento do Sescoop em Goiás, a cooperativa passou a ter um fundo exclusivo para cursos e treinamento de funcionários e cooperados. Com o lançamento desse órgão no Estado, a cooperativa deixou de recolher 2,5% de contribuição para os demais órgãos do Sistema S, passando a recolher apenas para o Sescoop. O sistema passou a funcionar em três linhas: monitoramento e gerenciamento, capacitação social de funcionários e cooperados, e promoção social. Com esse fundo exclusivo, a COMIGO passou a ter maior atuação no oferecimento de cursos e treinamentos de acordo com seu planejamento anual.

Além desses cursos oferecidos via Sescoop, a COMIGO ainda estabeleceu parceria com o Sebrae, com o objetivo de realizar cursos do projeto de capacitação rural aos cooperados. Com esse projeto, a COMIGO buscou preparar gerencialmente os produtores rurais, orientando-as sobre alternativas econômicas e de organização, aumentando o nível de eficiência e produtividade da propriedade rural.

Em 2001, o Informe COMIGO noticiou que a COMIGO estava preparando turmas para o Curso de Capacitação Rural (CCR), aproveitando os recursos do Sescoop e a parceria com o Sebrae. Em 2003, o Informe COMIGO mostrou o encerramento de mais uma turma desse curso de capacitação. "[...] o curso tem como objetivo reciclar os conhecimentos dos produtores profissionalizando-os cada vez mais."[318] Além desse, outros cursos foram oferecido aos cooperados pelo departamento de recursos humanos, como mostra o relatório de demonstrações contábeis de 2003.

> Foram 1.835 pessoas que participaram de 19 treinamentos com destaque para: Despertar Rural, Capacitação Rural, Projeto Maisleite, Qualidade Total Rural, 2º Seminário Cooperativismo e Desenvolvimento da Pecuária Leiteira, Workshop do CTC, palestras 2º Encontro Tecnológico, Inseminação Artificial, Fabricação Caseira de Derivados do Leite e também de Soja, Legislação Trabalhista Rural, Saber Empreender, Gestão Ambiental para Empresas Rurais, I Encontro Goiano de Jovens e também de Mulheres Cooperativistas.[319]

[318] Informe COMIGO. Rio Verde, junho de 2003, p. 17.
[319] Relatório de demonstração contábil (2003, p. 13).

Além desses, foram oferecidos 56 cursos ou palestras para o corpo de funcionários da cooperativa. Em 2004 foram ofertados 22 cursos, palestras ou seminários a 2.447 cooperados e 58 cursos ou palestras para o corpo funcional.

Após essa exposição, merece destaque um dado importante do campo cooperativista, a relação diretoria e associados no que se refere à informação e à formação. Associados e diretoria deveriam compor interesses comuns dentro do campo, já que uma parte é constituída pela outra e vice-versa. Mas, como o objetivo desses mecanismos de informação e formação é estreitar a relação entre as duas, pressupõe-se que há uma tensão nessa relação.

A implementação desses mecanismos – Jornal Informe COMIGO, comitê educativo, programa Cooperjovem, encontros de jovens e mulheres cooperativistas, curso de cooperativismo no Centro Federal de Educação Tecnológica via parceria com a COMIGO e cursos para funcionários e cooperados – implica além de objetivos informativos, objetivos formativos. Ou seja, formam uma cultura dos envolvidos acerca das idéias e ideais cooperativistas. Essa formação de uma nova cultura envolve, essencialmente, todos os cooperados solicitados à participação.

A diretoria força a participação do cooperado via mecanismos de formação e informação. Se há uma necessidade de forçar uma participação, cai por terra aqui o princípio básico do cooperativismo da união e da força. Isso quer dizer que não há uma unidade de consenso entre diretoria e cooperados, por isso a primeira utiliza de mecanismos educativos para convencer a segunda. Nota-se aqui um ponto de tensão entre essas duas esferas: a diretoria tenta investir seu capital educativo para se firmar e fortalecer no campo, já que para ela a educação para a cooperação é a apreensão dos princípios que norteiam a sociedade cooperativa, enquanto que os cooperados investem sua capacidade de aprendizado e adaptação para se manter nele. A diretoria entende que a comunicação e a educação são meios dos quais o sistema deve lançar mão para alcançar seus objetivos.

Outra ação importante desempenhada pela COMIGO, ao longo de sua história, foi o apoio incondicional ao seu quadro social no que se refere a problemas relacionados à crise no setor agrícola. Nesse aspecto, o Informe COMIGO foi um importante instrumento de informação, discussão, denúncia e união dos produtores. Já em 1986, apareceram no jornal reportagens que questionavam essa realidade, por exemplo “A falha da política agrícola”; “Política agrícola para a soja: falta de visão”; “Lideranças rurais questionam política agrícola do governo”. Em 1987, o jornal deu a cobertura completa do Alerta do Campo à Nação – movimento organizado pelos agricultores brasileiros em Brasília com o intuito de “[...] alertar a sociedade brasileira para a situação de absoluta insolvência a que foi levado o setor

agrícola"[320]. O propósito era sensibilizar as autoridades federais para a crise imposta ao homem do campo. As reivindicações eram: realianhamento dos preços mínimos agrícolas; garantia de recursos suficientes para comercialização da safra de verão; e fixação da taxa de juros para o crédito rural em níveis compatíveis com a lucratividade e os riscos da atividade agrícola. O jornal mostrou que "[...] a COMIGO teve participação decisiva na organização do encontro, informando e mobilizando os homens do campo de toda sua área de ação"[321]. "COMIGO mobiliza o campo" é uma das reportagens do jornal que corroboram o envolvimento da cooperativa no evento.

Em 1987, o jornal continuou questionando a política agrícola em reportagens como: "O Brasil não tem política agrícola"; "1988 – As dificuldades do setor agrícola"; "1989 – A agricultura e a crise nacional"; "A agricultura brasileira pena pela falta de visão". Em 1999, a COMIGO participou da Agenda Positiva do Campo ajudando a organizar um *Caminhonaço.* "A diretoria da COMIGO apoiou a manifestação dos produtores em Brasília. Todos os seus diretores se fizeram presentes, pois entendem que os produtores precisam recuperar a sua renda para continuar plantando."[322] O receio era que os produtores reduzissem tecnologia e área plantada com a elevação dos preços dos insumos e a desvalorização cambial.

Em 2005, denunciou novamente a crise – "Produtores pedem socorro"; "Máquinas: do campo para as cidades." "[...] produtores mais uma vez são obrigados a transferir as máquinas do campo para as cidades em protesto contra o descaso do Palácio do Planalto."[323] Nessa ocasião, foi organizado um *tratoraço* pelos produtores rurais apoiados por diversos segmentos, como sindicatos rurais, políticos, impressa e COMIGO, que chegou a financiar despesas provenientes do evento para produtores de sua área de ação. "O objetivo foi sensibilizar o governo e a sociedade para a crise da agropecuária nacional e solicitar apoio das autoridades para solucionar os problemas acumulados."[324]

Nota-se que, nos momentos mais importantes de crise agrícola, a COMIGO esteve presente de alguma maneira, seja divulgando o problema, apoiando comitivas, comparecendo ao debate político, seja inclusive financiando despesas. Entretanto, é preciso considerar o que se tem chamado de crise agrícola. Crise é um estado de dúvidas e incertezas, fase difícil, perigosa e decisiva. Não há como negar que, de fato, alguns fatores podem desencadear períodos de crise na produção agrícola como efeitos climáticos, por exemplo. Mas o que se

[320] Informe COMIGO. Rio Verde, janeiro/fevereiro de 1987, p. 1.
[321] Idem (p. 6).
[322] Idem (agosto de 1999, p. 8).
[323] Idem (maio de 2005, p. 1).
[324] Idem (junho/julho de 2005, p. 3).

chama de crise aqui é o risco iminente de baixa lucratividade, que desencadearia uma queda na aquisição de insumos e diminuição de tecnologia na produção agrícola. Ou seja, diminuição sumária da margem de lucro no campo cooperativista.

Em todos os momentos em que os produtores rurais sentem esse tipo de ameaça, desencadeia-se um processo de crise, com a perspectiva de sensibilização para suas causas diante da comunidade e do poder público. O que se quer como resultado é a manutenção de uma margem considerável de lucro. Nesse caso, a diretoria ganha espaço no campo, porque está presente em forma de apoio, inclusive financeiro, aos cooperados em todas as etapas dos processos reivindicatórios de melhoria para o setor.

Outra ação da COMIGO iniciou-se em 1984, por meio do investimento no plantio de eucaliptos para resolver o problema da escassez de lenha; em 1985 o reflorestamento já era uma realidade na sede – Rio Verde – e também em Jataí, Acreúna e Santa Helena. Por trás de um discurso de defesa do meio ambiente, a cooperativa implementou um amplo processo de reflorestamento, mas a real necessidade de isso acontecer deu-se pelo fato de o governo ter baixado um decreto pelo Conselho Nacional de Petróleo – CNP – proibindo as cooperativas de usarem o óleo para a secagem dos produtos. A COMIGO entendeu que o governo fez isso por duas razões para economizar divisas para o Brasil com a redução de importação de petróleo e para aumentar o emprego de mão-de-obra rural no reflorestamento. "O efeito pode ser visto na própria COMIGO FLORESTAL que hoje fornece uma média mensal de 15 empregos diretos na fazenda, enquanto que, antes da aquisição, quando toda a área era pastagem, existia ali somente um empregado."[325]

Os motivos para ela ampliar o processo de reflorestamento deram-se pela dificuldade de aquisição de lenha, que se tornava cada vez mais escassa, e pelo fato de esta não ser de boa qualidade por ser a lenha do cerrado, de baixo poder calorífico, além de não haver reposição devido ao desmatamento. "A região deve perder anualmente, sem recuperação, só em função do consumo da COMIGO, em torno de 60.000 m3 de madeira."[326] Isso no ano de 1986, quando ela ainda estava em amplo processo de crescimento. A COMIGO assumiu que sua produção de lenha era insuficiente, 110 hectares. "[...] precisaríamos plantar mais de 350 hectares para atingir a autossuficiência plena."[327]

Em 1987, o Informe COMIGO anunciou em "Reflorestar para Preservar", que as áreas de cerrado estavam bastante escassas em função do desenvolvimento acelerado da

[325] Idem (maio de 1986, p. 8-9).
[326] Idem (p. 9).
[327] Idem (p. 9).

região sudoeste e, consequentemente, a oferta de lenha oriunda da vegetação natural, que era a base do consumo dos secadores e das caldeiras, estavam esgotando-se rapidamente, podendo comprometer seriamente a secagem dos grãos num período de 5 anos. Reflorestar sim, mas não para preservar a natureza, e sim para preservar as atividades empreendidas pela COMIGO e pelo amplo processo de aumento da produção agrícola da região. Com essa matéria, a COMIGO começou um processo de conscientização para que os proprietários rurais passassem a se preocupar em ter o seu reflorestamento para fornecimento de lenha própria e intensificou o fornecimento de mudas para os produtores. O apelo da COMIGO foi ouvido pelos agricultores. "COMIGO e cooperado investem em reflorestamento": "[...] um contrato pioneiro firmado entre a COMIGO e o cooperado [...], permitirá o reflorestamento de uma área de sete hectares"[328]. Pelo contrato, a madeira do primeiro corte, que ocorreria em seis anos, seria fornecida à cooperativa a preço de mercado e seria transformada em lenha para utilização nas caldeiras. Esse contrato sinalizou para uma prática que a COMIGO passou a adotar com proprietários que estavam perto de seus armazéns. O interesse dela era tornar-se auto-suficiente na produção de lenha sem que precisasse comprar novas áreas para esse fim. Com isso, ainda defendeu o discurso do aspecto ecológico positivo do processo de reflorestamento já que não estava desmatando novas áreas.

Entretanto, o agricultor, por seu lado, utilizou áreas não adaptáveis à agricultura, como solos de cascalho, cantos de lavoura e áreas de maior declividade, ou seja, sem comprometimento do processo de expansão da agricultura. O desmatamento era permitido desde que fosse para a expansão da agricultura, ou para reflorestamento, ou ainda para queimar a madeira nas caldeiras da cooperativa.

Em 2001, o Informe COMIGO comunicou que o parque industrial de Rio Verde já era auto-suficiente em lenha, com a aquisição de mais uma área de 670 hectares, totalizando uma área de 2.300 hectares de área reflorestada com eucalipto para suprir a demanda por lenhas nas caldeiras e nas secadores.

Outro fator agregado ao discurso ecológico foi o plantio direto – sistema de exploração agrícola em que o terreno não é movimentado, aproveitando, assim, os resíduos das culturas anteriores. Na verdade, esse método de plantio exclui operações de aração, gradagem, cultivos e outros processos de revolvimento da terra, bem como a destruição ou retirada das palhas dos campos de cultura. O plantio direto foi adaptado inicialmente ao cerrado, alternando-se com o plantio convencional e com a rotação de culturas. Tem por objetivo aumentar a proteção do solo, inibindo o nascimento de ervas daninhas e evitando a

[328] Idem (novembro de 1989, p. 10).

fermentação da palhada, cuja ocorrência pode provocar o desequilíbrio entre o carbono e o nitrogênio, implicando prejuízos irreversíveis para a próxima cultura. A absorção e a retenção da água pelo solo aumenta porque sua estrutura fica preservada.

É inegável que esse processo traz benefícios ecológicos, mas o maior benefício é o do aumento da lucratividade, na medida em que há uma sensível economia no processo de produção. "O plantio direto traz também algumas vantagens que falam alto no bolso do produtor"[329]: colheita fora do pico da produção, custo menor de produção, maior giro de capital investido, flexibilidade na opção de culturas mais rentáveis e maximização do uso de máquinas e equipamentos.

Em 2003, a COMIGO recebeu o 2.º premio Gestão Ambiental, pela Agência Ambiental de Goiás, por causa de sua forte atuação no campo produtivo de alimentos, especialmente na indústria de processamento de soja, combinada com a defesa do meio ambiente. Os critérios avaliados foram aproveitamento de resíduos sólidos, líquidos e gasosos; integração entre empresa e comunidade; política de redução de utilização de recursos naturais; programa de educação ambiental, de automonitoramento e de auditorias ambientais internas; estrutura ambiental no organograma da empresa; certificação ambiental; e prevenção de controle de emergência. A COMIGO destacou-se pelo tratamento de água e pelo reflorestamento. Esse prêmio trouxe muita visibilidade à cooperativa, tendo em vista que

> [...] os países importadores estão de olho nas empresas que cuidam do meio ambiente, produzindo de forma ecologicamente correta. Em breve, eles estarão exigindo o certificado de ISSO 14.000, e esperamos que a COMIGO conquiste o 'selo verde' e a certificação para aumentar a sua exportação[330].

Em 2004, a COMIGO recebeu, pelo terceiro ano, o prêmio Goiás de Gestão Ambiental. O prêmio reconheceu novamente o trabalho da cooperativa como uma empresa ecologicamente correta que "[...] promove o crescimento econômico sem se esquecer de preservar o meio ambiente"[331].

A preocupação do campo é agregar valor à marca da cooperativa para que, com isso, consiga melhorar a sua imagem, aumentar consideravelmente sua visibilidade e concorrer com maiores possibilidades de vitória no mercado externo, que é exigente quanto às questões ambientais. Aqui já começa a aparecer, nesse campo, a concorrência que a COMIGO estabelece com outras empresas do ramo. Ela põe como investimento de capital o valor

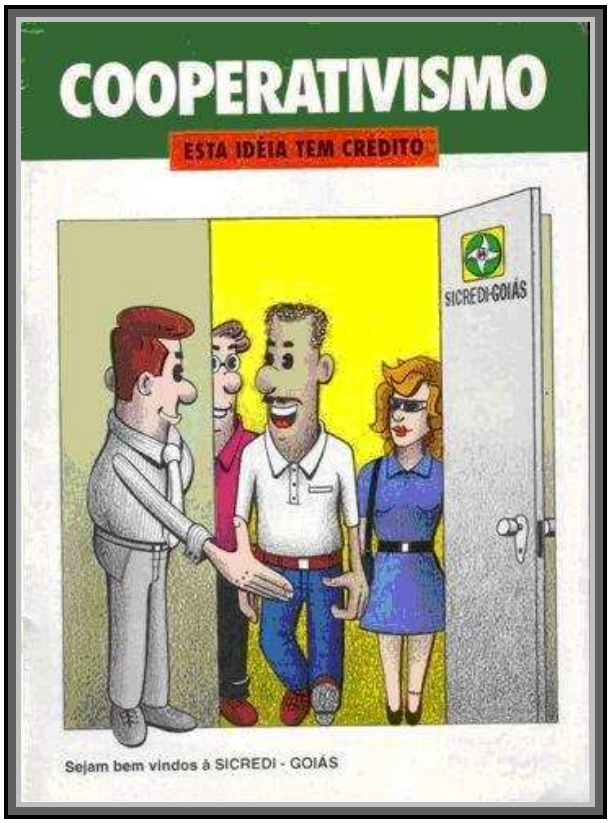
[329] Idem (fevereiro de 1991, p. 7).
[330] Idem (junho de 2003, p. 4).
[331] Idem.

agregado, a marca – "COMIGO: uma empresa ecologicamente correta" – e a certificação ISO 14.000, para suplantar a concorrência que não possui estrutura suficiente para alcançar esse tipo de credenciamento.

Outra ação desenvolvida pelos associados e pela diretoria da COMIGO, na busca de implementação de possibilidades de concorrência e, é claro, de ampliação de seus leques de lucratividade, foi a fundação das cooperativas de crédito. Por causa das dificuldades encontradas pelos produtores rurais em conseguir financiamentos em bancos oficiais e privados, nasceu, em 1989, a Credi-Rural COMIGO. "[...] o sudoeste goiano ganhou um verdadeiro banco do produtor rural."[332] Embora essa cooperativa não tenha nenhuma relação com a COMIGO, exceto pelo fato de ter grande parte dos cooperados e membros da diretoria em comum, é importante ressaltá-la como reforço à idéia do cooperativismo que sempre foi, ideologicamente, inculcado na região pela COMIGO.

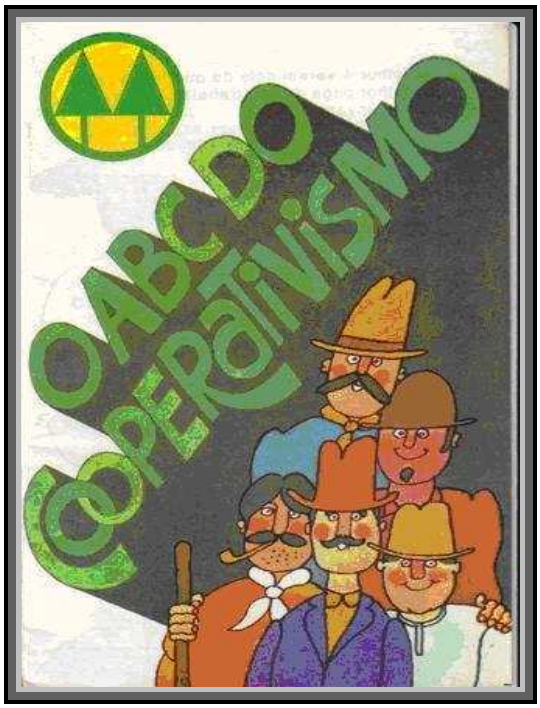
[332] Idem (abril de 1989, p. 3).

Ilustração 10 – “deste banco eu sou dono”.




Fonte: Material didático do sistema de crédito cooperativista.

Ilustração 11 – “melhor é serem dois do que um [...] se um cair, o outro o levanta”.




Fonte: Material didático do sistema de crédito cooperativista.

"As duas cooperativas, COMIGO e CREDI-RURAL COMIGO, trabalham em parceria e parte dos associados da CREDI-RURAL também são associados da COMIGO. Entretanto, para ser sócio da CREDI-RURAL não é necessário ser sócio da COMIGO, e vice-versa."[333]

A cooperativa de crédito rural pode realizar as mesmas atividades que qualquer banco oficial ou privado. O seu objetivo é proporcionar, por meio da mutualidade, assistência financeira aos associados em suas atividades especificas e formação educacional de seus associados, com o objetivo de promover o desenvolvimento do cooperativismo pela ajuda mútua, da economia sistemática e do uso adequado do crédito. A Credi-Rural COMIGO oferece, aos produtores rurais, algumas vantagens em relação aos demais bancos, para adquirirem financiamentos, por exemplo baixas taxas de juros. Porém, faz algumas exigências como aval e penhora de terras.

Essas são as ações desenvolvidas no campo do cooperativismo como estratégias de apoio, manutenção e reprodução da modernização agrícola. Nota-se que todas as suas estratégias de ação objetivam formar uma consciência a favor do processo como um todo. Embora haja tensões entre os agentes envolvidos no próprio campo, percebe-se que todas elas desembocam num interesse comum, manter a melhor representação de seus interesses no campo da modernização agrícola.

O cabedal de bens que o campo do cooperativismo invoca para sua manutenção e reprodução está estritamente ligado à formação de consciências que corroboram a idéia de que só o cooperativismo pode viabilizar o desenvolvimento e que se constituem num importante instrumento para romper determinadas condições de atraso da agricultura que dificultam a expansão do capitalismo no campo. O cooperativismo incorpora, ao mesmo tempo, vários produtores rurais no processo de modernização, com uma série de vantagens em relação aos que não pertencem ao seu quadro. A cooperativa contribui para fetichizar a modernização. Assim, mesmo impondo um modelo de desenvolvimento, a modernização aparece como uma conquista dos produtores rurais. O discurso da união e da força tem papel decisivo. Os termos união e força são imbuídos de uma carga simbólica, enraízam-se no imaginário social da população e contribuem para que a cooperativa seja vista como único caminho para o desenvolvimento do setor. Porém, não se pode perder de vista que esse discurso objetiva encobrir a lógica e a dinâmica do mercado capitalista, que tem como meta a maximização dos lucros.

---

[333] Idem (julho/agosto de 2001, p. 15).

### 3.1.3 O campo das representações patronais – Sindicato Rural Patronal.

Como exposto anteriormente, esse campo é composto pelos que comprovam o exercício da atividade rural: os patrões – proprietários, arrendatários, parceiros ou outra condição de empregador rural –, a diretoria do sindicato, a Faeg, os órgãos de fomento, ou parcerias, e os trabalhadores. Aqui se joga para assegurar a defesa dos interesses dos agentes da categoria econômica vinculada a essas atividades rurais: a manutenção de uma estrutura agrária, a diversificação da cultura agrícola, a arrecadação e captação de recursos para viabilização de seus interesses e a visibilidade de suas ações. Na busca de assegurar seus interesses, o campo empreende suas estratégias de ações. As primeiras desenvolvidas nesse campo estão no âmbito da assistência social. Em Jataí, no ano de 1972, anunciou-se que os sócios seriam beneficiados com "[...] desconto nas casas comerciais, farmácias etc. para os elementos da classe que esteja em dia com o sindicato"[334]. Por volta de 1975, eles firmaram convênio com o Funrural, para permitir fornecer aos sócios, dependentes e empregados dos sindicatos assistência médica e odontológica. Na década de 1980, esse serviço de atendimento deu sintomas de que não funcionava bem. Para reforçá-lo, os sindicatos procuraram adquirir mais gabinetes odontológicos e cobrar melhores atendimentos por parte dos profissionais. Durante grande parte da década de 1990, ainda se manteve esse atendimento, mas, no final dessa década, com o avanço dos serviços públicos de saúde, os sindicatos abandonaram esse ramo da assistência aos associados doando seus consultórios odontológicos para creches e passaram a firmar convênio com empresas que atuam no ramo de planos de saúde. "[...] tentaremos fazer convênios com médicos, advogados, dentistas e outros importantes segmentos da área de assistência social, e acabar com prestação de serviços com vínculo empregatício com tais profissionais, tentando deste modo diminuir os gastos, principalmente com encargos sociais trabalhistas."[335]

Esses serviços assistenciais fazem parte de um aparato utilizado pelos sindicados em parcerias com órgãos governamentais e servem para assegurar, de certa forma, o maior número de associados com a prestação desses serviços. Como se vê, o serviço funcionou com mais eficácia apenas na década de 1970 e parte da de 1980. Nessa última, o sistema já demonstra certa imobilidade, e na década de 1990, foi desativado em função do avanço dos serviços públicos de saúde e a entrada em cena dos planos de saúde. Assim, os patrões passaram a adotar a prática da aquisição dos planos de saúde, enquanto que seus trabalhadores

[334] Livro de atas do SR-J.
[335] Idem.

passam a utilizar o sistema público. Essa alteração se dá exatamente no mesmo período em que o governo procura livrar-se de investimentos em obrigações públicas. Da mesma forma, os patrões também procuram livrar-se dessas obrigações em relação a seus empregados, elegendo, nesse campo, essa primeira ação para economizar o seu capital econômico, evidenciando a posição de maior detentor de capital no campo.

Serviços de outros profissionais também foram oferecidos aos sócios, por exemplo agrônomos, técnicos agrícolas e médicos veterinários. Eles "[...] são muito procurados neste órgão, devido aos nossos serviços serem prestados a classe rural"[336]. A contratação desses serviços foi possível por meio de convênio com o Incra, "[...] que tem o objetivo de desenvolver as cooperativas agropecuárias, sindicatos, e outros órgãos da mesma finalidade, com isto elevar seus índices de participação no sistema sócio-econômico nacional, que nos contribuirá para a contratação de um médico veterinário, engenheiro agrônomo e um técnico em contabilidade"[337].

Além desses serviços, os três sindicatos estudados oferecem outros aos seus associados, como advocatícios e contábeis. O Sindicato Rural de Rio Verde conta com um serviço de atendimento com o objetivo de "[...] facilitar a vida do associado"[338]. Ele oferece serviços de departamento pessoal sem custo adicional, fazendo confecção de folha de pagamento, contratos de trabalho e rescisões contratuais, registro de empregados, recolhimento de INSS e FGTS, preenchimento de declarações do Imposto Territorial Rural, Imposto de Renda e Inscrição Estadual. Fornece ainda informações sobre legislação trabalhista e contribuição sindical. "Em média 200 associados utilizam os serviços do departamento."[339] A exemplo do Sindicato de Rio Verde, o de Jataí e o de Santa Helena também oferecem esses serviços, mas o último em menor escala.

O oferecimento e a manutenção desse tipo de serviço é um investimento, no campo, de capital utilizado pela diretoria dos sindicatos como estratégia para atrair maior número de associados. Ao fazer isso, além de proporcionar a sua entrada no campo, com sucesso, as diretorias asseguram a possibilidade de sua manutenção. Vale salientar que o oferecimento desse tipo de serviço esteve sempre vinculado a parcerias, via convênios que têm como principal objetivo elevar o índice de participação dos sindicalistas no sistema econômico nacional, ou seja, as diretorias mostram serviços e não gastam quase nada com isso.

---

[336] Livro de atas do SR-RV.
[337] Idem.
[338] Força Ruralista. Rio Verde, novembro de 2001, p. 16.
[339] Idem.

No campo da saúde, já nesta década, ocorreu a implantação de programas por meio de parcerias como o programa Boa visão, por exemplo. É um projeto desenvolvido pela Fundação Jaime Câmara e reconhecido pelo Unicef, pela Unesco e pelo Banco do Brasil. Foi criado em 1995 e levado para o interior do Estado em 2004, pela segunda vez, por meio da parceria com o Sindicato Rural de Rio Verde. Ele tem como objetivo o atendimento oftalmológico, o combate à cegueira e aos problemas de visão entre as crianças do campo.

A parceria firmada com o Sindicato de Rio Verde custeou, com 25 mil reais, a realização do projeto e atendeu 2.640 crianças entre seis e quatorze anos, filhos de pequenos agricultores e trabalhadores rurais de Rio Verde. O programa foi desenvolvido em etapas. Na primeira, fez-se com as crianças uma triagem nas escolas de zona rural. Na segunda, atenderam-se as crianças que necessitavam de óculos ou exames mais detalhados. Em Rio Verde, 158 crianças, em 2004, receberam óculos e cirurgias para corrigir problemas oftalmológicos.

Em 2005, o Sindicato repetiu e ampliou a parceria para a realização do projeto Boa Visão. Nessa edição, ampliou sua participação financeira para 27.500 reais e o atendimento, para 2.600 pessoas, entre elas 1.700 adultos trabalhadores rurais. Essa parceria foi estendida à associação dos granjeiros do município.

O Sindicato Rural de Jataí também firmou convênio com a Fundação Jaime Câmara, em 2005, para a realização desse programa no município de Jataí. Foram atendidos 2.680 estudantes da zona rural na triagem da primeira etapa. Desses, 385 foram encaminhados à segunda etapa para exames mais detalhados pela equipe médica; 141 receberam óculos e 30 foram encaminhados para tratamento. Jataí foi a quarta cidade de Goiás a receber o benefício.

Com essa ação, o Sindicato Rural de Rio Verde acredita que possibilitou mais saúde e qualidade de vida aos estudantes e trabalhadores da zona rural.

> Tenho a certeza de que, com esta iniciativa, o Sindicato ampliou seu alcance social e beneficiou não somente estas crianças, mas também suas famílias – trabalhadores e produtores rurais –, ajudando a fixar o homem no campo e melhorando as condições de vida em nossa zona rural.[340]

Ainda nessa perspectiva, o Sindicato Rural de Rio Verde firmou convênio com o Governo do Estado para realização, em Rio Verde, do Programa Cheque Moradia[341]. O programa visa contemplar famílias de pequenos proprietários rurais do município. As famílias beneficiadas são cadastradas pelo sindicato e, depois de incluídas no programa, recebem o

[340] Força Ruralista. Rio Verde, julho de 2004, p. 5.
[341] Esse convênio é firmado com a Faeg, o Sindicato Rural e a Agehab – Agencia Goiana de Habitação.

cheque moradia ou cheque reforma. Com esse benefício, as famílias que antes residiam em paióis ou casas de pau-a-pique tiveram oportunidade de construir ou reformar suas casas. "[...] o programa contribui para fixar o homem no campo, melhora a auto-estima dos pequenos produtores e proporciona mais conforto à população rural."[342] Para participar do programa é preciso ser produtor rural, proprietário de no mínimo cinco e no máximo vinte alqueires e morar no município há pelo menos cinco anos. A triagem e as vistorias nas obras são custeadas pelo Sindicato Rural. Esse programa proporcionou a construção de 21 casas de 38,7 metros quadrados na zona rural de Rio Verde, no ano de 2002, e 24 no ano de 2003. No ano de 2004, esse benefício foi também estendido ao município de Jataí por meio do sindicato.

Aqui se explicita claramente a posição dos trabalhadores nesse campo. Vê-se que sua posição não é de destaque, já que eles detêm o menor número de capital específico nesse campo e, por isso, estão destinados a ocupar uma posição de dominados. As estratégias utilizadas pelos agentes no campo encontram sua explicação nas posições que ocupam nessa polarização. Os que monopolizam o capital do campo tomam posições em sua defesa. Desse modo, interessa aos dominantes do campo que os trabalhadores possuam certa qualidade de vida para que possam continuar residentes no campo e oferecendo sua mão-de-obra com qualidade.

A Patrulha Rural foi outra ação desenvolvida no campo pelas diretorias dos sindicatos e pelos convênios com as prefeituras locais e para a Polícia Militar. Os sindicatos doaram os veículos e os equipamentos de telefonia, em sistema de comodato, para a Polícia Militar percorrer diariamente toda a zona rural dos municípios; e as prefeituras locais contribuíram com o pagamento dos policiais. Os policiais visitaram as fazendas cadastrando os produtores e explicando o funcionamento da patrulha. Com isso, esperavam diminuir consideravelmente o número de roubos de insumos, veículos, máquinas e gado nas propriedades. Esse convênio foi firmado devido à preocupação dos sindicatos com a segurança na zona rural, uma vez que a Polícia Militar não possuía condições de fazer o patrulhamento fora dos limites urbanos, e a ocorrência de furtos, assaltos e outros crimes nas fazendas era grande. Os furtos de insumos agrícolas e animais eram os principais temores dos agropecuaristas. Com a implantação da patrulha rural, esses problemas diminuíram muito, já que a intenção foi "[...] dar não somente a segurança física, mas principalmente ao patrimônio dos fazendeiros"[343].

[342] Força Ruralista. Rio Verde, maio de 2004, p. 15.
[343] Idem (dezembro de 2003, p. 16).

Antes, os produtores rurais que possuíam maquinários de alto valor e insumos estocados na propriedade ficavam preocupados com a segurança nas fazendas. "[...] em nossa região há muitos roubos de máquinas, defensivos agrícolas e gado [...] com a patrulha rural, teremos mais tranqüilidade para trabalhar."[344]

Os serviços de patrulhamento rural foram utilizados pelos três sindicatos estudados. A forma de execução do convênio variou, conforme os municípios. Em Santa Helena, por exemplo, os agricultores tiveram que participar com uma ajuda mensal, em espécie, para que o serviço ocorresse em Jataí (município pioneiro na implantação desse serviço) e em Rio Verde, os sindicatos doaram os automóveis, os aparelhos de radiocomunicação e a manutenção dos veículos, enquanto que a prefeitura efetuou o pagamento dos policiais. Merece destaque aqui a discussão sobre a privatização do público. A segurança pública é um serviço social mantido pela esfera pública, e o que ocorre nesse caso é um desvio de funcionamento desse sistema. As diretorias dos sindicatos, atendendo às aclamações de seus associados quanto à falta de segurança no campo, implementam mecanismos que alteram essa lógica, quando doam automóveis e demais equipamentos e remunera mão-de-obra para que essa carência seja suprimida. Mas a questão que está posta é: essa segurança assegura o que e quem nesse processo? Então, um serviço que deveria servir a todos os cidadãos, seja do campo seja da cidade, de forma igualitária, é desviado para atender apenas a uma minoria, a classe patronal, e para assegurar os seus bens, máquinas, implementos e insumos agrícolas.

Outra ação desenvolvida nos sindicatos, a partir da década de 1990, foram cursos e treinamentos ministrados em parceria com o Senar – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural. Por meio dessa parceria, o Senar e os Sindicatos Rurais estudados vêm oferecendo várias atividades sem custo extra aos associados. O Senar reafirma a convicção de que "[...] o trabalho integrado Senar/Sindicatos Rurais/Associações/Agroindústrias/Cooperativas e Prefeituras Municipais é uma parceria que está dando certo [...] cumprindo nossa missão quanto à formação, qualificação da mão-de-obra e a promoção social dos produtores, trabalhadores rurais e a de suas famílias numa inserção social e econômica"[345].

A missão do Senar é desenvolver, num processo educativo de modo eficiente e criativo[346], ações de formação profissional rural e atividades de promoção social voltadas ao "Homem Rural", contribuindo para sua profissionalização, sua integração na sociedade,

[344] Idem.
[345] Manual de Orientação do Senar.
[346] Idem.

melhoria de sua qualidade de vida e para seu pleno exercício da cidadania. A formação profissional rural "[...] é um processo educativo, não formal, participativo e sistematizado, que possibilita ao indivíduo a aquisição de conhecimentos, habilidades e atitudes para o exercício de uma ocupação"[347]. A promoção social "[...] é o conjunto de atividades voltadas para o produtor rural, trabalhador rural e seus respectivos familiares, visando o desenvolvimento de suas aptidões pessoais e sociais, numa perspectiva de dignidade e melhor qualidade de vida, ensejando o despertar de uma maior consciência crítica com participação na vida da comunidade"[348].

O Senar é uma entidade mantida com contribuições pagas pelos produtores rurais, pelas empresas que exercem atividades agroindustriais e agropecuárias e pelas Federações e Sindicatos Rurais. O Senar/Administração Regional de Goiás é uma entidade ligada à Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás e teve suas atividades iniciadas em 1993 "[...] contribuindo significativamente para o desenvolvimento rural em nosso Estado"[349]. Entre 1993 e 2003, o Senar/AR-GO realizou um total de 10.167 atividades atendendo a 103.264 participantes.

> O SENAR/AR-GO, consciente de sua missão e princípios, trabalha na busca continua da Qualidade, Parceria, Responsabilidade e Comprometimento, com custos acessíveis numa adequação à realidade goiana, sempre tendo o Homem rural como centro de suas Ações e/ou Atividades.[350]

Sua clientela são produtores rurais, trabalhadores rurais com ou sem vínculo empregatício e familiares dos trabalhadores e dos produtores rurais. Suas ações de formação profissional rural e de promoção social são desenvolvidas por meio de cursos e treinamentos: cursos em bovinocultura, inseminação artificial, treinamento em aplicação de defensivos agrícolas, treinamento em operação e manutenção de tratores agrícolas, treinamento em artesanato, treinamento em produção caseira de alimentos, treinamento em administração de propriedades rurais[351], somente para citar alguns.

Somente em Rio Verde, a parceria entre Sindicato Rural e Senar promoveu, entre 1995 e 2001, 176 atividades, atendendo 2.077 pessoas. "Os cursos e treinamentos ajudam a

---

[347] Idem (p. 6).
[348] Idem.
[349] Idem (p. 5).
[350] Idem.
[351] O conteúdo proposto para este curso compreende: importância da agropecuária e da administração rural; proposta de mudança na administração rural; o novo conceito de empresário rural; as funções do processo administrativo: planejamento, organização, direção e controle; planejamento e tomada de decisões; elaboração do cronograma de execução das atividades rurais; análise econômica da propriedade rural: custo de produção; planejamento integrado das atividades; elaboração do fluxo de caixa/controle e avaliação; associativismo.

preparar a mão-de-obra rural e criar novas alternativas de renda principalmente com o pequeno produtor."[352] Esses números corroboram a idéia de que esse tipo de atividade veio, como diria Martins (1975), para alterar a mentalidade considerada atrasada do *caipira* tradicional. Esses cursos têm importante papel na re-definição da cultura local, já que se propõem a uma formação profissional rural. Essa nova formação, é claro, é aquela destinada a atender aos interesses da modernização. Isso pode ser percebido nos conteúdos dos cursos e treinamentos ministrados.

Os sindicatos pesquisados desenvolveram ainda ações com a finalidade de estreitar os laços de comunicação entre associados e diretoria. O sindicato de Rio Verde passou a editar, a partir de 1994, o jornal Força Ruralista, que ainda se encontra em circulação; o de Jataí editou o jornal Espaço Rural no período de 2001 a 2002; já Santa Helena nunca possuiu esse meio de comunicação.

O jornal Força Ruralista, do Sindicato Rural de Rio Verde, foi editado pela primeira vez em janeiro de 1994 e queria fazer parte de uma nova mentalidade. "Hoje o Sindicato Rural de Rio Verde quer ampliar sua competência dentro dessa reforma de mentalidade, e uma das ações é a concretização de seu veículo de comunicação próprio. O jornal 'Força Ruralista' chega para ser o meio da mensagem dos associados e da classe."[353]

Em 2001, ele passou por um processo de modernização. "O Força Ruralista passou por uma revitalização gráfica, ganhou novas seções e uma programação visual que o tornou mais atraente e facilitou a leitura, ampliando o alcance da publicação."[354] Nessa mudança, ele passou a adotar linguagem mais clara nas reportagens e artigos, tornando-se mais objetivo, acessível, enxuto e dinâmico.

Sua publicação é distribuída para dois mil produtores. Possui colunas que atendem a todas as necessidades da classe: a social, que informa sobre os aniversariantes, os convênios etc.; a trabalhista – Coluna Direito Ruralista – que noticia sobre vários assuntos pertinentes aos direitos e deveres dos empregadores para com seus empregados, por exemplo "Empregados portadores de AIDS", "repouso semanal", "Justa causa", "Atestado Médico", "Indenização adicional", entre outras; a informativa – Notícias do Campo –, que dá conta das informações atuais necessárias ao produtor rural, tanto da pecuária quanto da agricultura e das agroindústrias; a coluna Mulher, que informa sobre a participação da mulher nas atividades do Sindicato Rural; a Força Social, que conclama a união da classe em favor de suas

[352] Força Ruralista. Rio Verde, setembro de 2001, p. 8.
[353] Idem (janeiro de 1994, p. 2).
[354] Idem (dezembro de 2001, p. 8).

reivindicações. A partir de 2001, incorporou colunas dos Núcleo de Criadores de Gado Europeu e do Núcleo de Criadores de Girolando.

O jornal Espaço Rural, editado pela primeira vez em abril de 2001, teve vida curta; circulou apenas até dezembro de 2002. Levou ao seu leitor, associados ao sindicato, informações sobre as diferentes áreas da pecuária e da agricultura.

Um fator importante observado nesses jornais é a ênfase dada a dois aspectos: aos eventos em defesa da classe ruralista; aos eventos festivos organizados pelos sindicatos, como as exposições agropecuárias, por exemplo. Ou seja, os jornais cumprem o papel para o qual foram criados: integração da classe ruralista e propagação de seus ideais.

Quanto aos movimentos em favor da classe, percebe-se, nos documentos analisados, que constituíram-se na principal bandeira assumida no campo pelas diretorias dos sindicatos. Em todos os momentos considerados de crise, eles entram em ação na busca de maneiras para encaminhar ou solucionar os problemas da classe ruralista. Em vários períodos da história dos sindicatos, é possível perceber, em seus documentos, a insatisfação por parte dos produtores rurais com a política agrícola. "A agricultura paga todas as contas deste país, e se algo vai mal, significa que a agricultura vai pior ainda. E que se for preciso parar de plantar eu paro, porque do contrário vou perder tudo que tenho [...] O trabalho do agricultor é abençoado por Deus, pois além do nosso ganho, produzimos para alimentar os nossos irmãos."[355] A baixa lucratividade é uma coisa que incomoda muito os produtores porque, além de ganharem pouco, deixam de cumprir suas obrigações sindicais. Por causa das "dificuldades enfrentadas no campo, principalmente na agricultura muitos deixam de pagar"[356].

Essas dificuldades desencadearam alguns movimentos organizados pelos sindicatos e outras instituições afins com o intento de sensibilização do governo e da sociedade sobre a precária situação da classe ruralista. Exemplos desses foram o movimento nacional denominado "não posso plantar", ocorrido em 1995, e o "alerta do campo", de 2005. Esses movimentos sempre tiveram "[...] o objetivo de definir uma pauta de negociação razoável [...] sensibilizar o Governo a tomar as medidas que atendam nossos interesses"[357]. Na busca de atingir tais objetivos, os sindicatos não mediram esforços e se organizaram de maneira surpreendente para "[...] trazer assim uma maior tranqüilidade para o produtor"[358].

---

[355] Livro de atas do SR-SH.
[356] Idem.
[357] Livro de atas do SR-J.
[358] Idem.

Para a execução desse último movimento, foi elaborado um manual de orientações gerais para nortear as ações a serem desenvolvidas. O Tratoraço – O alerta do campo – ocorreu entre os dias 28 e 30 de junho de 2005. "O principal objetivo do tratoraço e da mobilização dos produtores e produtoras rurais é demonstrar à sociedade e às autoridades brasileiras a situação crítica de alguns setores de nossa agricultura e pecuária."[359] Esse manual salientou que é preciso "[...] lembrar as autoridades brasileiras que o campo é âncora da manutenção da estabilidade econômica e social do país"[360] e se justificou nisso para apresentar suas principais propostas: amparar os produtores com problemas de comercialização; utilizar recursos dos Fundos Institucionais para financiar emergencialmente títulos de comercialização; readequar os contratos de crédito já pactuados ao fluxo de pagamento de acordo com a capacidade dos produtores afetados pela seca e com problemas de comercialização; criar instância recursiva com participação dos órgãos de classe na avaliação das solicitações de prorrogação indeferida pelo agente financeiro; autorizar a importação de agroquímicos; alocar recursos no orçamento das operações oficiais de crédito para atender às ações da PGPM (Política de Garantia de Preços Mínimos) e seguro rural; e implementar a proposta de plano agropecuário apresentada pelo setor produtivo.

O manual de orientações gerais traçou uma programação completa de como o evento se deveria passar, desde orçamento, orientações da assessoria de imprensa, orientações às lideranças, sugestões para faixas e cartazes[361], até sugestões de palavras de ordem[362].

A programação contemplou concentração de tratores e veículos nos arredores de Brasília, realização do tratoraço – passeata e estacionamento das máquinas na Esplanada dos Ministérios –, buzinaço, manifestação dos produtores, audiências, distribuição de alimentos e assembléias. O evento foi coordenado pela Confederação Nacional da Agricultura, com o apoio das Federações Estaduais e dos Sindicatos Rurais. Os sindicatos ficaram responsáveis pelo deslocamento, suprimento e alojamento de suas comitivas[363].

Os meios de comunicação locais foram largamente utilizados com a finalidade de reforçar o argumento de uma crise no campo e a necessidade de medidas urgentes para

[359] Manual de Orientações Gerais (2005, p. 2).
[360] Idem.
[361] Alguns exemplos de sugestões para faixas e cartazes: Se a agricultura quebra o Brasil para; A cidade depende do campo para sobreviver; Crise no campo = fome na cidade; Quando o campo vai bem o Brasil cresce; Tratoraço – o grito de alerta do campo; Alerta rural contra enfraquecimento do campo; entre outros.
[362] Alguns exemplos de sugestões de palavras de ordem: o Brasil de sul a norte precisa de campo forte; a renda que sai do campo fica nas mãos do banco; tratoraço é mobilização que traz solução; alerta rural pra ter certeza: de emprego e comida na mesa; sem renda rural campo e cidade vão mal, entre outras.
[363] Vale salientar que esse movimento foi financiado por várias instituições ligadas à agropecuária, como a COMIGO, por exemplo, que doou somente para o Sindicato Rural de Jataí a quantia de R$10.000,00 para ajudar custear as despesas (Ofício acusando recebimento da quantia recebida pelo Sindicato Rural de Jataí).

solucionar tais problemas[364]. Os jornais dos sindicatos foram poderosos instrumentos que esclareceram a classe ruralista e a comunidade sobre essas dificuldades e sobre a necessidade de urgentes soluções. Utilizaram-se deles como mais um instrumento de pressão e de formação de opinião a seu favor. Quanto aos eventos organizados pelos sindicatos, pôde-se verificar que também são largamente divulgados pelos jornais Força Ruralista e Espaço Rural, entre outros meios de comunicação regional: rádios, revistas, jornais, entre outros, que já eram utilizados antes dos sindicatos adotarem a prática da edição de jornal próprio.

Os primeiros eventos organizados pelos sindicatos foram os leilões e as chamadas festas dos peões. O primeiro iniciou-se com o objetivo de dar visibilidade à produção dos fazendeiros da região e de arrecadar fundos tanto para eles como para os sindicatos. À medida que os sindicatos perceberam a excelente fonte de renda que esses leilões representavam, passaram a incluí-lo em seus calendários mensais. As festas de peões deram origem aos imponentes rodeios organizados pelas diretorias dos sindicatos por ocasião das atuais exposições agropecuárias. Essas exposições, até hoje, são organizadas "[...] com fins lucrativos ou com intuito de divulgar o Sindicato"[365]. Corrobora essa intenção de dar visibilidade ao sindicato e, conseqüentemente, à classe por meio das exposições agropecuárias a matéria publicada no jornal Força Ruralista "A competência e a força do campo". "O Sindicato Rural cumpre mais uma vez sua missão anual de promover este grandioso evento cuja característica principal é colocar em evidência a qualidade produtiva da região, a pujança econômica da agropecuária local e o amor às coisas da terra e do campo, cultivado pela população." E continua:

> Nosso compromisso de fortalecimento e união da classe produtora rural continua firme. É nele que primeiro pensamos quando colocamos em ação qualquer de nossos projetos. O Sindicato Rural é, para nós, diretores, um forte instrumento de realização deste objetivo e através da Exposição Agropecuária acreditamos estar fortalecendo o produtor rural e divulgando a competência e a força do campo em nossa região.[366]

Os três sindicatos pesquisados iniciaram a organização dessas exposições ao mesmo tempo em que se estruturaram, ou seja, elas tem quase a mesma idade dos próprios sindicatos em alguns municípios. No ano de 2005, Santa Helena organizou sua 11ª edição,

[364] Segundo Pietrafesa (1995), a situação de dívida dos produtores rurais não é um problema conjuntural. Desde sempre, eles deveram às instituições públicas e, por meio de pressões econômicas e político-partidárias, conseguiram adiar ou refinanciar suas dívidas.
[365] Livro de atas do SR-SH.
[366] Força Ruralista. Rio Verde, julho de 2003, p. 2.

denominada Expoagro; Jataí, a sua 35ª edição, denominada Expaja; e Rio Verde, a sua 47ª edição, denominada Expo.

A exposição agropecuária de Rio Verde é

> [...] conhecida hoje como a melhor do interior de Goiás, sediando a terceira melhor mostra nacional de Nelore e o melhor rodeio de touros do Brasil, a Exposição Agropecuária realizada pelo sindicato rural cresceu muito nos últimos seis anos e colocou o nome de Rio Verde no cenário, divulgando suas riquezas e potencialidades[367].

Por meio do trabalho da diretoria do sindicato e da participação de empresas de diversos segmentos da indústria, do comércio e da prestação de serviços, tornou-se significativa a cada ano. "[...] hoje, a nossa exposição é reconhecida como uma feira de negócios importante para o setor agropecuário estadual e nacional."[368]

No setor da pecuária, Rio Verde foi incluído no circuito dos principais criadores de raça no país, fazendo parte do ranking nacional com prestígio e reconhecimento de entidades como a Associação de Criadores de Nelore do Brasil. As raças leiteiras também conquistaram espaço. Com incentivo do Sindicato Rural, o padrão genético e a produtividade têm crescido a cada ano. Houve ainda, com esse incentivo, a introdução de raças européias na região, conforme se pode constatar nas exposições.

As parcerias foram fundamentais para o sucesso e o crescimento das exposições. A Fesurv, por exemplo, participa como parceira difundindo conhecimentos e tecnologias. O CAT, a APG, o SENAR, a COMIGO e o CEAGRO também engrandecem a representatividade do evento.

Um destaque conquistado em 2001, devido ao sucesso do evento, foi o título de Melhor Rodeio de Touros do Brasil, que "[...] colocou Rio Verde em destaque e em pé de igualdade com rodeios tradicionais como o de Barretos"[369]. Além desse, em 2001 a exposição de Rio Verde também foi consagrada com o prêmio troféu Arena de Ouro, recebido em função de apresentar os melhores touros e peões do país e oferecer uma das maiores premiações do circuito brasileiro de rodeio.

Jataí, com uma exposição um pouco mais modesta no que se refere a torneios de rodeios, também atingiu muita visibilidade, especialmente por causa dos torneios leiteiros, que são os melhores da região, conforme informações contidas nas atas. Santa Helena saltou várias anos na realização do evento por motivo de dificuldades momentâneas do sindicato,

[367] Idem (setembro de 2001, p. 7).
[368] Idem.
[369] Idem (setembro de 2001, p. 7).

por isso ainda se encontra na sua 11ª edição, mas considerando que o município é menor que os outros pesquisados e muito próximo deles, geograficamente, suas exposições também não deixam a desejar.

Essas são as ações mais significativas desenvolvidas no campo das representações patronais, no período compreendido nesta pesquisa. Nota-se que todas elas, como as dos demais campos já apresentados, também agem no sentido de apoio ao amplo processo de modernização agrícola, desenvolvendo estratégias que lhe são amplamente favoráveis, particularmente na perspectiva da formação de uma mentalidade agropecuarista. As tensões existentes dentro do campo são sempre amenizadas pelos agentes patronais já que, toda vez que existe uma crise, eles saem do seu silêncio, impondo no campo a produção do discurso defensivo, visando restaurar o equivalente da adesão silenciosa.

Pode-se destacar, como momentos de crise: perdas agrícolas por fatores climáticos que fizeram com que os agentes patronais reagissem com movimentos sensibilizadores de suas causas; perdas provenientes de furtos, a que reagiram com a implantação da patrulha rural; perdas com relação à qualidade da mão-de-obra, com reações no campo da melhoria da qualidade de vida do trabalhador por meio de programas como boa-visão e cheque moradia, por exemplo. O trabalhador é visto pelos agentes patronais como acessórios do processo de modernização agrícola. Toda vez que se precisa de estimulá-lo a continuar na adesão silenciosa do campo, isso ocorre de alguma forma.

A tensão existente na relação da diretoria com a classe patronal processa-se objetivando que a primeira sempre assegure os interesses da segunda. Isso de fato ocorre, e as diretorias têm tido êxito com suas ações já que muitas delas são mantidas à frente dos sindicatos por vários mandatos. As eleições normalmente acontecem para assegurar a continuidade de uma diretoria ou de parte dela. Isso é facilmente perceptível no quadro 12 em que se vê que pouquíssimas eleições são disputadas com duas chapas. A leitura das atas dos sindicatos envolvidos na pesquisa comprova a manutenção dessa linearidade nas diretorias sindicais.

A Faeg e os órgãos de fomento ou parceria também investiram seus capitais no campo. A primeira buscando unificação da categoria, com orientações e apoio em todas as dificuldades dos sindicatos, e o segundo injetando capitais para fomentar tanto financeira como culturalmente a mudança da mentalidade do agricultor tradicional para uma mentalidade moderna que lhe permitisse melhorar seus lucros e se engajar nas exigências do mercado.

### 3.1.4 O campo das representações dos trabalhadores – Sindicato dos Trabalhadores Rurais

Como já foi mencionado no capítulo anterior, as possibilidades de ações coletivas em defesa da classe trabalhadora, desencadeadas no campo das representações dos trabalhadores, giraram em torno de assistencialismos e de negociações em convenções coletivas e em reforma agrária, ações essas que visam restaurar a posição dos trabalhadores nesse campo. Quem joga nesse campo são os trabalhadores rurais, os empregadores rurais – patrões –, as diretorias e a federação dos sindicatos.

Essas estratégias de ação são desencadeadas pelos trabalhadores para que seja possível posicionar-se frente aos interesses em jogo no campo: defesa dos direitos adquiridos dos trabalhadores, como classe; concretização da reforma agrária; negociação nas convenções coletivas; e exploração das relações de trabalho assalariadas na relação empregado - patrão.

No âmbito do assistencialismo, a ação mais comum foi o oferecimento de serviços de profissionais especializados em áreas de interesse dos trabalhadores. "O Sindicato presta serviço a associados como advocacia, odontologia e assistência médica e aposentadoria."[370] Os primeiros serviços prestados por ocasião da fundação dos sindicatos foram ligados à área da saúde, como os médicos e odontológicos. Os sindicatos conseguiram, via convênios, a instalação de gabinetes odontológicos em suas sedes[371], e o atendimento médico foi conseguido por intermédio de convênios com o Funrural[372].

Segundo Pietrafesa (1995), alguns sindicatos de trabalhadores rurais acabaram tornando-se um braço do Estado na execução de políticas públicas. Isso ocorre porque eles trazem marcas do que ele chama de segundo período sindical brasileiro[373]. Para o autor, alguns sindicatos não conseguiram superar a visão burocrática e legalista na sua ação, tornando-se sindicatos de cunho burocrático-assistencial.

Outros serviços prestados, ainda nessa perspectiva assistencialista, estão ligados a causas advocatícias que ajudam a resolver problemas como demandas trabalhistas entre

---

[370] Livro de atas do STR-J.

[371] É importante enfatizar que, em contrapartida à imensa facilidade que os sindicatos patronais tiveram para se constituírem e se consolidarem, inclusive com ampla instalação de sedes próprias, parques de exposições e aquisições de vários bens móveis e imóveis, os sindicatos dos trabalhadores tiveram muita dificuldade em conseguir adquirir espaços mínimos para funcionamento. A maioria deles foi conseguida graças a doações das prefeituras municipais, e todos eles funcionam em sedes próprias, porém modestas, até o momento da pesquisa. Pietrafesa (1995) reforça essa idéia quando diz que "temos que considerar o STR não dispõe de estrutura material e humana para enfrentar a mobilidade empresarial [...] a desigualdade de condições materiais e humanas, entre capital x trabalho está, por enquanto, impondo limites de ação" (p. 94-95). O autor ainda enfatiza que os sindicatos não possuem carros e sedes apropriadas para um bom desempenho de suas funções.

[372] Esse tipo de atendimento foi abordado no item sobre os Sindicatos Rurais Patronais.

[373] Para esse autor, o segundo período sindical brasileiro abrange os anos de 1930 até fins da década de 1970. Momento marcado por movimento com características de conflito social.

empregados e empregadores, processos de aposentadoria e reforma agrária. Nas atas dos sindicatos patronais aparecem, com freqüência e de forma crescente, as preocupações com o avanço dos direitos trabalhistas adquiridos pelos trabalhadores, como citado neste trecho: "[...] foi debatido e amplamente discutido sobre a questão trabalhista [...] detalhou alguns conselhos aos presentes, uma vez que o mesmo está com problemas sobre esta questão"[374]. Preocupados com isso, os sindicatos patronais de Jataí e Rio Verde tiveram importante participação no processo de implantação da Junta de Conciliação e Julgamento do Tribunal do Trabalho, acreditando que essa participação os beneficiaria nas causas trabalhistas. "[...] tivemos uma contribuição bastante significativa para sua implantação, o que representa uma força para os empregadores rurais."[375] Em contrapartida, os sindicatos dos trabalhadores constituíram-se de departamentos jurídicos para defender os trabalhadores nessas causas, iniciativa que ajudou no processo não só de dar-lhes maior segurança quanto às conquistas de seus direitos como também de tornar o sindicato mais forte diante de seus associados.

> O Sindicato é um órgão representativo da classe trabalhadora, e com a união de todos os companheiros o Sindicato reivindica os direitos dos trabalhadores e apóia a luta do trabalhador, por isso companheiros vamos unir e participar de nossas reuniões, para discutir sobre os nossos direitos e tirar todas as dúvidas.[376]

Os departamentos jurídicos passaram a assumir importante papel nos sindicatos também nos processos de encaminhamento de aposentadorias para os trabalhadores rurais. Sua função tem sido orientar os trabalhadores no que é necessário do ponto de vista burocrático para o encaminhamento desses processos. O trabalhador apresenta os documentos, e o advogado do sindicato monta e encaminha o processo ao INSS. Isso dá ao trabalhador a idéia de que quem o está aposentando é o sindicato, e isso contribui para melhorar a imagem do sindicato.

> [...] o sindicato hoje está com uma posição favorável na sociedade e que a aposentadoria feita no sindicato, está aproximando os empregadores dos empregados, haja visto as constantes presenças de fazendeiros, tanto para assinar processos de aposentadoria como para acertar com empregados, e até mesmo, tomar esclarecimentos sobre direitos trabalhistas.[377]

O que ocorre nesse momento, no campo das representações dos trabalhadores, é uma inversão de investimento de capitais na medida em que os agentes patronais, ao

[374] Livro de atas do SR-RV.
[375] Idem.
[376] Livro de atas do STR-SH.
[377] Livro de atas do STR-J.

perceberem o engajamento dos trabalhadores na busca pela execução de seus direitos trabalhistas, investem na implantação de mecanismos que lhes assegurem certa mobilidade nas negociações com a participação na implantação da Junta de Conciliação e Julgamento do Tribunal do Trabalho, por exemplo; ou, em segunda instância, mostram-se mais próximos aos trabalhadores comparecendo em seus sindicatos para encaminhar questões trabalhistas de seus empregados, dando a eles a impressão de que estão mais próximos, e por isso, mais sensíveis às suas demandas. Dessa forma, os agentes patronais, apenas aparentemente, parecem fortalecer o trabalho desenvolvido pelos sindicatos de trabalhadores, mas o que de fato ocorre é que, com essa proximidade, conseguem maiores informações para se armar de estratégias que contribuam para uma maior exploração dos trabalhadores.

A modernização agrícola age como forte inibidora do desenvolvimento do trabalho. Ela realiza modificações estruturais na forma de organização do trabalho obrigando o trabalhador a se adaptar a essa nova realidade. Dessa forma, o trabalho começa a perder seu valor diante do avanço desse processo, por isso os sindicatos estudados investem capitais no campo para obter posição mais destacada e, nesse momento, passam a assumir o maior volume de capital, tornando-se, mesmo que em alguns poucos momentos, dominantes no campo. Os momentos em que os trabalhadores assumem posições de dominantes no campo são por ocasião das negociações nas convenções coletivas ou nas lutas por demandas por terras.

O primeiro momento, que é uma importantíssima ação dos trabalhadores, gira em torno de acordos trabalhistas firmados em convenções coletivas. A necessidade dessas negociações deu-se pela característica de trabalho assumida na região, a mão-de-obra volante, devido à especificidade do desenvolvimento da agricultura. O trabalhador volante fica ocupado no máximo oito meses no ano, de fevereiro a setembro. A sazonalidade de ocupação do trabalhador rural é então bastante intensa. No período em que ele está desocupado, busca trabalhos rápidos e esporádicos em atividades agropecuárias (cercas, capinas, aceiros, currais, derrubadas, entre outros).

O corte de cana é o trabalho mais procurado, porque é o que mais remunera no meio rural, porém só o enfrentam aqueles que estão dispostos a um desgaste físico sem precedentes no trabalho agrícola. Os sindicatos passaram a buscar acordos trabalhistas com as empresas para as quais os trabalhadores prestam serviços. Segundo Vaz (1992), a primeira experiência de acordo de trabalho na agricultura, no Estado de Goiás, data de 1983 e ocorreu em Santa Helena, o primeiro acordo, assinado com a Usina Santa Helena de Açúcar e Álcool S/A, ocorreu em agosto de 1984. As conquistas trabalhistas oriundas desses acordos foram a

base para as convenções coletivas, firmadas em âmbito estadual, a partir de 1985. As primeiras vantagens acordadas podem ser listadas como: transporte gratuito e seguro; assinatura de carteira de trabalho; comprovantes de produção diária; recibos de pagamentos; atendimento gratuito a acidentados; auxílio doença de 15 dias; fornecimento de água potável e estabelecimento de preços.

O teor dos acordos demonstra o estado de precariedade vigente nas condições de trabalho nos anos anteriores. Todas as vantagens contratuadas implicam despesas para os empresários do setor e, por isso, houve uma resistência muito grande contra o cumprimento dos contratos em sua integralidade. Segundo Vaz (1992), praticamente a única cláusula realmente respeitada é a que se refere aos preços firmados, por ser considerada fundamental entre as partes. Pietrafesa (1995) concorda com isso quando diz que "é comum as denúncias de Convenções Coletivas não cumpridas pelas usinas" (p. 36). As outras vantagens ou são atendidas aleatoriamente, burlando-se suas exigências legais, ou são negligenciadas. Em 1989, já com seis convenções firmadas com os STRs, a Usina Santa Helena foi a única empresa da região que cumpriu integralmente os contratos coletivos estabelecidos.

Os primeiros acordos coletivos foram fruto de forte movimento grevista que se alastrou pelo Estado, em 1984, desencadeado por uma reação à pressão para aumentar a quantidade de linhas por metro a ser cortado, de 5 para 7. Significaria para o trabalhador um aumento de 40% em sua carga de trabalho, sem implicar acréscimo em sua remuneração. Isso provocou, em todo o Brasil, um movimento contrário à mudança. Em Santa Helena os trabalhadores articulados com o sindicato paralisaram suas atividades e organizaram uma pauta de reivindicações, tendo como principais itens a tabela de preços e a manutenção do corte de cana em cinco linhas. Os trabalhadores organizaram-se em piquetes e, apesar das violências praticadas, mantiveram a greve até o fechamento do acordo com o estabelecimento contratual das cinco linhas no corte da cana.

Segundo Vaz (1992), as concentrações de trabalhadores em Santa Helena chegaram a quatro mil pessoas, o que criou um estado de instabilidade no município. Esse movimento implicou uma maior politização e união dos cortadores em torno de suas reivindicações. A partir desse movimento, vários outros foram desencadeados em Santa Helena e Rio Verde, os quais, embora pouco organizados, saíram vitoriosos. O sindicato de Santa Helena ganhou visibilidade no cenário dos municípios pesquisados por causa dessas conquistas. "Os trabalhadores são as máquinas que sustenta esse Brasil, esse homem que luta tem quer ser valorizado, vamos mostrar esse valor através dessa luta, dessa união, porque os

olhos estão todos voltados para o sindicato de Santa Helena."[378] Sua atuação passou a ser tão significativa que o sindicato de Rio Verde, em alguns momentos, chegou a delegar ao de Santa Helena autonomia para decidir em seu nome: "[...] o preço a ser definido será o preço que os trabalhadores de Santa Helena definir [...] o que os trabalhadores de Santa Helena fazer está feito"[379].

A partir desses acontecimentos, os trabalhadores passaram a utilizar estratégias para forçar o acordo com a participação do Governo e da sociedade em geral. As notícias do movimento saíam do Sudoeste e se ampliavam, o que fazia com que os trabalhadores se considerassem ainda mais vitoriosos em suas negociações. Os principais pontos acordados, em 1984, além dos preços e do retorno às cinco linhas, serviram de base para as convenções coletivas em todo o Estado, a partir de 1985. A primeira convenção coletiva estadual foi assinada pelas Federações dos Empresários e dos Trabalhadores em junho de 1985.

Além das vantagens firmadas nos acordos realizados a partir dos movimentos anteriores, outras podem ser apresentadas como as mais relevantes: repouso semanal remunerado aos trabalhadores que prestam serviço semanal ou quinzenal; pagamento semanal ou quinzenal; adicional de insalubridade para quem trabalha com agrotóxicos e fornecimento dos equipamentos necessários para a proteção; não utilização de *gato*[380] para contratação e transporte; adicional noturno, conforme a lei.

A partir de 1986, plantadores, fornecedores e entregadores de cana passaram a ser representados pela Faeg, e os trabalhadores, pelos sindicatos e, posteriormente, pela Fetaeg nas convenções coletivas. A melhoria dos acordos coletivos, ao longo do tempo, pode ser observada pelo detalhamento de suas cláusulas, cada vez mais precisas. Esse detalhamento é visto na quantidade crescente de cláusulas existentes a cada ano, bem como no aprimoramento do conteúdo de cada uma delas. Entretanto, não se pode julgar as condições de trabalho no campo a partir das convenções firmadas pelas classes que compõem o setor. Na prática o empregador pouco vem observando as determinações dos acordos, cumprindo apenas o que lhe apraz e desconsiderando a maioria deles, como aparece relatado em vários momentos nas atas do Sindicato de Santa Helena.

É importante observar que, apesar desses acordos em cada convenção coletiva, o trabalhador vem sofrendo perdas e, por isso, é cada vez mais crescente o envolvimento de toda a família no trabalho como alternativa para aumentar a renda familiar e prover seu

[378] Livro de atas do STR-SH.
[379] Livro de atas do STR-RV.
[380] Gato é o intermediário que arregimenta o pessoal necessário ao trabalho. Transporta-o ao local, administra a execução das tarefas pretendidas, recebe o pagamento e faz o acerto com os trabalhadores a sua maneira.

sustento. Essa situação aparece de maneira clara nas atas: "[...] a família do trabalhador, que desde o trabalhador pai até o trabalhador filho com idade mínima de 8 (oito) a 10 (dez) anos é obrigado a ir trabalhar no 'corte de cana' pois se isso não é feito eles passam necessidades em seus lares"[381]. Relatam ainda que "[...] o patrão que absorve toda energia do trabalhador e tem toda vantagem sobre eles não está nem querendo saber sobre suas necessidades, ele só quer que, ele tenha todo lucro e que o trabalhador continue fazendo o que tem que fazer e que passa até fome"[382]. O maior problema é que, na medida em que isso ocorre, aumenta-se a oferta de mão-de-obra, colaborando para a redução cada vez mais acentuada dos preços pagos pelo trabalho e aumentando a exploração sobre o trabalhador. Esse problema agrava-se mais ainda com a chegada de trabalhadores oriundos de outras partes do país pelas mãos dos chamados *gatos,* que têm o claro propósito de reduzir os custos de mão-de-obra com o aumento da oferta.

Ao recorrer à literatura, é possível identificar que não só na realidade pesquisada, como também em outras, como a relatada pelo escritor americano John Steinbeck, esse aspecto é recorrente. Em sua obra *As Vinhas da Ira*, quando o autor relata a trajetória de uma família em busca de trabalho no oeste americano, no auge da depressão, mostra que várias famílias chegam aos locais de trabalho sugestionada por anúncios de que havia emprego para todos. Ao começar a desenvolver o trabalho na colheita de pêssegos, o preço do serviço é diminuído sob a alegação de que, se os trabalhadores não quisessem executar a tarefa por preços menores, as famílias que continuavam a chegar o fariam. Essa imposição forçava os trabalhadores a se submeterem ao trabalho para manterem minimamente suas condições de sobrevivência. "Faz um ano que ando aqui nesta zona e os salários por aqui só têm baixado. Um homem, mesmo trabalhando, não ganha o bastante pra dar de comer à família." (s. d.a, p. 443)

Essa situação aparece também em outra obra desse autor, *Luta Incerta* (s. d.b), que relata a vida das classes econômicas menos favorecidas, trabalhadores rurais itinerantes da Califórnia, também na grande depressão econômica dos Estados Unidos. O autor descreve a violenta revolta dos apanhadores de maçãs nos pomares californianos, a trajetória da greve, as derrotas e as estratégias de luta oriundas do processo de exploração da mão-de-obra barata dos trabalhadores que não possuem outra opção senão se submeterem a essas condições de trabalho.

[381] Livro de atas do STR-SH.
[382] Idem.

As negociações nas convenções coletivas constituem um momento definidor para o investimento de *capital* por parte dos trabalhadores no *campo*. Elas acontecem sempre antes do início da safra, final de maio e início de junho. A importância em fazê-las está vinculada à necessidade de garantir direitos mínimos aos canavieiros e espaço para melhor organização sindical. Segundo Pietrafesa (1995), a convenção coletiva representa, para os trabalhadores, um avanço frente à CLT e a garantia de ganhos sociais e econômicos. Para os patrões, serve como um momento para se utilizarem regras contra as atitudes inadequadas que provocam desperdício de tempo e perda de produtividade dos trabalhadores na organização do trabalho.

Os trabalhadores apresentam-se como detentores de capitais no campo, por ocasião das negociações nas convenções coletivas, pois não iniciam os trabalhados enquanto essa negociação não estiver garantida, terminada. Mesmo depois de ter sido feita, caso não seja cumprida, como é frequentemente denunciado, eles realizam greves ou *paradeiros* (greves rápidas) para garantir a conquista de seus direitos[383]. Entretanto, isso não dura muito. Os patrões, como agentes historicamente acostumandos a deter maior número de *capital* no *campo*, saem de seu silêncio para impor outros mecanismos de dominação. Pietrafesa (1995) aponta como o mais comum deles o processo de seletividade na convocação para o trabalho a cada nova safra. Os trabalhadores são convocados, pelos meios de comunicação, com um discurso de que as usinas estão selecionando. Para conseguir vaga, os pretendentes passam a ser contratados mediante bons apontamentos em fichas de safras anteriores. São considerados bons aqueles que vão pouco aos postos médicos, que são dóceis aos fiscais e gerentes e que têm um rendimento médio na produção diária do corte de cana. A seletividade no trabalho cria relação de medo e dependência frente às usinas. E, embora às vezes os trabalhadores saibam dos seus direitos, "não cobram por medo de perder o emprego por 'picuinha'" (p. 110).

Outro mecanismo utilizado pelos patrões, que foi analisado por Pietrafesa (1995), é a construção de discursos que os favoreçam em todos os sentidos. Tanto no dia-a-dia com os empregados quanto nas mesas de negociações coletivas. O primeiro deles remete à discussão de que as negociações sempre foram amigáveis. "Os usineiros 'lembram' que em Goiás as negociações sempre foram feitas de forma 'amigável' que nunca foi preciso fazer dissídio na Delegacia Regional do Trabalho-DRT. Estas lembranças são claras alusões às possíveis perdas para os trabalhadores com os dissídios ali realizados." (p. 89) Outro discurso usado é o

[383] Em Santa Helena, os trabalhadores pressionaram as negociações pela realização de greves que atingiram importantes áreas produtoras de cana, álcool e açúcar.

da parceria[384]: "todos participantes da mesa, trabalhadores, sindicatos e usineiros, eram "parceiros" na produção, não havendo lados em disputa [...] ninguém quer enganar ninguém, portanto, não se pretende 'explorar' um dos lados" (p. 91). Mais um dos discursos utilizados pelos agentes patronais refere-se à seleção de pessoal mencionada anteriormente. O que fica dessa seleção, no imaginário do cortador de cana, é o discurso de demissão feito pelas usinas. Segundo Pietrafesa (1995), os patrões conseguem criar uma ação pedagógica em sua fala a ponto de transformá-la em argumentação corrente no meio dos trabalhadores. O repasse do discurso de perigo de demissão é feito pelos fiscais de turma ou produção, que estão todos os dias, e durante todo o período de trabalho, juntos com cada trabalhador.

Esse autor ainda aponta que os dirigentes sindicais também são responsáveis por esse repasse de discurso demissional. Esses dirigentes também possuem importante papel dentro desse campo. Para Pietrafesa, eles reproduzem esse discurso não porque concordam com os patrões, mas porque eles não entendem os discursos patronais e não compreendem as mudanças que vêm ocorrendo nas relações de trabalho e na sua organização dentro das usinas e lavouras. "A atividade sindical não dá conta de entender sua "nova" tarefa, ou seja, organizar a ação nestes locais de trabalho." (p. 94) Tem-se que considerar que os sindicatos não dispõem de estrutura material e humana para enfrentar a mobilidade empresarial.

Outra ação importante dos dirigentes sindicais nesse campo refere-se a sua atuação frente às negociações nas convenções coletivas, porém com vários limites. Data de 1984 a primeira convenção coletiva dessa área, e em 1989 entra nesse campo um novo agente, a Fetaeg, que assume a representação dos sindicatos nas negociações. Para se chegar a um acordo nas convenções coletivas é necessário percorrer um longo caminho. Cada sindicato dos municípios que têm cortadores de cana faz uma assembléia convocada exclusivamente para aprovar sua pauta local. A discussão da pauta de reivindicação é complementada, deixando inclusive deliberado o indicativo de grave caso não haja acordo, após o que, na Fetaeg, é feita a unificação da pauta, concluindo-se uma proposta unitária. Na reunião da convenção coletiva, alguns itens da pauta são prontamente aceitos, como os de cunho social (fornecimento de água potável, assinatura de carteira de trabalho, atendimento médico, entre outros); os itens polêmicos, normalmente os econômicos, são deixados por último para serem amplamente debatidos.

O limite dessas negociações é que as mudanças a cada ano ficam por conta dos ganhos e das perdas no preço da cana a ser pago. As convenções não têm ajudado a modificar

[384] Segundo Pietrafesa (1995), as relações trabalhistas no setor canavieiro de Goiás não chegam ao limite mínimo de relações de cidadania, muito menos de uma parceria, de relação paritária de poder, ou próxima a isso.

o conceito de ação sindical, tampouco sua forma organizativa, por dois motivos: primeiro, o avanço fica limitado porque os sindicatos não se estruturam para se contrapor ao processo de modernização, ao mesmo tempo em que o desemprego provocado por esse processo facilita a ação empresarial em se posicionar contrária a qualquer avanço, pressionando os trabalhadores a manterem suas conquistas em patamares aceitáveis ao capital; e segundo, a correlação de forças favoráveis aos patrões em seus aspectos econômicos e políticos mantém a ação sindical nos limites dessas reivindicações. Para Pietrafesa (1995), a superação dessa situação está vinculada a uma ação sindical eficiente, decorrente de um trabalho de esclarecimento e informação aos canavieiros sobre essa prática patronal.

Fatos como esses são as principais motivações dos trabalhadores em sua busca e luta pela reforma agrária. Eles compreendem que a única saída para essa situação de exploração é o acesso a terra.

> [...] só assim nós vamos ter fartura de mantimentos, porque nós vamos ter a terra e as graças de Deus para nós plantar e colher para sustentar a nossa família [...] a reforma agrária é bom não só para os trabalhadores rurais mas sim também para os trabalhadores urbanos porque os trabalhadores rurais vão desocupar os lugares dos trabalhadores urbanos."[385]

O Sindicato de Santa Helena, que parece ter sido o mais atuante nessa questão da reforma agrária, acredita que "[...] o principal objetivo dos trabalhadores e dos sindicalistas é a Reforma Agrária e uma política agrícola favorável aos trabalhadores". Na busca desse objetivo, organizaram-se de maneira unida: "[...] os trabalhadores precisam gritar bem alto sobre a Reforma Agrária, porque só assim a Reforma Agrária sai [...] temos que continuar lutando, brigando para que a terra seja distribuída a todos que dela precisa [...] devemos estar conscientes de que a terra é nossa, pertence a nós e não aos latifundiários"[386].

De fato, em Santa Helena, houve alguma incidência da luta pela reforma agrária, já que ocorreu a desapropriação de terra para dar origem a três assentamentos, como pode ser percebido no quadro abaixo:

[385] Livro de atas do STR-SH.
[386] Livro de atas do STR-SH.

Quadro 16 – Assentamentos do município de Santa Helena.

| Nome do Projeto de Assentamento | Área (ha.) | Nº de famílias | Data/Criação |
|---|---|---|---|
| Hidrocilda | 484,0000 | 21 | 22/09/1998 |
| Bauzinho | 423,8914 | 18 | 23/10/1998 |
| São Gabriel | 275,8837 | 17 | 22/12/1999 |

Fonte: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Superintendência Regional.

O sindicato de Rio Verde, em princípio, parece ter utilizado da possibilidade de reforma agrária para arregimentar associados ao sindicato e fazer promessas aparentemente difíceis de serem cumpridas, como aparece nesse trecho de ata:

> [...] primeiro todo trabalhador rural, diarista, mensalista, meeiro, empreiteiro etc ele tem a obrigação de se sindicalizar em seu sindicato para que este seja reconhecido como um trabalhador rural, sindicalizado e participativo nas reuniões, se este trabalhador ao receber seu pedacinho de terra, ele vai ali dentro ter todas as assistências como: empréstimo no Banco [...] e suas terras serão pagas com suas próprias benfeitorias que serão feitos em cima da sua terra[387].

Apesar disso, também consideram que a saída para seus problemas seja a reforma agrária. "[...] Os trabalhadores presentes falaram e debateram sobre a reforma, e eles dissem que: o que está faltando para melhorar este país e principalmente o custo de vida do trabalhador rural é a reforma já."

Com o passar do tempo e com o amadurecimento do sindicato de Rio Verde, o discurso sobre a reforma agrária parece ter tomado uma direção mais consistente. Passaram a preocupar-se com a organização da luta nos diversos acampamentos existentes no município.

> Discutiram e trocaram diversas experiências de cada acampamento [...] Organização, disciplina e união foi e continua sendo a tônica das discussões [...] A maior preocupação a de que haja uma seleção justa e precisa de cada acampado, visando levar para a terra pessoas que além de trabalhadoras rurais sejam pessoas que tenham senso de responsabilidade individual e coletiva, tenham capacidade de um relacionamento respeitoso com todos, com as famílias também [...] Todos se comprometeram a unirem-se aos demais acampamentos para fortalecer a luta.[388]

O resultado foi a implantação de vários projetos de assentamentos no município, conforme mostra o quadro.

[387] Livro de atas do STR-RV.
[388] Idem.

Quadro 17 – Assentamentos do município de Rio Verde.

| Nome do Projeto de Assentamento | Área (ha.) | Nº de famílias | Data/Criação |
|---|---|---|---|
| Ponte de Pedra | 4.959,5000 | 112 | 20/06/1997 |
| Água Bonita | 1.072,8295 | 21 | 03/03/1998 |
| Pontal do Buriti | 6.445,1366 | 105 | 07/05/1998 |
| Vaianópolis | 888,1151 | 36 | 20/03/1998 |
| Vale do Sonho/Rio Preto | 1.395,7137 | 25 | 27/01/1999 |
| Rio Verdinho | 649,9555 | 27 | 03/02/1999 |
| Agroamb Nero Moura | 671,4668 | 25 | 10/08/2000 |
| Rio Doce | 531,6103 | 13 | 27/05/2002 |
| Fortaleza II | 454,7987 | 24 | 21/10/2002 |

Fonte: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Superintendência Regional.

O sindicato de Jataí também tem atuação no processo de luta pela reforma agrária no município, porém não foi o único agente responsável pelos assentamentos verificados, embora o faça parecer: o presidente da instituição "fez um relato sobre reforma agrária no município e região, onde o STR de Jataí-Go vem atuando no processo de assentamento de famílias de trabalhadores rurais da região"[389]. O sindicato de Jataí, entre os três pesquisados, parece ser o que mais tem vinculação político-partidária[390]. Isso é perceptível em algumas informações contidas em seus documentos. Ele preocupa-se em pressionar "[...] as autoridades competentes" e em buscar apoio de políticos eleitos pela região, "[...] apoio do Maguito no sentido da reforma agrária"[391]. O resultado da luta pela reforma agrária no município pode ser visualizado no quadro abaixo.

Quadro 18 – Assentamentos do município de Jataí.

| Nome do Projeto de Assentamento | Área (há.) | Nº de famílias | Data/Criação |
|---|---|---|---|
| Rio Paraíso | 5.600,0000 | 176 | 27/12/1989 |
| Santa Rita | 968,0000 | 23 | 04/05/1998 |
| Rio Claro | 656,0379 | 17 | 20/08/2001 |

Fonte: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Superintendência Regional.

[389] Livro de atas do STR-J.
[390] Pessoa (1999b) salienta que há casos específicos em que, faltando o apoio direto da Igreja, o STR passa a ser o carro-chefe da retaguarda institucional. Nesse processo de ocupação e assentamento, "em vez de CPT, MST e bispo local, as duas entidades que sustentaram a ocupação foram o sindicato e a Câmara Municipal" (p. 182).
[391] Livro de atas do STR-J. Maiores informações sobre esse assentamento ver Pessoa (1999b).

Depois de ocorrido o processo de assentamento da Fazenda Rio Paraíso, desapropriada em Jataí, o sindicato passou a assumir uma postura de divulgação desse assentamento como forma de "[...] melhorar a imagem do sindicato usando rádio, tv, jornal etc.". Em ata foi relatado "[...] que a divulgação deve começar pelo presidente do sindicato, o qual deve dar entrevistas, a jornal, de bem divulgar o nome do sindicato; falou ainda dos bons serviços prestados pelo sindicato" e decidiu-se por "[...] não divulgar certas atividades do sindicato tais como o movimento dos trabalhadores sem terra [...] não devemos nos envergonhar de nosso trabalho e que devemos dar apoio aos trabalhadores sem terra"[392].

Por esses trechos, é possível perceber que o envolvimento do sindicato no processo de assentamento não foi o esperado e que, depois que ele aconteceu, quiseram tirar proveito para enaltecer o seu nome, o que, nos termos de Bourdieu, equivale a um esforço por um aumento de *capital* no interior do *campo*. Essa divulgação do assentamento da fazenda Rio Paraíso ainda teve como repercussão a sua idealização como modelo de assentamento. Esse intento atribui-se ao sindicato, já que ele se preocupou em "[...] fazer um trabalho de divulgação confeccionando folhetos informativos ou revistas contando a História do assentamento e a participação do sindicato dos trabalhadores na efetivação do mesmo". Um dos diretores afirmou, por ocasião da comemoração do dez anos do assentamento, que: "[...] ao invés de 10 anos sugere que relata apenas os 05 anos em que tem seu desenvolvimento tecnológico, esta data revela oficialmente a criação do projeto"[393].

A preocupação foi divulgá-lo como "[...] um exemplo para os outros assentamentos". Exemplo sobre a diversidade de formas de uso do solo e de técnicas utilizadas para o trabalho. Enquanto a maioria dos assentamentos ainda trabalha com formas rudimentares de cultivo, a Fazenda Rio Paraíso utiliza-se de modernas técnicas. Esse ideal de modelo foi, ao longo do tempo, fortalecido pelos meios de comunicação, em âmbitos local e estadual. No âmbito regional, o jornal *Folha do Sudoeste* encarregou-se disso, divulgando reportagens com os seguintes títulos: "Paraíso, propriedade da reforma agrária"; "Verbas e brigas na Rio Paraíso"; "Fazenda Rio Paraíso é declarada empresa rural"; "Fazenda Rio Paraíso quer se tornar modelo"; além do encarte denominado "Folha rural" com várias reportagens sobre o avanço da utilização de modernas técnicas de cultivo agrícola na fazenda. No âmbito estadual, reportagens de *O Popular* corroboraram essa idéia: "Assentamento Rio Paraíso é sinônimo de sucesso", por exemplo.

[392] Livro de atas do STR-J.
[393] Livro de atas do STR-J.

Como pôde ser percebido, a concretização de alguns assentamentos nos municípios, objeto dessa pesquisa, não é crédito exclusivo da luta dos trabalhadores. O que ocorre nessa região corrobora a construção de um ideal de que a reforma agrária pode fazer parte de um projeto "maior", que é o de colocá-la a serviço de outros interesses que não os da distribuição igualitária de renda e melhores condições de vida para os trabalhadores. Foi possível perceber, quando da análise dos documentos, que a viabilização dos projetos de assentamento se deu por vários motivos: em atendimento à demanda dos trabalhadores; em atendimento às necessidades do sistema capitalista em seu conjunto; em atendimento às necessidades geopolíticas do Estado; e, finalmente, para atender necessidades político-eleitoreiras de políticos regionais, que, muitas vezes, encomendam invasões para se beneficiarem dela de algum modo.

Esse exemplo é um forte indicador da inversão de investimento de capitais no campo das representações dos trabalhadores rurais. Os trabalhadores, quando mobilizam seus recursos para ocupar uma área, estão investindo o seu cabedal de *capital* para buscar uma melhor posição dentro do *campo*, entretanto, muitas vezes, ao fazerem isso, estão utilizando seus capitais justamente para fortalecer os agentes patronais, porque, via de regra, como foi dito anteriormente, a viabilização dos assentamentos privilegia os interesses de outras classes do que a sua.

### 3.1.5 O campo das representações comerciais e industriais – Associação Comercial e Industrial de Rio Verde (ACIRV)

Conforme exposto no capítulo anterior, entre os interesses em jogo nesse campo, estão a busca de benefícios e a valorização de todos os agentes empresarias; a visibilidade de seus produtos e serviços (Sudoexpo); a busca de mecanismo de proteção (SCPC e C.C.A.); bem como a promoção da articulação da cadeia agroindustrial (DIMPE). Passa-se agora a elucidar esses interesses em jogo no *campo* por meio das estratégias de ação de seus componentes: os agentes empresariais do comércio, da indústria e da agroindústria; e a diretoria da ACIRV.

Uma das primeiras ações desenvolvidas pela diretoria da ACIRV foi a implementação da Sudoexpo – Feira de Indústria, Comércio e Prestação de Serviços do Sudoeste goiano –, que foi concretizada em 1988. Inicialmente, ela era realizada a cada dois anos, durante as exposições agropecuárias do Sindicato Rural de Rio Verde. Em 1990, ela passou a fazer parte do calendário de eventos da entidade, e a partir de 1992, deixou de ser um

evento local e ganhou espaço regional com a participação de outras cidades do Estado. Ela passou a ser um evento realizado pela ACIRV de modo independente. É uma feira em que os empresários têm a oportunidade de mostrar e divulgar seus produtos e serviços.

Em 2004, foi realizada sua 9ª edição. Ela já é considerada "[...] o maior evento multisetorial do Estado e um dos melhores do Centro-Oeste"[394]. As empresas que participam e comercializam seus produtos na feira são dos mais variados segmentos: telecomunicações, áudio, vídeo, móveis, utilidades, indústrias, materiais importados e nacionais, agroindústrias, saúde, alimentação, construção, confecção e prestadoras de serviços. Um dos carros-chefes da Sudoexpo é a Rodada de Negócios, que em 2002 passou dos R$ 14 milhões. "[...] a Rodada de Negócios é uma oportunidade onde empresas âncoras e fornecedores poderão efetivar transações comerciais de imediato com pequenas e micros empresas de diferentes ramos."[395] Em 2002, a feira totalizou negócios da ordem de R$ 45 milhões. Em 2004, o volume de vendas chegou a R$ 80 milhões; somente na Rodada de Negócios o volume de vendas foi de R$ 48 milhões. "Rio Verde é uma das regiões mais promissoras do estado, e a Sudoexpo tem grande participação nesse desenvolvimento."[396] Nessa edição a feira foi visitada por empresários estrangeiros que pleiteiam abrir caminho para ampliação de negócios. "[...] aqui em Rio Verde se respira o ar do empreendedorismo agrícola; coisa que em outras regiões de Goiás o empresário ainda não percebe."[397]

A constituição e a consolidação desse tipo de evento podem definir rumos de certos acontecimentos porque têm o poder de estabelecer articulações que não são visíveis. Os grupos de interesses veiculam neles seus produtos e serviços, indicando que são os mais adequados para atender à nova demanda do mercado, instituindo assim uma dependência em relação ao mercado consumidor. Os agentes os utilizam para tornarem-se peça fundamental e de boa aceitação pública. Eles assumem papéis estratégicos porque constroem uma representação simbólica da necessidade de consumo desses produtos e serviços. O interesse em jogo é fazer valer a melhor representação dos agentes no campo em relação ao mercado consumidor.

Outra ação desenvolvida pela ACIRV ocorreu em agosto de 1998, quando, em convênio com a Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Estado de Goiás, Sub-Seção de Rio Verde, e com Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, instituiu a 1ª CCA – Corte de Conciliação e Arbitragem de Rio Verde –, com a finalidade de apreciar e julgar demandas.

---

[394] Jornal do Empresário. Rio Verde, dezembro de 2003, p. 4.
[395] Idem.
[396] Idem.
[397] Idem.

Essa iniciativa visa à solução de litígios por uma entidade julgadora privada, com as vantagens de ter maior simplicidade, objetividade, rapidez e baixo custo em relação às soluções do Poder Judiciário brasileiro. Outra característica dessas Cortes de Conciliação e Arbitragem é a inexistência de limites de valores das causas, que podem ser de pequena e de grande monta. Tanto pessoas físicas como jurídicas podem comparecer à CCA em busca da satisfação de seus direitos.

O funcionamento da Corte é simples. Inicialmente é tentada a conciliação, ou seja, a solução do conflito por acordo entre as partes. Não havendo acordo, ocorre uma segunda e definitiva etapa, que é a escolha de árbitros que, após colher as informações necessárias, julgam a causa, não cabendo recurso. As causas podem ser de natureza comercial, industrial, de prestação de serviços, imobiliárias, condominiais, cíveis e agropecuárias. Para a ACIRV, a 1ª CCA tem um desempenho "[...] altamente positivo pois, de todas as questões apreciadas, setenta por cento foram solucionadas por consenso"[398].

Essa corte de conciliação é um dos indicadores da tensão existente entre o mercado consumidor e os agentes que compõem o campo. Os últimos criam várias estratégias de convencimento, como Sudoexpo por exemplo, para que o mercado consumir se convença da necessidade de consumo de seus produtos e serviços, mas a criação dessa corte indica que não basta vender, mas também criar estratégias para não tomarem prejuízos com suas vendas, por isso criam a corte para assegurarem o ciclo completo dos processo de consumo: venda, recebimento e fidelização de consumidores.

O Jornal do Empresário, forte veículo de (in) formação, foi cogitado pela primeira vez em 1988, porém sua materialização só ocorreu em 2003. Publicado mensalmente, ele é um instrumento de informação para a classe empresarial. O jornal tem o "[...] objetivo de manter o empresário informado sobre as ações da Associação e oferecer subsídios, através de artigos e matérias, que possam auxiliá-lo no desenvolvimento profissional". Além disso, ele se "[...] torna um aliado para a divulgação de produtos e serviços do mercado rio-verdense"[399].

Aborda as mais diversas informações de interesse da classe empresarial, como: notícias de parcerias realizadas entre ACIRV e outros órgãos, promovendo benefícios à classe; notícias dos grandes acontecimentos locais, como a Agrishow COMIGO, e o Encontro de Agropolos; informações sobre alterações na legislação trabalhista; entrevistas com pessoas ligadas a vários segmentos da área comercial e industrial, visando à maximização dos

[398] Idem.
[399] Idem (agosto de 2004, p. 8).

resultados no empreendimento de seus associados. Ao noticiar essas diferentes questões, imputa um conceito de desenvolvimento à cidade por meio de suas reportagens: "Rio Verde: Capital do agronegócio"; "Rio Verde no comércio internacional"; "Empresas investem cada vez mais no interior"; "Agricultura: o sustentáculo da indústria e comércio de Rio Verde"; "Agricultura: união quebra as primeiras barreiras"; "Prejuízo no campo"; "S. O. S. Rural".

Utilizando-se do Jornal do Empresário, a ACIRV informa sobre outra importante ação por ela desenvolvida, que são as promoções de eventos e cursos. Eles são voltados para as áreas de vendas, motivação, liderança, gestão pessoal, análise de crédito e secretariado empresarial e executivo. Promove também *workshop* para empresários, como "Chefe ou Lider?" e "Introdução ao comércio exterior", por exemplo.

O Sebrae também promove cursos[400], na ACIRV, para profissionais em diversos segmentos. "[...] ao promover esses cursos, a ACIRV e os institutos de treinamentos, estão dando oportunidade ao trabalhador rio-verdense de se qualificar e garantir sua vaga no mercado de trabalho."[401]

De acordo com as fontes desta pesquisa, Rio Verde enfrentou um sério problema em relação à mão-de-obra. Juntamente com a chegada de várias empresas ligadas às mais diversas áreas de comércio, indústria e agroindústrias, veio também uma grande divulgação em relação à necessidade de mão-de-obra. O jornal *O Mercador* divulgou: "O que falaram de nós: a matéria da GLOBO". Essa matéria aborda que Rio Verde foi destaque no programa de televisão Globo Repórter, da rede Globo, com uma matéria sobre empregos. O jornal publicou na integra a reportagem que foi ao ar. Nela aparece que em Rio Verde um fenômeno está acontecendo: "na cidade não falta emprego. Falta trabalhador [...] a cidade abre 3,3 mil novas vagas a cada mês. Rio Verde é uma máquina de oportunidades"[402]. Em outra reportagem, "O efeito Globo Repórter", mostra como a cidade reagiu a tamanha exposição. A reportagem diz que, como era de se esperar, o movimento da rodoviária era intenso. Atraídos pela reportagem e desempregados há meses, os trabalhadores gastaram suas últimas economias e foram para a cidade, somente com o dinheiro da passagem, em busca de alguma oportunidade. Mas "a realidade aqui é bem diferente do que mostraram na TV"[403]. Foi necessária a organização de uma estrutura de apoio a esses trabalhadores, sem dinheiro para refeições e hospedagens, que, é claro, não conseguiram os empregos tão anunciados. "[...] foram deslocadas equipes da

[400] Exemplos de cursos que o Sebrae oferece na ACIRV são: Aprender a Empreender; Indicadores de Qualidade; Telemarketing, Atendimentos e Vendas; Planejamento Estratégico; Desenvolvimento das Equipes; Saber Empreender; entre outros.
[401] Jornal do Empresário. Rio Verde, abril de 2004, p. 7.
[402] O Mercador. Rio Verde, 10 a 16 de fevereiro de 2004, p. 2.
[403] O Mercador. Rio Verde, 17 a 23 de fevereiro de 2004, p. 3.

Organização dos Voluntários de Goiás (OVG) para auxiliar na triagem das pessoas que chegaram ao município sem dinheiro e lugar para ficar. O Estado está ajudando a pagar as passagens de retorno dos desempregados."[404]

A repercussão da matéria da rede Globo foi um transtorno para Rio Verde. O Sine calcula que, naqueles dias, recebeu em média 700 ligações, além de mil pessoas por dia, sendo que apenas 6% das pessoas que foram atraídas pela matéria conseguiram emprego. Por causa de todos esses transtornos, o prefeito municipal solicitou à rede Globo uma retratação com informações mais precisas sobre as vagas de trabalho existentes. O que ocorria, de fato, é que realmente o município necessitava de mão-de-obra, mas não qualquer uma: "as vagas em aberto em nossa cidade seriam para trabalhadores com qualificação profissional"[405]. É aí que entra a estratégia de ação da diretoria da ACIRV no que se refere à qualificação de mão-de-obra, que se tornou um verdadeiro filão para ela. Promove uma série de atividades e eventos com esse objetivo, levando o trabalhador à crença de que, com isso, está qualificando-se e, portanto, garantindo uma vaga no mercado de trabalho.

A "ACIRV Sempre Presente" é uma coluna do Jornal do Empresário que indica mensalmente todos os eventos em que ela esteve presente. Estar presente significa acompanhar "[...] todos os eventos políticos, culturais e sociais de Rio Verde"[406], inclusive os ligados às questões agrícolas. Esses eventos são de toda ordem: posses de diretorias de diferentes instituições, entrega de títulos, lançamentos de livros e programas, inaugurações, comemorações, audiências, recepções, formaturas, feiras, jantares, festas, campanhas, sorteios e promoções, reuniões, visitas, entrevistas, mostras, encontros, palestras, seminários e fóruns.

Na busca de cumprir seu papel em defesa dos interesses comuns dos agentes do campo, a ACIRV já acumula, em Rio Verde, alguns feitos como: a criação e a permanência da Junta Comercial Regional (JUCEG); a instalação do Sebrae (GO); a reforma do prédio dos Correios; a reforma do prédio da Delegacia Fiscal; a reforma do aeroporto General Leite de Castro; a escola profissionalizante do Senai; e a participação ativa na vinda de grandes indústrias.

Ela oferece aos seus associados e à população em geral os seguintes produtos e serviços: balcão Sebrae; cursos e palestras; consultoria jurídica, fiscal e tributária; serasa; feiras e eventos; convênios com IEL (Instituto Euvaldo Lodi), Senac, Senai, e Sebrae; Junta Comercial Regional; Corte de Conciliação e Arbitragem; cartão empresarial; linhas de

[404] Idem.
[405] Idem.
[406] Idem (dezembro de 2003, p. 11).

créditos especiais: Goiás fomento, crédito produtivo e cooperfat do Banco do Brasil; Jornal do Empresário; convênio com BEERRE[407] e SESCON (Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis, Perícia, Informação e Pesquisa).

Como pode ser visto, a ACIRV é um campo completamente articulado com os demais e com o processo de desenvolvimento econômico desencadeado em Rio Verde, participando de uma parte da cadeia produtiva ligada ao ramo do comércio e da indústria, alimentada pelo setor da produção agrícola.

### 3.1.6 O campo comunitário – Conselho Comunitário de Jataí (CCJ)

Compõem esse campo as diversas instituições da sociedade civil e o poder público municipal. Entre os interesses em jogo, estão: representação dos interesses populacionais via instituições como clubes de serviços, por exemplo; agregação, no CCJ, de todos os movimentos de pressão do município; atuação nas negociações entre poder público e sociedade em geral; e, finalmente, um poderoso instrumento de transmissão de políticas e acomodação de conflitos. A relação de tensão existente dentro do campo é perceptível quando o conselho intercede junto ao poder público para reivindicar causas das instituições que o integram. Sua opinião tem peso, pois já foi determinante para se decidirem várias questões no município.

Uma das ações do conselho que deve ser ressaltada foi a constante criação de comissões. Há registro da criação de onze comissões, que deveriam empenhar seus esforços para resolver determinados problemas. Há registro, também, de importantes instituições que foram criadas a partir da indicação/intervenção do Conselho Comunitário de Jataí, como por exemplo: criação, em 1983, da Fundação Educacional de Jataí – instituição responsável por manter o ensino superior no município; criação do Conselho Econômico, Político e Social de Jataí, em 1983, com a função de averiguar as contas do município; criação do Conselho de Alimento Escolar, em 1995, para atender às exigências do Governo Federal, naquela época; entre outras.

As ações desse conselho abrange vários aspectos da vida social da cidade, como: segurança pública, saúde, iluminação, estradas, aposentadoria rural, educação, industrialização e agricultura.

Em relação à segurança pública, saúde, iluminação e estradas, as ações sempre foram com o objetivo de, primeiro, compor comissões para diagnosticar os problemas

[407] Serviço de assessoria empresarial na proteção de marcas e patentes.

detectados pela comunidade e de, segundo, fazer um estudo de viabilidade de solução para esses problemas, para depois, terceiro, buscar saídas, que, quase sempre, ocorrem via reuniões com representantes políticos locais ou estaduais: "[...] sugere que reividicamos através de memorando ao sr. Ministro da Justiça, recursos nescessários para equipar as delegacias regionais e na área de saúde que enviamos também memorando ao Ministro da Saúde, reinvidicações como credenciamentos médicos"[408]. Houve ainda algumas ações objetivando fazer algumas reinvindicações de "[...] Benefícios de Aposentadoria para empregada doméstica Rural"[409]. Entretanto, pela não sistematização das atas não foi possível perceber seus resultados.

A ação desse conselho em relação à educação no municipio é bastante contundente. Uma das mais importantes foi a instituição da Fundação Educacional de Jataí, para manter os cursos de ensino superior no município. Desde sua criação até 2006, ela é responsavel pelo funcionamento de dois cursos no Centro de Ensino Superior de Jataí (CESUT)[410] e pela manutenção do convênio existente entre a Prefeitura Municipal e o Estado de Goiás, para a manutenção dos cursos do Campus Jataí, da Universidade Federal de Goiás[411]. Nas duas instituições, sempre houve muitos problemas. Na primeira, porque, após a implementação e funcionamento dos cursos, criou-se a Associeção Jataiense de Educação (AJE) para administrar, de maneira privada, os cursos, que, entretanto, continuaram a funcionar em prédio cedido pela prefeitura. Essa situação gerou vários conflitos com a necessidade da intervenção do CCJ. Na segunda, os problemas giraram em torno de lutas por condições de funcionamento dos cursos, seja via construção de infra-estrutura, seja via intervenção para efetivação de pagamentos de salários de professores, que ocorrem, geralmente, com atraso[412]. Nos dois casos, as intervenções do CCJ foram importantes e efetivas, tendo em vista que várias atitudes foram tomadas em função dessas intervenções.

Outra intervenção desse conselho que levou a resultados efetivos foi quanto à implantação do parque industrial de Jataí. Houve muita discussão a respeito de se ter esse parque no município e do melhor local para sua instalação. O Conselho participou ativamente

---

[408] Livro de atas.
[409] Idem.
[410] Cursos de Administração de Empresas e Direito.
[411] Cursos de licenciatura em Pedagogia, Letras – Inglês, Letras – Português, Matemática, Geografia, Educação Física, Ciências Biológicas e cursos de bacharelado em Medicina Veterinária e Agronomia.
[412] A manutenção das despesas provenientes do funcionamento do Campus Avançado de Jataí correram, por vários anos, por conta da Prefeitura Municipal. Em função do gradativo aumento de cursos e de professores, ela não suportou mais as despesas e, por isso, viabilizou um convênio com o Governo do Estado que passou a assumir parte desses compromissos.

das negociações para adquirir área para esse fim e teve total contribuição na implementação desse projeto.

Importante participação teve também no processo de implantação da Emgopa, para isso foi necessário

> [...] esclarecimento sobre as atividade da Engopa no seu campo experimental em Jataí. Discorreu sobre os programas de Pesquisa na área de arroz, soja, milho, sôrgo, trigo, procurando desenvolver o que há de melhor na variedade de sementes e também pesquisas feita na pecuária; enfim mostrou aos presentes a importância da Estação Experimental da Engopa para nossa região[413].

Além disso, o CCJ intercedeu, sempre que foi procurado, nas solicitações dos produtores rurais, por exemplo quando tiveram problemas com o Banco do Brasil, em 1999. Esse conselho foi procurado pelos produtores "[...] pedindo providências com respeito à agência local do Banco do Brasil S/A"[414]. A discussão girou em torno dos seguintes problemas: gerente sem experiência no setor econômico da região; exageros na cobrança das dívidas; péssimo atendimento da agência, que é justificado pelo número insuficiente de funcionários; diminuição do número de operações; enfim, toda ordem de deficiências e reclamações. Do exposto, o conselho decidiu elaborar um documento a ser enviado para a direção geral do Banco do Brasil, em Brasília, pedindo providências para todos os fatos citados. Esse documento foi elaborado pela Associação Comercial e Industrial de Jataí e pelo Sindicato Rural, e assinado por todos componentes do Conselho Comunitário.

Sempre que esse conselho é procurado por algum segmento da sociedade, ele se reúne e procura a melhor forma de viabilizar a solução do problema em questão. Normalmente, o encaminhamento de solução passa pelo envio de correspondências aos órgãos competentes que possam solucioná-los ou por reuniões em que se discutem os problemas e procura-se consenso. Essa situação parece provocar uma certa dependência ao CCJ, porque ele passa a ser visto como capaz de resolver todas as demandas e, assim, outras formas de organização da sociedade civil perdem espaço, delegando-lhe a autoridade. Em função disso, ele é visto pela sociedade como instituição atuante e representativa de seus interesses. A tensão existente nesse campo faz-se nessa relação entre os poderes constituídos. De um lado, o conselho comunitário, como representante dos diversos segmentos organizados, procura negociar a melhor representação de seus diversos interesses; de outro, o poder público local também o faz, o que provoca uma relação por si só contraditória. Para

[413] Idem.
[414] Idem.

compreender um pouco mais essa tensão existente entre os agentes do campo comunitário, faz-se necessário resgatar o conceito de comunidade.

Embora o termo comunidade tenha sido empregado variadamente como sinônimo de sociedade, organização social ou sistema social, muitos autores concordam que a comunidade tem um *lócus* territorial específico, geralmente limitado. E essa parece ser a maneira pela qual o termo é mais comumente usado pelos pesquisadores: "comunidade é uma coletividade de autores que partilham de uma área territorial limitada como base para o desempenho da maior parte das suas atividades cotidianas" (SILVA, 1987, p. 229). Essa definição implica que as pessoas interajam em um complexo institucional local, que propicia uma vasta gama de serviços básicos, embora também leve em consideração o fato de que a comunidade não é necessariamente uma unidade auto-suficiente.

Silva (1987) enfatiza que alguns autores empregam o termo comunidade sem defini-lo formalmente, mas parecendo que o identificam com sociedade, grupo social e organização social. A maioria dos autores parte do pressuposto de que uma comunidade tem uma base territorial específica. Portanto, ainda há variações no uso do termo. Alguns sociólogos vêem a comunidade mais sob o prisma biológico do que sócio-cultural; outros a vêem sob o prisma tanto biológico quanto sócio-cultural; outros ainda definem a comunidade apenas em termos sócio-culturais. Para Mercer, citado por Silva (1997),

> uma comunidade humana é um agregado de pessoas funcionalmente relacionadas que vivem numa determinada localidade geográfica, em determinada época, partilham de uma cultura comum, estão inseridas numa estrutura social e revelam uma conscientização de sua singularidade e identidade distinta como grupo (p. 230).

Uma outra questão diz respeito à determinação dos limites de uma comunidade. Murdock, dentre outros, afirma: "o termo comunidade designa o grupo máximo de pessoas que convivem normalmente numa associação face a face" (apud SILVA, p. 230). No entanto, embora reconheça a necessidade de uma base territorial, aplica o conceito de comunidade a unidades tão diversas como "uma colônia de pioneiros, uma horda, uma cidade, uma tribo, ou uma nação" (apud SILVA, p. 231). Há autores que utilizam o termo especificamente para designar uma unidade local, que pode ser maior do que a determinada por Murdock, mas não tão grande a ponto de incluir uma nação ou uma região.

Para Machado Neto (1976), a obra de Ferdinand Tönnies *Comunidade e Sociedade*[415] é a mais constantemente citada como classificação das sociedades globais. Nela é possível encontrar uma tipologia que se pode considerar clássica. Miranda (1995) comenta que Tönnies desenvolveu a teoria da contraposição entre comunidade e sociedade. Seu estudo propõe uma interpretação sociológica que vê as associações e as relações humanas como organismos vivos, ou, em contraste, como construções mecânicas. Isso tem sua contrapartida e analogia nas teorias da vontade individual[416].

Para esse autor, Tönnies reconhece duas formas básicas de união humana. Na comunidade, os homens vivem unidos, apesar de tudo que os separa. Na sociedade, os homens estão separados, a despeito de tudo que os une. Naquela, os homens vivem uns com os outros com base em relações pessoais estreitas e por sua própria vontade. E nesta, fundam a sua união em considerações de finalidades (objetivas), que requerem uma distância entre si. Essa construção não só esclarece a persistência das contradições em situações históricas, mas ainda implica que as contradições explícitas entre os modelos teóricos particulares não se concretizam diretamente, mas por meio de tensões entre os diferentes níveis da ação social, isto é, entre o agente coletivo e os agentes personalizados.

Ele destaca três tipos de comunidade: comunidade de sangue, como unidade de ser ou existência; comunidade de lugar, que tem sua expressão direta na habitação comum; comunidade de espírito, pela construção de atividades comuns em uma mesma direção e sentido. Onde quer que os seres humanos estejam ligados de forma orgânica pela vontade e se afirmem reciprocamente, encontra-se alguma espécie de comunidade, com uma relação de implicação, seja com os diferentes tipos, seja com o mais recente, guardando uma relativa independência do anterior.

Tönnies considera esses três gêneros de comunidades, nomeando-os com expressões compreensíveis: parentesco, vizinhança e amizade. Para ele, é compreensível que os indivíduos, conhecendo e afirmando sua vontade e capacidade uns perante os outros, façam da relação de vizinhança a mais difícil de sustentar e a que menos pode suportar os golpes que

---

[415] Para Horkheimer e Adorno (1973), comunidade (Gemeinschaft) e sociedade (Gesellschaft) são algumas dessas palavras alemãs cuja peculiaridade consiste justamente no fato de não se deixar definir. Todos os conceitos em que um processo total se resume semioticamente escapam à definição, porquanto só é definível o que não tem história.

[416] A vontade humana apresenta-se, segundo Tönnies, sob duas formas fundamentais: como vontade orgânica ou essencial (Wesenwille) ou como vontade racional ou arbitrária (Kürwille). A primeira tem suas raízes no instinto, nas inclinações afetivas, no hábito, na crença e está diretamente ligada ao organismo biológico; representa para o indivíduo o equivalente psicológico do corpo e é, em grande parte, inata, hereditária. A segunda é produto do pensamento; desenvolve-se somente em um segundo momento, pressupõe e faz-se acompanhar de um processo de individualização (conferir MIRANDA, 1995).

sobrevêm, na forma de discussões e disputas presentes em qualquer convivência; se a proximidade duradoura e os contatos numerosos significam exigências e aceitações recíprocas, também os entraves e as negações constituem possibilidades reais, prováveis em certo grau. Só após uma longa resistência a esses fenômenos é que uma ligação pode pretender-se como realmente comunitária. Sendo assim, é possível afirmar que, na sociedade capitalista, esse tipo de relação não se efetiva, visto que, para ele, o movimento popular, em especial o aumento da população, e o comércio são as mais importantes pré-condições para o desenvolvimento da sociedade.

Para esse autor, a caracterização das sociedades pode ser percebida quando se vê o desenvolvimento moderno condicionado, primeiramente, pelo aumento da população, pela sua transformação e pela conseqüente divisão do trabalho. Em segundo lugar, observa que o comércio é fator dominante dessa situação. O autor salienta ainda a relação recíproca entre comércio e comunicação, por um lado, e entre a grande densidade populacional, por outro, bem como a tendência inerente ao racionalismo, o que, nessas condições, significa a tendência à sociedade. Quando a população se expande, a vizinhança se transforma, e enfraquecem-se os laços de parentesco, até se atingir a linha fronteiriça invisível na qual o parentesco consangüíneo cessa, e o estranhamento se inicia. Ele observa que as ligações humanas no tempo, como as de parentesco, são anteriores às ligações no espaço, expressas na colonização em aldeias e cidades.

Na sociedade, para cuja descrição a referência histórica é a troca (que implica a alteridade como princípio) e o desenvolvimento histórico capitalista, os valores reforçam as diferenças, acentuam a individualidade e isolam o indivíduo. Na sociedade, a identidade é abstraída (só a identidade abstrata pode persistir como valor), e o impulso societário não se explica como dimensão da identidade, mas como afirmação da diferença (sendo a identidade a procura pelo agente individualizado de sua própria natureza).

Em razão disso, enquanto a comunidade se dimensiona e se realiza, reunindo na mesma unidade um certo número de seres, na sociedade, a natureza identitária constitui apenas uma abstração. A sociedade é passageira e aparente. Para Miranda (1995), pode-se, em certa medida, compreender a comunidade como um organismo vivo, e a sociedade como um agregado mecânico e artificial.

Miranda (1995), utilizando-se de Tönnies, considera que, comumente, a sociedade consiste em um grupo humano que vive e habita, lado a lado, de modo pacífico, como na comunidade, só que naquela seus componentes não estão ligados organicamente. Em conseqüência, não se encontram, nas sociedades, atividades que poderiam ser derivadas de

uma unidade anterior e necessariamente existente; nenhuma ação, portanto, realizada pelo indivíduo expressa a vontade e o espírito da unidade coletiva, e assim ele a realiza para si próprio ou para aqueles com os quais se encontra associado. Na sociedade, cada um está por si e isolado, e em um estado de tensão perante todos os outros. As esferas particulares de atividade e poder são nitidamente limitadas pela relação de cada indivíduo com os demais, de tal modo que cada um se defende do contato com os demais e limita ou proíbe sua inclusão em esferas privadas, sendo tais intrusões consideradas atos hostis.

Em sociedade, os indivíduos tendem a não conceder nem doar qualquer coisa a outro, a menos que seja em troca de um bem ou serviço equivalente ao que será concedido. É mesmo necessário que o que será recebido seja mais desejável que o que foi solicitado, pois só a recepção de algo que lhes pareça melhor os levará à decisão de oferecer um bem. Nessa perspectiva, a sociedade, pela convenção e pelo direito natural de um agregado, é entendida como uma soma de indivíduos naturais e artificiais, cujas vontades e esferas mantêm inúmeras associações e, entretanto, permanecem independentes entre si e sem influências interiores recíprocas. Para Tönnies, isso oferece a descrição geral da sociedade civil ou sociedade de trocas.

Na perspectiva Tönnesiana, o CCJ parece não se caracterizar como comunitário, já que o gênero de comunidade do qual ele mais se aproxima é o da vizinhança. Segundo o autor, esse gênero tende a se desfazer na medida em que os laços de vizinhança vão cedendo lugar à sociedade capitalista. Para ele, durante a era comunitária, o princípio espacial, e mais jovem, fica preso a temporal, mais antigo. Na era societária, o princípio se desvincula violentamente, e isto é a existência da cidade grande.

Diante disso, pode-se concluir que nenhum dos modelos subsiste, evidentemente, em estado puro. Na prática, a comunidade (histórica) é uma unidade incompleta, fragmentada pelas tendências societárias. E a sociedade (também histórica), uma reunião de fragmentos, mantidos próximos, não desagregados pela persistência da tendência comunitária. Ou, em outros termos, como sujeitos particulares, comunidade e sociedade constituem uma unidade em contradição, cuja concreção explicita o momento e o movimento dessa contradição.

> A vinculação do indivíduo com a sociedade coincide com a vinculação do indivíduo com a comunidade quando a mais alta integração assume ela mesma um caráter comunitário. As últimas integrações desse tipo foram a família clânica e as tribos. Quanto mais diferenciada e estruturada é uma sociedade concreta, tanto menos poder-se-á constituir ela própria em comunidade do homem (HELLER, 2000, p. 65).

Portanto, tudo aquilo que é partilhado, íntimo, vivido exclusivamente em conjunto, poderá ser entendido como a vida em comunidade. A sociedade é a vida pública – é o próprio mundo.

### 3.1.7 O campo ecológico – Sociedade Ecológica de Jataí (SEJA)

Os componentes do campo ecológico são: a SEJA, representando um grupo de ecologistas, e os agricultores – proprietários ou não de terras. Os primeiros defendem seus interesses no campo: preservação do meio ambiente e contestação do modelo de desenvolvimento agrícola, enquanto que os segundos também o fazem: devastação do meio ambiente e avanço desse modelo de desenvolvimento agrícola. Para isso desenvolvem ações. Dentre as ações da SEJA destaca-se: realização de encontros ecológicos, educação ambiental desenvolvida nas escolas, inserções esporádicas nos meios de comunicações locais pronunciando-se em defesa do meio ambiente e participação na doação de espaço para construção de um centro de pesquisa.

Esse centro de pesquisa, denominado, primeiramente, Estação Ciências Mato do Açude, foi construído em área, de 33,88 hectares, doada pela Prefeitura Municipal. É uma área que se localiza praticamente dentro da cidade e que, em 2006, já se encontrava cercada e preservada graças a iniciativas da SEJA. Em 1999, foi inaugurado esse centro de pesquisa, agora denominado CPA-JB – Centro de Pesquisa Ambiental e Jardim Botânico Zenaide Gouveia Vilela[417]–, local onde passou a funcionar também a Secretaria Municipal do Meio Ambiente. Ele foi construído dentro da reserva da mata do açude e possui laboratórios, sala de conferência, orquidário, herbário, recepção, ala administrativa, cozinha experimental e uma série de salas temáticas equipadas para estudos da flora típica da região. "No local vão também ser estabelecidas trilhas ecológicas para desenvolvimento a campo, de educação e conservação ambiental e difusão do ecoturismo."[418]

Quanto à realização de encontros ecológicos, embora pareça terem sido realizados vários, registrados em atas só aparecem, de 1991 em diante, os que ocorreram por ocasião do V Encontro Ecológico do Sudoeste, que foi denominado também I Encontro Ecológico de Jataí. Ele foi organizado em comemoração ao dia do meio ambiente e teve como objetivo "[...] 1º - despertar uma consciência ecológica coletiva de que é perfeitamente possível e de

[417] Zenaide Gouveia Vilela foi uma ambientalista ligada à SEJA, que veio a falecer logo após ter feito parte da presidência de uma das diretorias da instituição.
[418] Folha do Sudoeste. Jataí, 23 a 29 de dezembro de 1999, p. 5.

forma harmônica, produzir sem destruir o meio ambiente; 2º - denunciar os atentados cometidos contra os ecossistemas que sustentam a vida e a atividade humana do planeta – 'Bioma Cerrado'"[419]. Nas palestras, foram levantados temas como: "[...] ecologia do cerrado, sua formação, expansão e extinção; uso abusivo de agrotóxicos e aterro sanitário; frutos do cerrado, seu aproveitamento e suas potencialidades; proteção dos mananciais; assoreamento dos rios; sua preservação e reflorestamento das margens dos rios"[420]. Foram realizados ainda concursos de desenho e redação e maratona ecológica.

Em avaliação feita do evento, registrou-se em ata que:

> [...] de tão notório não passou despercebido ao público presente e participante durante os dias que se seguiram, sendo conhecido por todos como um evento que marcou, trazendo todo um conhecimento rico na qualidade de quem participou organizando, bem como de nossos convidados para realizarem as palestras, de que tanto nos enalteceram, tendo certeza de que alcançamos todo um objetivo desejado[421].

Após a organização desse evento, não aparece, nas atas, registro de sua continuidade, embora ele continuasse acontecendo anualmente. A SEJA promoveu também muitas palestras em escolas ou em outros ambientes solicitados. Essa situação aparece relatada, por ocasião de uma cerimônia de transmissão de cargo, numa prestação de contas do trabalho realizado por uma diretoria. Nesse relato, falou-se de um caderno de "'Culinária do Cerrado' que foi o resultado de uma experiência de alguns membros da SEJA". Falou-se de uma ida a Goiânia para "[...] proferirem palestras sobre as potencialidades do cerrado e para exporem os produtos feitos a partir dos frutos". Falou-se ainda "[...] das várias palestras que realizou em diferentes locais [...] as palestras foram de esclarecimento sobre a importância de se preservar o meio-ambiente e o cerrado". Realizou-se também, no ano de 1993, "[...] um curso de arte e educação e educação ambiental". E também uma visita feita a Serranópolis para falar "[...] aos fazendeiros locais sobre a importância de se preservar o cerrado e os animais da região"[422].

Ainda no ano de 1993, as ações da SEJA continuaram seguindo essa linha de atuação. Em outro relato de atividades, aparece a "[...] realização de um seminário para esclarecimento da população, principalmente os políticos, o Conselho Comunitário e as

[419] Livro de atas.
[420] Idem.
[421] Idem.
[422] Idem.

Associações de Bairro sobre a importância da coleta seletiva de lixo, do plano diretor e da arborização da cidade"[423].

Por ocasião da I Semana de Estudos Sociais da Escola Técnica, a SEJA promoveu a exibição de um filme sob o título "[...] O cerrado em evidência – onde eles mostraram um pouco da história da arborização em Jataí e apresentam propostas para arborizar a cidade com espécies do cerrado". No Encontro Ecológico de Jataí, a SEJA "[...] realizou uma palestra sobre a história da arborização em Jataí [...] em seguida houve a apresentação de um filme sobre uma nova proposta de arborização urbana para as cidades do cerrado"[424]. Houve ainda outras palestras com os seguintes temas: educação ambiental e coleta seletiva de lixo e propostas para a preservação do cerrado. Esse encontro foi promovido pela SEJA e Prefeitura Municipal e foi denominado Seminário Ecológico: o ambiente em questão.

Desse evento em diante, a SEJA participou apenas como colaboradora ou no apoio, como aconteceu no IX Fórum Ambientalista de Debates e V Simpósio Ambientalista Brasileiro do Cerrado. Esse evento só aparece mencionado superficialmente em suas atas. Nele constaram diversas conferências com participação de especialistas nas mais complexas áreas que tomam como questão o meio ambiente. Ele foi organizado pelas Secretaria do Meio Ambiente, do Desenvolvimento Rural e de Cultura e Turismo da Prefeitura Municipal de Jataí. Esses novos agentes passam a assumir o cenário no que se refere a organização de eventos dessa natureza, mas agora incorporando o discurso do turismo e do desenvolvimento sustentável. "Desenvolvimento sustentável é aquele que atenda às necessidades do presente, sem comprometer as possibilidades das gerações futuras atenderem às próprias necessidades."[425]

Depois desse, veio o I Fórum Turístico e de Meio Ambiente do Sudoeste Goiano, realizado pela Assembléia Legislativa de Goiás pela proposição do Deputado Estadual Nelson Antônio[426]. Foi voltado para vários municípios da região e teve como objetivo "[...] reunir, num só ambiente, autoridades e pessoas interessadas no desenvolvimento do turismo regional, despertando assim maiores interesses por nossas potencialidades"[427]. Esses eventos passam a ser uma forma de levar aos interessados informações sobre os vários recursos destinados a investimentos no setor do turismo os quais ainda são desconhecidos por muitos no que se refere à forma de acesso.

---

[423] Idem.
[424] Idem.
[425] Folha do Sudoeste. Jataí, 28/10 a 03/11 de 1999, p. 5.
[426] O Deputado Estadual Nelson Antônio (PPS) foi prefeito de Jataí em duas gestões e possui um empreendimento turístico, no município, denominado Hotel Fazenda Recanto das Águas.
[427] Folha do Sudoeste. Jataí, 12 a 18 de abril de 2001, p. 3.

Jataí ainda sediou o I Ciclo de Encontros sobre Turismo, evento que teve o propósito de buscar parcerias e promover o engajamento da comunidade no estabelecimento de uma linha de trabalho visando ressaltar o potencial turístico da região do Vale do Rio Claro. "Nós temos o produto; precisamos formatá-lo, colocar preço nele e oferecê-lo ao mercado. Com isso surge o compromisso do que temos que fazer de imediato, mediato, em médio e longo prazos."[428] Enfatiza-se, nesse evento, que, quanto mais rico for o resultado do engajamento da comunidade, melhor para que Jataí se habilite junto ao governo na captação de recursos.

Foram levantados também os pontos fracos ou fatores que podem ameaçar a expansão desse empreendimento: falta de vocação dos empresários e dos proprietários rurais para o turismo; artesanato insipiente; falta de mão-de-obra qualificada; má conservação da malha viária federal que corta a região; degradação ambiental e uso intensivo de agrotóxicos; e insuficiência de restaurantes e hotéis. Na busca de amenizar esses fatores, a prefeitura municipal comprometeu-se em empenhar-se nessa meta de desenvolvimento do turismo. O que de fato aconteceu. No dia 20 de julho de 2002, foi inaugurado em Jataí o Lago Bom Sucesso, que faz parte do complexo turístico Vale do Paraíso. Em março de 2003, foi consolidada mais uma etapa do Pólo Turístico Vale do Paraíso, com o anúncio da abertura do lençol subterrâneo de águas termais existente na região. O poço, com 773 metros de profundidade, possui vazão natural de 150 mil metros cúbicos por hora, em uma temperatura aproximada de 38ºC, e custou mais de R$ 840 mil reais. Metade desse manancial foi utilizado em um hotel[429] construído nas proximidades, e a outra metade no parque aquático do Jataí Thermas Clube. "Esse novo poço vai gerar um grande impacto positivo, uma verdadeira revolução na economia local em todos os setores e nas mais diversas atividades."[430]

No ano de 2003, Jataí obteve a atenção da AGETUR – Agência Goiana de Turismo conseguindo uma cadeira no CONTUR – Conselho Estadual do Turismo de Goiás.

> [...] Jataí nunca fez parte do Contur. Foi uma conquista suada, com muita luta e muita discussão, mas conseguimos inserir nossa cidade no conselho. Agora, Jataí faz parte do Contur no grupo de cidades do 'Caminho das Águas' [...] além disso, toda verba que vier através da Embratur, todo investimento que for direcionado ao turismo a nível estadual, Jataí terá condições de lutar pelos seus direitos.[431]

[428] Idem (02 a 08 de agosto de 2001, p. 5).
[429] A construção desse hotel está sendo possível com recursos liberados pelo Fundo Constitucional de financiamento do Centro-Oeste.
[430] Folha do Sudoeste. Jataí, 27/02 a 05/03 de 2003, p. 5.
[431] Idem.

Nesse mesmo ano, Jataí inaugurou mais um lago por ocasião da comemoração dos seus 108 anos. Trata-se do Lago JK, com amplo espaço aquático e jardinagem, espaço para a prática de caminhadas, diversos brinquedos infantis, quadras esportivas e Memorial JK – museu em homenagem ao ex-presidente Juscelino Kubitschek. Com a inauguração desse lago, a cidade de Jataí ficou triangulada por lagos – Diacuy, Bonsucesso e JK[432].

Espera-se, com a construção desses lagos, "[...] oferecer um visual moderno, um visual convidativo para quem chega à nossa cidade. Isso, sem dúvida alguma, irá colaborar para o crescimento do turismo em nossa cidade"[433], pronuncia o prefeito municipal.

Nota-se que a preocupação com o meio ambiente e com preservação continuam a ser motivo de preocupação, mas agora visando a um outro tipo de lucro no seguimento comercial do turismo. Em Rio Verde[434], desconsiderando inclusive os aspectos preservasionistas, fala-se inclusive em turismo do *agribusiness*. "A agricultura faz parte disso, tem muita gente que ainda não viu uma colhedeira em funcionamento, um plantio."[435]

Não resta dúvida de que essas ações da SEJA ajudaram a promover uma conscientização em torno das questões ambientais. Quando se compara Jataí aos outros dois municípios pesquisados, verifica-se um avanço, pois nesses outros não houve nenhum tipo de iniciativa, no campo da ação coletiva, com essa finalidade. De fato essas ações contribuíram para que alguns agricultores, apesar de promoverem o desenvolvimento, preservassem alguns espaços, que estão sendo utilizados como reserva legal e, até mesmo, para turismo ecológico. Entretanto, essas ações não asseguraram que o processo de preservação acontecesse como deveria, e nem mesmo a sobrevivência da própria SEJA. Isso se deu porque o outro pólo do campo ecológico, no caso os agricultores, investiram seus capitais de maneira contrária a dos ecologistas. Investiram em devastação ambiental para ampliação da capacidade agricultável, invertendo assim o efeito do investimento no campo e inviabilizando a SEJA, que passou a representar interesses de pouco.

---

[432] Em matéria do Jornal Folha do Sudoeste, o secretário de educação, Gênio Eurípedes, declara que os lagos têm importância não só para o embelezamento urbanístico, mas também para melhoria significativa da qualidade de vida, já que essa composição de lagos promove uma umectação do ar, tornando-o mais saudável à respiração.

[433] Folha do Sudoeste. Jataí, 12 a 18 de junho de 2003, p. 8.

[434] A partir de 2000, Rio Verde passou a ser considerada cidade turística pela Embratur e, desde então, vem experimentando investir no turismo de agronegócios. "Esta modalidade de turismo é bem fortalecida em nossa região com repercussão nacional, como é o caso do Agrishow, evento que acontece no mês de abril de cada ano." (FOLHA DA CIDADE. Rio Verde, 12 a 18 de abril de 2005, p. 5, folha 2) Nessa reportagem, ainda se afirma que outra modalidade de turismo que vem crescendo em ritmo acelerado é o turismo rural. "Deve-se entender que o turismo rural é uma atividade de complementação de renda extra para o empreendedor rural [...] o turismo rural não pretende substituir a principal atividade autóctone, mas sua integração e toda compatibilidade possível entre o exercício das atividades econômicas tradicionais e a promoção da nova atividade profissional." (FOLHA DA CIDADE. Rio Verde, 12 a 18 de abril de 2005, p. 5, folha 2)

[435] O Mercador. Rio Verde, 05 de agosto de 1998, p. 3.

## 3.2 PRÁTICAS EDUCATIVAS NAS ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO DOS AGENTES COLETIVOS: “gente da roça panhou na cidade não vale nada”

Essas são as várias estratégias de ação existentes no campo da modernização agrícola, desencadeadas pelos agentes coletivos, ou subcampos, que, por sua vez, podem ser tomados como campos que o compõem: campo religioso, campo do cooperativismo, campo das representações patronais, campo das representações dos trabalhadores rurais, campo das representações comerciais e industriais, campo comunitário e campo ecológico. As estratégias funcionam como investimentos dentro do campo, pois são elas que possibilitam o aumento de *capital,* segundo a oportunidade que o seu detentor tiver de operar as aplicações mais rentáveis. A razão desse investimento é a acumulação de formas de capital que garantam a dominação no campo, que se apresenta como um espaço de forças. Os agentes em oposição dentro desse campo podem optar por estratégias de conservação ou subversão, de acordo com o seu interesse no campo.

A reprodução dos agentes sociais no campo explica-se pelas múltiplas estratégias que eles mobilizam para a conservação ou a apropriação de capital. Com isso, eles procuram sempre manter ou melhorar sua posição social dentro do campo. Os mecanismos de conservação da ordem social predominam em razão da importância das estratégias de reprodução.

> Uma das questões fundamentais sobre o mundo social é saber por que e como o mundo dura, persevera no ser e se perpetua a ordem social, isto é, o conjunto das relações de ordem que o constituem. [...] Pode-se estabelecer uma espécie de quadro das grandes classes de estratégia de reprodução [...] que se encontram em todas as sociedades, mas com pesos diferentes [...] e sob formas que variam segundo a natureza do capital que deve ser transmitido e o estado dos mecanismos de reprodução disponíveis. (BONNEWTZ, 2003, p. 67)

Essas estratégias de reprodução podem ser de diferentes ordens, como as de investimento biológico, de sucessão, de investimento econômico, de investimento simbólico e de investimento educativo. As estratégias educativas visam reproduzir agentes sociais capazes de receber e transmitir a herança do grupo. A eficácia das estratégias de reprodução depende dos instrumentos de reprodução postos à disposição dos agentes.

Como pôde ser percebido neste capítulo, os agentes que constituem o campo da modernização agrícola mobilizam diversos instrumentos ou estratégias para assegurar a sua reprodução. Dentre elas estão as ações voltadas para o assistencialismo, para a comunicação e para a capacitação por meio de programas educativos.

Entre as ações voltadas para o assistencialismo, estão: as obras diocesanas de caridade, ou o que a Diocese chama de obras de promoção humana: creches, casa de adolescentes e idosos, clínicas, ambulatórios, entre outras, conforme quadro 15; as ações de assistência médico-odontológica da COMIGO e dos sindicatos patronais e dos trabalhadores rurais, bem como as preocupações com os trabalhadores observadas nos documentos da ACIRV.

As ações relativas à comunicação podem ser também elencadas com relação a vários dos agentes coletivos: o jornal Informe COMIGO; os jornais Jataí, Boletim Informativo da Diocese, Boletim Informativo das Comunidades de Base da Diocese de Jataí: O Raiar, Jornal da Diocese de Jataí, e as emissoras de rádio – Rádio Difusora de Jataí e Rádio Santelenense –, sob a responsabilidade da Diocese de Jataí; os jornais Força Ruralista, em Rio Verde e o Jornal Espaço Rural, em Jataí, sob a responsabilidade dos sindicatos patronais; e finalmente, o Jornal do Empresário, sob a responsabilidade da ACIRV.

As ações voltadas para a capacitação são: na Diocese de Jataí, os chamados instrumentos do apostolado: as reuniões pastorais, os cursilhos de cristandade, a instituição dos centros de treinamento e as escolas da rede formal de ensino; na COMIGO, departamentos como o DAT e o CTC, que desenvolvem cursos e eventos que atendem aos interesses dos cooperados, a Agrishow COMIGO, o programa Cooperjovem, a instituição de curso técnico em cooperativismo e encontros com jovens e mulheres cooperativistas; nos sindicatos patronais e dos trabalhadores rurais, os cursos desenvolvidos em parceria com o Senar; na ACIRV, a implantação da feira Sudoexpo e as parcerias com órgãos do sistema S para oferecimento de cursos nas mais diferentes áreas de interesse; no CCJ, a instituição de comissões que estudam e empenham esforços para a solução dos problemas da sociedade; e finalmente, na SEJA, o oferecimento de eventos, cursos e palestras acerca de temas ligados à questão ambiental.

Todas essas ações, que são educativas, objetivam, dentro do campo da modernização agrícola, a formação de um novo *habitus*. O conceito de *habitus* surge da necessidade de apreender as relações de afinidade entre o comportamento dos agentes e as estruturas e condicionamentos sociais. O *habitus* é um sistema de disposições duradouras adquiridas pelo indivíduo durante o processo de socialização. As disposições são atitudes, inclinações para perceber, sentir, fazer e pensar, interiorizadas pelos indivíduos em razão de suas condições objetivas de existência, funcionando então como princípios inconscientes de ação, percepção e reflexão. A interiorização constitui um mecanismo essencial de socialização, pois os comportamentos e os valores aprendidos são considerados como óbvios,

como naturais, como quase instintivos. A interiorização permite agir sem ser obrigado a lembrar-se explicitamente que é preciso observar para agir.

O *habitus* pode ser considerado como um mecanismo de interiorização da exterioridade, como princípio mediador de correspondência entre as práticas individuais e as condições sociais de existência. Ele é capaz de expressar diálogo constante e recíproco entre o mundo objetivo e o mundo subjetivo das individualidades. O *habitus* é então concebido como um sistema de esquemas individuais, socialmente construídos de disposições estruturadas (no social) e estruturantes (nas mentes), adquirido nas e pelas experiências práticas (em condições sociais específicas de existência), constantemente orientado para funções e ações do agir cotidiano.

Segundo Setton (2002), pensar a relação entre indivíduo e sociedade com base na categoria *habitus* implica afirmar que o indivíduo, o pessoal e o subjetivo são simultaneamente sociais e coletivamente orquestrados. O *habitus* é uma subjetividade socializada, dessa forma deve ser visto como um conjunto de esquemas e percepções, apropriação e ação que é experimentada e posta em prática, tendo em vista que as conjunturas de um campo o estimulam.

Para a autora, a interdependência entre o conceito de *habitus* e o de *campo* é condição para seu pleno entendimento. A teoria praxiológica pressupõe uma relação dialética entre sujeito e sociedade, uma relação de mão dupla entre *habitus* individual e a estrutura de um *campo*, socialmente determinado. Assim, as ações, os comportamentos, as escolhas ou as aspirações individuais não derivam de planejamentos; são produtos da relação entre um *habitus* e as pressões e estímulos de uma conjuntura.

Em conseqüência disso, a noção de interesse é importante, porque é a motivação inerente a todo indivíduo dotado de um *habitus* em determinado campo.

> [...] a existência de um campo especializado e relativamente autônomo é correlativa à existência de alvos que estão em jogo e de interesses específicos: através dos investimentos indissoluvelmente econômicos e psicológicos que eles suscitam entre os agentes dotados de um determinado *habitus*, o campo e aquilo que está em jogo nele produzem investimentos de tempo, de dinheiro, de trabalho etc. [...] Todo campo, enquanto produto histórico, gera o interesse que é condição de seu funcionamento. (SETTON, 2002, p. 64)

A noção de estratégia visa apreender as práticas inconscientes como produtos dos *habitus* ajustados a uma determinada demanda social. Para Setton (2002), citando Bourdieu, a maior parte das ações dos agentes sociais é produto de um encontro entre um *habitus* e um *campo*. Assim, as estratégias surgem como ações práticas inspiradas pelos estímulos de uma

determinada situação histórica. São inconscientes, pois tendem a se ajustar como um sentido prático às necessidades impostas por uma configuração social específica.

*Habitus* é então um instrumento conceitual que auxilia apreender uma certa homogeneidade nas disposições, nos gostos e nas preferências de grupos, aprendidos e ensinados em uma mesma trajetória social. Porém, o ajustamento imediato entre *habitus* e *campo* é apenas uma forma possível de ajustamento, e a mais freqüente. *Habitus* é também um sistema de disposições construído continuamente, aberto e constantemente sujeito a novas experiências. Pode ser visto como um estoque de disposições incorporadas, mas postas em prática a partir de estímulos conjunturais de um *campo*. É possível vê-lo como sistema de disposições que predispõe à reflexão e a uma certa consciência das práticas, se e à medida que as condições históricas permitirem.

> Os ajustamentos que são incessantemente impostos pelas necessidades de adaptação às situações novas e imprevistas podem determinar transformações duráveis do *habitus*, mas dentro de certos limites: entre outras razões porque o *habitus* define a percepção da situação que o determina. (SETTON, 2002, p. 65)

O conceito de *habitus* recupera a noção ativa dos sujeitos como produtos da história de todo campo social e de experiências acumuladas no curso de uma trajetória individual. Ele não expressa uma ordem social funcionando pela lógica pura da reprodução e da conservação; ao contrário, a ordem social constitui-se através de estratégias e práticas nas quais e pelas quais os agentes reagem, adaptam-se e contribuem no fazer da história.

A total reprodução não é uma perspectiva contemplada pelo *habitus;* o princípio que funda o conceito é o da relação dialética entre uma conjuntura e os sistemas de disposições individuais em processo de interação constante com a estrutura. O *habitus* do indivíduo pode então ser forjado pela interação com um ambiente. As instâncias socializadoras, com seus projetos de circulação de valores e referências identitárias, configuram um campo de socialização com interesses predeterminados. Por isso, uma nova configuração pode contribuir para a formação de um novo *habitus*, a construção de um novo sujeito social, agora não apenas influenciado e determinado pelas instâncias tradicionais de socialização. É possível identificar, no campo da modernização agrícola, a emergência de novas formas de interação social via ações coletivas, contribuindo para a formação de um *habitus* alinhado às pressões do campo.

Para Bourdieu (1983), o *habitus* é algo que possui uma enorme potência geradora.

> [...] é um produto dos condicionamentos que tende a reproduzir a lógica objetiva dos condicionamentos mas introduzindo neles uma transformação; é uma espécie de máquina transformadora que faz com que nós 'reproduzamos' as condições sociais de nossa própria produção, mas de uma maneira relativamente imprevisível, de uma maneira tal que não se pode passar simplesmente e mecanicamente do conhecimento das condições de produção ao conhecimento dos produtos. (p. 105)

O *habitus* é então um sistema de disposições duráveis, estruturas estruturadas dispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípios geradores e organizadores de práticas e representações que podem ser objetivamente adaptadas ao seu objetivo. Sendo assim, nos termos de Bourdieu, temos no campo da modernização agrícola a formação de um novo *habitus*. Um *habitus* agromodernizado (estrutura estruturada) e agromodernizador (estrutura estruturante). Em sua dimensão agromodernizada, as pessoas introjetam e assimilam o modo como as coisas são dentro desse campo; em sua dimensão agromodernizadora, ele passa a ditar o comportamento das pessoas dentro do campo, ou fazer com que elas reproduzam esse *habitus*. O campo da modernização agrícola dita os novos *habitus,* e cada um dos agentes passa a reproduzi-lo, ou seja, já estão estabelecidos para cada agente os seus papéis dentro do campo: trazer, manter e reproduzir a lógica do campo.

Essa formação de novos *habitus* foi possível em função das estratégias de ação adotadas pelos agentes coletivos, dentro de seus campos específicos e no campo da modernização agrícola. Entender essas estratégias como práticas educativas é possível, pois, como diz Brandão (1993), não há uma forma única nem um único modelo de educação. Ela existe em mundos diversos e de diferentes maneiras. Ela existe em cada categoria de sujeitos de um povo, em cada povo, e entre povos que se encontram, e existe entre povos que submetem e dominam outros povos, usando a educação como um recurso a mais de sua dominação.

A educação pode existir livre e entre todos, pode ser uma das maneiras que as pessoas criam para tornar comum aquilo que é comunitário, como bem, como trabalho ou como vida. Ela é, entre outras coisas, uma fração do modo de vida dos grupos sociais que a criam e recriam, entre tantas outras invenções de sua cultura, em sua sociedade.

Para Brandão (1993), a educação existe onde há a escola e por toda parte em que há redes e estruturas sociais de transferência de saber de uma geração a outra. Ela existe sob diferentes formas e é praticada em diferentes situações. Vista em seu *vôo mais livre*, a educação aparece como relações entre pessoas e intenções de ensinar-e-aprender.

> Ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para

> ensinar, para aprender-ensinar. Para saber, para fazer, para ser ou para conviver. Todos os dias misturamos a vida com a educação. (BRANDÃO, 1993, p.7)

Para o autor, a educação é uma prática social cujo fim é o desenvolvimento do que na pessoa humana pode ser aprendido entre os tipos de saber existentes em uma cultura, para a formação de tipos de sujeitos, de acordo com as necessidades e exigências de sua sociedade, em um momento da história de seu próprio desenvolvimento. Como outras práticas sociais constitutivas, a educação atua sobre a vida e o crescimento da sociedade em dois sentidos: no desenvolvimento de suas forças produtivas; e no desenvolvimento de seus valores culturais.

Brandão (1990) ainda enfatiza que a educação existe na história e nas sociedades do homem; não é exterior a ele e, em todos os sentidos, é uma construção social do homem. Ela existe em formações sociais concretas, faz parte de suas estruturas de saber-e-poder e participa de inúmeros processos e inúmeras situações coletivas que têm a ver com questões de reprodução do saber e de manutenção do poder. A educação é uma instituição social. Ela é parte do aparato de que as classes e grupos de controle do poder lançam mão para realizar, dentro do tipo de sociedade que impõem, os seus objetivos e interesses exclusivos sobre a economia, a política e também sobre a cultura.

Em todos os tipos de sociedades, a educação é um dos mais eficazes instrumentos de controle social, quer apareça difusa e não formalizada, quer apareça formalizada. Ela é uma das práticas sociais usadas, com freqüência, para controle de idéias e condutas. Os conteúdos dessa educação conduzem a mensagens que legitimam a ordem social. Assim, ao ensinar alguma coisa, ensinam-se os valores de uma ordem social que se impõe ser reconhecida como legítima e necessária, ao mesmo tempo em que se inculcam conhecimentos e habilidades tidas como necessárias e legítimas, para que as pessoas *educadas* preservem e reconstruam a ordem econômica, política e simbólica da sociedade. Um curso sobre cooperativismo para jovens e a bênção de máquinas e outros implementos agrícolas, como vimos no item anterior, são ótimos exemplos dessa inculcação.

Para Brandão (1990), todo o exercício de educação tem uma dimensão instrumentalizadora. Ela responde a necessidades gerais e especializadas das pessoas, por isso os controladores da educação definem toda a sua prática e determinam o que ela deve ser. Assim, nada é gratuito e nem puramente educativo na educação. Se, em um nível mais visível, ela parece ser pensada e exercida de modo a produzir benefícios diretos ou indiretos para todas as pessoas; em outro nível, o que se esconde sob as realizações do primeiro, ela se soma a tudo que serve para controlar o pensamento, as iniciativas, enfim, a vida individual e coletiva de todos os sujeitos de algum modo envolvidos em suas tramas.

Os dados desta pesquisa indicam que o modelo de educação presente nesse campo assume essa dimensão instrumentalizadora, pois constitui-se esvaziado de preocupações que possam operar transformações benéficas a todas as pessoas, assumindo um modelo que é utilizado para criar necessidades de consumo dos produtos industrializados na produção agropecuária, sendo que, com esse consumo, dá-se o aumento da produção e o êxito do trabalho educativo. Os modelos de educação presentes em cada campo específico justificam essa instrumentalização.

No campo religioso, a educação se dá por meio da formação e da conscientização da população da região, conforme o ideal de catequização da Diocese, que forma apenas para o exercício dos sacramentos, reforçando a intenção de deixar a população dependente de seus serviços. A festa da bênção das sementes também é um ato educativo, pois com ela a Igreja consagra o projeto de desenvolvimento do capital como parte do plano de Deus.

No campo do cooperativismo, a educação ocorre pelos diversos órgãos de assistência técnica, pesquisa e divulgação das mais modernas técnicas de cultivo agrícola. Sustenta-se que essas são melhores em relação às que os agricultores usavam anteriormente. Esse campo educa também quando implementa diversos eventos difundindo as idéias do cooperativismo e, principalmente, quando adentra a rede regular de ensino também com esse propósito.

O campo das representações patronais, além de se vincular ao campo anterior pelo fato de serem compostos praticamente pelos mesmos agentes, encarrega-se de difundir uma educação que consolide os ideais defendidos pela classe por meio de eventos como as exposições agropecuárias, por exemplo, objetivando a formação de uma mentalidade agropecuarista moderna.

O campo das representações comerciais e industriais promove uma educação buscando a formação de mão-de-obra que atenda às crescentes demandas da expansão de uma rede articulada, que cresce em função do desenvolvimento agrícola da região. O campo comunitário também o faz na medida em que provoca um certo grau de dependência de todas as instâncias mobilizadoras e reivindicativas do município, provocando assim uma perda de espaço desses e uma conseqüente autonomia para a solução dos problemas a seu modo.

Os dois últimos campos – o das representações dos trabalhadores rurais e o ecológico – são os que oferecem alguma resistência a esse processo de modernização agrícola, embora não sejam capazes de superar a educação instrumentalizadora. O primeiro desses campos educa no processo de luta pela distribuição de terras, embora esse processo, às vezes, beneficie muito mais outros segmentos do que a eles próprios. O segundo educa para a

formação de uma consciência de preservação do meio ambiente, embora essa educação não tenha surtido muito efeito ainda, já que a devastação avança a cada dia.

Todas essas práticas educativas se corporificam em cada campo específico e no campo da modernização agrícola, tornando-se uma educação que busca atender a determinadas finalidades. Brandão (1990) reforça que a educação pode ter diferentes finalidades e, às vezes, ter usos escusos. Pode ser usada para professar idéias que interessem apenas a determinada parcela da sociedade. A educação existe no imaginário das pessoas e na ideologia dos grupos sociais, e ali sempre se espera, de dentro, ou sempre se diz, de fora, que sua missão é transformar sujeitos e mundos em alguma coisa melhor, de acordo com as imagens que se têm de uns e outros. Mas, na prática, a mesma educação que ensina pode deseducar, e pode-se correr o risco de fazer o contrário do que se pensa que faz, ou do que se inventa que pode fazer.

# CONSIDERAÇÕES FINAIS: “e em outros rincões os inhambus enxugam nos lenços de verdes brisas as lágrimas de seus prantos pranto de exílio e de devastação”

[...] assim que se iniciou o trabalhoso plantio houve algumas manguinhas passageiras de chuvas e no mais o veranico regaçou as mangas disposto a não ceder e o moral da história é que se perdeu por completo toda a primeira sementeira
escapando apenas a coragem irrevogável do zeca
tocou o bonde pra diante – vazou espremido contando os pregos mas deu com a embarcação no porto – veio às gatas tropeçando aqui caindo ali – uma hora falta peça pela outra falta óleo
somente um zeca teria tanta coragem armazenada para conter os sacrifícios improvisados pela maldade do tempo
daí sua obrigação era no pé da cruz – bateu o bico aos céus escondido e indiferente às preces rezadas no tumulto das lágrimas recolhidas no segredo interno do eu sacrificado – ao meio dia descia ao corgo escolhia uma pedra de peso médio e subia concentrado e crucificado até o cruzeiro fincado na entrada da roça com ela equilibrada na chato da cabeça
caíram-lhe os cabelos no colo da penitência insentida e nada de chover
o zeca desnorteado começa a entristecer no caminho fechado – beco sem saída – curva-se aos acontecimentos
a realidade abre valas em seu caminho
mergulhou confiante no abismo das águas inconhecidas
a colhedeira os depósitos os currais os mangueiros
recolheu-se entocaiado na casa nova fugindo de ver sua batida deixada no caminho tortuoso no campo da perdição – objetos e obras estagnadas
o novo zeca derrama no município o peso de seu crescimento – a nova glória leva o povo a conhecê-lo minuciosamente
escarafuncharam as margens da sua existência em busca de elementos esquecidos que pudessem valorizá-lo e foi aí que descobriram a massada dos comerciantes ao abrirem a praça em frente ao banco
– menino véio – vou ti contar a maior do ano
cê lembra daquelas casas que dirrubaram na porta do?
– mas não me fala!
muntaram a vaia nos ambicioneiros
um danado teve a maldita idéia de dar nome à praça de
praça-do-zeca
não – para lá e a rua da saída do zeca é pra chamar
rua-da-quebradeira
a estrada da fazenda encheu-se de abandono e a solidão interminável flui em direção à morada afogada em desterro sofrido
o gerente recebeu-o friamente sem aquela atenção especial e costumeira
acontece que o banco não pode esperar por uma safra que o senhor não vai ter
– e eu não posso pagar a dívida sem ter com que se levei o dinheiro e empreguei ele como foi contratado que culpa tenho?
– então achas que a culpa da sua perca é do banco
– não – não é nossa – é o tempo – o mau tempo
– sim – acontece meu amigo que o banco não joga com a sorte
– sendo assim o que devo fazer?
– venda as terras – elas estão garantindo o empréstimo
a tarde fez de boba e o sol de cego a solidão recolheu-se à sombra do espanto e a alegria nadou de braçadas na foz do dia que o acaso despeja na incredulidade
era o momento em que os pássaros costumavam cantar em torno da casa – quando a casa era dona de si
a ajudante chega ofegante e chama o zeca
siá nega tá ti chamando
veio pisando miúdo do lado do paiol
ao apanhar-se no terreiro nega apontou no rumo do rancho velho

> o dia acaba não acaba num jardim de cores estendido nas bordas do céu inspira a volta ao passado e mal se aproximaram da primeira morada nega estacou e deu uns passos à esquerda abaixou mei-mei mirando numa coivara de aruerinha onde um inhambu estrangeiro no deserto titubeia passarinhos de marujo perdido
> o zeca invernado no acompanhamento
> o passarinho bica praqui prali arrepia-se e canta de peito largo e estojado – tornou-se a cantar e voou arrastando a saudade
> contorceu no ar a quietude do instinto maltratado na dor dos meses que deitaram sobre o pássaro – esse passado dói profundo no desatino da ruína
> nega desprendeu-se do enigma do vôo e mediu a carranca do casebre
> o banquinho do zeca todo coberto de fagulhas de cinza
> o terreiro de arado
> as paredes espatifadas
> o fogão esparramado pela cozinha
> os ramos de porta sugados pelo vermelho do pó
> os rastos das galinhas perambulam na antiguidade frustrada
> só o rancho em pé no deserto
> toma das mãos do marido a caixa de fósforo
> levanta as faces aos céus em oração de vida
> em passos duros e altivos leva a chama à palha bem no rumo da porta
> as chamas gruniram na boca da noite estalando as juntas do lar transformado em vítima na oferenda fatal
> concentra-se de corpo e alma com a estátua de sua vida
> a fumaça rejeitada pelo firmamento desce à terra amaldiçoada e refugia-se entre as margens da humanidade
> *e em outros rincões os inhambus enxugam nos lenços de verdes brisas lágrimas de seus prantos*
> *pranto de exílio e de devastação* (Arantes, 1975, p. 83-109, grifo meu).

O que ocorre com zeca nesse romance é emblemático do que ocorre com grande parcela de produtores rurais no processo de transição da chamada economia auto-suficiente, proveniente de formas de cultivo agrícola de subsistência, para uma economia de mercado. Essa passagem pode gerar sintomas de crises ou tensões não resolvidas que alteram padrões ditos tradicionais para modernos. A economia de mercado impõe necessidades que contribuem para criação de vínculos antes desnecessários provocando necessidade de reorganização da vida familiar e grupal, do ritmo de trabalho e das novas exigências que o mercado impõe.

A expansão da agricultura aponta que o modo de produção capitalista vai tornando-se hegemônico na economia brasileira, surgindo setores que se desenvolvem consideravelmente configurando uma agricultura moderna. É a transformação da agricultura, sua industrialização, sua modernização. Essa modernização passa a ser entendida como o processo de transformação da agricultura que ocorre vinculada às transformações gerais da economia. Essas podem, então, ser sumarizadas no progresso técnico do capitalismo e na existência da propriedade privada da terra.

Esse processo ocorreu de forma diferenciada privilegiando determinadas regiões, atividades agropecuárias e produtores rurais, promovendo a chamada modernização conservadora que mantém o padrão histórico de distribuição de posse de terras de maneira desigual. O Brasil passou por esse processo de transformação na agricultura desencadeado por ações e políticas governamentais. A intervenção estatal procurou garantir as condições de produção para o presente e o futuro. O Estado aparece como órgão regulador mediando situações divergentes e procurando manter seu caráter privilegiador de determinados setores. O Estado, via planos de governo, promove a modernização de grande parte da agricultura, aumentando a produção e a produtividade sem, contudo, tocar nos padrões de acumulação. Os planos de governo, no que concerne à agricultura, procuraram garantir aos diversos setores a possibilidade de acumulação, que é o que interessa ao conjunto da classe dominante.

No Sudoeste goiano, essa modernização não se deu de modo diferente. Ela ocorreu mantendo os mesmo preceitos das demais regiões do país, já que as estratégias governamentais concentraram-se no âmbito regional com ênfase em pólos de crescimento em cada região. Essa região foi uma das privilegiadas para o processo de integração da economia do Estado à economia nacional por sua proximidade aos grandes mercados do centro-sul do país e pelas relações de comércio tradicionalmente estabelecidas com o Triângulo Mineiro.

Os dados da pesquisa indicaram que, na região do Sudoeste goiano – especialmente nos três municípios pesquisados –, a modernização agrícola se deu obedecendo aos mesmos padrões das demais regiões do país, motivada pelos incentivos governamentais e mantendo o padrão de concentração da terra. Ou seja, essa região incorporou, essencialmente, o mesmo projeto de desenvolvimento proposto para todo o país. Não se pensou um projeto que fosse articulado com as especificidades locais, nem um projeto de desenvolvimento que respeitasse o modo-de-ser da população, a biodiversidade ambiental, entre outros fatores: um projeto endógeno originado dos agentes orgânicos cujo valor é determinado internamente. Incorporou-se e aceitou-se um projeto de desenvolvimento exógeno desrespeitando todas as características locais, não desconsiderando alguns elementos endógenos.

Ao incorporar esse projeto de desenvolvimento, a região do Sudoeste goiano passa a compor um cenário articulado, que dá suporte à modernização agrícola e faz dela um processo completo. Para composição desses cenários, alguns sujeitos, chamados aqui de agentes coletivos, são criados e, numa relação dialética, passam a (re)criar a modernização agrícola. A ação coletiva que esses agentes desempenham mostra sua articulação com o processo na sua totalidade.

Para uma melhor compreensão da ação desses sujeitos coletivos, propôs-se a vê-los dentro de um espaço social denominado *campo* – o campo da modernização agrícola. Dessa forma é possível pensar esses sujeitos coletivos de maneira relacional, ou seja, pensar em termos de realidades que podem ser vistas claramente na relação que se processa entre a sociedade e os atores sociais. Ver essa realidade como um *campo* permitiu entender a emergência da modernização agrícola como fenômeno social.

O campo da modernização agrícola possui, no seu interior, diversos agentes coletivos que se relacionam entre si numa disputa concorrencial pela sua melhor representação. Todos os agentes envolvidos no campo têm interesses fundamentais comuns e, ao mesmo tempo, interesses divergentes entre si. A pesquisa apontou que o interesse comum nesse campo é a consolidação do processo de modernização agrícola na região. Para entender melhor a relação de interesses convergentes e divergentes que esses agentes coletivos possuem dentro do campo da modernização agrícola, fez-se necessário trabalhar com a idéia de subcampo. Assim sendo, foi possível detectar dentro desse campo diversos subcampos, que, olhados na sua especificidade, assumiram a condição de um *campo,* cada qual com um grau de autonomia relativa. Constituíram-se assim, dentro do campo da modernização agrícola, diversos campos: o campo religioso (Diocese de Jataí); o campo do cooperativismo (COMIGO); o campo das representações patronais (Sindicato Rural Patronal); o campo das representações dos trabalhadores (Sindicatos dos Trabalhadores Rurais); o campo das representações comerciais e industriais (ACIRV); o campo comunitário (CCJ); e o campo ecológico (SEJA).

O campo da modernização agrícola constituiu-se a partir do processo de expansão da fronteira agrícola e seus subcampos constituíram-se à medida que os diversos agentes coletivos foram sendo fundados, cada um para atender determinados fins e interesses comuns e à modernização agrícola como um todo. Os agentes coletivos portadores de capitais necessários para investimento e permanência no campo da modernização agrícola consolidaram-se como dominantes no campo, enquanto que os detentores de pouco capital, os dominados, procuraram buscar formas possíveis de contestação em relação às estruturas de relações de poder, desenvolvendo ações estratégicas de transformação.

Esses agentes coletivos que compõem o campo da modernização agrícola conduziram suas estratégias de ação de maneira que obtivessem sucesso em suas disputas no campo. Para o funcionamento de um *campo,* é preciso que existam nele objetos em disputa e pessoas dotadas de *habitus* prontas para disputá-los. O *habitus* contribui para garantir a conformidade das práticas e de sua constância no tempo. Por meio dele, o passado do

indivíduo sobrevive, atualizando-se nas práticas realizadas no presente, e tende a subsistir nas ações futuras dos atores sociais, ao confrontar com situações conjunturais nos diversos espaços sociais. Ele torna possível a criação de novas modalidades de conduta dos atores sociais.

Essas novas modalidades de conduta ou as estratégias de ações dos agentes coletivos impuseram, no campo da modernização agrícola, um novo *habitus* ou uma nova cultura[436], de maneira que assegurassem a constituição, a consolidação, a manutenção, a reprodução e a conformação do modelo de desenvolvimento nesse campo. As estratégias funcionam como investimento dentro do campo para possibilitar o aumento da detenção de diferentes tipos de capital no campo. Quanto maior o número de capital acumulado, melhor a posição do agente dentro do campo. A reprodução dos agentes coletivos dentro do campo dá-se em função das múltiplas estratégias que eles mobilizam para conservar o capital e apropriar-se de mais. Os mecanismos de conservação predominam em razão da importância das estratégias de reprodução.

A pesquisa mostrou que as estratégias de reprodução dos agentes coletivos no campo da modernização agrícola estão voltadas para ações no âmbito do assistencialismo, da comunicação e da capacitação por meio de programas educativos. Todas essas ações são educativas na medida em que formam um novo *habitus* dentro do campo. Temos nesse campo um habitus em sua dimensão agromodernizada e agromodernizadora. Na primeira, as pessoas introjetaram e assimilaram o modo como as coisas são dentro desse campo, na segunda, o próprio campo passa a ditar o comportamento das pessoas dentro dele, ou fazer com que elas reproduzam esse habitus. O campo da modernização agrícola dita os novos habitus e cada um dos agentes os reproduz. A formação do novo habitus foi possível graças às estratégias de ação adotadas pelos agentes coletivos dentro de seus campos específicos e do campo da modernização agrícola.

Não resta dúvida de que todas essas estratégias de ação são, de fato, práticas educativas. A pesquisa revelou que a educação presente nesse campo assume uma dimensão instrumentalizadora na medida em que é esvaziada de preocupações que operem transformações benéficas a todas as pessoas, assumindo um modelo que é utilizado para criar necessidades de consumo dos produtos oriundos do campo da modernização agrícola.

[436] Nos textos de Bourdieu, a palavra cultura é tomada geralmente em sentido que remete às obras culturais, aos produtos simbólicos socialmente valorizados ligados ao domínio das artes e das letras. Bourdieu trata da cultura recorrendo ao conceito de *habitus* (Conferir CUCHE, 2002).

As práticas educativas desencadeadas nas ações coletivas de alguns dos agentes que contestaram esse modelo de desenvolvimento tiveram eficiência mínima, pois conseguiram pouco êxito no campo, conforme apresentaram os dados da pesquisa. Mas, vale registrar, embora não sendo foco dessa análise, que algumas ações individuais tiveram repercussão diante desse projeto de desenvolvimento agrícola executado na região do Sudoeste goiano. Durante o período de coleta de dados, foi possível encontrar em dois dos municípios pesquisados, Jataí e Santa Helena, algumas ações individuais que contestaram veementemente esse modelo de desenvolvimento agrícola, como as do Senhor Binômino da Costa Lima (Seu Meco), no primeiro município, e as do Professor Nicodemos Camilo Ferreira, no segundo. Essas pessoas aparecem nos documentos consultados para essa pesquisa como principais agentes defensores das causas ecológicas, porém suas ações parecem não ter ganhado uma dimensão coletiva.

Os dados pesquisados mostraram que nem as vozes individuais nem as coletivas ecoaram como possibilidade de transformação desse cenário de desenvolvimento agrícola empreendido no Sudoeste goiano. Mesmo assim é possível pensar saídas que impeçam a continuidade desse processo de devastação que, muitas vezes, é visto como sinônimo de progresso. Não há como confundir desmatamento com progresso, nem achar que as classes de menor renda com ele possam favorecer-se. Ao contrário, quanto menor a cobertura vegetal, menos água e solo em boas condições, prejudicando as populações mais pobres e incentivando o êxodo rural, que determinará outros custos na má ocupação do solo das cidades.

Não é apenas a população pobre que perde. Em recentes negociações no âmbito do FCO evidenciou-se que pelo menos 70% das pastagens goianas estavam em estágio de degradação. Relatórios da Saneago afirmam que pelo menos 60% dos mananciais de abastecimento do Estado já estavam atingidos pelo assoreamento e pela poluição (inclusive de agrotóxicos). A erosão dos solos nas monoculturas, além de contribuir para o assoreamento, implica pesados custos de reposição de fertilidade por insumos químicos. A perda da vegetação responde por significativas mudanças de temperatura e alterações na distribuição espacial e temporal de chuvas (às vezes contribuindo para situações dramáticas, como a seca extemporânea do fim de 2004 e começo de 2005, que significou em Goiás perdas de quase R$ 3 bilhões). O desperdício de água em irrigação com métodos ultrapassados gera conflitos

entre irrigantes e o sistema de abastecimento urbano ou industrial, além da necessidade de pesados subsídios nas tarifas de energia[437].

Pode-se citar como exemplo dessa situação o que ocorre em Rio Verde. Na fazenda Nova Aliança, no Córrego Abóbora, estão concentradas a captação de água da Seneago e a da Perdigão. Poucos metros abaixo dessa área, a água utilizada pela indústria é escoada, e passa a servir a proprietários da região, para depois desembocar no Rio São Tomaz, que distribui água à população do município de Santa Helena. Segundo notícia de um meio de comunicação local,[438] a empresa construiu um sistema de tratamento para a água escoada, mas ele não está funcionando. Essa dupla captação provoca ainda ausência de fornecimento de água nas residências de Rio Verde, pois há uma rotatividade nesse fornecimento entre a Perdigão e as residências. Esse problema desencadeou um processo por parte do ex-proprietário da fazenda, que foi desapropriada, exigindo a devolução das terras. Ele alega que "se fosse só para o abastecimento da população da cidade, não existiria problema, mas para o uso particular é inadmissível"[439]. O jornal esclarece que não desmerece a grandeza do empreendimento da empresa na cidade, mas admite que, num futuro próximo, esse problema agravará a distribuição de água na cidade.

Uma outra questão diz respeito à não-manutenção das reservas legais. Hoje, como se sabe, elas são uma ficção, embora exigidas por lei. Basta ao proprietário da terra levar ao órgão ambiental um mapa assinado por profissional habilitado, determinando o perímetro da terra, para que a reserva seja registrada, sem conferência, e inscrita no Registro de Imóveis (condição para ser comercializada). Não é fiscalizada nem monitorada. Por isso, em grande parte das terras em que há registro, elas simplesmente não existem. Como se vê o desmatamento é avassalador. Inclusive para os que o promovem, que cedo ou tarde sofrerão conseqüências. Mas é também um atentado a um patrimônio goiano e brasileiro. E um desperdício de recursos: a água, cada vez mais escassa; o solo, que se torna raro no mundo (em processo de desertificação); e a biodiversidade, nossa maior riqueza.

A inversão, ao menos parcial, dessas situações pode estar diretamente ligada à constituição de novas ações coletivas e práticas educativas dos sujeitos históricos que compõem a região estudada, assumindo um redirecionamento desse modelo de desenvolvimento agrícola. Práticas educativas que impliquem a geração de novos *habitus*. Segundo Cuche (2002), o *habitus* funciona como a materialização da memória coletiva, que

[437] Conferir O popular, Goiânia, 08 de setembro de 2005, p. 6.
[438] Folha da cidade. Rio Verde, 15 de setembro de 2005, p. 5.
[439] Idem.

reproduz para os sucessores as aquisições dos precursores. Ele é capaz de inventar meios novos de desempenhar as antigas funções diante de situações novas. Ele explica porque os membros de uma mesma classe agem freqüentemente de maneira semelhante sem ter necessidade de entrar em acordo para isso.

O *habitus* permite aos indivíduos orientarem-se em um espaço social e adotarem práticas que estão de acordo com sua vinculação social. Ele torna possível ao indivíduo a elaboração de estratégias antecipadoras que são guiadas por esquemas inconscientes que resultam do trabalho de educação e de socialização ao qual o indivíduo está submetido; é também a incorporação da memória coletiva. Cada pessoa, por seus gestos e suas posturas, revela o *habitus* profundo que o habita, sem se dar conta e sem que os outros tenham necessariamente consciência disso. Pelo *habitus,* as características sociais são de certa forma naturalizadas: o que parece e o que é vivido como natural depende de um *habitus*. Essa naturalização do social é um dos mecanismos que garantem mais eficazmente a perenidade do *habitus*.

REFERÊNCIAS BIBLIGRÁFICAS

OBRAS DE REFERÊNCIA

ADANT, Philippe; ALTAFIN, Iara. *Agricultures paysannes au Brésil*: enquête sur en anjeu national. Paris: Fondation pour le Progrès de l'Homme, 1991.

ANTUNES, Ricardo L. C. *O que é Sindicalismo***.** São Paulo: Brasilense, 1985.

ARANTES, Sebastião. *O pranto dos inhambus.* Goiânia: Cultura Goiana, 1975.

ARAÚJO, Jaqueline Veloso Portela de. *"Sertão – escola do mundo"*: representações sobre o mundo rural e educação na literatura regional. Goiânia, 2005. 121f. Dissertação (mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás.

BARTHES, Roland. *Aula.* São Paulo: Cultrix, 1978.

BERNARDES, Carmo. *Nunila:* A mestiça mais bonita do sertão brasileiro. Rio de Janeiro: Record, 1984.

BONNEWITZ, Patrice. *Primeiras lições sobre a sociologia de P. Bourdieu.* Petrópolis: Vozes, 2003.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas.* São Paulo: Perspectiva, 2004.

_____. *Questões de sociologia.* Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

_____. *Razões práticas:* sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1996.

_____. *O poder simbólico.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BRAGA, Maria Lúcia de Santana. As políticas desenvolvimentistas e ambientais brasileiras e seus impactos na região dos cerrados. In: DUARTE, Laura Maria Goulart; BRAGA, Maria Lúcia Santana (orgs.). *Tristes cerrados:* sociedade e biodiversidade. Brasília: Paralelo 15, 1998. p. 92-123.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *A educação como cultura.* Campinas: Mercado das Letras, 2002.

_____. *O que é educação.* São Paulo: Brasiliense, 1993.

_____. *Pensar a prática:* escritos de viagem e estudos sobre a educação. São Paulo: Loyola, 1990.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; PESSOA, Jadir de Morais. *Os rostos do deus do outro:* mapas, fronteiras, identidades e olhares sobre a religião no Brasil. São Paulo: Loyola, 2005.

CALDART, Roseli Salete. *Pedagogia do Movimento Sem Terra.* Petrópolis: Vozes, 2000.

CÂNDIDO, Antônio. *Literatura e sociedade:* estudos de teoria e história literária. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.

_____. *Os parceiros do Rio Bonito.* São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1979.

CARVALHO, Maria Cecília Miringoni de (org.). *Construindo o saber:* metodologia científica fundamentos e técnicas. Campinas: Papirus, 1989.

COHEN, Abner. *O homem bidimensional:* a Antropologia do poder e o simbolismo em sociedades complexas. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

CUCHE, Denys. *A noção de cultura nas ciências sociais.* Bauru: EDUSC, 2002.

GOETTERT, Jones Dari. *O vôo das pandorgas:* migração sulista para Rondonópolis – MT. Presidente Prudente/SP, 2000. 372 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista.

GOHN, Maria da Glória. *Conselhos gestores e participação sociopolítica.* São Paulo: Cortez, 2001.

_____. *História dos movimentos e lutas sociais:* a construção da cidadania dos Brasileiros. São Paulo: Loyola, 1995.

_____. *Mídia terceiro setor e MST:* impactos sobre o futuro das cidades e do campo. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. *Teoria dos movimentos sociais:* paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo; Loyola, 2002.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. *Estado e agricultura no Brasil:* política agrícola e modernização econômica brasileira 1960-1980. São Paulo: Hucitec, 1997.

GRAZIANO DA SILVA, José. *A modernização dolorosa:* estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

GRAZIANO NETO, Francisco. *Questão agrária e ecologia:* crítica da moderna agricultura. São Paulo: brasiliense, 1982.

HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história.* Trad. Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor W.. *Temas básicos da Sociologia.* São Paulo: Cultrix, 1973.

IANNI, Octávio. *A era do globalismo.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

IBGE, Anuário Estatístico de Goiás e Sinopse Estatística de Goiás.

IBGE, Senso demográfico, 2001.

KAGEYAMA, Angela (coord.). O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: DELGADO, Guilherme Costa; GASQUES, José Garcia; VILLA Verde, Carlos Monteiro (orgs.). *Agricultura e políticas públicas.* Brasília: IPEA, 1996. p. 113-223.

KAUTSKY, Karl. *A questão agrária.* São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

LABAIG, Carlos Henrique. *O cooperativismo agrícola e sua participação no desenvolvimento capitalista no Sudoeste goiano 1960-1990.* Goiânia, 1995. 181f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás.

LEAL, Cátia Regina Assis Almeida. *A materialização da democracia em Jataí:* um estudo da relação do poder público com a comunidade jataiense na configuração da ação da Superintendência de Esporte e Lazer do município. Campinas/SP, 2002. 104p. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas.

LIMA, Laís Leni de Oliveira. *Políticas públicas educacionais para a Educação Infantil em Jataí:* da proposição à materialização. Goiânia, 2005. 159f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás.

LOUREIRO, Walderês Nunes. *O aspecto educativo na prática política.* Goiânia: Editora da UFG, 1988.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. *Pesquisa em educação:* abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MACHADO, Vilma de Fátima. *Sudoeste de Goiás:* desenvolvimento desigual. Goiânia, 1996. 143f. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) – Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás.

MACHADO NETO, A. L.. *Sociologia básica.* São Paulo: Saraiva, 1976.

MARTINS, Carlos Benedito. Estrutura e ação: a teoria da prática em Bourdieu. *Educação & Sociedade*. Campinas, n. 27, p. 33-46, set. 1987.

MARTINS, José de Souza. *Capitalismo e tradicionalismo:* estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo: Pioneira, 1975.

_____. *Os camponeses e a política no Brasil.* 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

MASCARENHAS, Ângela Cristina Belém. A educação para além da escola: o caráter educativo dos movimentos sociais. In: PESSOA, Jadir de Morais (org.). *Saberes do Nós:* ensaios de educação e movimentos sociais. Goiânia: Editora da UCG, 2004. p. 15-28.

MIRANDA, Orlando de (org.). *Para ler Ferdinand Tönnies.* São Paulo: Edusp, 1995.

OLIVEIRA, Breno Louzada Castro de. *Educação e ruralidades jataienses.* Goiânia, 2004. 111f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás.

ORTIZ, Renato. *A sociologia de Pierre Bourdieu.* São Paulo: Olho d'Água, 2003.

PAOLI, Maria Célia. Empresas e responsabilidade social: os enredos da cidadania no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de Souza (org.). *Democratizar a democracia:* os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 373-418.

PESSOA, Jadir de Morais. Sertão-Saber: aprender e ensinar na literatura goiano. *Universidade e Sociedade,* n. 11, p. 163-167, jun. 1996.

_____. *A Igreja da denúncia e o silencio do Fiel.* Campinas: Alínea, 1999a.

_____. *A revanche camponesa.* Goiânia: Editora da UFG, 1999b.

PIETRAFESA, José Paulo. *Organização do trabalho na indústria canavieira:* o caso de Goianésia. Goiânia, 1995. 155f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O campesinato Brasileiro:* ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1976.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. A teoria do Habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. *Revista Brasileira de Educação,* n. 20, p. 60-70, mai/jun/jul/ago. 2002.

SILVA, Benedicto (Coord.). *Dicionário de Ciências Sociais.* 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1987.

SOARES, Chirtiane Senhorinha. *Complexo agroindustrial, sob forma de Cooperativas, na ocupação e uso do cerrado:* o caso da Comigo em Rio Verde/GO. Goiânia, 1999. 131f. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) – Instituto de Estudos Sócio-ambientais, Universidade Federal de Goiás.

SORJ, Bernardo. *Estado e Classes Sociais na agricultura brasileira.* Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

SOTO, William Héctor Gomes. *A produção do conhecimento sobre o "mundo rural" no Brasil:* as contribuições de José de Souza Martins e José Graziano da Silva. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

STEINBECK, John. *As vinhas da ira.* São Paulo: Circulo do Livro, s. d.a.

_____. *Luta incerta.* Rio de Janeiro: Record, s.d.b.

_____. *Viajando com Charley.* Rio de Janeiro: Record, s. d.c.

VAZ, Eber. *A modernização da agricultura e as relações de trabalho no sudoeste goiano:* a situação do trabalhador volante no corte de cana (1964-1989). Goiânia, 1992. 180f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal de Goiás.

VEIGA, José J. *A estranha máquina extraviada.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

OUTRAS FONTES

Boletim Informativo da Diocese de Jataí.

Boletim Informativo das Comunidades da Diocese de Jataí – O Raiar.

Breve histórico da Radio Difusora de Jataí Ltda, s. d.

Correspondências internas da Diocese de Jataí

Estatuto da Associação Cultural de Jataí – 1989.

Estatuto Social da ACIRV - 1986.

Estatuto Social da ACIRV – 2002.

Estatuto Social da COMIGO.

Estatuto Social do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jataí.

Estatuto Social do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Verde.

Estatuto Social do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Helena de Goiás.

Estatuto Social Sindicato Patronal de Jataí.

Estatuto Social Sindicato Patronal de Rio Verde.

Estatuto Social Sindicato Patronal de Santa Helena de Goiás.

Festa da Bênção das Sementes. Igreja São Sebastião. Fita VHS.

Folheto comemorativo dos 30 anos de Dom Benedito Cóscia na Diocese de Jataí.

Folheto Igreja de Jataí: Pax et Bonum. Goiânia: Gráfica O popular, 1971.

Gibi Turma Cooperação. Coopermídia, abril de 1994.

Jornal Correio Braziliense.

Jornal da Diocese de Jataí.

Jornal do Empresário – todas as edições.

Jornal Espaço Rural – todas as edições.

Jornal Espaço rural – todas as edições.

Jornal Folha da Cidade – algumas edições.

Jornal Folha do Sudoeste – edições do número 1 ao 785.

Jornal Força Ruralista – todas as edições.

Jornal Informe COMIGO – todas as edições.

Jornal Informe COMIGO.

Jornal News – algumas edições.

Jornal O Mercador – algumas edições.

Jornal O Popular.

Livro de atas da ACIRV.

Livro de atas da Sociedade Ecológica de Jataí.

Livro de atas do Conselho Comunitário de Jataí.

Livro de atas do Sindicato Rural Patronal de Jataí.

Livro de atas do Sindicato Rural Patronal de Rio Verde.

Livro de atas do Sindicato Rural Patronal de Santa Helena de Goiás.

Livro de atas do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jataí.

Livro de atas do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Verde.

Livro de atas do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Helena de Goiás.

Manual de Orientação do Senar

Manual de Orientações Gerais do Movimento – Alerta ao campo. 2005.

Ofício emitido pelo Sindicato Rural de Jataí, 2005.

Programa Cooperjovem: Cooperativismo & Cidadania. Material didático.

Rádio Difusora de Jataí – Reestruturação, 1997.

Relatório da CPT à Diocese de Jataí.

Relatório do Conselho de Administração da COMIGO de 2001.

Relatório do Conselho de Administração da COMIGO de 2003.

Relatório do Conselho de Administração da COMIGO de 2004.

Relatório qüinqüenal – *Relatio Quinquennalis Super Statu Dioecesis Jataiensis* 1969.

Relatório qüinqüenal – *Relatio Quinquennalis Super Statu Dioecesis Jataiensis* 1969-1973.

Relatório qüinqüenal – *Relatio Quinquennalis Super Statu Dioecesis Jataiensis* 1974- 1979.

Revista Rio Verde & Cia.

# Livros Grátis

( http://www.livrosgratis.com.br )

Milhares de Livros para Download:


Baixar livros de Administração
Baixar livros de Agronomia
Baixar livros de Arquitetura
Baixar livros de Artes
Baixar livros de Astronomia
Baixar livros de Biologia Geral
Baixar livros de Ciência da Computação
Baixar livros de Ciência da Informação
Baixar livros de Ciência Política
Baixar livros de Ciências da Saúde
Baixar livros de Comunicação
Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE
Baixar livros de Defesa civil
Baixar livros de Direito
Baixar livros de Direitos humanos
Baixar livros de Economia
Baixar livros de Economia Doméstica
Baixar livros de Educação
Baixar livros de Educação - Trânsito
Baixar livros de Educação Física
Baixar livros de Engenharia Aeroespacial
Baixar livros de Farmácia
Baixar livros de Filosofia
Baixar livros de Física
Baixar livros de Geociências
Baixar livros de Geografia
Baixar livros de História
Baixar livros de Línguas

Baixar livros de Literatura
Baixar livros de Literatura de Cordel
Baixar livros de Literatura Infantil
Baixar livros de Matemática
Baixar livros de Medicina
Baixar livros de Medicina Veterinária
Baixar livros de Meio Ambiente
Baixar livros de Meteorologia
Baixar Monografias e TCC
Baixar livros Multidisciplinar
Baixar livros de Música
Baixar livros de Psicologia
Baixar livros de Química
Baixar livros de Saúde Coletiva
Baixar livros de Serviço Social
Baixar livros de Sociologia
Baixar livros de Teologia
Baixar livros de Trabalho
Baixar livros de Turismo